



ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

A. Soares. Genl
Alb
1, 2, 2016

Paula Maia Fernandes
Chefe do Gabinete do
Ministro da Saúde

A
SUA EXCELÊNCIA
O MINISTRO DA SAÚDE
DR. ADALBERTO CAMPOS FERNANDES
AV. JOÃO CRISÓSTOMO, 9 - 6.º
1049-062 LISBOA

N.º 30 - SG
P.º 1.3/CMR/FD/ta

2016-01-22

Assunto: Obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Engenheiros

Ex.º Sr. Ministro, Excelência.

A Ordem dos Engenheiros vem pelo presente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência que está em vigor, desde 31/12/2015, a Lei n.º 123/2015, de 2 de setembro, que procede à primeira alteração e republica o Estatuto da Ordem dos Engenheiros (EOE).

Nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 7.º do EOE, *os trabalhadores dos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e das demais pessoas coletivas públicas, que pratiquem, no exercício das suas funções, atos próprios da profissão de engenheiro, e realizem ações de verificação, aprovação, auditoria ou fiscalização sobre atos anteriores, devem estar validamente inscritos como membros efetivos da Ordem.*

Por outro lado, no seu Artigo 6.º (Inscrição), a mesma Lei estabelece que *... a atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efetivo da Ordem, seja de forma liberal ou por conta de outrem, e independentemente do setor público, privado, cooperativo ou social em que a atividade seja exercida.*

Resulta assim claro e inequívoco que a Lei impõe que todos os que exercem a profissão de Engenheiro, seja de forma liberal ou por conta de outrem, e independentemente do setor público, privado, cooperativo ou social em que a atividade seja exercida, têm de estar inscritos como membros da Ordem.

A título de esclarecimento lembramos que os atos de engenharia dos Engenheiros estão publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 139 de 20 de julho de 2015, sob a forma de Regulamento n.º 420/2015.

Pelo exposto solicitamos a Vossa Excelência que se digne promover a divulgação destas informações junto dos Serviços sob tutela do Ministério que superiormente dirige.

Com os melhores cumprimentos.

Prot. 31/2016

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Gabinete <i>73</i>	
Entrada N.º <i>1629</i>	Data <i>29 01/16</i>
Entidade _____	Class. <i>080.35.04</i>
Proc.º _____ <i>116</i>	

Carlos Matias Ramos
Carlos Matias Ramos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 95/2015

de 2 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*) da Constituição, o seguinte:

É exonerado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 2.ª classe João Manuel Mendes Ribeiro de Almeida do cargo de Embaixador de Portugal não residente no Panamá.

Assinado em 10 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Decreto do Presidente da República n.º 96/2015

de 2 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*) da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 2.ª classe Pedro Maria Santos Pessoa e Costa para o cargo de Embaixador de Portugal no Panamá.

Assinado em 10 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Decreto do Presidente da República n.º 97/2015

de 2 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*) da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 2.ª classe Paulo Jorge Sousa da Cunha Alves como Embaixador de Portugal não residente no Vanuatu.

Assinado em 10 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Decreto do Presidente da República n.º 98/2015

de 2 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*) da Constituição, o seguinte:

É nomeada, sob proposta do Governo, a ministra plenipotenciária de 1.ª classe Maria José Teixeira de Moraes Pires como Embaixadora de Portugal não residente no Kosovo.

Assinado em 10 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Decreto do Presidente da República n.º 99/2015

de 2 de setembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*) da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à Criação, Funcionamento e Localização da Unidade Operacional de Governação Eletrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, assinado em Lisboa, em 23 de maio de 2014, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 128/2015, em 3 de julho de 2015.

Assinado em 20 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 123/2015

de 2 de setembro

Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea *c*) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Artigo 2.º

Alteração do Estatuto da Ordem dos Engenheiros

O Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, passa a ter a redação constante do anexo I à presente lei, da qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Licenciaturas em engenharia anteriores à aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março

Para efeitos do disposto no Estatuto da Ordem dos Engenheiros constante do anexo I à presente lei, designadamente para efeitos de inscrição, determinação do período de estágio, e atribuição de títulos profissionais, considera-se que satisfazem igualmente a condição prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do referido Estatuto numa especialidade do domínio da engenharia, os que satisfaçam uma das seguintes condições:

a) Ser titular do grau de licenciado num domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa no quadro da organização de estudos anterior à aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro, e 115/2013, de 7 de agosto;

b) Ser titular de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência ao grau referido na alínea anterior, ou que tenha sido reconhecido com o nível daquele.

Artigo 4.º

Regulamentação

1 — Os regulamentos emanados pela Ordem dos Engenheiros que contrariem o disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, ou no Estatuto aprovado em anexo à presente lei, devem ser objeto de alteração no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor da presente lei, sob pena de caducidade das disposições afetadas pela incompatibilidade.

2 — Os regulamentos aprovados ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, que não contrariem o disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e no Estatuto da Ordem dos Engenheiros constante do anexo I à presente lei, mantêm-se em vigor até à publicação dos novos regulamentos.

Artigo 5.º

Disposições transitórias

1 — O disposto na presente lei não afeta a atual composição dos órgãos da Ordem dos Engenheiros, os quais desempenham o seu mandato até ao final do mesmo.

2 — A limitação de mandatos dos órgãos consagrada no presente Estatuto apenas produz efeitos para os órgãos eleitos após a entrada em vigor da presente lei.

Artigo 6.º

Delegações distritais e insulares

1 — A Ordem dos Engenheiros institui delegações nos distritos, ilhas ou grupos de ilhas, por deliberação do con-

selho diretivo nacional, sob proposta do conselho diretivo regional, uma vez domiciliados 80 membros efetivos na circunscrição em causa.

2 — São desde já instaladas as seguintes delegações distritais:

a) Na região norte: Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real;

b) Na região centro: Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu;

c) Na região sul: Évora, Faro, Portalegre e Santarém.

Artigo 7.º

Republicação

É republicado no anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, com a redação atual.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 120 dias após a sua publicação.

Aprovada em 3 de julho de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 13 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 17 de agosto de 2015.

Pelo Primeiro-Ministro, *Paulo Sacadura Cabral Portas*, Vice-Primeiro-Ministro.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 2.º)

ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS**TÍTULO I****Da Ordem****CAPÍTULO I****Disposições gerais**

Artigo 1.º

Denominação, natureza e sede

1 — A Ordem dos Engenheiros, adiante designada, abreviadamente, por Ordem, é a associação pública profissional representativa dos profissionais, que, em conformidade com os preceitos do presente Estatuto e as demais disposições aplicáveis, exercem a profissão de engenheiro.

2 — A Ordem é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica e disciplinar.

3 — A Ordem é uma pessoa coletiva de direito público e no exercício dos seus poderes públicos pratica os

atos administrativos necessários ao desempenho das suas funções e aprova os regulamentos previstos na lei e no presente Estatuto.

4 — Ressalvados os casos previstos na lei, os atos e regulamentos da Ordem não estão sujeitos a homologação governamental.

5 — A Ordem tem a sua sede em Lisboa.

Artigo 2.º

Tutela administrativa

Os poderes de tutela administrativa a que se refere o artigo 45.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, são exercidos pelo membro do Governo responsável pelo setor da construção.

Artigo 3.º

Missão

É missão da Ordem exercer, nos termos do presente Estatuto, o controlo do acesso à atividade profissional de engenheiro e do seu exercício, contribuir para a defesa, a promoção e o progresso da engenharia, estimular os esforços dos seus membros nos domínios científico, profissional e social, e defender a ética, a deontologia, a valorização e a qualificação profissionais dos engenheiros.

Artigo 4.º

Atribuições

1 — A Ordem tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional.

2 — Na prossecução das suas atribuições, cabe à Ordem:

a) Assegurar o cumprimento das regras de ética profissional e o nível de qualificação profissional dos engenheiros, bem como dos demais que, registados na Ordem, exerçam a atividade de engenharia no território nacional;

b) Atribuir, em exclusivo, o título profissional de engenheiro;

c) Defender coletivamente os legítimos interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros e prestar-lhes serviços de formação e informação sobre as matérias diretamente relacionadas com o exercício da atividade profissional;

d) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro e atribuir distinções e títulos honoríficos;

e) Fomentar o desenvolvimento do ensino e da formação em engenharia e participar nos processos oficiais de acreditação e avaliação dos cursos que dão acesso à profissão, ou em outros promovidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

f) Contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros;

g) Proteger o título e a profissão de engenheiro, promovendo o procedimento judicial contra quem o use ou a exerça ilegalmente, podendo, designadamente, constituir-se assistente em processo penal;

h) Promover a cooperação e solidariedade entre os seus associados;

i) Valorizar a qualificação profissional dos engenheiros pela atribuição de títulos de especialista, sénior e conse-

lheiro, e pela participação ativa na sua formação contínua, emitindo os competentes certificados e cédulas profissionais;

j) Prestar a colaboração técnica e científica na área da engenharia que seja solicitada por quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando estejam em causa matérias relacionadas com os seus fins e atribuições ou com a prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão de engenheiro;

k) Participar na elaboração de legislação que diga respeito ao acesso e exercício da profissão de engenheiro;

l) Desenvolver relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo constituir ou aderir a uniões e federações internacionais;

m) Exercer jurisdição disciplinar sobre os engenheiros e todos os que, registados na Ordem, exerçam a atividade de engenharia no território nacional;

n) Elaborar e manter atualizado o registo dos membros;

o) Reconhecer as qualificações profissionais para o exercício da profissão de engenheiro obtidas fora de Portugal por cidadãos de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e, em condições de reciprocidade, por cidadãos de países terceiros, nos termos da lei, do direito da União Europeia, de convenção internacional ou com base em acordo de cooperação entre a Ordem e entidade afim estrangeira;

p) Estabelecer formas de colaboração ou de cooperação com entidades europeias e estrangeiras que visem facilitar e incentivar a mobilidade dos profissionais, nomeadamente através da emissão, validação e utilização da carteira profissional europeia;

q) Regulamentar a atividade profissional dos engenheiros, nos termos do presente Estatuto;

r) Criar, sempre que se justifique, formas de representação na União Europeia, no Espaço Económico Europeu e no estrangeiro, de modo a poder prestar serviços de apoio aos engenheiros que aí exerçam a sua atividade profissional;

s) Promover formas e meios de comunicação com o objetivo de prestar aos seus membros e ao público em geral informação atualizada nas áreas técnica, científica, deontológica, jurídica e cultural, e, bem assim, promover, patrocinar ou apoiar a edição de publicações ou artigos com relevância na área da engenharia;

t) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas destinados a obter condições vantajosas e benefícios para os seus membros relativamente aos bens fornecidos e ou serviços prestados por aquelas entidades;

u) Defender os interesses dos destinatários dos serviços;

v) Exercer as demais funções que resultem da lei e das disposições do presente Estatuto.

3 — Incumbe à Ordem representar os engenheiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas.

4 — A Ordem pode intervir, como assistente, nos processos judiciais em que seja parte um dos seus membros e em que estejam em causa questões relacionadas com o exercício da profissão de engenheiro.

5 — A Ordem tem direito a utilizar insígnias, bandeira e selo próprios.

Artigo 5.º

Autonomia patrimonial e financeira

1 — A Ordem dispõe de património próprio e de finanças próprias, bem como de autonomia orçamental, sem prejuízo da sua sujeição à jurisdição do Tribunal de Contas nos termos da lei.

2 — A autonomia financeira inclui o poder de fixar o valor da quota mensal ou anual dos seus membros, bem como as taxas pelos serviços prestados.

CAPÍTULO II

Membros

Artigo 6.º

Inscrição

Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, a atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efetivo da Ordem, seja de forma liberal ou por conta de outrem, e independentemente do setor público, privado, cooperativo ou social em que a atividade seja exercida.

Artigo 7.º

Título de engenheiro e exercício da profissão

1 — O engenheiro ocupa-se da aplicação das ciências e técnicas respeitante às diferentes especialidades de engenharia nas atividades de investigação, conceção, estudo, projeto, fabrico, construção, produção, avaliação, fiscalização e controlo de qualidade e segurança, peritagem e auditoria de engenharia, incluindo a coordenação e gestão dessas atividades e outras com elas relacionadas.

2 — São atos próprios dos que exercem a atividade de engenharia os constantes da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e de outras leis que especialmente os consagrem.

3 — O exercício da atividade profissional por conta de outrem não afeta a autonomia técnica do profissional nem dispensa o cumprimento pelo mesmo dos deveres deontológicos.

4 — O uso ilegal do título de engenheiro ou o exercício da respetiva profissão sem o cumprimento dos requisitos de acesso à profissão em território nacional são punidos nos termos da lei penal.

5 — Os trabalhadores dos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e das demais pessoas coletivas públicas, que pratiquem, no exercício das suas funções, atos próprios da profissão de engenheiro, e realizem ações de verificação, aprovação, auditoria ou fiscalização sobre atos anteriores, devem estar validamente inscritos como membros efetivos da Ordem.

Artigo 8.º

Direito de estabelecimento

1 — O reconhecimento das qualificações profissionais de nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu obtidas fora de Portugal para a sua inscrição como membro da Ordem é regulado pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, sem prejuízo de condições especiais de reciprocidade caso as qualificações

em causa tenham sido obtidas fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

2 — O profissional que pretenda inscrever-se na Ordem nos termos do número anterior e que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais, observado o disposto no n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, deve identificar a organização em causa no pedido apresentado nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

3 — Caso o facto a comunicar nos termos do número anterior ocorra após a apresentação do pedido de reconhecimento de qualificações, deve a organização associativa em causa ser identificada perante a Ordem no prazo máximo de 60 dias.

Artigo 9.º

Livre prestação de serviços

1 — Os profissionais legalmente estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de engenheiro regulada pelo presente Estatuto, podem exercê-las, de forma ocasional e esporádica, em território nacional, em regime de livre prestação de serviços, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

2 — Os profissionais referidos no número anterior são equiparados a engenheiro para todos os efeitos legais em que tal qualificação profissional seja exigida para o exercício de uma determinada atividade, exceto quando o contrário resulte das disposições em causa.

3 — O profissional que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio, ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais e pretenda exercer a sua atividade profissional em território nacional nessa qualidade, em regime de livre prestação de serviços, deve identificar perante a Ordem a organização associativa, por conta da qual presta serviços, na declaração referida no artigo 5.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

Artigo 10.º

Comércio eletrónico

Os profissionais legalmente estabelecidos em Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de engenheiro regulada pelo presente Estatuto, podem exercê-las, através de comércio eletrónico, com destino ao território nacional, observados que sejam os requisitos aplicáveis no Estado membro de origem, nomeadamente as normas deontológicas aí vigentes, assim como a disponibilização permanente de informação prevista no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto.

Artigo 11.º

Sociedades de engenheiros

1 — Os engenheiros estabelecidos em território nacional podem exercer em grupo a profissão, constituindo ou ingressando como sócios em sociedades de engenheiros.

2 — Podem ainda ser sócios profissionais de sociedades de engenheiros:

a) Sociedades de engenheiros previamente constituídas e inscritas como membros da Ordem;

b) Organizações associativas de profissionais equiparados a engenheiros constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu cujo capital e direitos de voto caibam maioritariamente aos profissionais em causa.

3 — O requisito de capital referido na alínea b) do número anterior não é aplicável caso esta não disponha de capital social.

4 — O juízo de equiparação a que se refere a alínea b) do n.º 2 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

5 — As sociedades de engenheiros gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres aplicáveis aos profissionais membros da Ordem que sejam compatíveis com a sua natureza, com exceção do direito de voto, estando nomeadamente sujeitas aos princípios e regras deontológicos constantes do presente Estatuto.

6 — Os membros do órgão executivo das sociedades profissionais de engenheiros, independentemente da sua qualidade de membros da Ordem, devem respeitar os princípios e regras deontológicos, a autonomia técnica e científica e as garantias conferidas aos engenheiros pela lei e pelo presente Estatuto.

7 — As sociedades de engenheiros podem ainda desenvolver quaisquer outras atividades que não sejam incompatíveis com a atividade de engenheiro, nem em relação às quais se verifique impedimento, nos termos do presente Estatuto, não estando essas atividades sujeitas ao controlo da Ordem.

8 — A constituição e funcionamento das sociedades de profissionais consta de diploma próprio.

9 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a maioria do capital social com direito de voto de sociedades de engenheiros, quando exista, pertence a engenheiros estabelecidos em território nacional, a sociedades de engenheiros constituídas ao abrigo do direito nacional, ou a outras formas de organização associativa de profissionais equiparados constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu inscritas na Ordem nos termos do artigo seguinte.

Artigo 12.º

Organizações associativas de profissionais de outros Estados membros

1 — As organizações associativas de profissionais equiparados a engenheiros constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o exercício de atividade profissional cujo gerente ou administrador seja um profissional e cujo capital com direito de voto caiba maioritariamente aos profissionais

em causa e ou a outras organizações associativas cujo capital e direitos de voto caibam maioritariamente àqueles profissionais podem inscrever as respetivas representações permanentes em Portugal, constituídas nos termos da lei comercial, como membros da Ordem, sendo enquanto tal equiparadas a sociedades de engenheiros para efeitos do presente Estatuto.

2 — Os requisitos de capital referidos no número anterior não são aplicáveis caso a organização associativa não disponha de capital social, aplicando-se, em seu lugar, o requisito de atribuição da maioria de direitos de voto aos profissionais ali referidos.

3 — O juízo de equiparação a que se refere o n.º 1 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

4 — O regime jurídico de inscrição das organizações associativas de profissionais de outros Estados membros consta do regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 13.º

Nacionais de países terceiros

1 — Podem inscrever-se na Ordem, para efeito do exercício em território nacional da profissão de engenheiro, os nacionais de países terceiros, ao abrigo de acordos em condições de reciprocidade.

2 — Aos candidatos mencionados nos números anteriores pode ser exigida a realização de estágio profissional, a frequência da formação em ética e deontologia profissional e a realização de provas de avaliação, nos termos previstos no presente Estatuto e nos regulamentos aprovados pela Ordem para os candidatos cujas qualificações tenham sido obtidas em Portugal.

Artigo 14.º

Membros

Os membros da Ordem distribuem-se pelas seguintes categorias:

- a) Membro efetivo;
- b) Membro estagiário;
- c) Membro honorário;
- d) Membro estudante;
- e) Membro correspondente;
- f) Membro coletivo.

Artigo 15.º

Membro efetivo

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, a admissão como membro efetivo depende da satisfação cumulativa das seguintes condições:

a) Ser titular do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de

ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecida com esse nível;

b) Ter, nos termos do artigo 20.º, realizado e sido aprovado em estágio com duração não inferior a seis meses, ou dele ter sido dispensado;

c) Ter prestado provas de avaliação de conhecimentos de deontologia para o exercício da profissão de engenheiro.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, pode ainda ser admitido como membro efetivo o que satisfaça, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Ser titular do grau de licenciado num domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa no quadro da organização de estudos decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro, e 115/2013, de 7 de agosto, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecido com esse nível;

b) Ter, nos termos do artigo 20.º, realizado e sido aprovado em estágio com duração não inferior a 18 meses, ou dele ter sido dispensado;

c) Ter prestado provas de avaliação de conhecimentos de deontologia para o exercício da profissão de engenheiro.

3 — Relativamente ao exame de estágio, formação deontológica e provas de avaliação a que se referem os números anteriores, cabe à Ordem, em regulamento homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas, definir as condições em que os mesmos se realizam, pelo menos, uma vez anualmente.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 54.º, os membros efetivos são inscritos no colégio de especialidade correspondente ao seu curso.

5 — Uma sociedade de engenheiros ou organização associativa de profissionais equiparados a engenheiros pode inscrever-se como membro de determinado colégio de especialidade quando, pelo menos, um dos seus sócios, gerentes, administradores ou colaboradores a tempo inteiro for membro efetivo desse mesmo colégio.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o regime jurídico de inscrição das organizações associativas de profissionais de outros Estados membros consta do regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 16.º

Exercício da profissão após ingresso com licenciatura

1 — Os engenheiros inscritos como membros efetivos na Ordem nos termos do n.º 2 do artigo anterior, designados engenheiros de nível 1, podem praticar todos os atos próprios de engenharia, excetuados os que lhes sejam expressamente vedados por lei, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Os engenheiros referidos no número anterior passam à condição de membros inscritos nos termos do n.º 1 do artigo anterior, designados engenheiros de nível 2, logo que:

a) Tenham cinco anos de experiência profissional efetiva, em que demonstrem ter efetuado os trabalhos de en-

genharia enquadrados no n.º 1 do artigo 7.º, especificados no anexo ao presente Estatuto; ou

b) Adquiram a titularidade do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecido com esse nível.

Artigo 17.º

Engenheiros seniores e conselheiros

1 — Para além do título de especialidade profissional reconhecida ao membro aquando da sua inscrição na Ordem em determinado colégio de especialidade, de acordo com a sua formação académica, podem ainda ser atribuídos aos engenheiros os seguintes títulos:

- a) Engenheiro sénior;
- b) Engenheiro conselheiro.

2 — O título profissional de engenheiro sénior é atribuído aos engenheiros que:

a) Sendo titulares do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau ou que tenha sido reconhecido com esse nível e tenham cinco anos de experiência em engenharia;

b) Não sendo titulares da qualificação académica mencionada na alínea anterior, tenham 10 anos de experiência em engenharia.

3 — O título profissional de engenheiro conselheiro é atribuído aos engenheiros seniores que:

a) Sejam titulares do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecida com esse nível e tenham 15 anos de experiência em engenharia;

b) Não sendo titulares da habilitação académica mencionada na alínea anterior, tenham 20 anos de experiência em engenharia.

Artigo 18.º

Local de inscrição

A inscrição na Ordem faz-se na região do domicílio fiscal do candidato.

Artigo 19.º

Membro estagiário

1 — Tem a categoria de membro estagiário o candidato que, para acesso a membro efetivo, efetua o estágio previsto no presente Estatuto, nos termos a definir pela Ordem por regulamento homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

2 — Os profissionais nacionais de Estados membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal e

pretendam realizar o estágio em território nacional podem inscrever-se como membros estagiários da Ordem.

Artigo 20.º

Estágio

1 — O estágio tem como objetivo a habilitação profissional do estagiário, implicando não só a integração dos conhecimentos adquiridos na formação académica e a experiência da sua aplicação prática, mas também a perceção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão em geral que caracterizam o exercício da profissão de engenheiro, de modo a que a profissão possa ser desempenhada de forma competente e responsável.

2 — O estágio rege-se pelo disposto na lei, no presente Estatuto e no regulamento dos estágios aprovado pela Ordem e homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

3 — Os membros estagiários inscrevem-se no colégio de especialidade correspondente ao seu curso.

4 — A inscrição na Ordem faz-se na região do domicílio fiscal do candidato.

5 — A inscrição no estágio pode ser feita a qualquer momento e a sua realização, a efetuar dentro dos parâmetros definidos pela Ordem, é da responsabilidade do membro estagiário, sem prejuízo dos poderes de organização, supervisão, controlo e avaliação da Ordem e dos poderes de direção e supervisão do orientador do estágio cuja indicação é obrigatória.

6 — A Ordem realiza, pelo menos uma vez em cada ano, exames finais de estágio.

7 — O estágio é dispensado aos candidatos que possuam cinco ou seis anos de experiência em engenharia, conforme sejam titulares das habilitações académicas referidas no n.º 1 ou no n.º 2 do artigo 15.º

8 — O estágio considera-se concluído com a apresentação do relatório do estágio com avaliação positiva e respetiva homologação, nos termos previstos no regulamento dos estágios.

9 — Os estágios profissionais de adaptação enquanto medida de compensação são regidos pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

Artigo 21.º

Suspensão do estágio

A pedido fundamentado do interessado, o estágio pode ser suspenso.

Artigo 22.º

Deveres do estagiário

O engenheiro estagiário deve cumprir os seguintes deveres:

a) Participar nas ações de formação deontológica obrigatórias e realizar as respetivas provas de avaliação e o exame final de estágio;

b) Colaborar com o orientador sempre que este o solicite e desde que tal seja compatível com a sua atividade de estagiário;

c) Guardar lealdade e respeito para com o orientador;

d) Prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelos órgãos competentes da Ordem sobre a forma como está a decorrer o estágio;

e) Cumprir com zelo e competência as suas obrigações para com a entidade onde está a realizar o estágio.

Artigo 23.º

Deveres do orientador de estágio

É dever do orientador orientar a atividade do engenheiro estagiário, no sentido de complementar a sua formação, aconselhando-o e informando-o sobre o exercício efetivo da profissão e o cumprimento das respetivas regras deontológicas.

Artigo 24.º

Seguro profissional

A subscrição de seguro de responsabilidade civil profissional pelo engenheiro estagiário não é obrigatória.

Artigo 25.º

Seguro de acidentes pessoais

O estagiário está dispensado de realizar seguro de acidentes pessoais, nos casos em que o estágio profissional orientado decorra no âmbito de um contrato de trabalho.

Artigo 26.º

Membros honorários

Podem ser admitidos, por deliberação do conselho diretivo nacional, na qualidade de membros honorários, os indivíduos ou coletividades que, exercendo ou tendo exercido atividade de reconhecido interesse público e contribuído para a dignificação e prestígio da profissão de engenheiro, sejam considerados como merecedores de tal distinção.

Artigo 27.º

Membros estudantes

Os estudantes de cursos de engenharia podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes.

Artigo 28.º

Membros correspondentes

Como membros correspondentes podem ser admitidos pelo conselho de admissão e qualificação:

a) Profissionais com o grau académico de licenciado que, não exercendo a profissão de engenheiro, nem tendo a respetiva formação escolar, exerçam atividades afins e apresentem um currículo valioso, como tal reconhecido pelo órgão competente;

b) Membros de associações congéneres europeias ou estrangeiras que confirmem igual tratamento aos membros da Ordem;

c) Profissionais de engenharia diplomados por instituições de ensino superior portuguesas onde sejam atribuídas licenciaturas em engenharia e que exerçam a sua atividade na União Europeia, no Espaço Económico Europeu ou no estrangeiro.

Artigo 29.º

Membros coletivos

1 — Como membros coletivos podem inscrever-se na Ordem as pessoas coletivas que com ela estabeleçam acordo escrito e que desenvolvam atividade relevante de formação, investigação ou difusão do conhecimento em área diretamente relacionada com a engenharia.

2 — Quando se trate de associações, é ainda necessário, para efeito do disposto no número anterior, que pelo menos 50 % dos seus membros se encontrem inscritos na Ordem.

Artigo 30.º

Suspensão e cancelamento da inscrição

1 — São suspensos da Ordem os membros que por sua iniciativa requeiram a suspensão da respetiva inscrição nos termos aprovados pela Ordem e, bem assim, os membros que, na sequência de procedimento disciplinar, sejam punidos com a sanção de suspensão ou com suspensão preventiva.

2 — É cancelada a inscrição na Ordem aos membros que a solicitem e aos membros estagiários que não concluem o estágio profissional dentro do período de tempo aplicável.

3 — O cancelamento da inscrição na Ordem não obsta a nova inscrição, a efetuar nos termos previstos nos regulamentos da Ordem.

4 — Nos casos previstos nos números anteriores, a cédula profissional deve ser sempre devolvida à Ordem, pelo titular.

CAPÍTULO III

Organização

Artigo 31.º

Organização

1 — A Ordem, quanto à sua organização, está dividida em dois planos:

- a) Territorial;
- b) Por especialidades.

2 — A Ordem organiza-se, no plano territorial, em três níveis:

- a) Nacional;
- b) Regional;
- c) Local.

3 — A organização da Ordem, no plano das especialidades, opera-se pela constituição de colégios, agrupando os engenheiros de cada especialidade.

Artigo 32.º

Território

A Ordem abrange, a nível territorial, o continente e as regiões autónomas.

Artigo 33.º

Continente

1 — No território do continente, as regiões da Ordem são as seguintes:

- a) A região norte, com sede no Porto;
- b) A região centro, com sede em Coimbra;
- c) A região sul, com sede em Lisboa.

2 — O domínio territorial de jurisdição dos órgãos próprios das regiões referidas no número anterior integra as áreas dos atuais distritos, da forma seguinte:

- a) Região norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;
- b) Região centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu;
- c) Região sul: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

3 — Os territórios das regiões autónomas constituem regiões da Ordem.

Artigo 34.º

Estruturas locais

1 — No território do continente, as estruturas locais correspondem aos distritos.

2 — No território da Região Autónoma da Madeira, as estruturas locais correspondem às ilhas.

3 — No território da Região Autónoma dos Açores, as estruturas locais correspondem aos grupos de ilhas.

CAPÍTULO IV

Órgãos

Artigo 35.º

Órgãos

1 — São órgãos nacionais da Ordem:

- a) A assembleia magna;
- b) O bastonário;
- c) A assembleia de representantes;
- d) O conselho diretivo nacional;
- e) O conselho fiscal nacional;
- f) O conselho jurisdicional;
- g) O conselho de admissão e qualificação;
- h) Os conselhos nacionais de colégio;
- i) O conselho coordenador dos colégios;
- j) As comissões de especialização.

2 — São órgãos regionais da Ordem:

- a) As assembleias regionais;
- b) Os conselhos diretivos das regiões;
- c) Os conselhos fiscais das regiões;
- d) Os conselhos disciplinares;
- e) Os conselhos regionais de colégio.

3 — São órgãos locais da Ordem:

- a) As assembleias distritais e insulares;
- b) As delegações distritais e insulares.

Artigo 36.º

Competências dos órgãos nacionais

1 — As competências dos órgãos nacionais da Ordem devem ser exercidas de forma a estimular a iniciativa das regiões, cabendo-lhes garantir:

- a) O carácter nacional da Ordem, enquanto associação que representa aqueles que exercem em Portugal a profissão de engenheiro;

b) A necessidade de fomentar a unidade dos engenheiros;

c) O respeito pelas características e interesses próprios dos colégios de especialidades;

d) O respeito pela individualidade e autonomia das regiões;

e) A necessidade de integrar as ações regionais, inserindo-as em planos nacionais.

2 — Os órgãos nacionais da Ordem exercem as suas competências em matérias de carácter nacional, nomeadamente as que se anunciam a seguir:

a) A defesa e melhoria das condições de exercício da profissão de engenheiro, designadamente pela participação na elaboração de disposições legislativas e regulamentares;

b) A intervenção junto dos órgãos da administração central ou outras entidades de âmbito nacional, quando os problemas em causa excedam a capacidade de intervenção direta das regiões;

c) O desenvolvimento das relações internacionais da Ordem;

d) O acompanhamento da situação geral do ensino da engenharia;

e) A apreciação dos níveis de formação, competência e experiência compatíveis com os níveis de qualificação e os títulos de especialização conferidos pela Ordem, bem como a admissão de associados;

f) A identificação dos problemas nacionais cuja resolução justifique o empenhamento dos engenheiros;

g) A avaliação das necessidades de valorização da engenharia nacional, quer no plano científico e técnico, quer no plano da sua intervenção social;

h) A preparação de planos genéricos, coordenando, a médio e longo prazos, o conjunto das atividades a desenvolver pelas regiões;

i) O desenvolvimento de iniciativas culturais, designadamente as relacionadas com a atividade editorial e o congresso;

j) Todas aquelas que o presente Estatuto expressamente preveja ou que lhes venham a ser cometidas.

3 — Os órgãos nacionais são apoiados na sua atividade por um secretário-geral, designado por livre escolha de cada conselho diretivo nacional, de entre os membros efetivos da Ordem.

4 — Ao secretário-geral, que é remunerado pelo desempenho das suas funções, cabe a coordenação dos serviços da Ordem e a execução das diretivas do bastonário e do conselho diretivo nacional.

5 — Para apoiar a ação dos colégios existe um secretariado próprio, com uma estrutura por eles proposta e aprovada pelo conselho diretivo nacional.

Artigo 37.º

Assembleia magna

1 — A assembleia magna é composta pela totalidade dos membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos e reúne uma vez por ano.

2 — As reuniões da assembleia magna têm lugar na região que, de acordo com o sistema de rotatividade, se encarregue da sua organização e realizam-se, sempre que possível, no dia designado como Dia do Engenheiro.

3 — A mesa da assembleia magna é constituída pelo presidente da mesa da assembleia de representantes, que preside, e pelos presidentes das mesas das assembleias regionais, podendo o presidente da assembleia de representantes ceder a presidência ao presidente da mesa da assembleia regional onde a assembleia magna tiver lugar.

4 — A assembleia magna destina-se ao debate aberto sobre os problemas da Ordem e à aprovação de recomendações aos demais órgãos da Ordem.

Artigo 38.º

Bastonário e vice-presidentes

1 — O bastonário é o Presidente da Ordem e, por inéncia, o presidente do conselho diretivo nacional, sendo coadjuvado pelos dois vice-presidentes, membros do conselho diretivo nacional.

2 — Compete ao bastonário:

a) Representar a Ordem;

b) Presidir ao conselho diretivo nacional, ao conselho de admissão e qualificação, ao conselho coordenador dos colégios, à comissão executiva do congresso e à convenção dos delegados distritais e insulares;

c) Conferir posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais e apreciar os seus pedidos de exoneração ou de suspensão do mandato;

d) Convocar a assembleia magna;

e) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

f) Dirigir os serviços da Ordem de âmbito nacional;

g) Mandatar qualquer membro efetivo da Ordem para o exercício de funções específicas;

h) Propor a proclamação de membros honorários e a atribuição da Medalha de Ouro da Ordem;

i) Atribuir as demais medalhas e diplomas de honra de âmbito nacional previstos nos regulamentos da Ordem;

j) Assistir, querendo, às reuniões de todos os órgãos colegiais da Ordem, só tendo direito a voto nas reuniões em que, nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos, o mesmo lhe esteja atribuído;

k) Fazer executar as deliberações dos órgãos nacionais, em especial, as da assembleia de representantes e do conselho diretivo nacional, bem como, dar seguimento às recomendações da assembleia magna e do congresso da Ordem;

l) Velar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Engenheiros e respetivos regulamentos e zelar pela realização das suas atribuições;

m) Apresentar anualmente ao conselho diretivo nacional os projetos de orçamento e do plano de atividades para o ano civil seguinte e o projeto de relatório e das contas referentes ao ano civil anterior, do conselho diretivo nacional, bem como o orçamento e as contas de toda a Ordem para efeitos de cumprimento de obrigações legais;

n) Usar o voto de qualidade, em caso de empate, em todas as reuniões dos órgãos colegiais em que tenha direito a voto e a que presida;

o) Enviar para homologação da tutela os regulamentos a que se refere o n.º 5 do artigo 45.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro;

p) Exercer, em casos urgentes, as competências do conselho diretivo nacional sem prejuízo de poder ser requerida a ratificação pela maioria dos membros que compõem o conselho;

q) Exercer as demais funções que as leis e os regulamentos lhe confiram.

3 — O bastonário pode delegar nos vice-presidentes e nos presidentes dos conselhos diretivos regionais qualquer uma das suas competências.

4 — Compete aos vice-presidentes:

a) Coadjuvar o bastonário nas suas funções, substituindo-o nas suas ausências ou impedimentos;

b) Executar as atribuições de competência do bastonário que por ele lhes forem delegadas.

Artigo 39.º

Assembleia de representantes

1 — A assembleia de representantes é constituída por:

a) 60 membros eleitos em lista por sufrágio universal, direto, secreto e periódico;

b) Os cinco presidentes das mesas das assembleias regionais.

2 — A mesa da assembleia de representantes é formada pelo presidente, vice-presidente e secretário, indicados e eleitos na lista que obtiver o maior número de votos para a assembleia.

3 — A reunião da assembleia de representantes tem lugar na sede nacional e da região sul da Ordem, podendo, porém, por proposta do bastonário e decisão do presidente da mesa, realizar-se noutros locais do território nacional.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, no decurso de cada mandato, deve realizar-se, pelo menos, uma reunião da assembleia de representantes nas sedes das regiões norte e centro da Ordem.

5 — Compete, em especial, à assembleia de representantes:

a) Deliberar sobre os assuntos da competência do conselho diretivo nacional que lhe forem submetidos;

b) Deliberar sobre o relatório e contas do conselho diretivo nacional relativo ao ano civil transato, tendo em conta o parecer do conselho fiscal nacional;

c) Deliberar sobre o plano de atividades e o orçamento do conselho diretivo nacional, tendo em conta o parecer do conselho fiscal nacional;

d) Tomar conhecimento do orçamento e das contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional;

e) Fixar as quotas a cobrar pelas regiões, e as taxas, bem como fixar a percentagem da quotização destinada ao conselho diretivo nacional;

f) Aprovar os regulamentos;

g) Deliberar, mediante proposta do conselho diretivo nacional, sobre a realização de referendos;

h) Aprovar o seu regimento, elaborado pela mesa;

i) Organizar os colégios de especialidade, de acordo com os novos domínios técnicos e científicos da atividade de engenharia;

j) Deliberar sobre projetos de alteração do presente Estatuto;

k) Deliberar sobre quaisquer questões que não sejam atribuídas a outros órgãos.

6 — A assembleia de representantes, convocada pelo seu presidente, reúne:

a) Em sessões ordinárias, até 25 de março e 20 de dezembro de cada ano, para os fins previstos nas alíneas b) e c) do número anterior, respetivamente;

b) Extraordinariamente, sempre que o presidente o repute necessário, ou a pedido do bastonário, do conselho diretivo nacional, do conselho fiscal nacional, do conselho jurisdicional, do conselho coordenador dos colégios, de uma assembleia regional ou de um terço dos membros que a constituem.

7 — As reuniões extraordinárias devem ser convocadas nos 60 dias subsequentes à decisão do seu presidente ou ao pedido a que se refere o número anterior.

8 — Na reunião ordinária podem ser tratadas matérias não referidas no n.º 5 desde que se encontrem mencionadas na ordem de trabalhos que acompanha a convocatória.

9 — A assembleia de representantes funciona com a presença da maioria absoluta dos membros que a constituem, podendo contudo, se à hora marcada na convocatória não comparecer o número de membros suficiente para constituir aquela maioria, funcionar meia hora depois com, pelo menos, um terço dos seus membros.

10 — As deliberações da assembleia de representantes carecem do voto favorável da maioria dos membros presentes.

11 — O bastonário e os restantes membros do conselho diretivo nacional participam nas reuniões da assembleia de representantes, sem direito a voto.

12 — Os membros do conselho fiscal nacional participam nas reuniões da assembleia de representantes, sem direito a voto, quando se tratarem de matérias relativas à gestão financeira da Ordem, incluindo os orçamentos e contas anuais.

Artigo 40.º

Conselho diretivo nacional

1 — O conselho diretivo nacional é constituído pelo bastonário, que preside, pelos dois vice-presidentes nacionais, pelos presidentes e secretários dos conselhos diretivos das regiões norte, centro e sul e pelos presidentes dos conselhos diretivos regionais dos Açores e da Madeira.

2 — O funcionamento do conselho diretivo nacional obedece ao seu regimento, o qual deve contemplar as seguintes regras:

a) As deliberações do conselho diretivo nacional são tomadas por maioria simples;

b) Os membros do conselho diretivo nacional agem a título individual, e não como representantes de qualquer dos conselhos diretivos das regiões, salvo quando tenham sido expressamente mandatados para o efeito pelos conselhos diretivos respetivos ou pelas assembleias regionais;

c) O conselho diretivo nacional não pode reunir sem a presença da maioria dos seus membros.

3 — Compete, em especial, ao conselho diretivo nacional:

a) Desenvolver uma atividade orientada para a prossecução dos objetivos da Ordem, para o prestígio da associação e da classe e para o integral cumprimento das diretrizes emanadas dos órgãos competentes;

b) Definir as grandes linhas de atuação comum a serem seguidas pelas regiões;

c) Desenvolver as relações internacionais da Ordem;

d) Arrecadar receitas e satisfazer despesas, adquirir e alienar imóveis e administrar os bens nacionais da Ordem e orientar superiormente os serviços da Ordem de âmbito nacional cuja direção compete ao bastonário, incluindo a contratação e demissão do pessoal de apoio aos órgãos nacionais;

e) Fixar os subsídios de deslocação dos membros das mesas das assembleias e dos órgãos da Ordem, bem como das comissões e grupos de trabalho criados no âmbito da Ordem, e dos membros que forem nomeados para representarem a Ordem, tendo em conta os valores abonados na Administração Pública para deslocações e ajudas de custo;

f) Elaborar anualmente o orçamento e o plano de atividades do conselho diretivo nacional e submetê-lo à aprovação da assembleia de representantes, acompanhado do respetivo parecer do conselho fiscal nacional;

g) Elaborar anualmente o relatório e contas do conselho diretivo nacional e submetê-lo à aprovação da assembleia de representantes, acompanhado do respetivo parecer do conselho fiscal nacional;

h) Elaborar o orçamento e as contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional, e dar conhecimento à assembleia de representantes;

i) Organizar os congressos;

j) Aprovar as linhas gerais dos programas de ação dos colégios;

k) Aprovar, sob proposta do conselho de admissão e qualificação, tabelas e respetivas atualizações das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades estruturadas na Ordem;

l) Decidir da dispensa de estágio, nos termos do n.º 7 do artigo 20.º;

m) Confirmar a inscrição dos membros efetivos e estagiários, registar os prestadores de serviços e zelar pela boa conservação, atualização e operacionalidade do registo geral de inscrições de membros e profissionais em livre prestação de serviços;

n) Exercer as competências definidas na lei relativamente aos nacionais de Estados membros da União Europeia e do Espaço Económico Europeu que pretendam exercer em Portugal a atividade profissional de engenheiro, incluindo os prestadores de serviços, sob proposta do conselho de admissão e qualificação;

o) Apresentar à assembleia de representantes, para parecer ou deliberação, propostas sobre matéria de especial relevância para a Ordem;

p) Propor à assembleia de representantes a realização de referendos;

q) Promover e realizar referendos em colaboração com a comissão eleitoral nacional, as mesas das assembleias regionais e os órgãos executivos regionais e locais;

r) Decidir da organização de novas especialidades, bem como decidir a criação de especializações e outorgar os respetivos títulos;

s) Atribuir aos membros da Ordem os níveis de qualificação profissional e os títulos de especialista e conferir a qualidade de membro honorário;

t) Disponibilizar os meios para a realização dos atos eleitorais, incluindo os que lhe sejam solicitados pela comissão eleitoral nacional, e fixar as comparticipações para as listas concorrentes aos órgãos nacionais;

u) Deliberar sobre a propositura de ações judiciais, confessar, desistir, transigir, alienar ou onerar bens, contrair empréstimos e aceitar doações e legados;

v) Decidir, ouvido o conselho de admissão e qualificação, sobre as dúvidas que surjam relativamente à inscrição dos membros efetivos nas especialidades reconhecidas pela Ordem;

w) Atribuir a Medalha de Ouro da Ordem;

x) Atribuir as demais medalhas e diplomas de honra de âmbito nacional previstos nos regulamentos da Ordem;

y) Constituir comissões e grupos de trabalho com fins específicos;

z) Elaborar, nos termos do disposto no presente Estatuto, os regulamentos de eleições e referendos, de admissão e qualificação, de estágios, das especialidades, das especializações, dos atos de engenharia, das insígnias e galardões da Ordem, das delegações distritais e insulares e o estatuto do membro eleito;

aa) Pronunciar-se sobre os regulamentos cuja elaboração esteja cometida a outros órgãos nacionais e cuja aprovação seja da competência da assembleia de representantes;

bb) Marcar a data das eleições para os órgãos da Ordem;

cc) Aprovar os acordos, convénios e protocolos de âmbito internacional e nacional, de acordo com as atribuições da Ordem;

dd) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

ee) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — O conselho diretivo nacional deve ouvir previamente o conselho coordenador dos colégios sobre as matérias referidas nas alíneas c), f), g), n), o) e v) do número anterior.

5 — O conselho diretivo nacional pode delegar no bastonário as competências previstas nas alíneas m), n), o) e t) e na subalínea ee) do n.º 3, podendo também delegar-lhe competências para contrair despesas, efetuar pagamentos e celebrar e alterar contratos, com faculdade de subdelegação.

6 — O conselho diretivo nacional pode ainda delegar em qualquer dos seus membros competências para tratar de assuntos específicos.

7 — O conselho diretivo nacional reúne quando convocado pelo bastonário, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 41.º

Conselho fiscal nacional

1 — O conselho fiscal nacional é constituído por um presidente e um vogal, eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, em lista.

2 — O conselho fiscal nacional integra ainda um revisor oficial de contas, após prévio processo público de contratação promovido pelo conselho diretivo nacional.

3 — Compete ao conselho fiscal nacional:

a) Examinar a gestão financeira da competência do conselho diretivo nacional;

b) Dar parecer sobre o orçamento e contas anuais do conselho diretivo nacional;

c) Dar parecer sobre o orçamento e as contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais;

d) Assistir às reuniões do conselho diretivo nacional, sempre que o julgue conveniente ou este o solicite, sem direito a voto;

e) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

f) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — O conselho fiscal nacional reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

Artigo 42.º

Conselho jurisdicional

1 — O conselho jurisdicional é independente no exercício das suas funções e é constituído por um presidente, um vice-presidente e cinco vogais, eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, em lista fechada, funcionando em duas secções.

2 — Compete ao conselho jurisdicional:

a) Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto, dos respetivos regulamentos e das decisões tomadas pelos órgãos competentes;

b) Verificar a conformidade legal e estatutária das propostas de referendo e das propostas de regulamentos;

c) Exercer, de forma independente, a ação disciplinar relativamente a infrações cometidas por membros ou ex-membros dos órgãos dirigentes da Ordem e por profissionais em livre prestação de serviços;

d) Instruir os processos disciplinares referidos na alínea anterior;

e) Julgar em plenário os recursos das decisões das suas secções nos processos disciplinares referidos na alínea anterior e os recursos interpostos das decisões dos conselhos disciplinares;

f) Declarar a existência de conflitos de interesses suscetíveis de gerar incompatibilidade para o exercício de cargos na Ordem;

g) Julgar os recursos sobre a validade das decisões relativas a perda ou suspensão de mandato dos membros dos órgãos da Ordem, a requerimento dos interessados;

h) Julgar os recursos sobre a validade das decisões dos demais órgãos da Ordem que afetem diretamente direitos dos membros da Ordem, a requerimento dos interessados;

i) Julgar os recursos das decisões em matéria eleitoral tomadas pelas mesas das assembleias regionais, nos termos do n.º 2 do artigo 82.º;

j) Dar parecer que lhe seja solicitado pelo bastonário ou pelo conselho diretivo nacional sobre o exercício profissional e deontológico;

k) Elaborar a proposta de regulamento disciplinar;

l) Requerer a qualquer órgão da Ordem os pareceres e as informações que, no âmbito das suas competências disciplinares ou de supervisão, se tornem necessários para o desempenho das suas funções;

m) Requerer externamente os pareceres especializados que considerar necessários ao desempenho das suas funções;

n) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

o) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — O conselho jurisdicional é assessorado por juristas com mais de cinco anos de experiência profissional e dispõe do pessoal administrativo necessário para o respetivo secretariado de apoio.

4 — O conselho jurisdicional reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

5 — Os restantes órgãos da Ordem colaboram com o conselho jurisdicional, quando por este solicitado, no âmbito das suas funções disciplinares e de supervisão.

Artigo 43.º

Conselho de admissão e qualificação

1 — O conselho de admissão e qualificação é constituído pelo bastonário, que preside, e por dois membros efetivos eleitos de cada uma das especialidades reconhecidas pela Ordem.

2 — O conselho pode ser assessorado por personalidades de reconhecido mérito científico ou profissional, a título permanente ou eventual, e solicitar pareceres a comissões especializadas da Ordem ou a entidades exteriores à mesma, sempre que julgar conveniente.

3 — Compete ao conselho de admissão e qualificação, ouvido o conselho coordenador dos colégios:

a) Pronunciar-se sobre as condições de admissão de membros efetivos, designadamente sobre a dispensa de estágio, bem como sobre as condições de admissão de membros estagiários;

b) Propor ao conselho diretivo nacional o reconhecimento das qualificações profissionais de nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu obtidas fora do território nacional e a sua inscrição como membro efetivo, bem como o registo de profissionais em livre prestação de serviços;

c) Propor ao conselho diretivo nacional as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;

d) Propor ao conselho diretivo nacional a atribuição do título de engenheiro especialista e dos níveis de qualificação de engenheiro sénior e de engenheiro conselheiro;

e) Propor ao conselho diretivo nacional o reconhecimento de especialidades;

f) Decidir da admissão de membros correspondentes, sob proposta do respetivo conselho diretivo regional;

g) Pronunciar-se sobre o reconhecimento de novas especialidades;

h) Pronunciar-se sobre a criação e reconhecimento de especializações e a atribuição do título de especialista;

i) Propor ao conselho diretivo nacional a especialidade em que devem ser agrupados os titulares de cursos de engenharia que permitem o acesso à Ordem, que não tenham correspondência direta com as especialidades nela estruturadas;

j) Elaborar e propor à aprovação do conselho diretivo nacional tabelas e respetivas atualizações das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades estruturadas na Ordem;

k) Apresentar ao conselho diretivo nacional a proposta de regulamento de admissão e qualificação;

l) Apresentar ao conselho diretivo nacional a proposta de regulamento das especialidades;

m) Pronunciar-se sobre o regulamento das especializações;

n) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — Das decisões do conselho de admissão e qualificação cabe recurso para o conselho diretivo nacional, ao qual compete a respetiva homologação.

5 — O conselho de admissão e qualificação pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas a), b), c), d), f) e i) do n.º 3.

6 — O conselho de admissão e qualificação reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por cada trimestre.

7 — O presidente do conselho de admissão e qualificação goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 44.º

Conselhos nacionais de colégio

1 — Para cada colégio de especialidade referido no artigo 54.º é constituído um conselho nacional de colégio.

2 — Constituem os conselhos nacionais, eleitos em lista pelo respetivo colégio em sufrágio universal, direto, secreto e periódico:

a) O presidente do colégio;

b) Dois vogais, sendo um para os assuntos profissionais e outro para os assuntos culturais, compreendendo a formação, atualização, especialização e divulgação.

3 — Constituem ainda os conselhos nacionais de colégio os coordenadores regionais do conselho regional do colégio respetivo.

4 — Quando convocados, participam nas reuniões dos conselhos de colégio, sem direito a voto, os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos específicos, profissionais ou culturais, das especialidades do colégio, bem como representantes das pessoas coletivas filiadas na Ordem através do colégio.

5 — Nas reuniões dos conselhos podem ainda participar, a título ocasional ou permanente, os especialistas que para tal tenham sido convidados.

6 — As decisões dos conselhos de colégio são tomadas por maioria simples, devendo estar presentes, pelo menos, quatro elementos dos referidos nos n.ºs 2 e 3, sendo dois elementos nacionais e dois elementos regionais.

7 — O presidente do conselho do colégio pode delegar as suas competências no vogal nacional para a matéria a debater na reunião.

8 — Os conselhos de colégio podem reunir separadamente em duas secções:

a) Assuntos profissionais;

b) Assuntos culturais.

9 — Fazem parte da secção para assuntos profissionais:

a) O presidente do colégio;

b) O vogal nacional para os assuntos profissionais;

c) Os coordenadores regionais de colégio;

d) Os vogais regionais, um por região, que estejam encarregados dos assuntos profissionais;

e) Os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos profissionais específicos, quando convocados.

10 — Fazem parte da secção de assuntos culturais:

a) O presidente do colégio;

b) O vogal nacional para os assuntos culturais;

c) Os coordenadores regionais de colégio;

d) Os vogais regionais, um por região, que estejam encarregados dos assuntos culturais;

e) Os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos culturais específicos e os representantes das coletividades filiadas, quando convocados.

11 — Compete a cada conselho de colégio:

a) Discutir e propor planos de ação relativos a questões profissionais no âmbito da especialidade do colégio;

b) Discutir e propor planos de ação relativos às questões culturais da especialidade do colégio, incluindo as de formação, atualização e especialização, bem como as de admissão e qualificação;

c) Dar parecer sobre matérias da especialidade do colégio, ou outras referentes à Ordem, quando solicitado pelo bastonário, vice-presidentes nacionais ou pelo conselho diretivo nacional;

d) Desenvolver atividade editorial própria, dentro das diretivas gerais do conselho diretivo nacional;

e) Apoiar o conselho diretivo nacional nos assuntos profissionais e culturais, no domínio da respetiva especialidade;

f) Pronunciar-se sobre atividades desenvolvidas e a desenvolver por intermédio dos conselhos regionais de colégio, das mesmas especialidades;

g) Coordenar a atividade dos conselhos regionais de colégio;

h) Participar na coordenação da atividade geral da Ordem, através do conselho coordenador dos colégios;

i) Pronunciar-se sobre a atribuição dos níveis de qualificação de engenheiro sénior e de engenheiro conselheiro e do título de engenheiro especialista nas especializações integradas no colégio;

j) Pronunciar-se, a solicitação do bastonário, vice-presidentes nacionais e conselho diretivo nacional, sobre assuntos de índole profissional, bem como sobre diplomas legais ou regulamentares, cujo parecer seja solicitado à Ordem;

k) Definir os parâmetros de realização dos trabalhos de estágio de modo a que este seja o mais uniforme possível no âmbito da mesma especialidade, tendo em conta a formação académica e profissional do membro estagiário;

l) Pronunciar-se sobre as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;

m) Orientar os conselhos regionais de colégio na organização e controlo dos estágios e na supervisão da sua avaliação, de acordo com a formação académica e profissional do membro estagiário, nos termos do disposto no presente Estatuto e do regulamento de estágios;

n) Fornecer ao conselho jurisdicional os pareceres e as informações que este órgão nacional lhe solicite, no âmbito das suas competências disciplinares ou de supervisão;

o) Pronunciar-se sobre o regulamento de estágios;

p) Elaborar e aprovar o seu regimento.

12 — O conselho nacional do colégio pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas *c)*, *i)*, *j)* e *l)* do número anterior.

13 — Os conselhos nacionais de colégio reúnem quando convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

14 — O presidente do conselho nacional do colégio tem também a designação de presidente do colégio.

15 — O presidente do conselho nacional do colégio goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 45.º

Conselho coordenador dos colégios

1 — A articulação da atividade dos colégios e o apoio coordenado ao conselho diretivo nacional é realizado através do conselho coordenador dos colégios.

2 — Fazem parte do conselho coordenador dos colégios:

- a)* O bastonário da Ordem;
- b)* Os vice-presidentes da Ordem;
- c)* Os presidentes de cada colégio de especialidade.

3 — O conselho coordenador dos colégios tem, em especial, as seguintes competências:

a) Articular a atividade dos colégios e das especializações e o apoio coordenado ao conselho diretivo nacional;

b) Propor ao conselho diretivo nacional a criação de comissões de verificação de habilitações sempre que seja necessário proceder ao reconhecimento individual de competências profissionais específicas de engenheiros oriundos de mais de uma especialidade;

c) Elaborar os atos dos engenheiros agrupados nas especialidades;

d) Elaborar a proposta de regulamento dos colégios;

e) Elaborar a proposta de regulamento das especializações;

f) Listar as normas técnicas que digam respeito às especialidades;

g) Elaborar e aprovar o seu regimento;

h) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

i) Pronunciar-se sobre:

i) A organização dos congressos;

ii) As linhas gerais dos programas de ação dos colégios;

iii) A realização e organização de referendos;

iv) As condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;

v) O regulamento de admissão e qualificação;

vi) A atribuição do título de especialista nas especializações que abranjam mais do que uma especialidade;

vii) A estruturação de novas especialidades e de novos colégios de especialidade;

viii) A estruturação de novas especializações;

ix) Os critérios de agrupamento dos membros nas especialidades;

x) As propostas de alteração do presente Estatuto;

xi) As propostas de regulamento de estágios;

xii) As propostas de regulamento das especialidades;

xiii) As demais matérias previstas na lei e no presente Estatuto.

4 — O conselho coordenador dos colégios pode delegar no seu presidente as competências previstas nas subalíneas *iv)* e *vi)* da alínea *i)* do número anterior, bem como as competências previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)*, *f)* e *i)* do n.º 3, do artigo 43.º, na parte que se refere à pronúncia do conselho coordenador dos colégios.

5 — O conselho coordenador dos colégios reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

6 — O presidente do conselho coordenador dos colégios goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 46.º

Comissões de especialização

1 — Por cada especialização estruturada na Ordem, nos termos do artigo 55.º, existe uma comissão constituída por cinco engenheiros especialistas na mesma.

2 — Cada comissão tem um coordenador e um coordenador adjunto e três vogais.

3 — Compete às comissões de especialização:

a) Dar parecer sobre a atribuição do título de engenheiro especialista;

b) Dinamizar e conduzir a atividade da especialização, designadamente levar a efeito ações de formação e divulgação, incluindo a elaboração de documentos, relevantes na área da especialização, que contribuam para a melhoria da qualidade do exercício profissional;

c) Prestar o apoio que lhes for solicitado pelos restantes órgãos nacionais da Ordem, ou pelos seus presidentes.

4 — As comissões de especialização vertical reportam ao conselho nacional do colégio em que se inserem e as comissões de especialização horizontal reportam ao presidente do conselho coordenador de colégios.

5 — As comissões de especialização com, pelo menos, 20 engenheiros especialistas, são eleitas em listas fechadas, designando o coordenador, o coordenador adjunto e os três vogais, pelo universo dos engenheiros especialistas que integrem a especialização, e que estejam no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

6 — As comissões de especialização com menos de 20 engenheiros especialistas são designadas pelo conselho diretivo nacional, por proposta do conselho nacional do colégio, sendo verticais, e pelo conselho coordenador dos colégios, sendo horizontais.

7 — As comissões de especialização podem delegar no coordenador as competências previstas na alínea *a)* do n.º 3.

8 — As comissões de especialização reúnem quando convocadas pelos seus coordenadores, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por bimestre.

9 — O coordenador da comissão de especialização goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 47.º

Assembleias regionais

1 — As assembleias regionais são constituídas por todos os membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos, inscritos nas respetivas regiões.

2 — Compete às assembleias regionais:

a) Votar os membros dos órgãos nacionais e eleger os membros da mesa da assembleia regional e dos órgãos regionais;

b) Discutir e votar o relatório e contas do conselho diretivo e o parecer do conselho fiscal da respetiva região, relativos ao ano transato;

c) Apreciar e deliberar sobre o orçamento e plano de atividades do conselho diretivo e o parecer do conselho fiscal da região, para o ano seguinte;

d) Apreciar os atos de gestão dos respetivos órgãos regionais;

e) Apreciar assuntos que, no âmbito do presente Estatuto, lhe sejam submetidos;

f) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

g) Aprovar o seu regimento, elaborado pela mesa.

3 — As assembleias regionais são dirigidas por uma mesa constituída por um presidente e dois secretários.

4 — As assembleias regionais reúnem em sessões ordinárias de três em três anos, no mês de fevereiro, para realização das eleições previstas na alínea a) do n.º 2.

5 — As assembleias regionais reúnem em sessões ordinárias todos os anos, até ao dia 10 do mês de março e até ao dia 30 do mês de novembro, para exercerem, respetivamente, as competências previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2.

6 — As assembleias regionais reúnem extraordinariamente sempre que os conselhos diretivos ou conselhos fiscais da região em causa, por iniciativa própria, o considerem necessário ou sempre que um mínimo de 5 % ou de 100 membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos o requeira à mesa.

7 — As assembleias regionais só podem tomar decisões sobre matérias que se enquadrem nos objetivos da Ordem.

Artigo 48.º

Conselhos diretivos das regiões

1 — Os conselhos diretivos das regiões são constituídos pelo presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e três vogais, sendo pelo menos estes de diferentes especialidades, eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos diretivos das regiões:

a) Promover ações tendentes à realização dos objetivos da Ordem, de acordo com as grandes linhas de atuação definidas pelo conselho diretivo nacional;

b) Gerir as atividades das respetivas regiões, nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos, e administrar os bens que lhes são confiados;

c) Requerer a convocação de assembleias regionais;

d) Elaborar e apresentar aos respetivos conselhos fiscais, com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente às datas marcadas para as reuniões da respetiva assembleia regional, o relatório e as contas do ano civil transato e o orçamento e plano de atividades para o ano seguinte;

e) Submeter à discussão e votação das respetivas assembleias regionais o relatório e contas do ano civil anterior e assegurar o seu posterior envio ao conselho diretivo nacional, garantindo o cumprimento dos prazos legais a que a Ordem está obrigada;

f) Submeter à apreciação e votação das respetivas assembleias regionais o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte e assegurar o seu posterior envio ao conselho diretivo nacional, garantindo o cumprimento dos prazos legais a que a Ordem está obrigada;

g) Arrecadar receitas, transferir verbas arrecadadas por conta de outrem e satisfazer despesas;

h) Organizar os meios para a realização dos atos eleitorais na região e fixar as participações para as listas concorrentes aos órgãos da região e das delegações;

i) Colaborar com o conselho diretivo nacional na organização e realização de referendos;

j) Convocar reuniões de esclarecimento e debate relativas a referendos a realizar;

k) Receber e instruir os pedidos de inscrição, bem como inscrever os membros efetivos e estagiários, enviando-os ao conselho diretivo nacional para confirmação da inscrição;

l) Propor ao conselho diretivo nacional a admissão de membros honorários e ao conselho de admissão e qualificação a admissão de membros correspondentes;

m) Promover ações disciplinares através do conselho disciplinar competente;

n) Organizar e dirigir os respetivos serviços administrativos;

o) Admitir e despedir o respetivo pessoal administrativo, dando conhecimento ao conselho diretivo nacional;

p) Inscrever os membros estudantes;

q) Promover o registo no quadro geral da Ordem dos membros inscritos na região;

r) Escolher a região cujo respetivo conselho regional de colégio exerce a competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 51.º, nos casos das especialidades em que, na sua região, não esteja ainda estruturado o correspondente conselho regional de colégio;

s) Aprovar os acordos, convénios e protocolos de âmbito regional, de acordo com as atribuições da Ordem e as competências que lhes estão atribuídas;

t) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — As regiões são representadas, em juízo e fora dele, pelos respetivos presidentes dos conselhos diretivos, que têm também a designação de presidente da região.

4 — O conselho diretivo pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas k) a l), o) a q) e s) do n.º 2, com faculdade de subdelegação.

5 — O conselho diretivo pode ainda delegar em qualquer dos seus membros competências para tratar de assuntos específicos.

6 — O presidente do conselho diretivo pode exercer, em casos urgentes, as competências atribuídas ao conselho, sem prejuízo, no entanto, de poder ser requerida a ratificação pela maioria dos membros que compõem o conselho.

7 — O presidente do conselho diretivo pode assistir, querendo, às reuniões de todos os órgãos colegiais da região, incluindo das delegações, só tendo direito a voto nas reuniões em que nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos o mesmo lhe esteja atribuído.

8 — O presidente do conselho diretivo goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do conselho diretivo.

9 — O conselho diretivo reúne quando convocado pelo respetivo presidente por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 49.º

Conselhos fiscais das regiões

1 — Os conselhos fiscais das regiões são constituídos por um presidente e dois vogais eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos fiscais das regiões:

- a) Examinar a gestão financeira da competência dos respetivos conselhos diretivos;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pelos respetivos conselhos diretivos, bem como sobre os orçamentos;
- c) Participar, sem direito a voto, nas reuniões dos respetivos conselhos diretivos, sempre que o julguem conveniente ou estes o solicitem;
- d) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — O conselho fiscal reúne quando convocado pelo respetivo presidente por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

Artigo 50.º

Conselhos disciplinares

1 — Os conselhos disciplinares são constituídos por um presidente e quatro vogais, eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos disciplinares:

- a) Instruir e julgar os processos disciplinares que digam respeito aos membros da Ordem, com exceção dos que sejam da competência do conselho jurisdicional;
- b) Requerer a qualquer órgão regional e local os pareceres e as informações que, no âmbito das suas competências disciplinares, se tornem necessários para o desempenho das suas funções;
- c) Requerer externamente os pareceres especializados que considerarem necessários ao desempenho das suas funções;
- d) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — Das decisões dos conselhos disciplinares cabe recurso para o conselho jurisdicional, nos termos do regulamento disciplinar.

4 — Os conselhos disciplinares são assessorados por juristas com mais de cinco anos de experiência profissional e dispõem do pessoal administrativo necessário para os respetivos secretariados de apoio.

5 — Os restantes órgãos regionais e locais da Ordem colaboram com os conselhos disciplinares, quando por estes solicitados, no âmbito das suas funções disciplinares.

6 — Os conselhos disciplinares reúnem quando convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 51.º

Conselhos regionais de colégio

1 — Em cada região existe um conselho regional de colégio, desde que nela estejam inscritos, pelo menos, 20 membros efetivos agrupados no colégio.

2 — Os conselhos regionais de colégio são integrados pelo coordenador regional de colégio, pelo vogal regional

para os assuntos profissionais e pelo vogal regional para os assuntos culturais, eleitos pelos membros do colégio inscritos na região respetiva.

3 — A articulação da atividade dos conselhos regionais de colégio é feita em reuniões convocadas pelo respetivo presidente do conselho diretivo regional.

4 — Compete aos conselhos regionais de colégio:

- a) Organizar e controlar os estágios e superintender na sua avaliação, sob orientação do respetivo conselho nacional, de acordo com a formação académica e profissional do membro estagiário, nos termos do presente Estatuto e do regulamento de estágios;
- b) Colaborar com o conselho nacional do colégio na definição dos parâmetros de realização dos trabalhos de estágio;
- c) Pronunciarem-se sobre o regulamento de estágios;
- d) Colaborar na atividade do conselho nacional de colégio;
- e) Colaborar com o conselho diretivo regional e fornecer os pareceres e as informações que este lhes solicitar sobre as suas atividades, bem como sobre a atividade profissional dos membros inscritos na região;
- f) Pronunciar-se sobre as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;
- g) Elaborar e aprovar o seu regimento.

5 — Os conselhos regionais de colégio reúnem quando convocados pelo respetivo coordenador, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 52.º

Delegações distritais e de ilha

1 — As delegações distritais e as delegações de ilha, ou grupo de ilhas, possuem um órgão executivo constituído por um delegado e dois adjuntos, que reúne, pelo menos, bimestralmente.

2 — A delegação é representada, localmente, pelo delegado, a quem compete convocar e dirigir as reuniões do órgão executivo.

3 — A assembleia da delegação é constituída pelos membros efetivos domiciliados na circunscrição abrangida pela delegação e compete-lhe eleger o órgão executivo local.

4 — Como estruturas locais da Ordem, para efeito de prestação de serviços de proximidade aos membros e para prossecução local da missão e atribuições da Ordem, compete ao órgão executivo da delegação:

- a) Assegurar a prestação de serviços de proximidade aos membros da Ordem e às instituições locais;
- b) Promover ações tendentes à realização da missão e atribuições da Ordem, de acordo com as linhas de atuação e planos de atividade definidos pelo conselho diretivo regional;
- c) Gerir as atividades locais nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos da Ordem, e administrar os bens que lhe são confiados, prestando trimestralmente contas ao conselho diretivo regional, sendo que as contas do último trimestre de cada ano têm que ser prestadas até ao dia 20 de janeiro do ano seguinte;
- d) Colaborar na organização e realização de eleições e referendos;

e) Receber os pedidos de inscrição de candidatos a membro e promover, localmente, os serviços e apoios a prestar aos membros;

f) Propor a organização e dirigir os respetivos serviços administrativos;

g) Representar a Ordem em juízo, quando para isso tenha delegação do presidente da respetiva região;

h) Elaborar e aprovar o seu regimento.

5 — Pelo menos trienalmente, convocada e dirigida pelo bastonário, realiza-se, sem carácter deliberativo, uma convenção dos delegados distritais que inclui os delegados de ilha ou grupo de ilhas, para tratar de assuntos relativos às suas atividades, podendo ser aprovadas recomendações aos conselhos diretivos regionais e ao conselho diretivo nacional.

6 — Os órgãos executivos das delegações reúnem quando convocados pelos seus delegados, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por bimestre.

7 — O delegado goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão executivo local.

Artigo 53.º

Reuniões dos órgãos

A participação nas reuniões dos órgãos e comissões da Ordem faz-se através da presença física dos membros que os integram no próprio local onde decorrerem as reuniões, podendo, no entanto, até metade dos membros que compõem o órgão ou comissão, participar e votar nas mesmas através de meios audiovisuais.

CAPÍTULO V

Especialidades e especializações

Artigo 54.º

Definição e enumeração

1 — Entende-se por especialidade um domínio da atividade da engenharia com características técnicas e científicas próprias que assumam no país relevância económica e social.

2 — A Ordem é estruturada de acordo com as seguintes especialidades:

- a) Engenharia civil;
- b) Engenharia eletrotécnica;
- c) Engenharia mecânica;
- d) Engenharia geológica e de minas;
- e) Engenharia química e biológica;
- f) Engenharia naval;
- g) Engenharia geográfica;
- h) Engenharia agronómica;
- i) Engenharia florestal;
- j) Engenharia de materiais;
- k) Engenharia informática;
- l) Engenharia do ambiente.

3 — Os titulares de curso de engenharia que permita o acesso à Ordem que não tenha correspondência direta com as especialidades e colégios nela estruturados são inscritos naquele que, através de proposta do conselho de admissão

e qualificação, o conselho diretivo nacional considere o mais adequado.

4 — A estruturação organizativa de novos domínios técnicos e científicos da atividade de engenharia dentro dos colégios compete à assembleia de representantes, sob proposta do conselho diretivo nacional, ouvidos o conselho de admissão e qualificação e o conselho coordenador dos colégios.

5 — Sob proposta do conselho de admissão e qualificação, o conselho diretivo nacional aprova e torna público através do portal da Ordem, uma tabela e respetivas atualizações, das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades e colégios estruturadas na Ordem.

Artigo 55.º

Especializações

1 — Entende-se por especialização uma área restrita da atividade da engenharia, contida numa especialidade ou abrangendo matérias de várias especialidades, que assumam importância científica e técnica e desenvolva metodologia específica.

2 — As especializações estruturam-se do seguinte modo:

- a) Especializações verticais;
- b) Especializações horizontais.

3 — São verticais as especializações contidas apenas numa especialidade e horizontais as que abrangem matérias de várias especialidades, acessíveis aos membros titulares dos respetivos títulos de especialidade.

4 — A especialidade de engenharia civil contém as seguintes especializações:

- a) Direção e gestão da construção;
- b) Estruturas;
- c) Hidráulica e recursos hídricos;
- d) Planeamento e ordenamento do território;
- e) Segurança no trabalho da construção.

5 — A especialidade de engenharia eletrotécnica contém as seguintes especializações:

- a) Luminotecnia;
- b) Telecomunicações.

6 — As especialidades de engenharia contêm as seguintes especializações horizontais:

- a) Avaliações de engenharia;
- b) Energia;
- c) Acústica;
- d) Aeronáutica;
- e) Alimentar;
- f) Climatização;
- g) Refrigeração;
- h) Segurança;
- i) Gestão industrial;
- j) Sanitária;
- k) Têxtil;
- l) Geotecnia;
- m) Manutenção industrial;
- n) Sistemas de informação geográfica;
- o) Transportes e vias de comunicação.

Artigo 56.º

Atribuição do título de engenheiro especialista

1 — O título de engenheiro especialista é atribuído aos engenheiros seniores que atinjam resultado global positivo numa avaliação dos órgãos competentes da Ordem, nos termos regulamentares, contemplando os requisitos seguintes:

- a) *Curriculum* profissional, que revele valor científico e ou técnico para a especialização;
- b) Conhecimentos e grau de competência profissional na especialização;
- c) Relevância da atividade profissional no âmbito da especialização;
- d) Extensão da experiência profissional, relevante para a especialização;
- e) Formação complementar de índole académica ou profissional na área da especialização;
- f) Experiência como formador na área da especialização;
- g) Produção editorial na área da especialização;
- h) Inscrição em organizações científicas ou técnicas e outras, nacionais ou estrangeiras, no domínio da sua especialização, e participação na realização das mesmas.

2 — O título de engenheiro especialista é atribuído pelo conselho diretivo nacional, sob parecer da comissão de especialização, e pronúncia do conselho nacional de colégio, sendo a especialização vertical, ou do conselho coordenador dos colégios, sendo a especialização horizontal, e do conselho de admissão e qualificação.

3 — O parecer da comissão de especialização conclui de forma explícita pela atribuição ou não do título de especialista ao requerente, após a avaliação dos elementos mencionados no n.º 1.

4 — As competências atribuídas aos conselhos diretivo nacional, de admissão e qualificação e coordenador de colégios podem ser por estes delegadas nos respetivos presidentes e as atribuídas às comissões de especialização podem ser por estas delegadas nos respetivos coordenadores.

5 — A tramitação na Ordem, os prazos para os respetivos órgãos se pronunciarem, a comunicação dos pareceres e decisões ao requerente, são objeto do regulamento das especializações.

CAPÍTULO VI

Congresso e atividade editorial

Artigo 57.º

Congresso

1 — A Ordem realiza, com frequência não inferior a três anos, um congresso de índole técnica, científica e profissional.

2 — O congresso tem lugar, rotativamente, em cada uma das regiões norte, centro e sul, com possibilidade de realização nos Açores ou na Madeira por deliberação do conselho diretivo nacional.

3 — A organização do congresso compete ao conselho diretivo nacional, que conta, para a sua organização, com uma comissão executiva, a qual integra, entre outros, elementos do conselho diretivo da região em que se realizar e representantes dos colégios.

Artigo 58.º

Atividade editorial

1 — A atividade editorial da Ordem constitui um dos meios de projeção da sua vida associativa e das suas atividades técnicas, científicas e profissionais e deve obedecer a diretivas do conselho diretivo nacional, a integrar num regulamento editorial.

2 — Cabe ao conselho diretivo nacional, aos conselhos diretivos das regiões e aos conselhos dos colégios promover a produção de textos técnicos, científicos e profissionais.

3 — As regiões e as secções podem realizar a edição das publicações, periódicas ou não, que os seus conselhos diretivos considerem convenientes para a prossecução dos objetivos da Ordem nos respetivos âmbitos regionais.

CAPÍTULO VII

Eleições e referendos

Artigo 59.º

Elegibilidade

1 — Só podem ser eleitos para os órgãos da Ordem os membros efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.

2 — Não podem ser eleitos os membros das comissões de fiscalização do ato eleitoral.

3 — Só podem ser eleitos para o cargo de bastonário e para membro dos órgãos com competências disciplinares os membros efetivos com, pelo menos, 10 anos de exercício da profissão de engenheiro e, para os cargos de membro dos órgãos com competências executivas, os membros efetivos com, pelo menos, cinco anos de exercício da profissão de engenheiro.

Artigo 60.º

Assembleia eleitoral nacional

1 — A assembleia eleitoral nacional é constituída por todos os membros efetivos da Ordem no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

2 — A competência da assembleia eleitoral nacional é restrita a assuntos eleitorais.

3 — A assembleia eleitoral nacional é organizada em delegações regionais.

4 — As mesas das assembleias regionais funcionam como mesas das delegações regionais da assembleia eleitoral nacional.

Artigo 61.º

Incompatibilidades no exercício de funções

1 — O exercício de funções executivas, disciplinares e de fiscalização em órgãos da Ordem é incompatível entre si.

2 — O exercício de cargos nos órgãos da Ordem não é incompatível com o exercício de quaisquer funções dirigentes na função pública ou com qualquer outra função, exceto quando tal incompatibilidade resultar expressamente da lei, ou quando se verifique um manifesto conflito de interesses, como tal declarado pelo conselho jurisdicional.

Artigo 62.º**Mandatos e exercício de cargos**

1 — Os mandatos dos membros dos órgãos da Ordem têm a duração de três anos.

2 — Sempre que se revelar necessário proceder a eleições intercalares para qualquer dos órgãos da Ordem, o respetivo mandato não excede a vigência do mandato dos restantes órgãos.

3 — Os cargos dos órgãos executivos, quando exercidos com caráter de regularidade e permanência, podem ser remunerados, nos termos de regulamento aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 63.º**Reeleição**

É permitida a reeleição, mas o mesmo cargo não pode ser desempenhado, consecutivamente, por mais de dois mandatos.

Artigo 64.º**Início e termo do exercício anual**

Considera-se que o exercício anual do mandato dos membros eleitos para os órgãos da Ordem se inicia a 1 de abril ou no primeiro dia útil imediatamente a seguir, quando aquele não o for.

Artigo 65.º**Início do mandato**

Os mandatos iniciam-se com a tomada de posse no início de um exercício anual.

Artigo 66.º**Alheamento do cargo**

Para além de outros motivos previstos na lei e no presente Estatuto, perdem o mandato por alheamento do cargo:

a) Os membros dos órgãos executivos da Ordem que faltarem a mais de três reuniões seguidas ou seis interpoladas dos respetivos órgãos, incluindo os cargos exercidos por inerência no órgão a que faltarem;

b) Os membros da assembleia de representantes que faltarem a mais de duas reuniões seguidas ou quatro interpoladas;

c) Os membros dos restantes órgãos da Ordem que faltarem a mais de três reuniões seguidas ou seis interpoladas dos mesmos;

d) Os membros das mesas das assembleias que faltarem a mais de duas reuniões seguidas das respetivas assembleias ou quatro interpoladas, ou ainda no mesmo número, a reuniões da mesa ou dos órgãos ou comissões da Ordem a que pertençam por inerência.

Artigo 67.º**Vacatura do cargo**

1 — Nos casos de renúncia, sanção disciplinar mais grave do que a advertência, exoneração, incapacidade prolongada, alheamento do cargo ou perda da qualidade de membro efetivo dos:

- a) Bastonário e vice-presidentes nacionais;
- b) Presidente e vice-presidente dos conselhos diretivos das regiões;

c) Presidente e vice-presidente do conselho jurisdicional;

simultânea ou sucessivamente, os lugares são preenchidos, por eleição, nos três meses seguintes à verificação das referidas situações.

2 — Se idêntica situação se verificar para qualquer outro cargo elegível, o lugar vago é preenchido pelos suplentes na lista de eleição respetiva ou, caso tal não seja possível, por eleição, nos três meses seguintes à verificação da cessação do mandato.

3 — Os membros nomeados cujo mandato cesse, por qualquer motivo, são substituídos por escolha do órgão competente para a sua nomeação.

4 — Os membros eleitos, substitutos ou nomeados em consequência do disposto nos números anteriores, terminam o mandato do membro substituído.

5 — As eleições a que se referem os n.ºs 1 e 2 só têm lugar se o período que decorrer para a data das eleições ordinárias para os órgãos da Ordem e mesas das assembleias for superior a 180 dias.

Artigo 68.º**Mandatos dos suplentes**

Os mandatos exercidos pelos membros suplentes em substituição, que não ultrapassem 18 meses, não contam para os efeitos previstos no artigo 63.º

Artigo 69.º**Eleições ordinárias e extraordinárias**

1 — As eleições para os órgãos da Ordem são ordinárias e extraordinárias.

2 — As eleições ordinárias destinam-se a eleger os membros dos órgãos da Ordem para mandatos completos.

3 — As eleições extraordinárias visam a designação de membros para o preenchimento de lugares vagos.

4 — As eleições para os órgãos da Ordem regem-se pelo disposto no presente Estatuto e no regulamento de eleições e referendos.

Artigo 70.º**Âmbito territorial das eleições**

1 — As eleições para os órgãos da Ordem são de âmbito nacional e regional.

2 — As eleições de âmbito nacional destinam-se à escolha:

- a) Do bastonário e dos vice-presidentes;
- b) Dos membros elegíveis da assembleia de representantes;
- c) Dos membros elegíveis dos conselhos nacionais de colégio, das comissões de especialização e do conselho de admissão e qualificação;
- d) Dos membros do conselho fiscal nacional;
- e) Dos membros do conselho jurisdicional.

3 — As eleições de âmbito regional, em assembleia regional, visam a escolha de membros dos:

- a) Conselhos diretivos das regiões;
- b) Conselhos fiscais das regiões;
- c) Conselhos disciplinares;
- d) Conselhos regionais de colégio.

4 — As eleições de âmbito local, em assembleia distrital ou insular, visam a escolha de membros da delegação distrital ou insular.

Artigo 71.º

Simultaneidade das eleições

As eleições ordinárias de âmbito nacional e regional têm lugar simultaneamente.

Artigo 72.º

Normas eleitorais

1 — A eleição do bastonário e dos dois vice-presidentes, membros do conselho diretivo nacional, é feita conjuntamente, em lista fechada, por escrutínio secreto e universal, não podendo ser todos da mesma região ou da mesma especialidade.

2 — No âmbito de cada especialidade, os candidatos à eleição para o conselho de admissão e qualificação são eleitos pelos membros efetivos da respetiva especialidade, em lista aberta.

3 — Os candidatos à eleição para presidente e restantes membros dos conselhos nacionais de colégio são eleitos pelos membros efetivos do respetivo colégio, em lista fechada.

4 — Dos 60 membros a eleger para a assembleia, a representação faz-se de modo proporcional pelo método de Hondt ao número de membros de cada especialidade e colégio, tendo as listas concorrentes, no entanto, de apresentar candidatos de todas as especialidades e colégios estruturados na Ordem, sendo que a origem territorial dos membros obedece também ao mesmo sistema de representação e método, consoante o número de membros inscritos em cada região, tendo de ser apresentado, pelo menos, um candidato oriundo de cada uma das regiões dos Açores e da Madeira e de cada delegação distrital e insular.

5 — As eleições dos membros dos órgãos das regiões são feitas pelas assembleias regionais em listas fechadas, dizendo cada lista respeito a cada um dos órgãos a eleger.

6 — A eleição dos membros dos conselhos regionais de colégio é feita pelos membros do respetivo colégio.

7 — A eleição do presidente e do vogal do conselho fiscal nacional é feita em lista única e fechada.

8 — A eleição dos membros do conselho jurisdicional é feita em lista única e fechada, com indicação do respetivo presidente.

9 — As candidaturas têm de ser individualizadas para cada órgão.

Artigo 73.º

Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas obedece ao regulamento de eleições e referendos, e devem ser apresentadas com a antecedência mínima de 60 dias em relação à data designada para as eleições.

Artigo 74.º

Marcação das eleições

A marcação da data das eleições compete ao conselho diretivo nacional e deve ser feita com a antecedência mínima de 90 dias em relação à data designada para as eleições.

Artigo 75.º

Referendos

Os referendos na Ordem têm âmbito nacional e caráter vinculativo, destinando-se à votação:

- a) De propostas relativas à dissolução da Ordem;
- b) Das matérias que a assembleia de representantes delibere, mediante proposta do conselho diretivo nacional, submeter a referendo, nos termos da alínea g) do n.º 5 do artigo 39.º

Artigo 76.º

Organização do processo eleitoral

A organização do processo eleitoral ou referendário compete às mesas das assembleias regionais, que devem, nomeadamente:

- a) Convocar as assembleias eleitorais e de referendo;
- b) Promover a constituição das comissões de fiscalização;
- c) Organizar os cadernos eleitorais e apreciar as respetivas reclamações;
- d) Verificar a regularidade das candidaturas;
- e) Decidir sobre reclamações do ato eleitoral que lhes sejam apresentadas.

Artigo 77.º

Comissão eleitoral nacional

1 — A comissão eleitoral nacional é constituída pelo presidente da mesa da assembleia de representantes, pelos presidentes das mesas das assembleias regionais, ou pelos seus legais substitutos.

2 — Preside à comissão eleitoral nacional o membro de mais baixo número de inscrição na Ordem, de entre os referidos no número anterior.

3 — As deliberações da comissão eleitoral nacional só são válidas com o voto favorável da maioria dos seus membros.

4 — Compete à comissão eleitoral nacional coordenar o processo eleitoral dos órgãos nacionais da Ordem:

- a) Bastonário e vice-presidentes;
- b) Dos membros da assembleia de representantes;
- c) Dos membros elegíveis dos conselhos nacionais de colégio;
- d) Dos membros do conselho fiscal nacional;
- e) Dos membros do conselho jurisdicional nacional;
- f) Dos membros do conselho de admissão e qualificação;
- g) Dos membros das comissões de especialização.

5 — A coordenação referida no número anterior inclui, nomeadamente, a competência para:

- a) Verificar a regularidade das respetivas candidaturas;
- b) Garantir a igualdade de oportunidades às listas concorrentes;
- c) Assegurar que todos os tipos de votação garantem a pessoalidade e o secretismo do voto;
- d) Elaborar o mapa nacional dos resultados das eleições para os órgãos referidos no número anterior;
- e) Proclamar as listas vencedoras para os órgãos nacionais.

6 — A comissão eleitoral nacional entra em funções, para efeitos eleitorais, no dia em que for divulgada pelo bastonário a data marcada para as eleições e cessa-as com a proclamação das listas vencedoras.

Artigo 78.º

Comissões de fiscalização

1 — É constituída em cada região ou secção regional uma comissão de fiscalização, composta pelo presidente da respetiva mesa da assembleia regional e por um representante de cada uma das listas concorrentes ou proponentes, a qual inicia as suas funções no dia seguinte ao da apresentação das candidaturas ou da abertura do processo de referendo.

2 — Os representantes de cada lista concorrente devem ser indicados conjuntamente com a apresentação das respetivas candidaturas.

3 — Se o presidente da mesa da assembleia geral for candidato nas eleições a realizar, é substituído na comissão de fiscalização por um dos secretários ou por um membro da Ordem designado pela respetiva mesa.

Artigo 79.º

Competência das comissões de fiscalização

Compete às comissões de fiscalização:

- a) Fiscalizar o processo eleitoral ou de referendo;
- b) Elaborar relatórios de eventuais irregularidades, a entregar às correspondentes mesas das assembleias regionais.

Artigo 80.º

Sufrágio

1 — O sufrágio é universal, direto, periódico e por voto secreto.

2 — Têm direito de voto os membros efetivos da Ordem que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 81.º

Tipos de votação

1 — O voto é pessoal e secreto, não sendo admitido o voto por procuração.

2 — O voto é exercido por um dos seguintes meios:

- a) Eletronicamente, pela Internet;
- b) Presencialmente.

3 — A título transitório, e em período a definir no regulamento de eleições e referendos, o voto pode ainda ser exercido por correspondência.

4 — Todos os tipos de votação devem garantir a autenticação do eleitor, a confidencialidade e integridade do voto e a auditabilidade de todos os tipos de votação.

5 — Os boletins de voto são, em função da respetiva natureza, eletrónicos ou em papel, neles devendo constar as listas admitidas a sufrágio.

6 — Os modelos dos boletins de voto para a eleição dos órgãos nacionais são aprovados pela comissão eleitoral nacional.

7 — Os modelos dos boletins de voto para a eleição dos órgãos regionais e para os membros da assembleia de

representantes a eleger em cada região são aprovados pela respetiva mesa da assembleia regional.

8 — Os procedimentos respeitantes à votação eletrónica, à votação presencial e à votação por correspondência são definidos no regulamento de eleições e referendos.

Artigo 82.º

Recurso

1 — Pode ser interposto recurso do ato eleitoral com fundamento em irregularidades verificadas no ato eleitoral, o qual deve ser apresentado à mesa da assembleia regional respetiva no prazo de cinco dias a contar do encerramento do ato eleitoral.

2 — Da decisão da mesa da assembleia regional cabe recurso para o conselho jurisdicional, a interpor no prazo de oito dias contados da data em que os interessados tiveram conhecimento da decisão da mesa.

Artigo 83.º

Proclamação dos resultados

1 — Não tendo havido interposição de recursos, ou decididos os que houverem sido interpostos, é feita a proclamação das listas vencedoras.

2 — As listas vencedoras para os órgãos regionais são proclamadas pelas respetivas mesas das assembleias regionais.

3 — A proclamação das listas vencedoras para os órgãos nacionais da Ordem é feita pela comissão eleitoral nacional.

Artigo 84.º

Posse dos membros eleitos

1 — O bastonário cessante confere posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais.

2 — Os presidentes cessantes das assembleias regionais conferem posse aos membros eleitos para os órgãos regionais.

Artigo 85.º

Campanha eleitoral

1 — A Ordem comparticipa nos encargos da campanha eleitoral de cada lista num montante igual para todas.

2 — As comparticipações são fixadas pelo conselho diretivo nacional ou pelos conselhos diretivos das regiões, conforme se trate de eleições para órgãos nacionais ou regionais.

Artigo 86.º

Organização do referendo

1 — Compete ao conselho diretivo nacional fixar a data do referendo.

2 — Os textos a submeter a referendo devem ser divulgados junto de todos os membros da Ordem e ser sujeitos a reuniões de esclarecimento e debate, sem carácter deliberativo, que são convocadas a nível regional e dirigidas pelos respetivos conselhos diretivos.

3 — As propostas de alteração aos textos a referendar devem ser dirigidas por escrito, durante o período de esclarecimento e debate, ao conselho diretivo nacional, sendo os

respetivos subscritores identificados pelo nome completo, assinatura, número de membro e residência.

4 — As restantes propostas podem, por deliberação da assembleia de representantes, ser ou não incluídas nos textos a referendar ou, ainda, apresentadas como alternativa.

Artigo 87.º

Resultado do referendo

1 — Os resultados dos referendos correspondem à maioria simples dos votos válidos entrados nas urnas.

2 — Quando se trate de projetos de propostas relativos à dissolução da Ordem, a aprovação carece do voto expreso de mais de metade dos membros efetivos inscritos nos cadernos eleitorais.

3 — Os resultados dos referendos só podem ser considerados como definitivos:

a) Em primeira votação, se votarem, pelo menos, 20 % dos membros inscritos nos cadernos eleitorais;

b) Em segunda votação, se votarem, pelo menos, 10 % dos membros inscritos nos cadernos eleitorais.

4 — A segunda votação realiza-se nos 30 dias subsequentes à data da primeira votação.

5 — Se, em segunda votação, os resultados não puderem ser considerados definitivos, o processo pode ser reiniciado decorrido um ano sobre a data da segunda votação.

6 — Os resultados dos referendos são divulgados pelo conselho diretivo nacional após a receção dos apuramentos parciais de todas as regiões e secções regionais.

Artigo 88.º

Alterações ao regulamento

Não podem ser realizadas alterações ao regulamento de eleições e referendos durante o processo eleitoral ou de referendo, nem nos 90 dias precedentes.

CAPÍTULO VIII

Da ação disciplinar

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 89.º

Infração disciplinar

1 — Considera-se infração disciplinar toda a ação ou omissão de qualquer membro da Ordem que viole os deveres consignados no presente Estatuto ou nos respetivos regulamentos.

2 — As infrações disciplinares previstas no presente Estatuto e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis são puníveis a título de dolo ou negligência.

3 — A tentativa é punível.

Artigo 90.º

Jurisdicção disciplinar

1 — Os membros da Ordem estão sujeitos ao poder disciplinar dos órgãos da Ordem, nos termos previstos no presente Estatuto e no regulamento disciplinar.

2 — A suspensão da inscrição não faz cessar a responsabilidade disciplinar por infrações anteriormente praticadas pelo membro da Ordem enquanto tal.

3 — Durante o tempo de suspensão da inscrição, o membro continua sujeito ao poder disciplinar da Ordem.

Artigo 91.º

Independência da responsabilidade disciplinar dos membros da Ordem

1 — A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil e criminal decorrente da prática do mesmo facto.

2 — A responsabilidade disciplinar perante a Ordem coexiste com qualquer outra prevista por lei.

3 — Quando, com fundamento nos mesmos factos, tiver sido instaurado processo penal contra membro e, para se conhecer da existência de uma infração disciplinar, for necessário julgar qualquer questão que não possa ser convenientemente resolvida no processo disciplinar, pode ser ordenada a suspensão do processo disciplinar por um período máximo de um ano.

4 — A suspensão do processo disciplinar, nos termos do número anterior, é comunicada pela Ordem à autoridade judiciária competente, a qual deve ordenar a remessa à Ordem de cópia do despacho de acusação e, se a ele houver lugar, do despacho de pronúncia.

5 — Decorrido o prazo fixado nos termos do n.º 3 sem que a questão tenha sido resolvida, a questão é decidida no processo disciplinar.

6 — Sempre que, em processo penal contra membro, for designado dia para a audiência de julgamento, o tribunal deve ordenar a remessa à Ordem, preferencialmente por via eletrónica, do despacho de acusação, do despacho de pronúncia e da contestação, se tiver sido apresentada, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo conselho diretivo nacional ou pelo bastonário.

7 — Os factos considerados provados em processo penal contra membro consideram-se também provados em processo disciplinar.

8 — A responsabilidade disciplinar dos membros perante a Ordem decorrente da prática de infrações é independente da responsabilidade disciplinar perante os respetivos empregadores, por infração dos deveres emergentes de relações de trabalho.

Artigo 92.º

Responsabilidade disciplinar dos profissionais em livre prestação de serviços

Os profissionais que prestem serviços em território nacional em regime de livre prestação são equiparados aos membros da Ordem para efeitos disciplinares, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, com as especificidades constantes do n.º 5 do artigo 100.º do presente Estatuto e do regulamento disciplinar.

Artigo 93.º

Responsabilidade disciplinar das sociedades profissionais

As pessoas coletivas que sejam membros da Ordem estão sujeitas ao poder disciplinar dos órgãos desta última nos termos do presente Estatuto e da lei que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 94.º**Prescrição do procedimento disciplinar**

1 — O procedimento disciplinar extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a prática da infração tiver decorrido o prazo de cinco anos, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Se a infração disciplinar constituir simultaneamente infração criminal para a qual a lei estabeleça prescrição sujeita a prazo mais longo, o procedimento disciplinar apenas prescreve após o decurso deste último prazo.

3 — O prazo de prescrição do procedimento disciplinar corre desde o dia em que o facto se tiver consumado.

4 — O prazo de prescrição só corre:

a) Nas infrações instantâneas, desde o momento da sua prática;

b) Nas infrações continuadas, desde o dia da prática do último ato;

c) Nas infrações permanentes, desde o dia em que cessar a consumação.

5 — O procedimento disciplinar também prescreve se, desde o conhecimento ou a participação efetuada nos termos do n.º 1 do artigo seguinte, não se iniciar o processo disciplinar competente no prazo de um ano.

6 — O prazo de prescrição do processo disciplinar interrompe-se com a notificação ao arguido:

a) Da instauração do processo disciplinar;

b) Da acusação.

7 — Após cada período de interrupção começa a correr novo prazo de prescrição.

8 — O prazo de prescrição do processo disciplinar suspende-se durante o tempo em que:

a) O processo disciplinar estiver suspenso, a aguardar despacho de acusação ou de pronúncia em processo penal;

b) A decisão final do processo disciplinar não puder ser notificada ao arguido, por motivo que lhe seja imputável.

9 — A suspensão, quando resulte da situação prevista na alínea b) do número anterior, não pode ultrapassar o prazo de dois anos.

10 — O prazo de prescrição volta a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão.

SECÇÃO II**Do exercício da ação disciplinar****Artigo 95.º****Exercício da ação disciplinar**

1 — Têm legitimidade para participar à Ordem factos suscetíveis de constituir infração disciplinar:

a) O bastonário;

b) Os conselhos diretivos regionais;

c) O Ministério Público, nos termos do n.º 3;

d) Qualquer pessoa direta ou indiretamente afetada pelos factos participados.

2 — Os tribunais e quaisquer outras autoridades devem dar conhecimento à Ordem da prática, por membros desta, de factos suscetíveis de constituir infração disciplinar.

3 — Sem prejuízo do disposto na lei de processo penal acerca do segredo de justiça, o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal remetem à Ordem certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra associados e que possam consubstanciar factos suscetíveis de constituir infração disciplinar.

Artigo 96.º**Desistência da participação**

A desistência da participação disciplinar pelo participante extingue o processo disciplinar, salvo se a infração imputada afetar a dignidade do membro visado e, neste caso, este manifestar intenção de que o processo prossiga, ou o prestígio da Ordem ou da profissão, em qualquer uma das suas especialidades.

Artigo 97.º**Instauração do processo disciplinar**

1 — Qualquer órgão da Ordem, oficiosamente ou tendo por base queixa, denúncia ou participação apresentada por pessoa devidamente identificada, contendo factos suscetíveis de integrarem infração disciplinar do membro, comunica, de imediato, os factos ao órgão competente para a instauração de processo disciplinar.

2 — Quando se conclua que a participação é infundada, dela se dá conhecimento ao membro visado e são emitidas as certidões que o mesmo entenda necessárias para a tutela dos seus direitos e interesses legítimos.

3 — O processo disciplinar contra o bastonário ou contra qualquer membro do conselho jurisdicional em efetividade de funções só pode ser instaurado por deliberação da assembleia de representantes, aprovada por maioria absoluta.

Artigo 98.º**Legitimidade processual**

As pessoas com interesse direto, pessoal e legítimo relativamente aos factos participados podem solicitar à Ordem a sua intervenção no processo, requerendo e alegando o que tiverem por conveniente.

Artigo 99.º**Direito subsidiário**

Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, o processo disciplinar rege-se por regulamento disciplinar, sendo subsidiariamente aplicáveis as normas procedimentais previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

SECÇÃO III**Das sanções disciplinares****Artigo 100.º****Aplicação de sanções disciplinares**

1 — As sanções disciplinares são as seguintes:

a) Advertência;

b) Repreensão registada;

c) Suspensão do exercício profissional até ao máximo de 15 anos.

2 — A sanção de advertência é aplicada a infrações leves no exercício da profissão dos membros.

3 — A sanção de repreensão registada é aplicável a infrações graves.

4 — A sanção de suspensão é aplicável quando, tendo em conta a natureza da profissão, a infração disciplinar seja grave e tenha posto em causa a vida, a integridade física das pessoas ou seja gravemente lesiva da honra ou do património alheios ou de valores equivalentes.

5 — O incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas pode dar lugar à aplicação de sanção disciplinar de suspensão, quando se apure que aquele incumprimento é culposos e se prolongue por período superior a 12 meses.

6 — No caso de profissionais em regime de livre prestação de serviços em território nacional, a sanção prevista no n.º 4 assume a forma de interdição temporária do exercício da atividade profissional neste território.

7 — A aplicação de sanção mais grave do que a mera advertência a membro que exerça algum cargo nos órgãos da Ordem determina a imediata destituição desse cargo, sem dependência de deliberação da assembleia de representantes nesse sentido.

8 — A tentativa é punível com a sanção aplicável à infração consumada, especialmente atenuada.

9 — Sempre que a infração resulte da violação de um dever por omissão, o cumprimento das sanções aplicadas não dispensa o arguido do cumprimento daquele, se tal ainda for possível.

10 — A prática de infração é considerada reincidente quando repita o comportamento ilícito antes de decorrido o prazo de cinco anos após o dia em que se tornar definitiva a condenação por cometimento da infração anterior.

Artigo 101.º

Graduação

1 — Na aplicação das sanções deve atender-se aos antecedentes profissionais e disciplinares do arguido, ao grau de culpa, à gravidade e às consequências da infração, à situação económica do arguido e a todas as demais circunstâncias agravantes ou atenuantes.

2 — São circunstâncias atenuantes:

a) O exercício efetivo da profissão de engenheiro por um período superior a cinco anos, seguidos ou interpolados, sem qualquer sanção disciplinar;

b) A confissão espontânea da infração ou das infrações;

c) A colaboração do arguido para a descoberta da verdade;

d) A reparação dos danos causados pela conduta lesiva.

3 — São circunstâncias agravantes:

a) A premeditação, na prática da infração e na preparação da mesma;

b) O conluio;

c) A reincidência;

d) A acumulação de infrações, sempre que duas ou mais infrações sejam cometidas no mesmo momento ou quando outra seja cometida antes de ter sido punida a anterior;

e) O facto de a infração ou infrações serem cometidas durante o cumprimento de sanção disciplinar ou no decurso do período de suspensão de sanção disciplinar;

f) A produção de prejuízos de valor considerável, entendendo-se como tal sempre que exceda o valor de metade da alçada dos tribunais da Relação.

Artigo 102.º

Aplicação de sanções acessórias

1 — Cumulativamente com a aplicação das sanções disciplinares, podem ser aplicadas, a título de sanções acessórias:

a) Frequência obrigatória de ações de formação suplementares às ações de formação obrigatórias;

b) Restituição de quantias, documentos ou objetos;

c) Perda, total ou parcial, de honorários e do custeio de despesas;

d) Perda do produto do benefício obtido pelo arguido;

e) Inelegibilidade para órgãos da Ordem por um período máximo de 15 anos.

2 — As sanções acessórias podem ser cumuladas entre si.

3 — Na aplicação das sanções acessórias deve atender-se aos critérios previstos no n.º 1 do artigo anterior.

4 — O resultado da aplicação das sanções acessórias previstas nas alíneas c) e d) do n.º 1, considera-se perdido a favor da Ordem.

Artigo 103.º

Unidade e acumulação de infrações

Sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias referidas no artigo anterior, não pode aplicar-se ao mesmo membro mais do que uma sanção disciplinar por cada facto punível.

Artigo 104.º

Suspensão das sanções

1 — Tendo em consideração o grau de culpa, o comportamento do arguido e as demais circunstâncias da prática da infração, as sanções disciplinares podem ser suspensas por um período compreendido entre um e cinco anos.

2 — Cessa a suspensão da sanção sempre que, relativamente ao membro punido, seja proferida decisão final de condenação em novo processo disciplinar.

Artigo 105.º

Aplicação das sanções de suspensão

1 — A aplicação das sanções de suspensão superior a dois anos só pode ter lugar após audiência pública, nos termos previstos no regulamento disciplinar.

2 — As sanções de suspensão por período superior a dois anos só podem ser aplicadas por deliberação que reúna a maioria qualificada de dois terços dos membros do órgão disciplinarmente competente.

Artigo 106.º

Execução das sanções

1 — Compete ao conselho diretivo nacional dar execução às decisões proferidas em sede de processo disciplinar,

designadamente praticando os atos necessários à efetiva suspensão da inscrição dos membros a quem sejam aplicadas as sanções de suspensão.

2 — A aplicação de sanção de suspensão implica a proibição temporária da prática de qualquer ato profissional e a entrega da cédula profissional na sede da Ordem ou na região em que o arguido tenha o seu domicílio profissional, nos casos aplicáveis.

Artigo 107.º

Início de produção de efeitos das sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares iniciam a produção dos seus efeitos no dia seguinte àquele em que a decisão se torne definitiva.

2 — Se na data em que a decisão se torna definitiva estiver suspensa a inscrição do arguido, o cumprimento da sanção disciplinar de suspensão tem início no dia seguinte ao do levantamento da suspensão.

Artigo 108.º

Comunicação e publicidade

1 — A aplicação das sanções referidas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 100.º é comunicada pelo conselho diretivo nacional:

a) À sociedade de profissionais ou organização associativa por conta da qual o arguido prestava serviços à data dos factos e à data da condenação pela prática da infração disciplinar; e

b) À autoridade competente noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o controlo da atividade do arguido estabelecido nesse mesmo Estado membro.

2 — Quando a sanção aplicada for de suspensão é-lhe dada publicidade através do sítio oficial da Ordem e em locais considerados idóneos para o cumprimento das finalidades de prevenção geral do sistema jurídico.

3 — Se for decidida a suspensão preventiva ou aplicada sanção de suspensão, o conselho diretivo nacional deve inserir a correspondente anotação nas listas permanentes de membros divulgadas por meios informáticos.

4 — A publicidade das sanções disciplinares, da suspensão preventiva e das sanções acessórias é promovida pelo órgão disciplinarmente competente, sendo efetuada a expensas do arguido.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Ordem restitui o montante pago pelo arguido para dar publicidade à sua suspensão preventiva sempre que este não venha a ser condenado no âmbito do respetivo procedimento disciplinar.

Artigo 109.º

Prescrição das sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares prescrevem nos seguintes prazos:

- a)* A de advertência, em dois anos;
- b)* A de repreensão registada, em quatro anos;
- c)* A de suspensão, em cinco anos.

2 — O prazo de prescrição corre desde o dia seguinte àquele em que a decisão se torne definitiva.

Artigo 110.º

Princípio do cadastro na Ordem

1 — O processo individual dos membros na Ordem inclui um cadastro, do qual constam as sanções disciplinares referidas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 100.º e as sanções acessórias que lhes tenham sido aplicadas.

2 — O cadastro é gerido pelo conselho diretivo nacional, com base nos elementos comunicados pelos órgãos disciplinares da Ordem.

3 — A condenação de um membro em processo penal é comunicada à Ordem para efeito de averbamento ao respetivo cadastro.

4 — A sanção referida na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 100.º é eliminada do cadastro após o decurso do prazo de cinco anos a contar do seu cumprimento.

SECÇÃO IV

Do processo

Artigo 111.º

Obrigatoriedade

A aplicação de uma sanção disciplinar é sempre precedida do apuramento dos factos e da responsabilidade disciplinar em processo próprio, nos termos previstos no presente Estatuto e no regulamento disciplinar.

Artigo 112.º

Formas do processo

1 — A ação disciplinar pode comportar as seguintes formas:

- a)* Processo de inquérito;
- b)* Processo disciplinar.

2 — O processo de inquérito é aplicável quando não seja possível identificar claramente a existência de uma infração disciplinar ou o respetivo infrator, impondo-se a realização de diligências sumárias para o esclarecimento ou a concretização dos factos em causa.

3 — Aplica-se o processo disciplinar sempre que existam indícios de que determinado membro da Ordem praticou factos devidamente concretizados, suscetíveis de constituir infração disciplinar.

4 — Depois de averiguada a identidade do infrator, ou, logo que se mostrem minimamente concretizados ou esclarecidos os factos participados, sendo eles suscetíveis de constituir infração disciplinar, é proposta a imediata conversão do processo de inquérito em processo disciplinar, mediante parecer sucintamente fundamentado.

5 — Quando a participação seja manifestamente inviável ou infundada, deve a mesma ser liminarmente arquivada, dando-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 97.º

6 — Se da análise da conduta de um membro realizada no âmbito do processo de inquérito resultar prova bastante da prática de infração disciplinar abstratamente punível com sanção de advertência ou de repreensão registada, o órgão disciplinar competente pode determinar a suspensão provisória do processo mediante a imposição ao arguido de regras de conduta ou do pagamento de uma determinada

quantia, a título de caução, sempre que se verifiquem os seguintes pressupostos:

- a) Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo pelo mesmo tipo de infração;
- b) Ausência de um grau de culpa elevado.

7 — No caso previsto no número anterior, são aplicáveis ao arguido as seguintes medidas:

- a) Pagamento, no prazo de 10 dias úteis, de uma quantia entre € 100 e € 5 000, no caso de pessoas singulares, ou entre € 1 000 e € 50 000, no caso de pessoas coletivas ou equiparadas;
- b) Implementação de um plano de reestruturação da sua atividade, nos termos e prazo que forem definidos;
- c) Frequência de ações de formação suplementares às ações de formação obrigatórias, nos termos e prazo que forem definidos.

8 — O incumprimento das medidas determinadas a que se refere o número anterior implica a continuação do processo disciplinar suspenso provisoriamente nos termos dos n.ºs 6 e 7.

9 — Se o arguido cumprir as medidas determinadas, o processo é arquivado e são-lhe devolvidas as quantias pagas.

Artigo 113.º

Processo disciplinar

1 — O processo disciplinar é regulado pelo presente Estatuto e pelo regulamento disciplinar.

2 — O processo disciplinar é composto pelas seguintes fases:

- a) Instrução;
- b) Defesa do arguido;
- c) Decisão;
- d) Execução.

3 — Em todas as fases do processo disciplinar, são asseguradas ao arguido todas as garantias de defesa nos termos gerais de direito.

Artigo 114.º

Suspensão preventiva

1 — Após a audição do arguido, ou se este, tendo sido notificado, não comparecer para ser ouvido, pode ser ordenada a sua suspensão preventiva, mediante deliberação tomada por maioria qualificada de dois terços dos membros em efetividade de funções do órgão competente da Ordem.

2 — A suspensão a que se refere o número anterior só pode ser decretada nos casos em que haja indícios da prática de infração disciplinar à qual corresponda a sanção de suspensão.

3 — A suspensão preventiva não pode exceder três meses e é sempre descontada na sanção de suspensão.

Artigo 115.º

Natureza secreta do processo

1 — O processo é de natureza secreta até ao despacho de acusação ou arquivamento.

2 — O relator pode, todavia, autorizar a consulta do processo pelo arguido, pelo participante, pelo Ministério Público, pelos órgãos de polícia criminal ou pelos interessados, quando daí não resulte inconveniente para a instrução e sob condição de não ser divulgado o que dele conste.

3 — O arguido ou o interessado, quando membro, que não respeite a natureza secreta do processo incorre em responsabilidade disciplinar.

SECÇÃO V

Das garantias

Artigo 116.º

Decisões recorriáveis

1 — Das decisões tomadas pelo conselho disciplinar regional ou pelo conselho jurisdicional em primeira instância cabe recurso para o plenário do conselho jurisdicional.

2 — As decisões de mero expediente ou referentes à disciplina dos trabalhos não são passíveis de recurso nos termos do número anterior.

3 — O exercício do direito de recurso é regulado pelas disposições aplicáveis do regulamento disciplinar.

Artigo 117.º

Revisão

1 — É admissível a revisão de decisão definitiva proferida pelos órgãos da Ordem com competência disciplinar sempre que:

a) Uma decisão judicial transitada em julgado declarar falsos quaisquer elementos ou meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão revidenda;

b) Uma decisão judicial transitada em julgado tiver dado como provado crime cometido por membro ou membros do órgão que proferiu a decisão revidenda e relacionado com o exercício das suas funções no processo;

c) Os factos que serviram de fundamento à decisão condenatória forem inconciliáveis com os que forem dados como provados noutra decisão definitiva e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;

d) Se tenham descoberto novos factos ou meios de prova que, por si ou cominados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da decisão condenatória proferida.

2 — A simples alegação de ilegalidade, formal ou substancial, do processo e decisão disciplinares não constitui fundamento para a revisão.

3 — A revisão é admissível ainda que o processo se encontre extinto ou a sanção prescrita ou cumprida.

4 — O exercício do direito de revisão é regulado pelas disposições aplicáveis do regulamento disciplinar.

CAPÍTULO IX

Receitas e despesas

Artigo 118.º

Receitas dos órgãos nacionais

Constituem receitas dos órgãos nacionais da Ordem:

a) A percentagem da quotização cobrada pelas regiões que for fixada pela assembleia de representantes;

- b) O produto da venda de publicações editadas;
- c) Os resultados da realização dos congressos;
- d) O produto da prestação de serviços e de outras atividades;
- e) As heranças, os legados, as doações e os subsídios;
- f) Os rendimentos dos bens que lhes estejam afetos e de aplicações financeiras;
- g) As taxas por atos ou serviços específicos;
- h) Outras receitas previstas na lei.

Artigo 119.º

Receitas dos órgãos regionais

Constituem receitas dos órgãos das regiões:

- a) O produto das taxas pagas pelos respetivos membros inscritos;
- b) A percentagem que lhes couber das quotas pagas pelos respetivos membros inscritos;
- c) O produto da venda de publicações editadas nos respetivos âmbitos;
- d) O produto de outras atividades levadas a efeito por sua iniciativa;
- e) As heranças, os legados e as doações destinados a utilização na região em causa;
- f) Os rendimentos dos bens que lhes estejam afetos;
- g) Os juros de contas de depósitos.

Artigo 120.º

Despesas

1 — São despesas da Ordem as de instalação, de pessoal, de manutenção, de funcionamento e todas as demais necessárias à prossecução das suas atribuições.

2 — As despesas de deslocação ocasionadas pelo funcionamento dos órgãos nacionais são suportadas pelo conselho diretivo nacional.

Artigo 121.º

Congresso

As despesas com a realização dos congressos são suportadas pelos órgãos nacionais.

CAPÍTULO X

Regulamentos

Artigo 122.º

Regulamento disciplinar

O regulamento disciplinar, cuja elaboração e revisão compete ao conselho jurisdicional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 123.º

Regulamento de eleições e referendos

O regulamento de eleições e referendos, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 124.º

Regulamento dos estágios

O regulamento dos estágios, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 125.º

Regulamento de remunerações

O regulamento de remunerações dos cargos dos órgãos executivos, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 126.º

Regulamento das especialidades

O regulamento das especialidades, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 127.º

Regulamento das especializações

O regulamento das especializações, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 128.º

Regulamento de admissão e qualificação

O regulamento de admissão e qualificação, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, sob proposta do conselho de admissão e qualificação, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 129.º

Regulamento de funcionamento da assembleia de representantes

O regulamento de funcionamento da assembleia de representantes, cuja elaboração compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado por aquela assembleia.

Artigo 130.º

Outros regulamentos de funcionamento

1 — Os regulamentos de funcionamento do conselho diretivo nacional, do conselho fiscal nacional, do conselho jurisdicional, do conselho de admissão e qualificação e do conselho coordenador dos colégios são elaborados pelos próprios órgãos e aprovados pela assembleia de representantes.

2 — Os regulamentos que definem as condições de funcionamento das assembleias regionais, cuja elaboração e revisão competem às respetivas mesas, são aprovados pelas respetivas assembleias regionais, devendo qualquer revisão sujeitar-se aos mesmos trâmites.

3 — As condições de funcionamento dos conselhos diretivos, dos conselhos fiscais e dos conselhos disciplinares das regiões e secções são fixadas por regulamentos

a elaborar pelo próprio órgão e a aprovar pelas respetivas assembleias regionais.

4 — Os regulamentos de funcionamento dos colégios são elaborados pelos respetivos conselhos nacionais de colégio e aprovados pela assembleia de representantes, após parecer do conselho coordenador dos colégios.

Artigo 131.º

Regulamento de isenção de quotas

O regulamento de isenção de quotas e outros encargos é aprovado pela assembleia de representantes sob proposta do conselho diretivo nacional.

Artigo 132.º

Regulamento das delegações distritais

O regulamento das delegações distritais, cuja elaboração compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 133.º

Outros regulamentos internos

A Ordem pode aprovar outros regulamentos de carácter interno, designadamente em matéria de funcionamento dos respetivos serviços, de comissões e grupos de trabalho específicos, do congresso, e da atividade editorial, bem como sobre o procedimento de acreditação de ações de formação, de indicação de peritos e de avaliadores.

Artigo 134.º

Publicação

Os regulamentos da Ordem com eficácia externa são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

TÍTULO II

Deontologia profissional

CAPÍTULO I

Âmbito

Artigo 135.º

Direitos e deveres

Todos os membros da Ordem têm os direitos e deveres decorrentes do presente Estatuto e da legislação em vigor, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 136.º

Direitos dos membros efetivos

Constituem direitos dos membros efetivos:

- a) Participar nas atividades da Ordem;
- b) Intervir nos congressos mediante inscrição, intervir na assembleia magna e intervir e votar nos referendos e nas assembleias regionais;
- c) Consultar as atas da assembleia de representantes e das assembleias regionais;
- d) Requerer a convocação de assembleias regionais extraordinárias;

e) Eleger e, quando pessoas singulares, ser eleitos para o desempenho de funções na Ordem;

f) Requerer a atribuição de títulos de especialista, conselheiro e sénior;

g) Beneficiar da atividade editorial da Ordem;

h) Utilizar os serviços oferecidos pela Ordem;

i) Utilizar a cédula profissional emitida pela Ordem.

Artigo 137.º

Deveres dos membros efetivos para com a Ordem

1 — Constituem deveres dos membros efetivos para com a Ordem:

a) Cumprir as obrigações do presente Estatuto, do código deontológico e dos regulamentos da Ordem;

b) Participar na prossecução dos objetivos da Ordem;

c) Desempenhar as funções para as quais tenham sido eleitos ou escolhidos;

d) Prestar a comissões e grupos de trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada;

e) Contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;

f) Satisfazer pontualmente o pagamento das quotas e de outros encargos estabelecidos pela Ordem;

g) Responder a inquéritos dos conselhos disciplinares.

2 — Podem ser isentos do pagamento dos encargos referidos na alínea f) do número anterior os membros efetivos que não se encontrem no exercício efetivo da profissão em território nacional, nos termos do regulamento referido no artigo 131.º

Artigo 138.º

Direitos e deveres dos membros estagiários

1 — Constituem deveres específicos dos membros estagiários os constantes do artigo 22.º

2 — Os membros estagiários podem gozar dos direitos que não lhes estejam vedados e que não sejam incompatíveis com a sua condição, e estão sujeitos ainda aos deveres que não sejam incompatíveis com a sua condição, previstos no presente capítulo.

Artigo 139.º

Direitos dos membros honorários e correspondentes

Os membros honorários e correspondentes gozam dos seguintes direitos:

a) Participar nas atividades da Ordem;

b) Intervir, sem direito a voto, na assembleia magna, nas assembleias regionais e distritais e insulares.

Artigo 140.º

Deveres dos membros correspondentes

Constituem deveres dos membros correspondentes para com a Ordem:

a) Cumprir as disposições do presente Estatuto e dos regulamentos estabelecidos pela Ordem;

b) Participar na prossecução dos objetivos da Ordem;

c) Prestar a comissões e a grupos de trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada;

- d) Contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;
- e) Satisfazer os encargos estabelecidos pela Ordem;
- f) Responder a inquéritos dos conselhos disciplinares.

CAPÍTULO II

Deveres decorrentes do exercício da atividade profissional

Artigo 141.º

Deveres do engenheiro para com a comunidade

- 1 — É dever fundamental do engenheiro possuir uma boa preparação, de modo a desempenhar com competência as suas funções e contribuir para o progresso da engenharia e da sua melhor aplicação ao serviço da Humanidade.
- 2 — O engenheiro deve defender o ambiente e os recursos naturais.
- 3 — O engenheiro deve garantir a segurança do pessoal executante, dos utentes e do público em geral.
- 4 — O engenheiro deve opor-se à utilização fraudulenta, ou contrária ao bem comum, do seu trabalho.
- 5 — O engenheiro deve procurar as melhores soluções técnicas, ponderando a economia e a qualidade da produção ou das obras que projetar, dirigir ou organizar.
- 6 — O engenheiro deve combater e denunciar práticas de discriminação social e trabalho infantil, assumindo uma atitude de responsabilidade social.

Artigo 142.º

Deveres do engenheiro para com a entidade empregadora e para com o cliente

- 1 — O engenheiro deve contribuir para a realização dos objetivos económico-sociais das organizações em que se integre, promovendo o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos e das condições de trabalho, com o justo tratamento das pessoas.
- 2 — O engenheiro deve prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros, nunca abandonando, sem justificação, os trabalhos que lhe forem confiados ou os cargos que desempenhar.
- 3 — O engenheiro não deve divulgar nem utilizar segredos profissionais ou informações, em especial as científicas e técnicas obtidas confidencialmente no exercício das suas funções, salvo se, em consciência, considerar poderem estar em sério risco exigências de bem comum.
- 4 — O engenheiro só deve pagar-se pelos serviços que tenha efetivamente prestado e tendo em atenção o seu justo valor.
- 5 — O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos cujo pagamento esteja subordinado à confirmação de uma conclusão predeterminada, embora esta circunstância possa influir na fixação da remuneração.
- 6 — O engenheiro deve recusar compensações de mais de um interessado no seu trabalho, quando possa haver conflitos de interesses ou não haja o consentimento de qualquer das partes.

Artigo 143.º

Deveres do engenheiro no exercício da profissão

- 1 — O engenheiro, na sua atividade associativa profissional, deve pugnar pelo prestígio da profissão e impor-se

pelo valor da sua colaboração e por uma conduta irrepreensível, usando sempre de boa-fé, lealdade e isenção, quer atuando individualmente, quer coletivamente.

2 — O engenheiro deve opor-se a qualquer concorrência desleal.

3 — O engenheiro deve usar da maior sobriedade nos anúncios profissionais que fizer ou autorizar.

4 — O engenheiro não deve aceitar trabalhos ou exercer funções que ultrapassem a sua competência ou exijam mais tempo do que aquele de que disponha.

5 — O engenheiro só deve assinar pareceres, projetos ou outros trabalhos profissionais de que seja autor ou colaborador.

6 — O engenheiro deve emitir os seus pareceres profissionais com objetividade e isenção.

7 — O engenheiro deve, no exercício de funções públicas, na empresa e nos trabalhos ou serviços em que desempenhar a sua atividade, atuar com a maior correção e de forma a obstar a discriminações ou desconsiderações.

8 — O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos sobre os quais tenha de se pronunciar no exercício de diferentes funções ou que impliquem situações ambíguas.

Artigo 144.º

Deveres recíprocos dos engenheiros

- 1 — O engenheiro deve avaliar com objetividade o trabalho dos seus colaboradores, contribuindo para a sua valorização e promoção profissionais.
- 2 — O engenheiro apenas deve reivindicar o direito de autor quando a originalidade e a importância relativas da sua contribuição o justifiquem, exercendo esse direito com respeito pela propriedade intelectual de outrem e com as limitações impostas pelo bem comum.
- 3 — O engenheiro deve prestar aos colegas, quando solicitada, toda a colaboração possível.
- 4 — O engenheiro não deve prejudicar a reputação profissional ou as atividades profissionais de colegas, nem deixar que sejam menosprezados os seus trabalhos, devendo, quando necessário, apreciá-los com elevação e sempre com salvaguarda da dignidade da classe.
- 5 — O engenheiro deve recusar substituir outro engenheiro, só o fazendo quando as razões dessa substituição forem corretas e dando ao colega a necessária satisfação.

TÍTULO III

Disposições finais

Artigo 145.º

Controlo jurisdicional

1 — A atividade da Ordem no âmbito das suas atribuições e do exercício dos poderes públicos que lhe são conferidos fica sujeita à jurisdição administrativa, nos termos da respetiva legislação.

2 — Das sanções disciplinares aplicadas pela Ordem cabe recurso para os tribunais administrativos competentes.

Artigo 146.º

Balcão único

1 — Todos os pedidos, comunicações e notificações previstos no presente Estatuto entre a Ordem e profissionais,

sociedades de engenheiros ou outras organizações associativas de profissionais para o exercício de engenharia, com exceção dos relativos a procedimentos disciplinares, são realizados por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico dos serviços, referido nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, acessível através do sítio na Internet da associação pública profissional em causa.

2 — Quando, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto no número anterior, a transmissão da informação em apreço pode ser feita por entrega nos serviços da associação pública profissional em causa, por remessa pelo correio sob registo, por telecópia ou por correio eletrónico.

3 — A apresentação de documentos em forma simples nos termos dos números anteriores dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto na alínea *a)* do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

4 — São ainda aplicáveis aos procedimentos referidos no presente artigo o disposto nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Artigo 147.º

Informação na Internet

Para além das informações referidas no artigo 23.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e no n.º 4 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, a Ordem deve disponibilizar ao público em geral, através do seu sítio eletrónico na Internet, as seguintes informações:

- a)* Regime de acesso e exercício da profissão;
- b)* Princípios e regras deontológicos e normas técnicas aplicáveis aos seus membros;
- c)* Procedimento de apresentação de queixa ou reclamações pelos destinatários relativamente aos serviços prestados pelos profissionais no âmbito da sua atividade;
- d)* Ofertas de emprego na Ordem;
- e)* Registo atualizado dos membros com:

i) O nome, o domicílio profissional e o número de carteira ou cédula profissionais;

ii) A designação do título e das especialidades profissionais;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

f) Registo atualizado dos profissionais em livre prestação de serviços no território nacional, que se consideram inscritos nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, que contemple:

i) O nome e o domicílio profissionais e, caso exista, a designação do título profissional de origem e das respetivas especialidades;

ii) A identificação da associação pública profissional no Estado membro de origem, na qual o profissional se encontra inscrito;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

iv) A informação relativa às sociedades de profissionais ou outras formas de organização associativa de profissionais para que prestem serviços no Estado membro de origem, caso aqui prestem serviços nessa qualidade;

g) Registo atualizado de sociedades de engenheiros e de outras formas de organização associativa inscritas com a respetiva designação, sede, número de inscrição e número de identificação;

h) Tabela das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades e colégios estruturados na Ordem.

Artigo 148.º

Cooperação administrativa

A Ordem presta e solicita às autoridades administrativas dos outros Estados membros ou do Espaço Económico Europeu e à Comissão Europeia assistência mútua e toma as medidas necessárias para cooperar eficazmente, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos noutro Estado membro, nos termos do Capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico.

ANEXO

[A que se refere a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 16.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros]

1 — Projeto

Elaboração ou coordenação de pelo menos cinco projetos de obras, dos quais pelo menos dois de categoria II.

2 — Projeto e direção de obra e ou direção de fiscalização de obra:

a) Elaboração de, pelo menos, três projetos de obras, dos quais, pelo menos, um da categoria II; e

b) Direção de obra ou direção de fiscalização de obra em três edifícios até à classe 5 de alvará, dos quais, pelo menos, um de classe 3 ou superior, ou, em alternativa, noutras obras das categorias I e II, das quais, pelo menos, uma desta última categoria.

3 — Direção de obra e ou direção de fiscalização de obra:

a) Direção de obra ou direção de fiscalização em sete diferentes obras, das quais, pelo menos, três de classe superior a 2 ou categoria superior a I; ou

b) Direção de obra ou direção de fiscalização de obra em, pelo menos, dez obras de qualquer classe ou categoria.

Notas:

a) As categorias de obras e as classes de alvará a que se referem os números anteriores são as previstas, respetivamente, na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e na Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril.

Para efeitos do disposto no presente anexo, são também elegíveis os trabalhos de idêntica relevância realizados nas outras áreas referidas no n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto.

ANEXO II

(a que se refere o artigo 7.º)

Republicação do Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho

Artigo 1.º

É aprovado o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, publicado em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

É revogado o Decreto-Lei n.º 352/81, de 28 de dezembro.

ESTATUTO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

TÍTULO I

Da Ordem

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Denominação, natureza e sede

1 — A Ordem dos Engenheiros, adiante designada, abreviadamente, por Ordem, é a associação pública profissional representativa dos profissionais, que, em conformidade com os preceitos do presente Estatuto e as demais disposições aplicáveis, exercem a profissão de engenheiro.

2 — A Ordem é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica e disciplinar.

3 — A Ordem é uma pessoa coletiva de direito público e no exercício dos seus poderes públicos pratica os atos administrativos necessários ao desempenho das suas funções e aprova os regulamentos previstos na lei e no presente Estatuto.

4 — Ressalvados os casos previstos na lei, os atos e regulamentos da Ordem não estão sujeitos a homologação governamental.

5 — A Ordem tem a sua sede em Lisboa.

Artigo 2.º

Tutela administrativa

Os poderes de tutela administrativa a que se refere o artigo 45.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, são exercidos pelo membro do Governo responsável pelo setor da construção.

Artigo 3.º

Missão

É missão da Ordem exercer, nos termos do presente Estatuto, o controlo do acesso à atividade profissional de engenheiro e do seu exercício, contribuir para a defesa, a

promoção e o progresso da engenharia, estimular os esforços dos seus membros nos domínios científico, profissional e social, e defender a ética, a deontologia, a valorização e a qualificação profissionais dos engenheiros.

Artigo 4.º

Atribuições

1 — A Ordem tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional.

2 — Na prossecução das suas atribuições, cabe à Ordem:

a) Assegurar o cumprimento das regras de ética profissional e o nível de qualificação profissional dos engenheiros, bem como dos demais que, registados na Ordem, exerçam a atividade de engenharia no território nacional;

b) Atribuir, em exclusivo, o título profissional de engenheiro;

c) Defender coletivamente os legítimos interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros e prestar-lhes serviços de formação e informação sobre as matérias diretamente relacionadas com o exercício da atividade profissional;

d) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro e atribuir distinções e títulos honoríficos;

e) Fomentar o desenvolvimento do ensino e da formação em engenharia e participar nos processos oficiais de acreditação e avaliação dos cursos que dão acesso à profissão, ou em outros promovidos por entidades nacionais ou estrangeiras.

f) Contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros;

g) Proteger o título e a profissão de engenheiro, promovendo o procedimento judicial contra quem o use ou a exerça ilegalmente, podendo, designadamente, constituir-se assistente em processo penal;

h) Promover a cooperação e solidariedade entre os seus associados;

i) Valorizar a qualificação profissional dos engenheiros pela atribuição de títulos de especialista, sénior e conselheiro, e pela participação ativa na sua formação contínua, emitindo os competentes certificados e cédulas profissionais;

j) Prestar a colaboração técnica e científica na área da engenharia que seja solicitada por quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando estejam em causa matérias relacionadas com os seus fins e atribuições ou com a prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão de engenheiro;

k) Participar na elaboração de legislação que diga respeito ao acesso e exercício da profissão de engenheiro;

l) Desenvolver relações com associações afins, nacionais e estrangeiras, podendo constituir ou aderir a uniões e federações internacionais;

m) Exercer jurisdição disciplinar sobre os engenheiros e todos os que, registados na Ordem, exerçam a atividade de engenharia no território nacional;

n) Elaborar e manter atualizado o registo dos membros;

o) Reconhecer as qualificações profissionais para o exercício da profissão de engenheiro obtidas fora de Portugal por cidadãos de Estado membro da União Europeia ou do

Espaço Económico Europeu e, em condições de reciprocidade, por cidadãos de países terceiros, nos termos da lei, do direito da União Europeia, de convenção internacional ou com base em acordo de cooperação entre a Ordem e entidade afim estrangeira;

p) Estabelecer formas de colaboração ou de cooperação com entidades europeias e estrangeiras que visem facilitar e incentivar a mobilidade dos profissionais, nomeadamente através da emissão, validação e utilização da carteira profissional europeia;

q) Regular a atividade profissional dos engenheiros, nos termos do presente Estatuto;

r) Criar, sempre que se justifique, formas de representação na União Europeia, no Espaço Económico Europeu e no estrangeiro, de modo a poder prestar serviços de apoio aos engenheiros que aí exerçam a sua atividade profissional;

s) Promover formas e meios de comunicação com o objetivo de prestar aos seus membros e ao público em geral informação atualizada nas áreas técnica, científica, deontológica, jurídica e cultural, e, bem assim, promover, patrocinar ou apoiar a edição de publicações ou artigos com relevância na área da engenharia;

t) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas destinados a obter condições vantajosas e benefícios para os seus membros relativamente aos bens fornecidos e ou serviços prestados por aquelas entidades;

u) Defender os interesses dos destinatários dos serviços;

v) Exercer as demais funções que resultem da lei e das disposições do presente Estatuto.

3 — Incumbe à Ordem representar os engenheiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas.

4 — A Ordem pode intervir, como assistente, nos processos judiciais em que seja parte um dos seus membros e em que estejam em causa questões relacionadas com o exercício da profissão de engenheiro.

5 — A Ordem tem direito a utilizar insígnias, bandeira e selo próprios.

Artigo 5.º

Autonomia patrimonial e financeira

1 — A Ordem dispõe de património próprio e de finanças próprias, bem como de autonomia orçamental, sem prejuízo da sua sujeição à jurisdição do Tribunal de Contas nos termos da lei.

2 — A autonomia financeira inclui o poder de fixar o valor da quota mensal ou anual dos seus membros, bem como as taxas pelos serviços prestados.

CAPÍTULO II

Membros

Artigo 6.º

Inscrição

Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, a atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efetivo da Ordem, seja de forma liberal ou por conta de outrem, e independentemente do setor público, privado, cooperativo ou social em que a atividade seja exercida.

Artigo 7.º

Título de engenheiro e exercício da profissão

1 — O engenheiro ocupa-se da aplicação das ciências e técnicas respeitante às diferentes especialidades de engenharia nas atividades de investigação, conceção, estudo, projeto, fabrico, construção, produção, avaliação, fiscalização e controlo de qualidade e segurança, peritagem e auditoria de engenharia, incluindo a coordenação e gestão dessas atividades e outras com elas relacionadas.

2 — São atos próprios dos que exercem a atividade de engenharia os constantes da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e de outras leis que especialmente os consagram.

3 — O exercício da atividade profissional por conta de outrem não afeta a autonomia técnica do profissional nem dispensa o cumprimento pelo mesmo dos deveres deontológicos.

4 — O uso ilegal do título de engenheiro ou o exercício da respetiva profissão sem o cumprimento dos requisitos de acesso à profissão em território nacional são punidos nos termos da lei penal.

5 — Os trabalhadores dos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e das demais pessoas coletivas públicas, que pratiquem, no exercício das suas funções, atos próprios da profissão de engenheiro, e realizem ações de verificação, aprovação, auditoria ou fiscalização sobre atos anteriores, devem estar validamente inscritos como membros efetivos da Ordem.

Artigo 8.º

Direito de estabelecimento

1 — O reconhecimento das qualificações profissionais de nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu obtidas fora de Portugal para a sua inscrição como membro da Ordem é regulado pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, sem prejuízo de condições especiais de reciprocidade caso as qualificações em causa tenham sido obtidas fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

2 — O profissional que pretenda inscrever-se na Ordem nos termos do número anterior e que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais, observado o disposto no n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, deve identificar a organização em causa no pedido apresentado nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

3 — Caso o facto a comunicar nos termos do número anterior ocorra após a apresentação do pedido de reconhecimento de qualificações, deve a organização associativa em causa ser identificada perante a Ordem no prazo máximo de 60 dias.

Artigo 9.º

Livre prestação de serviços

1 — Os profissionais legalmente estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de engenheiro regulada pelo

presente Estatuto, podem exercê-las, de forma ocasional e esporádica, em território nacional, em regime de livre prestação de serviços, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

2 — Os profissionais referidos no número anterior são equiparados a engenheiro para todos os efeitos legais em que tal qualificação profissional seja exigida para o exercício de uma determinada atividade, exceto quando o contrário resulte das disposições em causa.

3 — O profissional que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio, ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais e pretenda exercer a sua atividade profissional em território nacional nessa qualidade, em regime de livre prestação de serviços, deve identificar perante a Ordem a organização associativa, por conta da qual presta serviços, na declaração referida no artigo 5.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

Artigo 10.º

Comércio eletrónico

Os profissionais legalmente estabelecidos em Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de engenheiro regulada pelo presente Estatuto, podem exercê-las, através de comércio eletrónico, com destino ao território nacional, observados que sejam os requisitos aplicáveis no Estado membro de origem, nomeadamente as normas deontológicas aí vigentes, assim como a disponibilização permanente de informação prevista no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto—Lei n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto.

Artigo 11.º

Sociedades de engenheiros

1 — Os engenheiros estabelecidos em território nacional podem exercer em grupo a profissão, constituindo ou ingressando como sócios em sociedades de engenheiros.

2 — Podem ainda ser sócios profissionais de sociedades de engenheiros:

a) Sociedades de engenheiros previamente constituídas e inscritas como membros da Ordem;

b) Organizações associativas de profissionais equiparados a engenheiros constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu cujo capital e direitos de voto caibam maioritariamente aos profissionais em causa.

3 — O requisito de capital referido na alínea b) do número anterior não é aplicável caso esta não disponha de capital social.

4 — O juízo de equiparação a que se refere a alínea b) do n.º 2 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

5 — As sociedades de engenheiros gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres aplicáveis aos profissionais membros da Ordem que sejam compatíveis com a sua natureza, com exceção do direito de voto, estando nomeadamente sujeitas aos princípios e regras deontológicos constantes do presente Estatuto.

6 — Os membros do órgão executivo das sociedades profissionais de engenheiros, independentemente da sua qualidade de membros da Ordem, devem respeitar os princípios e regras deontológicos, a autonomia técnica e científica e as garantias conferidas aos engenheiros pela lei e pelo presente Estatuto.

7 — As sociedades de engenheiros podem ainda desenvolver quaisquer outras atividades que não sejam incompatíveis com a atividade de engenheiro, nem em relação às quais se verifique impedimento, nos termos do presente Estatuto, não estando essas atividades sujeitas ao controlo da Ordem.

8 — A constituição e funcionamento das sociedades de profissionais consta de diploma próprio.

9 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a maioria do capital social com direito de voto de sociedades de engenheiros, quando exista, pertence a engenheiros estabelecidos em território nacional, a sociedades de engenheiros constituídas ao abrigo do direito nacional, ou a outras formas de organização associativa de profissionais equiparados constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu inscritas na Ordem nos termos do artigo seguinte.

Artigo 12.º

Organizações associativas de profissionais de outros Estados membros

1 — As organizações associativas de profissionais equiparados a engenheiros constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o exercício de atividade profissional cujo gerente ou administrador seja um profissional e cujo capital com direito de voto caiba maioritariamente aos profissionais em causa e ou a outras organizações associativas cujo capital e direitos de voto caibam maioritariamente àqueles profissionais podem inscrever as respetivas representações permanentes em Portugal, constituídas nos termos da lei comercial, como membros da Ordem, sendo enquanto tal equiparadas a sociedades de engenheiros para efeitos do presente Estatuto.

2 — Os requisitos de capital referidos no número anterior não são aplicáveis caso a organização associativa não disponha de capital social, aplicando-se, em seu lugar, o requisito de atribuição da maioria de direitos de voto aos profissionais ali referidos.

3 — O juízo de equiparação a que se refere o n.º 1 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

4 — O regime jurídico de inscrição das organizações associativas de profissionais de outros Estados membros consta do regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 13.º

Nacionais de países terceiros

1 — Podem inscrever-se na Ordem, para efeito do exercício em território nacional da profissão de engenheiro, os nacionais de países terceiros, ao abrigo de acordos em condições de reciprocidade.

2 — Aos candidatos mencionados nos números anteriores pode ser exigida a realização de estágio profissional, a frequência da formação em ética e deontologia profissional e a realização de provas de avaliação, nos termos previstos no presente Estatuto e nos regulamentos aprovados pela Ordem para os candidatos cujas qualificações tenham sido obtidas em Portugal.

Artigo 14.º

Membros

Os membros da Ordem distribuem-se pelas seguintes categorias:

- a) Membro efetivo;
- b) Membro estagiário;
- c) Membro honorário;
- d) Membro estudante;
- e) Membro correspondente;
- f) Membro coletivo.

Artigo 15.º

Membro efetivo

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, a admissão como membro efetivo depende da satisfação cumulativa das seguintes condições:

a) Ser titular do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecida com esse nível;

b) Ter, nos termos do artigo 20.º, realizado e sido aprovado em estágio com duração não inferior a seis meses, ou dele ter sido dispensado;

c) Ter prestado provas de avaliação de conhecimentos de deontologia para o exercício da profissão de engenheiro.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, pode ainda ser admitido como membro efetivo o que satisfaça, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Ser titular do grau de licenciado num domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa no quadro da organização de estudos decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro, e 115/2013, de

7 de agosto, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecido com esse nível;

b) Ter, nos termos do artigo 20.º, realizado e sido aprovado em estágio com duração não inferior a 18 meses, ou dele ter sido dispensado;

c) Ter prestado provas de avaliação de conhecimentos de deontologia para o exercício da profissão de engenheiro.

3 — Relativamente ao exame de estágio, formação deontológica e provas de avaliação a que se referem os números anteriores, cabe à Ordem, em regulamento homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas definir as condições em que os mesmos se realizam, pelo menos, uma vez anualmente.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 54.º, os membros efetivos são inscritos no colégio de especialidade correspondente ao seu curso.

5 — Uma sociedade de engenheiros ou organização associativa de profissionais equiparados a engenheiros pode inscrever-se como membro de determinado colégio de especialidade quando, pelo menos, um dos seus sócios, gerentes, administradores ou colaboradores a tempo inteiro for membro efetivo desse mesmo colégio.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o regime jurídico de inscrição das organizações associativas de profissionais de outros Estados membros consta do regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 16.º

Exercício da profissão após ingresso com licenciatura

1 — Os engenheiros inscritos como membros efetivos na Ordem nos termos do n.º 2 do artigo anterior, designados engenheiros de nível 1, podem praticar todos os atos próprios de engenharia, excetuados os que lhes sejam expressamente vedados por lei, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Os engenheiros referidos no número anterior passam à condição de membros inscritos nos termos do n.º 1 do artigo anterior, designados engenheiros de nível 2, logo que:

a) Tenham cinco anos de experiência profissional efetiva, em que demonstrem ter efetuado os trabalhos de engenharia enquadrados no n.º 1 do artigo 7.º, especificados no anexo ao presente Estatuto; ou

b) Adquiram a titularidade do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecido com esse nível.

Artigo 17.º

Engenheiros seniores e conselheiros

1 — Para além do título de especialidade profissional reconhecida ao membro aquando da sua inscrição na Ordem em determinado colégio de especialidade, de acordo com a sua formação académica, podem ainda ser atribuídos aos engenheiros os seguintes títulos:

- a) Engenheiro sénior;
- b) Engenheiro conselheiro.

2 — O título profissional de engenheiro sénior é atribuído aos engenheiros que:

a) Sendo titulares do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau ou que tenha sido reconhecido com esse nível e tenham cinco anos de experiência em engenharia;

b) Não sendo titulares da qualificação académica mencionada na alínea anterior, tenham 10 anos de experiência em engenharia.

3 — O título profissional de engenheiro conselheiro é atribuído aos engenheiros seniores que:

a) Sejam titulares do grau de mestre numa especialidade do domínio da engenharia conferido por uma instituição de ensino superior portuguesa, ou de um grau académico superior estrangeiro num domínio da engenharia a que tenha sido conferida equivalência àquele grau, ou que tenha sido reconhecida com esse nível e tenham 15 anos de experiência em engenharia;

b) Não sendo titulares da habilitação académica mencionada na alínea anterior, tenham 20 anos de experiência em engenharia.

Artigo 18.º

Local de inscrição

A inscrição na Ordem faz-se na região do domicílio fiscal do candidato.

Artigo 19.º

Membro estagiário

1 — Tem a categoria de membro estagiário o candidato que, para acesso a membro efetivo, efetua o estágio previsto no presente Estatuto, nos termos a definir pela Ordem por regulamento homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

2 — Os profissionais nacionais de Estados membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal e pretendam realizar o estágio em território nacional podem inscrever-se como membros estagiários da Ordem.

Artigo 20.º

Estágio

1 — O estágio tem como objetivo a habilitação profissional do estagiário, implicando não só a integração dos conhecimentos adquiridos na formação académica e a experiência da sua aplicação prática, mas também a percepção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão em geral que caracterizam o exercício da profissão de engenheiro, de modo a que a profissão possa ser desempenhada de forma competente e responsável.

2 — O estágio rege-se pelo disposto na lei, no presente Estatuto e no regulamento dos estágios aprovado pela Ordem e homologado pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

3 — Os membros estagiários inscrevem-se no colégio de especialidade correspondente ao seu curso.

4 — A inscrição na Ordem faz-se na região do domicílio fiscal do candidato.

5 — A inscrição no estágio pode ser feita a qualquer momento e a sua realização, a efetuar dentro dos parâmetros definidos pela Ordem, é da responsabilidade do membro estagiário, sem prejuízo dos poderes de organização, supervisão, controlo e avaliação da Ordem e dos poderes de direção e supervisão do orientador do estágio cuja indicação é obrigatória.

6 — A Ordem realiza, pelo menos uma vez em cada ano, exames finais de estágio.

7 — O estágio é dispensado aos candidatos que possuam cinco ou seis anos de experiência em engenharia, conforme sejam titulares das habilitações académicas referidas no n.º 1 ou no n.º 2 do artigo 15.º

8 — O estágio considera-se concluído com a apresentação do relatório do estágio com avaliação positiva e respetiva homologação, nos termos previstos no regulamento dos estágios.

9 — Os estágios profissionais de adaptação enquanto medida de compensação são regidos pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

Artigo 21.º

Suspensão do estágio

A pedido fundamentado do interessado, o estágio pode ser suspenso.

Artigo 22.º

Deveres do estagiário

O engenheiro estagiário deve cumprir os seguintes deveres:

a) Participar nas ações de formação deontológica obrigatórias e realizar as respetivas provas de avaliação e o exame final de estágio;

b) Colaborar com o orientador sempre que este o solicite e desde que tal seja compatível com a sua atividade de estagiário;

c) Guardar lealdade e respeito para com o orientador;

d) Prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelos órgãos competentes da Ordem sobre a forma como está a decorrer o estágio;

e) Cumprir com zelo e competência as suas obrigações para com a entidade onde está a realizar o estágio.

Artigo 23.º

Deveres do orientador de estágio

É dever do orientador orientar a atividade do engenheiro estagiário, no sentido de complementar a sua formação, aconselhando-o e informando-o sobre o exercício efetivo da profissão e o cumprimento das respetivas regras deontológicas.

Artigo 24.º

Seguro profissional

A subscrição de seguro de responsabilidade civil profissional pelo engenheiro estagiário não é obrigatória.

Artigo 25.º

Seguro de acidentes pessoais

O estagiário está dispensado de realizar seguro de acidentes pessoais, nos casos em que o estágio profissional orientado decorra no âmbito de um contrato de trabalho.

Artigo 26.º

Membros honorários

Podem ser admitidos, por deliberação do conselho diretivo nacional, na qualidade de membros honorários, os indivíduos ou coletividades que, exercendo ou tendo exercido atividade de reconhecido interesse público e contribuído para a dignificação e prestígio da profissão de engenheiro, sejam considerados como merecedores de tal distinção.

Artigo 27.º

Membros estudantes

Os estudantes de cursos de engenharia podem ser admitidos na qualidade de membros estudantes.

Artigo 28.º

Membros correspondentes

Como membros correspondentes podem ser admitidos pelo conselho de admissão e qualificação:

a) Profissionais com o grau académico de licenciado que, não exercendo a profissão de engenheiro, nem tendo a respetiva formação escolar, exerçam atividades afins e apresentem um currículo valioso, como tal reconhecido pelo órgão competente;

b) Membros de associações congéneres europeias ou estrangeiras que confirmem igual tratamento aos membros da Ordem;

c) Profissionais de engenharia diplomados por instituições de ensino superior portuguesas onde sejam atribuídas licenciaturas em engenharia e que exerçam a sua atividade na União Europeia, no Espaço Económico Europeu ou no estrangeiro.

Artigo 29.º

Membros coletivos

1 — Como membros coletivos podem inscrever-se na Ordem as pessoas coletivas que com ela estabeleçam acordo escrito e que desenvolvam atividade relevante de formação, investigação ou difusão do conhecimento em área diretamente relacionada com a engenharia.

2 — Quando se trate de associações, é ainda necessário, para efeito do disposto no número anterior, que pelo menos 50 % dos seus membros se encontrem inscritos na Ordem.

Artigo 30.º

Suspensão e cancelamento da inscrição

1 — São suspensos da Ordem os membros que por sua iniciativa requeiram a suspensão da respetiva inscrição nos termos aprovados pela Ordem e, bem assim, os membros que, na sequência de procedimento disciplinar, sejam punidos com a sanção de suspensão ou com suspensão preventiva

2 — É cancelada a inscrição na Ordem aos membros que a solicitem e aos membros estagiários que não concluíam o estágio profissional dentro do período de tempo aplicável.

3 — O cancelamento da inscrição na Ordem não obsta a nova inscrição, a efetuar nos termos previstos nos regulamentos da Ordem.

4 — Nos casos previstos nos números anteriores, a cédula profissional deve ser sempre devolvida à Ordem, pelo titular.

CAPÍTULO III

Organização

Artigo 31.º

Organização

1 — A Ordem, quanto à sua organização, está dividida em dois planos:

- c) Territorial;
- d) Por especialidades.

2 — A Ordem organiza-se, no plano territorial, em três níveis:

- d) Nacional;
- e) Regional;
- f) Local.

3 — A organização da Ordem, no plano das especialidades, opera-se pela constituição de colégios, agrupando os engenheiros de cada especialidade.

Artigo 32.º

Território

A Ordem abrange, a nível territorial, o continente e as regiões autónomas.

Artigo 33.º

Continente

1 — No território do continente, as regiões da Ordem são as seguintes:

- a) A região norte, com sede no Porto;
- b) A região centro, com sede em Coimbra;
- c) A região sul, com sede em Lisboa.

2 — O domínio territorial de jurisdição dos órgãos próprios das regiões referidas no número anterior integra as áreas dos atuais distritos, da forma seguinte:

- a) Região norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;
- b) Região centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu;
- c) Região sul: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

3 — Os territórios das regiões autónomas constituem regiões da Ordem.

Artigo 34.º**Estruturas locais**

1 — No território do continente, as estruturas locais correspondem aos distritos.

2 — No território da Região Autónoma da Madeira, as estruturas locais correspondem às ilhas.

3 — No território da Região Autónoma dos Açores, as estruturas locais correspondem aos grupos de ilhas.

CAPÍTULO IV**Órgãos****Artigo 35.º****Órgãos**

1 — São órgãos nacionais da Ordem:

- a) A assembleia magna;
- b) O bastonário;
- c) A assembleia de representantes;
- d) O conselho diretivo nacional;
- e) O conselho fiscal nacional;
- f) O conselho jurisdicional;
- g) O conselho de admissão e qualificação;
- h) Os conselhos nacionais de colégio;
- i) O conselho coordenador dos colégios.
- j) As comissões de especialização.

2 — São órgãos regionais da Ordem:

- a) As assembleias regionais;
- b) Os conselhos diretivos das regiões;
- c) Os conselhos fiscais das regiões;
- d) Os conselhos disciplinares;
- e) Os conselhos regionais de colégio.

3 — São órgãos locais da Ordem:

- a) As assembleias distritais e insulares;
- b) As delegações distritais e insulares.

Artigo 36.º**Competências dos órgãos nacionais**

1 — As competências dos órgãos nacionais da Ordem devem ser exercidas de forma a estimular a iniciativa das regiões, cabendo-lhes garantir:

- a) O carácter nacional da Ordem, enquanto associação que representa aqueles que exercem em Portugal a profissão de engenheiro;
- b) A necessidade de fomentar a unidade dos engenheiros;
- c) O respeito pelas características e interesses próprios dos colégios de especialidades;
- d) O respeito pela individualidade e autonomia das regiões;
- e) A necessidade de integrar as ações regionais, inserindo-as em planos nacionais.

2 — Os órgãos nacionais da Ordem exercem as suas competências em matérias de carácter nacional, nomeadamente as que se anunciam a seguir:

- a) A defesa e melhoria das condições de exercício da profissão de engenheiro, designadamente pela participação

na elaboração de disposições legislativas e regulamentares;

b) A intervenção junto dos órgãos da administração central ou outras entidades de âmbito nacional, quando os problemas em causa excedam a capacidade de intervenção direta das regiões;

c) O desenvolvimento das relações internacionais da Ordem;

d) O acompanhamento da situação geral do ensino da engenharia;

e) A apreciação dos níveis de formação, competência e experiência compatíveis com os níveis de qualificação e os títulos de especialização conferidos pela Ordem, bem como a admissão de associados;

f) A identificação dos problemas nacionais cuja resolução justifique o empenhamento dos engenheiros;

g) A avaliação das necessidades de valorização da engenharia nacional, quer no plano científico e técnico, quer no plano da sua intervenção social;

h) A preparação de planos genéricos, coordenando, a médio e longo prazos, o conjunto das atividades a desenvolver pelas regiões;

i) O desenvolvimento de iniciativas culturais, designadamente as relacionadas com a atividade editorial e o congresso;

j) Todas aquelas que o presente Estatuto expressamente preveja ou que lhes venham a ser cometidas.

3 — Os órgãos nacionais são apoiados na sua atividade por um secretário-geral, designado por livre escolha de cada conselho diretivo nacional, de entre os membros efetivos da Ordem.

4 — Ao secretário-geral, que é remunerado pelo desempenho das suas funções, cabe a coordenação dos serviços da Ordem e a execução das diretivas do bastonário e do conselho diretivo nacional.

5 — Para apoiar a ação dos colégios existe um secretário próprio, com uma estrutura por eles proposta e aprovada pelo conselho diretivo nacional.

Artigo 37.º**Assembleia magna**

1 — A assembleia magna é composta pela totalidade dos membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos e reúne uma vez por ano.

2 — As reuniões da assembleia magna têm lugar na região que, de acordo com o sistema de rotatividade, se encarregue da sua organização e realizam-se, sempre que possível, no dia designado como Dia do Engenheiro.

3 — A mesa da assembleia magna é constituída pelo presidente da mesa da assembleia de representantes, que preside, e pelos presidentes das mesas das assembleias regionais, podendo o presidente da assembleia de representantes ceder a presidência ao presidente da mesa da assembleia regional onde a assembleia magna tiver lugar.

4 — A assembleia magna destina-se ao debate aberto sobre os problemas da Ordem e à aprovação de recomendações aos demais órgãos da Ordem.

Artigo 38.º**Bastonário e vice-presidentes**

1 — O bastonário é o Presidente da Ordem e, por inerência, o presidente do conselho diretivo nacional, sendo

coadjuvado pelos dois vice-presidentes, membros do conselho diretivo nacional.

2 — Compete ao bastonário:

- a) Representar a Ordem;
- b) Presidir ao conselho diretivo nacional, ao conselho de admissão e qualificação, ao conselho coordenador dos colégios, à comissão executiva do congresso e à convenção dos delegados distritais e insulares;
- c) Conferir posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais e apreciar os seus pedidos de exoneração ou de suspensão do mandato;
- d) Convocar a assembleia magna;
- e) Requerer a convocação da assembleia de representantes;
- f) Dirigir os serviços da Ordem de âmbito nacional;
- g) Mandatar qualquer membro efetivo da Ordem para o exercício de funções específicas;
- h) Propor a proclamação de membros honorários e a atribuição da Medalha de Ouro da Ordem;
- i) Atribuir as demais medalhas e diplomas de honra de âmbito nacional previstos nos regulamentos da Ordem;
- j) Assistir, querendo, às reuniões de todos os órgãos colegiais da Ordem, só tendo direito a voto nas reuniões em que, nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos, o mesmo lhe esteja atribuído;
- k) Fazer executar as deliberações dos órgãos nacionais, em especial, as da assembleia de representantes e do conselho diretivo nacional, bem como, dar seguimento às recomendações da assembleia magna e do congresso da Ordem;
- l) Velar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Engenheiros e respetivos regulamentos e zelar pela realização das suas atribuições;
- m) Apresentar anualmente ao conselho diretivo nacional os projetos de orçamento e do plano de atividades para o ano civil seguinte e o projeto de relatório e das contas referentes ao ano civil anterior, do conselho diretivo nacional, bem como o orçamento e as contas de toda a Ordem para efeitos de cumprimento de obrigações legais;
- n) Usar o voto de qualidade, em caso de empate, em todas as reuniões dos órgãos colegiais em que tenha direito a voto e a que presida;
- o) Enviar para homologação da tutela os regulamentos a que se refere o n.º 5 do artigo 45.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro;
- p) Exercer, em casos urgentes, as competências do conselho diretivo nacional sem prejuízo de poder ser requerida a ratificação pela maioria dos membros que compõem o conselho;
- q) Exercer as demais funções que as leis e os regulamentos lhe confirmam.

3 — O bastonário pode delegar nos vice-presidentes e nos presidentes dos conselhos diretivos regionais qualquer uma das suas competências.

4 — Compete aos vice-presidentes:

- a) Coadjuvar o bastonário nas suas funções, substituindo-o nas suas ausências ou impedimentos;
- b) Executar as atribuições de competência do bastonário que por ele lhes forem delegadas.

Artigo 39.º

Assembleia de representantes

1 — A assembleia de representantes é constituída por:

- a) 60 membros eleitos em lista por sufrágio universal, direto, secreto e periódico;
- b) Os cinco presidentes das mesas das assembleias regionais.

2 — A mesa da assembleia de representantes é formada pelo presidente, vice-presidente e secretário, indicados e eleitos na lista que obtiver o maior número de votos para a assembleia.

3 — A reunião da assembleia de representantes tem lugar na sede nacional e da região sul da Ordem, podendo, porém, por proposta do bastonário e decisão do presidente da mesa, realizar-se noutros locais do território nacional.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, no decurso de cada mandato, deve realizar-se, pelo menos, uma reunião da assembleia de representantes nas sedes das regiões norte e centro da Ordem.

5 — Compete, em especial, à assembleia de representantes:

- a) Deliberar sobre os assuntos da competência do conselho diretivo nacional que lhe forem submetidos;
- b) Deliberar sobre o relatório e contas do conselho diretivo nacional relativo ao ano civil transato, tendo em conta o parecer do conselho fiscal nacional;
- c) Deliberar sobre o plano de atividades e o orçamento do conselho diretivo nacional, tendo em conta o parecer do conselho fiscal nacional;
- d) Tomar conhecimento do orçamento e das contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional;
- e) Fixar as quotas a cobrar pelas regiões, e as taxas, bem como fixar a percentagem da quotização destinada ao conselho diretivo nacional;
- f) Aprovar os regulamentos;
- g) Deliberar, mediante proposta do conselho diretivo nacional, sobre a realização de referendos;
- h) Aprovar o seu regimento, elaborado pela mesa;
- i) Organizar os colégios de especialidade, de acordo com os novos domínios técnicos e científicos da atividade de engenharia;
- j) Deliberar sobre projetos de alteração do presente Estatuto;
- k) Deliberar sobre quaisquer questões que não sejam atribuídas a outros órgãos.

6 — A assembleia de representantes, convocada pelo seu presidente, reúne:

- a) Em sessões ordinárias, até 25 de março e 20 de dezembro de cada ano, para os fins previstos nas alíneas b) e c) do número anterior, respetivamente;
- b) Extraordinariamente, sempre que o presidente o repute necessário, ou a pedido do bastonário, do conselho diretivo nacional, do conselho fiscal nacional, do conselho jurisdicional, do conselho coordenador dos colégios, de uma assembleia regional ou de um terço dos membros que a constituem.

7 — As reuniões extraordinárias devem ser convocadas nos 60 dias subsequentes à decisão do seu presidente ou ao pedido a que se refere o número anterior.

8 — Na reunião ordinária podem ser tratadas matérias não referidas no n.º 5 desde que se encontrem mencionadas na ordem de trabalhos que acompanha a convocatória.

9 — A assembleia de representantes funciona com a presença da maioria absoluta dos membros que a constituem, podendo contudo, se à hora marcada na convocatória não comparecer o número de membros suficiente para constituir aquela maioria, funcionar meia hora depois com, pelo menos, um terço dos seus membros.

10 — As deliberações da assembleia de representantes carecem do voto favorável da maioria dos membros presentes.

11 — O bastonário e os restantes membros do conselho diretivo nacional participam nas reuniões da assembleia de representantes, sem direito a voto.

12 — Os membros do conselho fiscal nacional participam nas reuniões da assembleia de representantes, sem direito a voto, quando se tratarem de matérias relativas à gestão financeira da Ordem, incluindo os orçamentos e contas anuais.

Artigo 40.º

Conselho diretivo nacional

1 — O conselho diretivo nacional é constituído pelo bastonário, que preside, pelos dois vice-presidentes nacionais, pelos presidentes e secretários dos conselhos diretivos das regiões norte, centro e sul e pelos presidentes dos conselhos diretivos regionais dos Açores e da Madeira.

2 — O funcionamento do conselho diretivo nacional obedece ao seu regimento, o qual deve contemplar as seguintes regras:

a) As deliberações do conselho diretivo nacional são tomadas por maioria simples;

b) Os membros do conselho diretivo nacional agem a título individual, e não como representantes de qualquer dos conselhos diretivos das regiões, salvo quando tenham sido expressamente mandatados para o efeito pelos conselhos diretivos respetivos ou pelas assembleias regionais;

c) O conselho diretivo nacional não pode reunir sem a presença da maioria dos seus membros.

3 — Compete, em especial, ao conselho diretivo nacional:

a) Desenvolver uma atividade orientada para a prossecução dos objetivos da Ordem, para o prestígio da associação e da classe e para o integral cumprimento das diretrizes emanadas dos órgãos competentes;

b) Definir as grandes linhas de atuação comum a serem seguidas pelas regiões;

c) Desenvolver as relações internacionais da Ordem;

d) Arrecadar receitas e satisfazer despesas, adquirir e alienar imóveis e administrar os bens nacionais da Ordem e orientar superiormente os serviços da Ordem de âmbito nacional cuja direção compete ao bastonário, incluindo a contratação e demissão do pessoal de apoio aos órgãos nacionais;

e) Fixar os subsídios de deslocação dos membros das mesas das assembleias e dos órgãos da Ordem, bem como das comissões e grupos de trabalho criados no âmbito da Ordem, e dos membros que forem nomeados para repre-

sentarem a Ordem, tendo em conta os valores abonados na Administração Pública para deslocações e ajudas de custo;

f) Elaborar anualmente o orçamento e o plano de atividades do conselho diretivo nacional e submetê-lo à aprovação da assembleia de representantes, acompanhado do respetivo parecer do conselho fiscal nacional;

g) Elaborar anualmente o relatório e contas do conselho diretivo nacional e submetê-lo à aprovação da assembleia de representantes, acompanhado do respetivo parecer do conselho fiscal nacional;

h) Elaborar o orçamento e as contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional, e dar conhecimento à assembleia de representantes;

i) Organizar os congressos;

j) Aprovar as linhas gerais dos programas de ação dos colégios;

k) Aprovar, sob proposta do conselho de admissão e qualificação, tabelas e respetivas atualizações das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades estruturadas na Ordem;

l) Decidir da dispensa de estágio, nos termos do n.º 7 do artigo 20.º;

m) Confirmar a inscrição dos membros efetivos e estagiários, registar os prestadores de serviços e zelar pela boa conservação, atualização e operacionalidade do registo geral de inscrições de membros e profissionais em livre prestação de serviços;

n) Exercer as competências definidas na lei relativamente aos nacionais de Estados membros da União Europeia e do Espaço Económico Europeu que pretendam exercer em Portugal a atividade profissional de engenheiro, incluindo os prestadores de serviços, sob proposta do conselho de admissão e qualificação;

o) Apresentar à assembleia de representantes, para parecer ou deliberação, propostas sobre matéria de especial relevância para a Ordem;

p) Propor à assembleia de representantes a realização de referendos;

q) Promover e realizar referendos em colaboração com a comissão eleitoral nacional, as mesas das assembleias regionais e os órgãos executivos regionais e locais;

r) Decidir da organização de novas especialidades, bem como decidir a criação de especializações e outorgar os respetivos títulos;

s) Atribuir aos membros da Ordem os níveis de qualificação profissional e os títulos de especialista e conferir a qualidade de membro honorário;

t) Disponibilizar os meios para a realização dos atos eleitorais, incluindo os que lhe sejam solicitados pela comissão eleitoral nacional, e fixar as participações para as listas concorrentes aos órgãos nacionais;

u) Deliberar sobre a propositura de ações judiciais, confessar, desistir, transigir, alienar ou onerar bens, contrair empréstimos e aceitar doações e legados;

v) Decidir, ouvido o conselho de admissão e qualificação, sobre as dúvidas que surjam relativamente à inscrição dos membros efetivos nas especialidades reconhecidas pela Ordem;

w) Atribuir a Medalha de Ouro da Ordem;

x) Atribuir as demais medalhas e diplomas de honra de âmbito nacional previstos nos regulamentos da Ordem;

y) Constituir comissões e grupos de trabalho com fins específicos;

z) Elaborar, nos termos do disposto no presente Estatuto, os regulamentos de eleições e referendos, de admissão e qualificação, de estágios, das especialidades, das especializações, dos atos de engenharia, das insígnias e galardões da Ordem, das delegações distritais e insulares e o estatuto do membro eleito;

aa) Pronunciar-se sobre os regulamentos cuja elaboração esteja cometida a outros órgãos nacionais e cuja aprovação seja da competência da assembleia de representantes;

bb) Marcar a data das eleições para os órgãos da Ordem;

cc) Aprovar os acordos, convénios e protocolos de âmbito internacional e nacional, de acordo com as atribuições da Ordem;

dd) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

ee) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — O conselho diretivo nacional deve ouvir previamente o conselho coordenador dos colégios sobre as matérias referidas nas alíneas c), f), g), n), o) e v) do número anterior.

5 — O conselho diretivo nacional pode delegar no bastonário as competências previstas nas alíneas m), n), o) e t) e na subalínea ee) do n.º 3, podendo também delegar-lhe competências para contrair despesas, efetuar pagamentos e celebrar e alterar contratos, com faculdade de subdelegação.

6 — O conselho diretivo nacional pode ainda delegar em qualquer dos seus membros competências para tratar de assuntos específicos.

7 — O conselho diretivo nacional reúne quando convocado pelo bastonário, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 41.º

Conselho fiscal nacional

1 — O conselho fiscal nacional é constituído por um presidente e um vogal, eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, em lista.

2 — O conselho fiscal nacional integra ainda um revisor oficial de contas, após prévio processo público de contratação promovido pelo conselho diretivo nacional.

3 — Compete ao conselho fiscal nacional:

a) Examinar a gestão financeira da competência do conselho diretivo nacional;

b) Dar parecer sobre o orçamento e contas anuais do conselho diretivo nacional;

c) Dar parecer sobre o orçamento e as contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais;

d) Assistir às reuniões do conselho diretivo nacional, sempre que o julgue conveniente ou este o solicite, sem direito a voto;

e) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

f) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — O conselho fiscal nacional reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante

solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

Artigo 42.º

Conselho jurisdicional

1 — O conselho jurisdicional é independente no exercício das suas funções e é constituído por um presidente, um vice-presidente e cinco vogais, eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, em lista fechada, funcionando em duas secções.

2 — Compete ao conselho jurisdicional:

a) Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto, dos respetivos regulamentos e das decisões tomadas pelos órgãos competentes;

b) Verificar a conformidade legal e estatutária das propostas de referendo e das propostas de regulamentos;

c) Exercer, de forma independente, a ação disciplinar relativamente a infrações cometidas por membros ou ex-membros dos órgãos dirigentes da Ordem e por profissionais em livre prestação de serviços;

d) Instruir os processos disciplinares referidos na alínea anterior;

e) Julgar em plenário os recursos das decisões das suas secções nos processos disciplinares referidos na alínea anterior e os recursos interpostos das decisões dos conselhos disciplinares;

f) Declarar a existência de conflitos de interesses suscetíveis de gerar incompatibilidade para o exercício de cargos na Ordem;

g) Julgar os recursos sobre a validade das decisões relativas a perda ou suspensão de mandato dos membros dos órgãos da Ordem, a requerimento dos interessados;

h) Julgar os recursos sobre a validade das decisões dos demais órgãos da Ordem que afetem diretamente direitos dos membros da Ordem, a requerimento dos interessados;

i) Julgar os recursos das decisões em matéria eleitoral tomadas pelas mesas das assembleias regionais, nos termos do n.º 2 do artigo 82.º;

j) Dar parecer que lhe seja solicitado pelo bastonário ou pelo conselho diretivo nacional sobre o exercício profissional e deontológico;

k) Elaborar a proposta de regulamento disciplinar;

l) Requerer a qualquer órgão da Ordem os pareceres e as informações que, no âmbito das suas competências disciplinares ou de supervisão, se tornem necessários para o desempenho das suas funções;

m) Requerer externamente os pareceres especializados que considerar necessários ao desempenho das suas funções;

n) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

o) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — O conselho jurisdicional é assessorado por juristas com mais de cinco anos de experiência profissional e dispõe do pessoal administrativo necessário para o respetivo secretariado de apoio.

4 — O conselho jurisdicional reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

5 — Os restantes órgãos da Ordem colaboram com o conselho jurisdicional, quando por este solicitado, no âmbito das suas funções disciplinares e de supervisão.

Artigo 43.º

Conselho de admissão e qualificação

1 — O conselho de admissão e qualificação é constituído pelo bastonário, que preside, e por dois membros efetivos eleitos de cada uma das especialidades reconhecidas pela Ordem.

2 — O conselho pode ser assessorado por personalidades de reconhecido mérito científico ou profissional, a título permanente ou eventual, e solicitar pareceres a comissões especializadas da Ordem ou a entidades exteriores à mesma, sempre que julgar conveniente.

3 — Compete ao conselho de admissão e qualificação, ouvido o conselho coordenador dos colégios:

a) Pronunciar-se sobre as condições de admissão de membros efetivos, designadamente sobre a dispensa de estágio, bem como sobre as condições de admissão de membros estagiários;

b) Propor ao conselho diretivo nacional o reconhecimento das qualificações profissionais de nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu obtidas fora do território nacional e a sua inscrição como membro efetivo, bem como o registo de profissionais em livre prestação de serviços;

c) Propor ao conselho diretivo nacional as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;

d) Propor ao conselho diretivo nacional a atribuição do título de engenheiro especialista e dos níveis de qualificação de engenheiro sénior e de engenheiro conselheiro;

e) Propor ao conselho diretivo nacional o reconhecimento de especialidades;

f) Decidir da admissão de membros correspondentes, sob proposta do respetivo conselho diretivo regional;

g) Pronunciar-se sobre o reconhecimento de novas especialidades;

h) Pronunciar-se sobre a criação e reconhecimento de especializações e a atribuição do título de especialista;

i) Propor ao conselho diretivo nacional a especialidade em que devem ser agrupados os titulares de cursos de engenharia que permitem o acesso à Ordem, que não tenham correspondência direta com as especialidades nela estruturadas;

j) Elaborar e propor à aprovação do conselho diretivo nacional tabelas e respetivas atualizações das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades estruturadas na Ordem;

k) Apresentar ao conselho diretivo nacional a proposta de regulamento de admissão e qualificação;

l) Apresentar ao conselho diretivo nacional a proposta de regulamento das especialidades;

m) Pronunciar-se sobre o regulamento das especializações;

n) Elaborar e aprovar o seu regimento.

4 — Das decisões do conselho de admissão e qualificação cabe recurso para o conselho diretivo nacional, ao qual compete a respetiva homologação.

5 — O conselho de admissão e qualificação pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas a), b), c), d), f) e i) do n.º 3.

6 — O conselho de admissão e qualificação reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por cada trimestre.

7 — O presidente do conselho de admissão e qualificação goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 44.º

Conselhos nacionais de colégio

1 — Para cada colégio de especialidade referido no artigo 54.º é constituído um conselho nacional de colégio.

2 — Constituem os conselhos nacionais, eleitos em lista pelo respetivo colégio em sufrágio universal, direto, secreto e periódico:

a) O presidente do colégio;

b) Dois vogais, sendo um para os assuntos profissionais e outro para os assuntos culturais, compreendendo a formação, atualização, especialização e divulgação.

3 — Constituem ainda os conselhos nacionais de colégio os coordenadores regionais do conselho regional do colégio respetivo.

4 — Quando convocados, participam nas reuniões dos conselhos de colégio, sem direito a voto, os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos específicos, profissionais ou culturais, das especialidades do colégio, bem como representantes das pessoas coletivas filiadas na Ordem através do colégio.

5 — Nas reuniões dos conselhos podem ainda participar, a título ocasional ou permanente, os especialistas que para tal tenham sido convidados.

6 — As decisões dos conselhos de colégio são tomadas por maioria simples, devendo estar presentes, pelo menos, quatro elementos dos referidos nos n.ºs 2 e 3, sendo dois elementos nacionais e dois elementos regionais.

7 — O presidente do conselho do colégio pode delegar as suas competências no vogal nacional para a matéria a debater na reunião.

8 — Os conselhos de colégio podem reunir separadamente em duas secções:

a) Assuntos profissionais;

b) Assuntos culturais.

9 — Fazem parte da secção para assuntos profissionais:

a) O presidente do colégio;

b) O vogal nacional para os assuntos profissionais;

c) Os coordenadores regionais de colégio;

d) Os vogais regionais, um por região, que estejam encarregados dos assuntos profissionais;

e) Os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos profissionais específicos, quando convocados.

10 — Fazem parte da secção de assuntos culturais:

a) O presidente do colégio;

b) O vogal nacional para os assuntos culturais;

c) Os coordenadores regionais de colégio;

d) Os vogais regionais, um por região, que estejam encarregados dos assuntos culturais;

e) Os coordenadores de grupos constituídos para tratar de assuntos culturais específicos e os representantes das coletividades filiadas, quando convocados.

11 — Compete a cada conselho de colégio:

- a) Discutir e propor planos de ação relativos a questões profissionais no âmbito da especialidade do colégio;
- b) Discutir e propor planos de ação relativos às questões culturais da especialidade do colégio, incluindo as de formação, atualização e especialização, bem como as de admissão e qualificação;
- c) Dar parecer sobre matérias da especialidade do colégio, ou outras referentes à Ordem, quando solicitado pelo bastonário, vice-presidentes nacionais ou pelo conselho diretivo nacional;
- d) Desenvolver atividade editorial própria, dentro das diretivas gerais do conselho diretivo nacional;
- e) Apoiar o conselho diretivo nacional nos assuntos profissionais e culturais, no domínio da respetiva especialidade;
- f) Pronunciar-se sobre atividades desenvolvidas e a desenvolver por intermédio dos conselhos regionais de colégio, das mesmas especialidades;
- g) Coordenar a atividade dos conselhos regionais de colégio;
- h) Participar na coordenação da atividade geral da Ordem, através do conselho coordenador dos colégios;
- i) Pronunciar-se sobre a atribuição dos níveis de qualificação de engenheiro sénior e de engenheiro conselheiro e do título de engenheiro especialista nas especializações integradas no colégio;
- j) Pronunciar-se, a solicitação do bastonário, vice-presidentes nacionais e conselho diretivo nacional, sobre assuntos de índole profissional, bem como sobre diplomas legais ou regulamentares, cujo parecer seja solicitado à Ordem;
- k) Definir os parâmetros de realização dos trabalhos de estágio de modo a que este seja o mais uniforme possível no âmbito da mesma especialidade, tendo em conta a formação académica e profissional do membro estagiário;
- l) Pronunciar-se sobre as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;
- m) Orientar os conselhos regionais de colégio na organização e controlo dos estágios e na supervisão da sua avaliação, de acordo com a formação académica e profissional do membro estagiário, nos termos do disposto no presente Estatuto e do regulamento de estágios;
- n) Fornecer ao conselho jurisdicional os pareceres e as informações que este órgão nacional lhe solicite, no âmbito das suas competências disciplinares ou de supervisão;
- o) Pronunciar-se sobre o regulamento de estágios;
- p) Elaborar e aprovar o seu regimento.

12 — O conselho nacional do colégio pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas c), i), j) e l) do número anterior.

13 — Os conselhos nacionais de colégio reúnem quando convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

14 — O presidente do conselho nacional do colégio tem também a designação de presidente do colégio.

15 — O presidente do conselho nacional do colégio goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 45.º

Conselho coordenador dos colégios

1 — A articulação da atividade dos colégios e o apoio coordenado ao conselho diretivo nacional é realizado através do conselho coordenador dos colégios.

2 — Fazem parte do conselho coordenador dos colégios:

- a) O bastonário da Ordem;
- b) Os vice-presidentes da Ordem;
- c) Os presidentes de cada colégio de especialidade.

3 — O conselho coordenador dos colégios tem, em especial, as seguintes competências:

- a) Articular a atividade dos colégios e das especializações e o apoio coordenado ao conselho diretivo nacional;
- b) Propor ao conselho diretivo nacional a criação de comissões de verificação de habilitações sempre que seja necessário proceder ao reconhecimento individual de competências profissionais específicas de engenheiros oriundos de mais de uma especialidade;
- c) Elaborar os atos dos engenheiros agrupados nas especialidades;
- d) Elaborar a proposta de regulamento dos colégios;
- e) Elaborar a proposta de regulamento das especializações;
- f) Listar as normas técnicas que digam respeito às especialidades;
- g) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- h) Requerer a convocação da assembleia de representantes;
- i) Pronunciar-se sobre:
 - i) A organização dos congressos;
 - ii) As linhas gerais dos programas de ação dos colégios;
 - iii) A realização e organização de referendos;
 - iv) As condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;
 - v) O regulamento de admissão e qualificação;
 - vi) A atribuição do título de especialista nas especializações que abranjam mais do que uma especialidade;
 - vii) A estruturação de novas especialidades e de novos colégios de especialidade;
 - viii) A estruturação de novas especializações;
 - ix) Os critérios de agrupamento dos membros nas especialidades;
 - x) As propostas de alteração do presente Estatuto;
 - xi) As propostas de regulamento de estágios;
 - xii) As propostas de regulamento das especialidades;
 - xiii) As demais matérias previstas na lei e no presente Estatuto.

4 — O conselho coordenador dos colégios pode delegar no seu presidente as competências previstas nas subalíneas iv) e vi) da alínea i) do número anterior, bem como as competências previstas nas alíneas a), b), c), d), f) e i) do n.º 3, do artigo 43.º, na parte que se refere à pronúncia do conselho coordenador dos colégios.

5 — O conselho coordenador dos colégios reúne quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

6 — O presidente do conselho coordenador dos colégios goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 46.º

Comissões de especialização

1 — Por cada especialização estruturada na Ordem, nos termos do artigo 55.º, existe uma comissão constituída por cinco engenheiros especialistas na mesma.

2 — Cada comissão tem um coordenador e um coordenador adjunto e três vogais.

3 — Compete às comissões de especialização:

a) Dar parecer sobre a atribuição do título de engenheiro especialista;

b) Dinamizar e conduzir a atividade da especialização, designadamente levar a efeito ações de formação e divulgação, incluindo a elaboração de documentos, relevantes na área da especialização, que contribuam para a melhoria da qualidade do exercício profissional;

c) Prestar o apoio que lhes for solicitado pelos restantes órgãos nacionais da Ordem, ou pelos seus presidentes.

4 — As comissões de especialização vertical reportam ao conselho nacional do colégio em que se inserem e as comissões de especialização horizontal reportam ao presidente do conselho coordenador de colégios.

5 — As comissões de especialização com, pelo menos, 20 engenheiros especialistas, são eleitas em listas fechadas, designando o coordenador, o coordenador adjunto e os três vogais, pelo universo dos engenheiros especialistas que integrem a especialização, e que estejam no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

6 — As comissões de especialização com menos de 20 engenheiros especialistas são designadas pelo conselho diretivo nacional, por proposta do conselho nacional do colégio, sendo verticais, e pelo conselho coordenador dos colégios, sendo horizontais.

7 — As comissões de especialização podem delegar no coordenador as competências previstas na alínea a) do n.º 3.

8 — As comissões de especialização reúnem quando convocadas pelos seus coordenadores, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por bimestre.

9 — O coordenador da comissão de especialização goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão.

Artigo 47.º

Assembleias regionais

1 — As assembleias regionais são constituídas por todos os membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos, inscritos nas respetivas regiões.

2 — Compete às assembleias regionais:

a) Votar os membros dos órgãos nacionais e eleger os membros da mesa da assembleia regional e dos órgãos regionais;

b) Discutir e votar o relatório e contas do conselho diretivo e o parecer do conselho fiscal da respetiva região, relativos ao ano transato;

c) Apreciar e deliberar sobre o orçamento e plano de atividades do conselho diretivo e o parecer do conselho fiscal da região, para o ano seguinte;

d) Apreciar os atos de gestão dos respetivos órgãos regionais;

e) Apreciar assuntos que, no âmbito do presente Estatuto, lhe sejam submetidos;

f) Requerer a convocação da assembleia de representantes;

g) Aprovar o seu regimento, elaborado pela mesa.

3 — As assembleias regionais são dirigidas por uma mesa constituída por um presidente e dois secretários.

4 — As assembleias regionais reúnem em sessões ordinárias de três em três anos, no mês de fevereiro, para realização das eleições previstas na alínea a) do n.º 2.

5 — As assembleias regionais reúnem em sessões ordinárias todos os anos, até ao dia 10 do mês de março e até ao dia 30 do mês de novembro, para exercerem, respetivamente, as competências previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2.

6 — As assembleias regionais reúnem extraordinariamente sempre que os conselhos diretivos ou conselhos fiscais da região em causa, por iniciativa própria, o considerem necessário ou sempre que um mínimo de 5 % ou de 100 membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos o requeira à mesa.

7 — As assembleias regionais só podem tomar decisões sobre matérias que se enquadrem nos objetivos da Ordem.

Artigo 48.º

Conselhos diretivos das regiões

1 — Os conselhos diretivos das regiões são constituídos pelo presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e três vogais, sendo pelo menos estes de diferentes especialidades, eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos diretivos das regiões:

a) Promover ações tendentes à realização dos objetivos da Ordem, de acordo com as grandes linhas de atuação definidas pelo conselho diretivo nacional;

b) Gerir as atividades das respetivas regiões, nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos, e administrar os bens que lhes são confiados;

c) Requerer a convocação de assembleias regionais;

d) Elaborar e apresentar aos respetivos conselhos fiscais, com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente às datas marcadas para as reuniões da respetiva assembleia regional, o relatório e as contas do ano civil transato e o orçamento e plano de atividades para o ano seguinte;

e) Submeter à discussão e votação das respetivas assembleias regionais o relatório e contas do ano civil anterior e assegurar o seu posterior envio ao conselho diretivo nacional, garantindo o cumprimento dos prazos legais a que a Ordem está obrigada;

f) Submeter à apreciação e votação das respetivas assembleias regionais o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte e assegurar o seu posterior envio ao conselho diretivo nacional, garantindo o cumprimento dos prazos legais a que a Ordem está obrigada;

g) Arrecadar receitas, transferir verbas arrecadadas por conta de outrem e satisfazer despesas;

h) Organizar os meios para a realização dos atos eleitorais na região e fixar as participações para as listas concorrentes aos órgãos da região e das delegações;

i) Colaborar com o conselho diretivo nacional na organização e realização de referendos;

j) Convocar reuniões de esclarecimento e debate relativas a referendos a realizar;

k) Receber e instruir os pedidos de inscrição, bem como inscrever os membros efetivos e estagiários, enviando-os ao conselho diretivo nacional para confirmação da inscrição;

l) Propor ao conselho diretivo nacional a admissão de membros honorários e ao conselho de admissão e qualificação a admissão de membros correspondentes;

m) Promover ações disciplinares através do conselho disciplinar competente;

n) Organizar e dirigir os respetivos serviços administrativos;

o) Admitir e despedir o respetivo pessoal administrativo, dando conhecimento ao conselho diretivo nacional;

p) Inscrever os membros estudantes;

q) Promover o registo no quadro geral da Ordem dos membros inscritos na região;

r) Escolher a região cujo respetivo conselho regional de colégio exerce a competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 51.º, nos casos das especialidades em que, na sua região, não esteja ainda estruturado o correspondente conselho regional de colégio;

s) Aprovar os acordos, convénios e protocolos de âmbito regional, de acordo com as atribuições da Ordem e as competências que lhes estão atribuídas;

t) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — As regiões são representadas, em juízo e fora dele, pelos respetivos presidentes dos conselhos diretivos, que têm também a designação de presidente da região.

4 — O conselho diretivo pode delegar no seu presidente as competências previstas nas alíneas k) a l), o) a q) e s) do n.º 2, com faculdade de subdelegação.

5 — O conselho diretivo pode ainda delegar em qualquer dos seus membros competências para tratar de assuntos específicos.

6 — O presidente do conselho diretivo pode exercer, em casos urgentes, as competências atribuídas ao conselho, sem prejuízo, no entanto, de poder ser requerida a ratificação pela maioria dos membros que compõem o conselho.

7 — O presidente do conselho diretivo pode assistir, querendo, às reuniões de todos os órgãos colegiais da região, incluindo das delegações, só tendo direito a voto nas reuniões em que nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos o mesmo lhe esteja atribuído.

8 — O presidente do conselho diretivo goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do conselho diretivo.

9 — O conselho diretivo reúne quando convocado pelo respetivo presidente por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 49.º

Conselhos fiscais das regiões

1 — Os conselhos fiscais das regiões são constituídos por um presidente e dois vogais eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos fiscais das regiões:

a) Examinar a gestão financeira da competência dos respetivos conselhos diretivos;

b) Dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pelos respetivos conselhos diretivos, bem como sobre os orçamentos;

c) Participar, sem direito a voto, nas reuniões dos respetivos conselhos diretivos, sempre que o julguem conveniente ou estes o solicitem;

d) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — O conselho fiscal reúne quando convocado pelo respetivo presidente por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por trimestre.

Artigo 50.º

Conselhos disciplinares

1 — Os conselhos disciplinares são constituídos por um presidente e quatro vogais, eleitos em assembleia regional.

2 — Compete aos conselhos disciplinares:

a) Instruir e julgar os processos disciplinares que digam respeito aos membros da Ordem, com exceção dos que sejam da competência do conselho jurisdicional;

b) Requerer a qualquer órgão regional e local os pareceres e as informações que, no âmbito das suas competências disciplinares, se tornem necessários para o desempenho das suas funções;

c) Requerer externamente os pareceres especializados que considerarem necessários ao desempenho das suas funções;

d) Elaborar e aprovar o seu regimento.

3 — Das decisões dos conselhos disciplinares cabe recurso para o conselho jurisdicional, nos termos do regulamento disciplinar.

4 — Os conselhos disciplinares são assessorados por juristas com mais de cinco anos de experiência profissional e dispõem do pessoal administrativo necessário para os respetivos secretariados de apoio.

5 — Os restantes órgãos regionais e locais da Ordem colaboram com os conselhos disciplinares, quando por estes solicitados, no âmbito das suas funções disciplinares.

6 — Os conselhos disciplinares reúnem quando convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 51.º

Conselhos regionais de colégio

1 — Em cada região existe um conselho regional de colégio, desde que nela estejam inscritos, pelo menos, 20 membros efetivos agrupados no colégio.

2 — Os conselhos regionais de colégio são integrados pelo coordenador regional de colégio, pelo vogal regional para os assuntos profissionais e pelo vogal regional para os assuntos culturais, eleitos pelos membros do colégio inscritos na região respetiva.

3 — A articulação da atividade dos conselhos regionais de colégio é feita em reuniões convocadas pelo respetivo presidente do conselho diretivo regional.

4 — Compete aos conselhos regionais de colégio:

a) Organizar e controlar os estágios e superintender na sua avaliação, sob orientação do respetivo conselho nacional, de acordo com a formação académica e profissional do membro estagiário, nos termos do presente Estatuto e do regulamento de estágios;

b) Colaborar com o conselho nacional do colégio na definição dos parâmetros de realização dos trabalhos de estágio;

c) Pronunciarem-se sobre o regulamento de estágios;

d) Colaborar na atividade do conselho nacional de colégio;

e) Colaborar com o conselho diretivo regional e fornecer os pareceres e as informações que este lhes solicitar sobre as suas atividades, bem como sobre a atividade profissional dos membros inscritos na região;

f) Pronunciar-se sobre as condições da prestação dos exames finais de estágio dos membros estagiários;

g) Elaborar e aprovar o seu regimento.

5 — Os conselhos regionais de colégio reúnem quando convocados pelo respetivo coordenador, por iniciativa deste ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 52.º

Delegações distritais e de ilha

1 — As delegações distritais e as delegações de ilha, ou grupo de ilhas, possuem um órgão executivo constituído por um delegado e dois adjuntos, que reúne, pelo menos, bimestralmente.

2 — A delegação é representada, localmente, pelo delegado, a quem compete convocar e dirigir as reuniões do órgão executivo.

3 — A assembleia da delegação é constituída pelos membros efetivos domiciliados na circunscrição abrangida pela delegação e compete-lhe eleger o órgão executivo local.

4 — Como estruturas locais da Ordem, para efeito de prestação de serviços de proximidade aos membros e para prossecução local da missão e atribuições da Ordem, compete ao órgão executivo da delegação:

a) Assegurar a prestação de serviços de proximidade aos membros da Ordem e às instituições locais;

b) Promover ações tendentes à realização da missão e atribuições da Ordem, de acordo com as linhas de atuação e planos de atividade definidos pelo conselho diretivo regional;

c) Gerir as atividades locais nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos da Ordem, e administrar os bens que lhe são confiados, prestando trimestralmente contas ao conselho diretivo regional, sendo que as contas do último trimestre de cada ano têm que ser prestadas até ao dia 20 de janeiro do ano seguinte;

d) Colaborar na organização e realização de eleições e referendos;

e) Receber os pedidos de inscrição de candidatos a membro e promover, localmente, os serviços e apoios a prestar aos membros;

f) Propor a organização e dirigir os respetivos serviços administrativos;

g) Representar a Ordem em juízo, quando para isso tenha delegação do presidente da respetiva região;

h) Elaborar e aprovar o seu regimento.

5 — Pelo menos trienalmente, convocada e dirigida pelo bastonário, realiza-se, sem carácter deliberativo, uma convenção dos delegados distritais que inclui os delegados de ilha ou grupo de ilhas, para tratar de assuntos relativos às suas atividades, podendo ser aprovadas recomendações aos conselhos diretivos regionais e ao conselho diretivo nacional.

6 — Os órgãos executivos das delegações reúnem quando convocados pelos seus delegados, por iniciativa destes ou mediante solicitação da maioria absoluta dos seus membros, pelo menos uma vez por bimestre.

7 — O delegado goza de voto de qualidade, em caso de empate nas votações do órgão executivo local.

Artigo 53.º

Reuniões dos órgãos

A participação nas reuniões dos órgãos e comissões da Ordem faz-se através da presença física dos membros que os integram no próprio local onde decorrerem as reuniões, podendo, no entanto, até metade dos membros que compõem o órgão ou comissão, participar e votar nas mesmas através de meios audiovisuais.

CAPÍTULO V

Especialidades e especializações

Artigo 54.º

Definição e enumeração

1 — Entende-se por especialidade um domínio da atividade da engenharia com características técnicas e científicas próprias que assumam no país relevância económica e social.

2 — A Ordem é estruturada de acordo com as seguintes especialidades:

- a) Engenharia civil;
- b) Engenharia eletrotécnica;
- c) Engenharia mecânica;
- d) Engenharia geológica e de minas;
- e) Engenharia química e biológica;
- f) Engenharia naval;
- g) Engenharia geográfica;
- h) Engenharia agronómica;
- i) Engenharia florestal;
- j) Engenharia de materiais;
- k) Engenharia informática;
- l) Engenharia do ambiente.

3 — Os titulares de curso de engenharia que permita o acesso à Ordem que não tenha correspondência direta com as especialidades e colégios nela estruturados são inscritos naquele que, através de proposta do conselho de admissão e qualificação, o conselho diretivo nacional considere o mais adequado.

4 — A estruturação organizativa de novos domínios técnicos e científicos da atividade de engenharia dentro dos colégios compete à assembleia de representantes, sob proposta do conselho diretivo nacional, ouvidos o conselho de admissão e qualificação e o conselho coordenador dos colégios.

5 — Sob proposta do conselho de admissão e qualificação, o conselho diretivo nacional aprova e torna público

através do portal da Ordem, uma tabela e respetivas atualizações, das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades e colégios estruturadas na Ordem.

Artigo 55.º

Especializações

1 — Entende-se por especialização uma área restrita da atividade da engenharia, contida numa especialidade ou abrangendo matérias de várias especialidades, que assuma importância científica e técnica e desenvolva metodologia específica.

2 — As especializações estruturam-se do seguinte modo:

- a) Especializações verticais;
- b) Especializações horizontais.

3 — São verticais as especializações contidas apenas numa especialidade e horizontais as que abrangem matérias de várias especialidades, acessíveis aos membros titulares dos respetivos títulos de especialidade.

4 — A especialidade de engenharia civil contém as seguintes especializações:

- a) Direção e gestão da construção;
- b) Estruturas;
- c) Hidráulica e recursos hídricos;
- d) Planeamento e ordenamento do território;
- e) Segurança no trabalho da construção.

5 — A especialidade de engenharia eletrotécnica contém as seguintes especializações:

- a) Luminotecnia;
- b) Telecomunicações.

6 — As especialidades de engenharia contém as seguintes especializações horizontais:

- a) Avaliações de engenharia;
- b) Energia;
- c) Acústica;
- d) Aeronáutica;
- e) Alimentar;
- f) Climatização;
- g) Refrigeração;
- h) Segurança;
- i) Gestão industrial;
- j) Sanitária;
- k) Têxtil;
- l) Geotecnia;
- m) Manutenção industrial;
- n) Sistemas de informação geográfica;
- o) Transportes e vias de comunicação.

Artigo 56.º

Atribuição do título de engenheiro especialista

1 — O título de engenheiro especialista é atribuído aos engenheiros seniores que atinjam resultado global positivo numa avaliação dos órgãos competentes da Ordem, nos termos regulamentares, contemplando os requisitos seguintes:

a) *Curriculum* profissional, que revele valor científico e ou técnico para a especialização;

b) Conhecimentos e grau de competência profissional na especialização;

c) Relevância da atividade profissional no âmbito da especialização;

d) Extensão da experiência profissional, relevante para a especialização;

e) Formação complementar de índole académica ou profissional na área da especialização;

f) Experiência como formador na área da especialização;

g) Produção editorial na área da especialização;

h) Inscrição em organizações científicas ou técnicas e outras, nacionais ou estrangeiras, no domínio da sua especialização, e participação na realização das mesmas.

2 — O título de engenheiro especialista é atribuído pelo conselho diretivo nacional, sob parecer da comissão de especialização, e pronúncia do conselho nacional de colégio, sendo a especialização vertical, ou do conselho coordenador dos colégios, sendo a especialização horizontal, e do conselho de admissão e qualificação.

3 — O parecer da comissão de especialização conclui de forma explícita pela atribuição ou não do título de especialista ao requerente, após a avaliação dos elementos mencionados no n.º 1.

4 — As competências atribuídas aos conselhos diretivo nacional, de admissão e qualificação e coordenador de colégios podem ser por estes delegadas nos respetivos presidentes e as atribuídas às comissões de especialização podem ser por estas delegadas nos respetivos coordenadores.

5 — A tramitação na Ordem, os prazos para os respetivos órgãos se pronunciarem, a comunicação dos pareceres e decisões ao requerente, são objeto do regulamento das especializações.

CAPÍTULO VI

Congresso e atividade editorial

Artigo 57.º

Congresso

1 — A Ordem realiza, com frequência não inferior a três anos, um congresso de índole técnica, científica e profissional.

2 — O congresso tem lugar, rotativamente, em cada uma das regiões norte, centro e sul, com possibilidade de realização nos Açores ou na Madeira por deliberação do conselho diretivo nacional.

3 — A organização do congresso compete ao conselho diretivo nacional, que conta, para a sua organização, com uma comissão executiva, a qual integra, entre outros, elementos do conselho diretivo da região em que se realizar e representantes dos colégios.

Artigo 58.º

Atividade editorial

1 — A atividade editorial da Ordem constitui um dos meios de projeção da sua vida associativa e das suas atividades técnicas, científicas e profissionais e deve obedecer a diretivas do conselho diretivo nacional, a integrar num regulamento editorial.

2 — Cabe ao conselho diretivo nacional, aos conselhos diretivos das regiões e aos conselhos dos colégios promover a produção de textos técnicos, científicos e profissionais.

3 — As regiões e as secções podem realizar a edição das publicações, periódicas ou não, que os seus conselhos diretivos considerem convenientes para a prossecução dos objetivos da Ordem nos respetivos âmbitos regionais.

CAPÍTULO VII

Eleições e referendos

Artigo 59.º

Elegibilidade

1 — Só podem ser eleitos para os órgãos da Ordem os membros efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.

2 — Não podem ser eleitos os membros das comissões de fiscalização do ato eleitoral.

3 — Só podem ser eleitos para o cargo de bastonário e para membro dos órgãos com competências disciplinares os membros efetivos com, pelo menos, 10 anos de exercício da profissão de engenheiro e, para os cargos de membro dos órgãos com competências executivas, os membros efetivos com, pelo menos, cinco anos de exercício da profissão de engenheiro.

Artigo 60.º

Assembleia eleitoral nacional

1 — A assembleia eleitoral nacional é constituída por todos os membros efetivos da Ordem no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

2 — A competência da assembleia eleitoral nacional é restrita a assuntos eleitorais.

3 — A assembleia eleitoral nacional é organizada em delegações regionais.

4 — As mesas das assembleias regionais funcionam como mesas das delegações regionais da assembleia eleitoral nacional.

Artigo 61.º

Incompatibilidades no exercício de funções

1 — O exercício de funções executivas, disciplinares e de fiscalização em órgãos da Ordem é incompatível entre si.

2 — O exercício de cargos nos órgãos da Ordem não é incompatível com o exercício de quaisquer funções dirigentes na função pública ou com qualquer outra função, exceto quando tal incompatibilidade resultar expressamente da lei, ou quando se verifique um manifesto conflito de interesses, como tal declarado pelo conselho jurisdicional.

Artigo 62.º

Mandatos e exercício de cargos

1 — Os mandatos dos membros dos órgãos da Ordem têm a duração de três anos.

2 — Sempre que se revelar necessário proceder a eleições intercalares para qualquer dos órgãos da Ordem, o respetivo mandato não excede a vigência do mandato dos restantes órgãos.

3 — Os cargos dos órgãos executivos, quando exercidos com caráter de regularidade e permanência, podem ser remunerados, nos termos de regulamento aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 63.º

Reeleição

É permitida a reeleição, mas o mesmo cargo não pode ser desempenhado, consecutivamente, por mais de dois mandatos.

Artigo 64.º

Início e termo do exercício anual

Considera-se que o exercício anual do mandato dos membros eleitos para os órgãos da Ordem se inicia a 1 de abril ou no primeiro dia útil imediatamente a seguir, quando aquele não o for.

Artigo 65.º

Início do mandato

Os mandatos iniciam-se com a tomada de posse no início de um exercício anual.

Artigo 66.º

Alheamento do cargo

Para além de outros motivos previstos na lei e no presente Estatuto, perdem o mandato por alheamento do cargo:

a) Os membros dos órgãos executivos da Ordem que faltarem a mais de três reuniões seguidas ou seis interpoladas dos respetivos órgãos, incluindo os cargos exercidos por inerência no órgão a que faltarem;

b) Os membros da assembleia de representantes que faltarem a mais de duas reuniões seguidas ou quatro interpoladas;

c) Os membros dos restantes órgãos da Ordem que faltarem a mais de três reuniões seguidas ou seis interpoladas dos mesmos;

d) Os membros das mesas das assembleias que faltarem a mais de duas reuniões seguidas das respetivas assembleias ou quatro interpoladas, ou ainda no mesmo número, a reuniões da mesa ou dos órgãos ou comissões da Ordem a que pertençam por inerência.

Artigo 67.º

Vacatura do cargo

1 — Nos casos de renúncia, sanção disciplinar mais grave do que a advertência, exoneração, incapacidade prolongada, alheamento do cargo ou perda da qualidade de membro efetivo dos:

a) Bastonário e vice-presidentes nacionais;
b) Presidente e vice-presidente dos conselhos diretivos das regiões;

c) Presidente e vice-presidente do conselho jurisdicional;

simultânea ou sucessivamente, os lugares são preenchidos, por eleição, nos três meses seguintes à verificação das referidas situações.

2 — Se idêntica situação se verificar para qualquer outro cargo elegível, o lugar vago é preenchido pelos suplentes na lista de eleição respetiva ou, caso tal não seja possível, por eleição, nos três meses seguintes à verificação da cessação do mandato.

3 — Os membros nomeados cujo mandato cesse, por qualquer motivo, são substituídos por escolha do órgão competente para a sua nomeação.

4 — Os membros eleitos, substitutos ou nomeados em consequência do disposto nos números anteriores, terminam o mandato do membro substituído.

5 — As eleições a que se referem os n.ºs 1 e 2 só têm lugar se o período que decorrer para a data das eleições ordinárias para os órgãos da Ordem e mesas das assembleias for superior a 180 dias.

Artigo 68.º

Mandatos dos suplentes

Os mandatos exercidos pelos membros suplentes em substituição, que não ultrapassem 18 meses, não contam para os efeitos previstos no artigo 63.º

Artigo 69.º

Eleições ordinárias e extraordinárias

1 — As eleições para os órgãos da Ordem são ordinárias e extraordinárias.

2 — As eleições ordinárias destinam-se a eleger os membros dos órgãos da Ordem para mandatos completos.

3 — As eleições extraordinárias visam a designação de membros para o preenchimento de lugares vagos.

4 — As eleições para os órgãos da Ordem regem-se pelo disposto no presente Estatuto e no regulamento de eleições e referendos.

Artigo 70.º

Âmbito territorial das eleições

1 — As eleições para os órgãos da Ordem são de âmbito nacional e regional.

2 — As eleições de âmbito nacional destinam-se à escolha:

- a) Do bastonário e dos vice-presidentes;
- b) Dos membros elegíveis da assembleia de representantes;
- c) Dos membros elegíveis dos conselhos nacionais de colégio, das comissões de especialização e do conselho de admissão e qualificação;
- d) Dos membros do conselho fiscal nacional;
- e) Dos membros do conselho jurisdicional.

3 — As eleições de âmbito regional, em assembleia regional, visam a escolha de membros dos:

- a) Conselhos diretivos das regiões;
- b) Conselhos fiscais das regiões;
- c) Conselhos disciplinares;
- d) Conselhos regionais de colégio.

4 — As eleições de âmbito local, em assembleia distrital ou insular, visam a escolha de membros da delegação distrital ou insular.

Artigo 71.º

Simultaneidade das eleições

As eleições ordinárias de âmbito nacional e regional têm lugar simultaneamente.

Artigo 72.º

Normas eleitorais

1 — A eleição do bastonário e dos dois vice-presidentes, membros do conselho diretivo nacional, é feita conjuntamente, em lista fechada, por escrutínio secreto e universal, não podendo ser todos da mesma região ou da mesma especialidade.

2 — No âmbito de cada especialidade, os candidatos à eleição para o conselho de admissão e qualificação são eleitos pelos membros efetivos da respetiva especialidade, em lista aberta.

3 — Os candidatos à eleição para presidente e restantes membros dos conselhos nacionais de colégio são eleitos pelos membros efetivos do respetivo colégio, em lista fechada.

4 — Dos 60 membros a eleger para a assembleia, a representação faz-se de modo proporcional pelo método de Hondt ao número de membros de cada especialidade e colégio, tendo as listas concorrentes, no entanto, de apresentar candidatos de todas as especialidades e colégios estruturados na Ordem, sendo que a origem territorial dos membros obedece também ao mesmo sistema de representação e método, consoante o número de membros inscritos em cada região, tendo de ser apresentado, pelo menos, um candidato oriundo de cada uma das regiões dos Açores e da Madeira e de cada delegação distrital e insular.

5 — As eleições dos membros dos órgãos das regiões são feitas pelas assembleias regionais em listas fechadas, dizendo cada lista respeito a cada um dos órgãos a eleger.

6 — A eleição dos membros dos conselhos regionais de colégio é feita pelos membros do respetivo colégio.

7 — A eleição do presidente e do vogal do conselho fiscal nacional é feita em lista única e fechada.

8 — A eleição dos membros do conselho jurisdicional é feita em lista única e fechada, com indicação do respetivo presidente.

9 — As candidaturas têm de ser individualizadas para cada órgão.

Artigo 73.º

Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas obedece ao regulamento de eleições e referendos, e devem ser apresentadas com antecedência mínima de 60 dias em relação à data designada para as eleições.

Artigo 74.º

Marcação das eleições

A marcação da data das eleições compete ao conselho diretivo nacional e deve ser feita com a antecedência mínima de 90 dias em relação à data designada para as eleições.

Artigo 75.º**Referendos**

Os referendos na Ordem têm âmbito nacional e caráter vinculativo, destinando-se à votação:

- a) De propostas relativas à dissolução da Ordem;
- b) Das matérias que a assembleia de representantes delibere, mediante proposta do conselho diretivo nacional, submeter a referendo, nos termos da alínea g) do n.º 5 do artigo 39.º

Artigo 76.º**Organização do processo eleitoral**

A organização do processo eleitoral ou referendário compete às mesas das assembleias regionais, que devem, nomeadamente:

- a) Convocar as assembleias eleitorais e de referendo;
- b) Promover a constituição das comissões de fiscalização;
- c) Organizar os cadernos eleitorais e apreciar as respetivas reclamações;
- d) Verificar a regularidade das candidaturas;
- e) Decidir sobre reclamações do ato eleitoral que lhes sejam apresentadas.

Artigo 77.º**Comissão eleitoral nacional**

1 — A comissão eleitoral nacional é constituída pelo presidente da mesa da assembleia de representantes, pelos presidentes das mesas das assembleias regionais, ou pelos seus legais substitutos.

2 — Preside à comissão eleitoral nacional o membro de mais baixo número de inscrição na Ordem, de entre os referidos no número anterior.

3 — As deliberações da comissão eleitoral nacional só são válidas com o voto favorável da maioria dos seus membros.

4 — Compete à comissão eleitoral nacional coordenar o processo eleitoral dos órgãos nacionais da Ordem:

- a) Bastonário e vice-presidentes;
- b) Dos membros da assembleia de representantes;
- c) Dos membros elegíveis dos conselhos nacionais de colégio;
- d) Dos membros do conselho fiscal nacional;
- e) Dos membros do conselho jurisdicional nacional;
- f) Dos membros do conselho de admissão e qualificação;
- g) Dos membros das comissões de especialização.

5 — A coordenação referida no número anterior inclui, nomeadamente, a competência para:

- a) Verificar a regularidade das respetivas candidaturas;
- b) Garantir a igualdade de oportunidades às listas concorrentes;
- c) Assegurar que todos os tipos de votação garantem a pessoalidade e o secretismo do voto;
- d) Elaborar o mapa nacional dos resultados das eleições para os órgãos referidos no número anterior;
- e) Proclamar as listas vencedoras para os órgãos nacionais.

6 — A comissão eleitoral nacional entra em funções, para efeitos eleitorais, no dia em que for divulgada pelo bastonário a data marcada para as eleições e cessa-as com a proclamação das listas vencedoras.

Artigo 78.º**Comissões de fiscalização**

1 — É constituída em cada região ou secção regional uma comissão de fiscalização, composta pelo presidente da respetiva mesa da assembleia regional e por um representante de cada uma das listas concorrentes ou proponentes, a qual inicia as suas funções no dia seguinte ao da apresentação das candidaturas ou da abertura do processo de referendo.

2 — Os representantes de cada lista concorrente devem ser indicados conjuntamente com a apresentação das respetivas candidaturas.

3 — Se o presidente da mesa da assembleia geral for candidato nas eleições a realizar, é substituído na comissão de fiscalização por um dos secretários ou por um membro da Ordem designado pela respetiva mesa.

Artigo 79.º**Competência das comissões de fiscalização**

Compete às comissões de fiscalização:

- a) Fiscalizar o processo eleitoral ou de referendo;
- b) Elaborar relatórios de eventuais irregularidades, a entregar às correspondentes mesas das assembleias regionais.

Artigo 80.º**Sufrágio**

1 — O sufrágio é universal, direto, periódico e por voto secreto.

2 — Têm direito de voto os membros efetivos da Ordem que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 81.º**Tipos de votação**

1 — O voto é pessoal e secreto, não sendo admitido o voto por procuração.

2 — O voto é exercido por um dos seguintes meios:

- a) Eletronicamente, pela Internet;
- b) Presencialmente.

3 — A título transitório, e em período a definir no regulamento de eleições e referendos, o voto pode ainda ser exercido por correspondência.

4 — Todos os tipos de votação devem garantir a autenticação do eleitor, a confidencialidade e integridade do voto e a auditabilidade de todos os tipos de votação.

5 — Os boletins de voto são, em função da respetiva natureza, eletrónicos ou em papel, neles devendo constar as listas admitidas a sufrágio.

6 — Os modelos dos boletins de voto para a eleição dos órgãos nacionais são aprovados pela comissão eleitoral nacional.

7 — Os modelos dos boletins de voto para a eleição dos órgãos regionais e para os membros da assembleia de

representantes a eleger em cada região são aprovados pela respetiva mesa da assembleia regional.

8 — Os procedimentos respeitantes à votação eletrónica, à votação presencial e à votação por correspondência são definidos no regulamento de eleições e referendos.

Artigo 82.º

Recurso

1 — Pode ser interposto recurso do ato eleitoral com fundamento em irregularidades verificadas no ato eleitoral, o qual deve ser apresentado à mesa da assembleia regional respetiva no prazo de cinco dias a contar do encerramento do ato eleitoral.

2 — Da decisão da mesa da assembleia regional cabe recurso para o conselho jurisdicional, a interpor no prazo de oito dias contados da data em que os interessados tiveram conhecimento da decisão da mesa.

Artigo 83.º

Proclamação dos resultados

1 — Não tendo havido interposição de recursos, ou decididos os que houverem sido interpostos, é feita a proclamação das listas vencedoras.

2 — As listas vencedoras para os órgãos regionais são proclamadas pelas respetivas mesas das assembleias regionais.

3 — A proclamação das listas vencedoras para os órgãos nacionais da Ordem é feita pela comissão eleitoral nacional.

Artigo 84.º

Posse dos membros eleitos

1 — O bastonário cessante confere posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais.

2 — Os presidentes cessantes das assembleias regionais conferem posse aos membros eleitos para os órgãos regionais.

Artigo 85.º

Campanha eleitoral

1 — A Ordem comparticipa nos encargos da campanha eleitoral de cada lista num montante igual para todas.

2 — As comparticipações são fixadas pelo conselho diretivo nacional ou pelos conselhos diretivos das regiões, conforme se trate de eleições para órgãos nacionais ou regionais.

Artigo 86.º

Organização do referendo

1 — Compete ao conselho diretivo nacional fixar a data do referendo.

2 — Os textos a submeter a referendo devem ser divulgados junto de todos os membros da Ordem e ser sujeitos a reuniões de esclarecimento e debate, sem carácter deliberativo, que são convocadas a nível regional e dirigidas pelos respetivos conselhos diretivos.

3 — As propostas de alteração aos textos a referendar devem ser dirigidas por escrito, durante o período de esclarecimento e debate, ao conselho diretivo nacional, sendo os

respetivos subscritores identificados pelo nome completo, assinatura, número de membro e residência.

4 — As restantes propostas podem, por deliberação da assembleia de representantes, ser ou não incluídas nos textos a referendar ou, ainda, apresentadas como alternativa.

Artigo 87.º

Resultado do referendo

1 — Os resultados dos referendos correspondem à maioria simples dos votos válidos entrados nas urnas.

2 — Quando se trate de projetos de propostas relativos à dissolução da Ordem, a aprovação carece do voto expresso de mais de metade dos membros efetivos inscritos nos cadernos eleitorais.

3 — Os resultados dos referendos só podem ser considerados como definitivos:

a) Em primeira votação, se votarem, pelo menos, 20 % dos membros inscritos nos cadernos eleitorais;

b) Em segunda votação, se votarem, pelo menos, 10 % dos membros inscritos nos cadernos eleitorais.

4 — A segunda votação realiza-se nos 30 dias subseqüentes à data da primeira votação.

5 — Se, em segunda votação, os resultados não puderem ser considerados definitivos, o processo pode ser reiniciado decorrido um ano sobre a data da segunda votação.

6 — Os resultados dos referendos são divulgados pelo conselho diretivo nacional após a receção dos apuramentos parciais de todas as regiões e secções regionais.

Artigo 88.º

Alterações ao regulamento

Não podem ser realizadas alterações ao regulamento de eleições e referendos durante o processo eleitoral ou de referendo, nem nos 90 dias precedentes.

CAPÍTULO VIII

Da ação disciplinar

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 89.º

Infração disciplinar

1 — Considera-se infração disciplinar toda a ação ou omissão de qualquer membro da Ordem que viole os deveres consignados no presente Estatuto ou nos respetivos regulamentos.

2 — As infrações disciplinares previstas no presente Estatuto e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis são puníveis a título de dolo ou negligência.

3 — A tentativa é punível.

Artigo 90.º

Jurisdição disciplinar

1 — Os membros da Ordem estão sujeitos ao poder disciplinar dos órgãos da Ordem, nos termos previstos no presente Estatuto e no regulamento disciplinar.

2 — A suspensão da inscrição não faz cessar a responsabilidade disciplinar por infrações anteriormente praticadas pelo membro da Ordem enquanto tal.

3 — Durante o tempo de suspensão da inscrição, o membro continua sujeito ao poder disciplinar da Ordem.

Artigo 91.º

Independência da responsabilidade disciplinar dos membros da Ordem

1 — A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil e criminal decorrente da prática do mesmo facto.

2 — A responsabilidade disciplinar perante a Ordem coexiste com qualquer outra prevista por lei.

3 — Quando, com fundamento nos mesmos factos, tiver sido instaurado processo penal contra membro e, para se conhecer da existência de uma infração disciplinar, for necessário julgar qualquer questão que não possa ser convenientemente resolvida no processo disciplinar, pode ser ordenada a suspensão do processo disciplinar por um período máximo de um ano.

4 — A suspensão do processo disciplinar, nos termos do número anterior, é comunicada pela Ordem à autoridade judiciária competente, a qual deve ordenar a remessa à Ordem de cópia do despacho de acusação e, se a ele houver lugar, do despacho de pronúncia.

5 — Decorrido o prazo fixado nos termos do n.º 3 sem que a questão tenha sido resolvida, a questão é decidida no processo disciplinar.

6 — Sempre que, em processo penal contra membro, for designado dia para a audiência de julgamento, o tribunal deve ordenar a remessa à Ordem, preferencialmente por via eletrónica, do despacho de acusação, do despacho de pronúncia e da contestação, se tiver sido apresentada, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo conselho diretivo nacional ou pelo bastonário.

7 — Os factos considerados provados em processo penal contra membro consideram-se também provados em processo disciplinar.

8 — A responsabilidade disciplinar dos membros perante a Ordem decorrente da prática de infrações é independente da responsabilidade disciplinar perante os respetivos empregadores, por infração dos deveres emergentes de relações de trabalho.

Artigo 92.º

Responsabilidade disciplinar dos profissionais em livre prestação de serviços

Os profissionais que prestem serviços em território nacional em regime de livre prestação são equiparados aos membros da Ordem para efeitos disciplinares, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, com as especificidades constantes do n.º 5 do artigo 100.º do presente Estatuto e do regulamento disciplinar.

Artigo 93.º

Responsabilidade disciplinar das sociedades profissionais

As pessoas coletivas que sejam membros da Ordem estão sujeitas ao poder disciplinar dos órgãos desta última nos termos do presente Estatuto e da lei que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

Artigo 94.º

Prescrição do procedimento disciplinar

1 — O procedimento disciplinar extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a prática da infração tiver decorrido o prazo de cinco anos, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Se a infração disciplinar constituir simultaneamente infração criminal para a qual a lei estabeleça prescrição sujeita a prazo mais longo, o procedimento disciplinar apenas prescreve após o decurso deste último prazo.

3 — O prazo de prescrição do procedimento disciplinar corre desde o dia em que o facto se tiver consumado.

4 — O prazo de prescrição só corre:

a) Nas infrações instantâneas, desde o momento da sua prática;

b) Nas infrações continuadas, desde o dia da prática do último ato;

c) Nas infrações permanentes, desde o dia em que cessar a consumação.

5 — O procedimento disciplinar também prescreve se, desde o conhecimento ou a participação efetuada nos termos do n.º 1 do artigo seguinte, não se iniciar o processo disciplinar competente no prazo de um ano.

6 — O prazo de prescrição do processo disciplinar interrompe-se com a notificação ao arguido:

a) Da instauração do processo disciplinar;

b) Da acusação.

7 — Após cada período de interrupção começa a correr novo prazo de prescrição.

8 — O prazo de prescrição do processo disciplinar suspende-se durante o tempo em que:

a) O processo disciplinar estiver suspenso, a aguardar despacho de acusação ou de pronúncia em processo penal;

b) A decisão final do processo disciplinar não puder ser notificada ao arguido, por motivo que lhe seja imputável.

9 — A suspensão, quando resulte da situação prevista na alínea b) do número anterior, não pode ultrapassar o prazo de dois anos.

10 — O prazo de prescrição volta a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão.

SECÇÃO II

Do exercício da ação disciplinar

Artigo 95.º

Exercício da ação disciplinar

1 — Têm legitimidade para participar à Ordem factos suscetíveis de constituir infração disciplinar:

a) O bastonário;

b) Os conselhos diretivos regionais;

c) O Ministério Público, nos termos do n.º 3;

d) Qualquer pessoa direta ou indiretamente afetada pelos factos participados.

2 — Os tribunais e quaisquer outras autoridades devem dar conhecimento à Ordem da prática, por membros desta, de factos suscetíveis de constituir infração disciplinar.

3 — Sem prejuízo do disposto na lei de processo penal acerca do segredo de justiça, o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal remetem à Ordem certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra associados e que possam consubstanciar factos suscetíveis de constituir infração disciplinar.

Artigo 96.º

Desistência da participação

A desistência da participação disciplinar pelo participante extingue o processo disciplinar, salvo se a infração imputada afetar a dignidade do membro visado e, neste caso, este manifestar intenção de que o processo prossiga, ou o prestígio da Ordem ou da profissão, em qualquer uma das suas especialidades.

Artigo 97.º

Instauração do processo disciplinar

1 — Qualquer órgão da Ordem, oficiosamente ou tendo por base queixa, denúncia ou participação apresentada por pessoa devidamente identificada, contendo factos suscetíveis de integrarem infração disciplinar do membro, comunica, de imediato, os factos ao órgão competente para a instauração de processo disciplinar.

2 — Quando se conclua que a participação é infundada, dela se dá conhecimento ao membro visado e são emitidas as certidões que o mesmo entenda necessárias para a tutela dos seus direitos e interesses legítimos.

3 — O processo disciplinar contra o bastonário ou contra qualquer membro do conselho jurisdicional em efetividade de funções só pode ser instaurado por deliberação da assembleia de representantes, aprovada por maioria absoluta.

Artigo 98.º

Legitimidade processual

As pessoas com interesse direto, pessoal e legítimo relativamente aos factos participados podem solicitar à Ordem a sua intervenção no processo, requerendo e alegando o que tiverem por conveniente.

Artigo 99.º

Direito subsidiário

Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, o processo disciplinar rege-se por regulamento disciplinar, sendo subsidiariamente aplicáveis as normas procedimentais previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

SECÇÃO III

Das sanções disciplinares

Artigo 100.º

Aplicação de sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Repreensão registada;

c) Suspensão do exercício profissional até ao máximo de 15 anos.

2 — A sanção de advertência é aplicada a infrações leves no exercício da profissão dos membros.

3 — A sanção de repreensão registada é aplicável a infrações graves.

4 — A sanção de suspensão é aplicável quando, tendo em conta a natureza da profissão, a infração disciplinar seja grave e tenha posto em causa a vida, a integridade física das pessoas ou seja gravemente lesiva da honra ou do património alheios ou de valores equivalentes.

5 — O incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas pode dar lugar à aplicação de sanção disciplinar de suspensão, quando se apure que aquele incumprimento é culposos e se prolongue por período superior a 12 meses.

6 — No caso de profissionais em regime de livre prestação de serviços em território nacional, a sanção prevista no n.º 4 assume a forma de interdição temporária do exercício da atividade profissional neste território.

7 — A aplicação de sanção mais grave do que a mera advertência a membro que exerça algum cargo nos órgãos da Ordem determina a imediata destituição desse cargo, sem dependência de deliberação da assembleia de representantes nesse sentido.

8 — A tentativa é punível com a sanção aplicável a infração consumada, especialmente atenuada.

9 — Sempre que a infração resulte da violação de um dever por omissão, o cumprimento das sanções aplicadas não dispensa o arguido do cumprimento daquele, se tal ainda for possível.

10 — A prática de infração é considerada reincidente quando repita o comportamento ilícito antes de decorrido o prazo de cinco anos após o dia em que se tornar definitiva a condenação por cometimento da infração anterior.

Artigo 101.º

Graduação

1 — Na aplicação das sanções deve atender-se aos antecedentes profissionais e disciplinares do arguido, ao grau de culpa, à gravidade e às consequências da infração, à situação económica do arguido e a todas as demais circunstâncias agravantes ou atenuantes.

2 — São circunstâncias atenuantes:

a) O exercício efetivo da profissão de engenheiro por um período superior a cinco anos, seguidos ou interpolados, sem qualquer sanção disciplinar;

b) A confissão espontânea da infração ou das infrações;

c) A colaboração do arguido para a descoberta da verdade;

d) A reparação dos danos causados pela conduta lesiva.

3 — São circunstâncias agravantes:

a) A premeditação, na prática da infração e na preparação da mesma;

b) O conluio;

c) A reincidência;

d) A acumulação de infrações, sempre que duas ou mais infrações sejam cometidas no mesmo momento ou quando outra seja cometida antes de ter sido punida a anterior;

e) O facto de a infração ou infrações serem cometidas durante o cumprimento de sanção disciplinar ou no decurso do período de suspensão de sanção disciplinar;

f) A produção de prejuízos de valor considerável, entendendo-se como tal sempre que exceda o valor de metade da alçada dos tribunais da Relação.

Artigo 102.º

Aplicação de sanções acessórias

1 — Cumulativamente com a aplicação das sanções disciplinares, podem ser aplicadas, a título de sanções acessórias:

- a) Frequência obrigatória de ações de formação suplementares às ações de formação obrigatórias;
- b) Restituição de quantias, documentos ou objetos;
- c) Perda, total ou parcial, de honorários e do custeio de despesas;
- d) Perda do produto do benefício obtido pelo arguido;
- e) Inelegibilidade para órgãos da Ordem por um período máximo de 15 anos.

2 — As sanções acessórias podem ser cumuladas entre si.

3 — Na aplicação das sanções acessórias deve atender-se aos critérios previstos no n.º 1 do artigo anterior.

4 — O resultado da aplicação das sanções acessórias previstas nas alíneas c) e d) do n.º 1, considera-se perdido a favor da Ordem.

Artigo 103.º

Unidade e acumulação de infrações

Sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias referidas no artigo anterior, não pode aplicar-se ao mesmo membro mais do que uma sanção disciplinar por cada facto punível.

Artigo 104.º

Suspensão das sanções

1 — Tendo em consideração o grau de culpa, o comportamento do arguido e as demais circunstâncias da prática da infração, as sanções disciplinares podem ser suspensas por um período compreendido entre um e cinco anos.

2 — Cessa a suspensão da sanção sempre que, relativamente ao membro punido, seja proferida decisão final de condenação em novo processo disciplinar.

Artigo 105.º

Aplicação das sanções de suspensão

1 — A aplicação das sanções de suspensão superior a dois anos só pode ter lugar após audiência pública, nos termos previstos no regulamento disciplinar.

2 — As sanções de suspensão por período superior a dois anos só podem ser aplicadas por deliberação que reúna a maioria qualificada de dois terços dos membros do órgão disciplinarmente competente.

Artigo 106.º

Execução das sanções

1 — Compete ao conselho diretivo nacional dar execução às decisões proferidas em sede de processo disciplinar, designadamente praticando os atos necessários à efetiva

suspensão da inscrição dos membros a quem sejam aplicadas as sanções de suspensão.

2 — A aplicação de sanção de suspensão implica a proibição temporária da prática de qualquer ato profissional e a entrega da cédula profissional na sede da Ordem ou na região em que o arguido tenha o seu domicílio profissional, nos casos aplicáveis.

Artigo 107.º

Início de produção de efeitos das sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares iniciam a produção dos seus efeitos no dia seguinte àquele em que a decisão se torne definitiva.

2 — Se na data em que a decisão se torna definitiva estiver suspensa a inscrição do arguido, o cumprimento da sanção disciplinar de suspensão tem início no dia seguinte ao do levantamento da suspensão.

Artigo 108.º

Comunicação e publicidade

1 — A aplicação das sanções referidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 100.º é comunicada pelo conselho diretivo nacional:

a) À sociedade de profissionais ou organização associativa por conta da qual o arguido prestava serviços à data dos factos e à data da condenação pela prática da infração disciplinar; e

b) À autoridade competente noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o controlo da atividade do arguido estabelecido nesse mesmo Estado membro.

2 — Quando a sanção aplicada for de suspensão é-lhe dada publicidade através do sítio oficial da Ordem e em locais considerados idóneos para o cumprimento das finalidades de prevenção geral do sistema jurídico.

3 — Se for decidida a suspensão preventiva ou aplicada sanção de suspensão, o conselho diretivo nacional deve inserir a correspondente anotação nas listas permanentes de membros divulgadas por meios informáticos.

4 — A publicidade das sanções disciplinares, da suspensão preventiva e das sanções acessórias é promovida pelo órgão disciplinarmente competente, sendo efetuada a expensas do arguido.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Ordem restitui o montante pago pelo arguido para dar publicidade à sua suspensão preventiva sempre que este não venha a ser condenado no âmbito do respetivo procedimento disciplinar.

Artigo 109.º

Prescrição das sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares prescrevem nos seguintes prazos:

- a) A de advertência, em dois anos;
- b) A de repreensão registada, em quatro anos;
- c) A de suspensão, em cinco anos.

2 — O prazo de prescrição corre desde o dia seguinte àquele em que a decisão se torne definitiva.

Artigo 110.º

Princípio do cadastro na Ordem

1 — O processo individual dos membros na Ordem inclui um cadastro, do qual constam as sanções disciplinares referidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 100.º e as sanções acessórias que lhes tenham sido aplicadas.

2 — O cadastro é gerido pelo conselho diretivo nacional, com base nos elementos comunicados pelos órgãos disciplinares da Ordem.

3 — A condenação de um membro em processo penal é comunicada à Ordem para efeito de averbamento ao respetivo cadastro.

4 — A sanção referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 100.º é eliminada do cadastro após o decurso do prazo de cinco anos a contar do seu cumprimento.

SECÇÃO IV

Do processo

Artigo 111.º

Obrigatoriedade

A aplicação de uma sanção disciplinar é sempre precedida do apuramento dos factos e da responsabilidade disciplinar em processo próprio, nos termos previstos no presente Estatuto e no regulamento disciplinar.

Artigo 112.º

Formas do processo

1 — A ação disciplinar pode comportar as seguintes formas:

- a) Processo de inquérito;
- b) Processo disciplinar.

2 — O processo de inquérito é aplicável quando não seja possível identificar claramente a existência de uma infração disciplinar ou o respetivo infrator, impondo-se a realização de diligências sumárias para o esclarecimento ou a concretização dos factos em causa.

3 — Aplica-se o processo disciplinar sempre que existam indícios de que determinado membro da Ordem praticou factos devidamente concretizados, suscetíveis de constituir infração disciplinar.

4 — Depois de averiguada a identidade do infrator, ou, logo que se mostrem minimamente concretizados ou esclarecidos os factos participados, sendo eles suscetíveis de constituir infração disciplinar, é proposta a imediata conversão do processo de inquérito em processo disciplinar, mediante parecer sucintamente fundamentado.

5 — Quando a participação seja manifestamente inviável ou infundada, deve a mesma ser liminarmente arquivada, dando-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 97.º

6 — Se da análise da conduta de um membro realizada no âmbito do processo de inquérito resultar prova bastante da prática de infração disciplinar abstratamente punível com sanção de advertência ou de repreensão registada, o órgão disciplinar competente pode determinar a suspensão provisória do processo mediante a imposição ao arguido de regras de conduta ou do pagamento de uma determinada

quantia, a título de caução, sempre que se verifiquem os seguintes pressupostos:

- a) Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo pelo mesmo tipo de infração;
- b) Ausência de um grau de culpa elevado.

7 — No caso previsto no número anterior, são aplicáveis ao arguido as seguintes medidas:

- a) Pagamento, no prazo de 10 dias úteis, de uma quantia entre € 100 e € 5 000, no caso de pessoas singulares, ou entre € 1 000 e € 50 000, no caso de pessoas coletivas ou equiparadas;
- b) Implementação de um plano de reestruturação da sua atividade, nos termos e prazo que forem definidos;
- c) Frequência de ações de formação suplementares às ações de formação obrigatórias, nos termos e prazo que forem definidos.

8 — O incumprimento das medidas determinadas a que se refere o número anterior implica a continuação do processo disciplinar suspenso provisoriamente nos termos dos n.ºs 6 e 7.

9 — Se o arguido cumprir as medidas determinadas, o processo é arquivado e são-lhe devolvidas as quantias pagas.

Artigo 113.º

Processo disciplinar

1 — O processo disciplinar é regulado pelo presente Estatuto e pelo regulamento disciplinar.

2 — O processo disciplinar é composto pelas seguintes fases:

- a) Instrução;
- b) Defesa do arguido;
- c) Decisão;
- d) Execução.

3 — Em todas as fases do processo disciplinar, são asseguradas ao arguido todas as garantias de defesa nos termos gerais de direito.

Artigo 114.º

Suspensão preventiva

1 — Após a audição do arguido, ou se este, tendo sido notificado, não comparecer para ser ouvido, pode ser ordenada a sua suspensão preventiva, mediante deliberação tomada por maioria qualificada de dois terços dos membros em efetividade de funções do órgão competente da Ordem.

2 — A suspensão a que se refere o número anterior só pode ser decretada nos casos em que haja indícios da prática de infração disciplinar à qual corresponda a sanção de suspensão.

3 — A suspensão preventiva não pode exceder três meses e é sempre descontada na sanção de suspensão.

Artigo 115.º

Natureza secreta do processo

1 — O processo é de natureza secreta até ao despacho de acusação ou arquivamento.

2 — O relator pode, todavia, autorizar a consulta do processo pelo arguido, pelo participante, pelo Ministério

Público, pelos órgãos de polícia criminal ou pelos interessados, quando daí não resulte inconveniente para a instrução e sob condição de não ser divulgado o que dele conste.

3 — O arguido ou o interessado, quando membro, que não respeite a natureza secreta do processo incorre em responsabilidade disciplinar.

SECÇÃO V

Das garantias

Artigo 116.º

Decisões recoráveis

1 — Das decisões tomadas pelo conselho disciplinar regional ou pelo conselho jurisdicional em primeira instância cabe recurso para o plenário do conselho jurisdicional

2 — As decisões de mero expediente ou referentes à disciplina dos trabalhos não são passíveis de recurso nos termos do número anterior.

3 — O exercício do direito de recurso é regulado pelas disposições aplicáveis do regulamento disciplinar.

Artigo 117.º

Revisão

1 — É admissível a revisão de decisão definitiva proferida pelos órgãos da Ordem com competência disciplinar sempre que:

a) Uma decisão judicial transitada em julgado declarar falsos quaisquer elementos ou meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão revidenda;

b) Uma decisão judicial transitada em julgado tiver dado como provado crime cometido por membro ou membros do órgão que proferiu a decisão revidenda e relacionado com o exercício das suas funções no processo;

c) Os factos que serviram de fundamento à decisão condenatória forem inconciliáveis com os que forem dados como provados noutra decisão definitiva e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;

d) Se tenham descoberto novos factos ou meios de prova que, por si ou cominados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da decisão condenatória proferida.

2 — A simples alegação de ilegalidade, formal ou substancial, do processo e decisão disciplinares não constitui fundamento para a revisão.

3 — A revisão é admissível ainda que o processo se encontre extinto ou a sanção prescrita ou cumprida.

4 — O exercício do direito de revisão é regulado pelas disposições aplicáveis do regulamento disciplinar.

CAPÍTULO IX

Receitas e despesas

Artigo 118.º

Receitas dos órgãos nacionais

Constituem receitas dos órgãos nacionais da Ordem:

a) A percentagem da quotização cobrada pelas regiões que for fixada pela assembleia de representantes;

b) O produto da venda de publicações editadas;

c) Os resultados da realização dos congressos;

d) O produto da prestação de serviços e de outras atividades;

e) As heranças, os legados, as doações e os subsídios;

f) Os rendimentos dos bens que lhes estejam afetos e de aplicações financeiras;

g) As taxas por atos ou serviços específicos;

h) Outras receitas previstas na lei.

Artigo 119.º

Receitas dos órgãos regionais

Constituem receitas dos órgãos das regiões:

a) O produto das taxas pagas pelos respetivos membros inscritos;

b) A percentagem que lhes couber das quotas pagas pelos respetivos membros inscritos;

c) O produto da venda de publicações editadas nos respetivos âmbitos;

d) O produto de outras atividades levadas a efeito por sua iniciativa;

e) As heranças, os legados e as doações destinados a utilização na região em causa;

f) Os rendimentos dos bens que lhes estejam afetos;

g) Os juros de contas de depósitos.

Artigo 120.º

Despesas

1 — São despesas da Ordem as de instalação, de pessoal, de manutenção, de funcionamento e todas as demais necessárias à prossecução das suas atribuições.

2 — As despesas de deslocação ocasionadas pelo funcionamento dos órgãos nacionais são suportadas pelo conselho diretivo nacional.

Artigo 121.º

Congresso

As despesas com a realização dos congressos são suportadas pelos órgãos nacionais.

CAPÍTULO X

Regulamentos

Artigo 122.º

Regulamento disciplinar

O regulamento disciplinar, cuja elaboração e revisão compete ao conselho jurisdicional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 123.º

Regulamento de eleições e referendos

O regulamento de eleições e referendos, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 124.º

Regulamento dos estágios

O regulamento dos estágios, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 125.º

Regulamento de remunerações

O regulamento de remunerações dos cargos dos órgãos executivos, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 126.º

Regulamento das especialidades

O regulamento das especialidades, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 127.º

Regulamento das especializações

O regulamento das especializações, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 128.º

Regulamento de admissão e qualificação

O regulamento de admissão e qualificação, cuja elaboração e revisão compete ao conselho diretivo nacional, sob proposta do conselho de admissão e qualificação, é aprovado pela assembleia de representantes e homologado pela tutela.

Artigo 129.º

Regulamento de funcionamento da assembleia de representantes

O regulamento de funcionamento da assembleia de representantes, cuja elaboração compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado por aquela assembleia.

Artigo 130.º

Outros regulamentos de funcionamento

1 — Os regulamentos de funcionamento do conselho diretivo nacional, do conselho fiscal nacional, do conselho jurisdicional, do conselho de admissão e qualificação e do conselho coordenador dos colégios são elaborados pelos próprios órgãos e aprovados pela assembleia de representantes.

2 — Os regulamentos que definem as condições de funcionamento das assembleias regionais, cuja elaboração e revisão competem às respetivas mesas, são aprovados pelas respetivas assembleias regionais, devendo qualquer revisão sujeitar-se aos mesmos trâmites.

3 — As condições de funcionamento dos conselhos diretivos, dos conselhos fiscais e dos conselhos disciplinares das regiões e secções são fixadas por regulamentos

a elaborar pelo próprio órgão e a aprovar pelas respetivas assembleias regionais.

4 — Os regulamentos de funcionamento dos colégios são elaborados pelos respetivos conselhos nacionais de colégio e aprovados pela assembleia de representantes, após parecer do conselho coordenador dos colégios.

Artigo 131.º

Regulamento de isenção de quotas

O regulamento de isenção de quotas e outros encargos é aprovado pela assembleia de representantes sob proposta do conselho diretivo nacional.

Artigo 132.º

Regulamento das delegações distritais

O regulamento das delegações distritais, cuja elaboração compete ao conselho diretivo nacional, é aprovado pela assembleia de representantes.

Artigo 133.º

Outros regulamentos internos

A Ordem pode aprovar outros regulamentos de carácter interno, designadamente em matéria de funcionamento dos respetivos serviços, de comissões e grupos de trabalho específicos, do congresso, e da atividade editorial, bem como sobre o procedimento de acreditação de ações de formação, de indicação de peritos e de avaliadores.

Artigo 134.º

Publicação

Os regulamentos da Ordem com eficácia externa são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

TÍTULO II

Deontologia profissional

CAPÍTULO I

Âmbito

Artigo 135.º

Direitos e deveres

Todos os membros da Ordem têm os direitos e deveres decorrentes do presente Estatuto e da legislação em vigor, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 136.º

Direitos dos membros efetivos

Constituem direitos dos membros efetivos:

- a) Participar nas atividades da Ordem;
- b) Intervir nos congressos mediante inscrição, intervir na assembleia magna e intervir e votar nos referendos e nas assembleias regionais;
- c) Consultar as atas da assembleia de representantes e das assembleias regionais;
- d) Requerer a convocação de assembleias regionais extraordinárias;

- e) Eleger e, quando pessoas singulares, ser eleitos para o desempenho de funções na Ordem;
- f) Requerer a atribuição de títulos de especialista, conselheiro e sénior;
- g) Beneficiar da atividade editorial da Ordem;
- h) Utilizar os serviços oferecidos pela Ordem;
- i) Utilizar a cédula profissional emitida pela Ordem.

Artigo 137.º

Deveres dos membros efetivos para com a Ordem

1 — Constituem deveres dos membros efetivos para com a Ordem:

- a) Cumprir as obrigações do presente Estatuto, do código deontológico e dos regulamentos da Ordem;
- b) Participar na prossecução dos objetivos da Ordem;
- c) Desempenhar as funções para as quais tenham sido eleitos ou escolhidos;
- d) Prestar a comissões e grupos de trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada;
- e) Contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;
- f) Satisfazer pontualmente o pagamento das quotas e de outros encargos estabelecidos pela Ordem;
- g) Responder a inquéritos dos conselhos disciplinares.

2 — Podem ser isentos do pagamento dos encargos referidos na alínea f) do número anterior os membros efetivos que não se encontrem no exercício efetivo da profissão em território nacional, nos termos do regulamento referido no artigo 131.º

Artigo 138.º

Direitos e deveres dos membros estagiários

1 — Constituem deveres específicos dos membros estagiários os constantes do artigo 22.º

2 — Os membros estagiários podem gozar dos direitos que não lhes estejam vedados e que não sejam incompatíveis com a sua condição, e estão sujeitos ainda aos deveres que não sejam incompatíveis com a sua condição, previstos no presente capítulo.

Artigo 139.º

Direitos dos membros honorários e correspondentes

Os membros honorários e correspondentes gozam dos seguintes direitos:

- a) Participar nas atividades da Ordem;
- b) Intervir, sem direito a voto, na assembleia magna, nas assembleias regionais e distritais e insulares.

Artigo 140.º

Deveres dos membros correspondentes

Constituem deveres dos membros correspondentes para com a Ordem:

- a) Cumprir as disposições do presente Estatuto e dos regulamentos estabelecidos pela Ordem;
- b) Participar na prossecução dos objetivos da Ordem;
- c) Prestar a comissões e a grupos de trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada;
- d) Contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;

- e) Satisfazer os encargos estabelecidos pela Ordem;
- f) Responder a inquéritos dos conselhos disciplinares.

CAPÍTULO II

Deveres decorrentes do exercício da atividade profissional

Artigo 141.º

Deveres do engenheiro para com a comunidade

1 — É dever fundamental do engenheiro possuir uma boa preparação, de modo a desempenhar com competência as suas funções e contribuir para o progresso da engenharia e da sua melhor aplicação ao serviço da Humanidade.

2 — O engenheiro deve defender o ambiente e os recursos naturais.

3 — O engenheiro deve garantir a segurança do pessoal executante, dos utentes e do público em geral.

4 — O engenheiro deve opor-se à utilização fraudulenta, ou contrária ao bem comum, do seu trabalho.

5 — O engenheiro deve procurar as melhores soluções técnicas, ponderando a economia e a qualidade da produção ou das obras que projetar, dirigir ou organizar.

6 — O engenheiro deve combater e denunciar práticas de discriminação social e trabalho infantil, assumindo uma atitude de responsabilidade social.

Artigo 142.º

Deveres do engenheiro para com a entidade empregadora e para com o cliente

1 — O engenheiro deve contribuir para a realização dos objetivos económico-sociais das organizações em que se integre, promovendo o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos e das condições de trabalho, com o justo tratamento das pessoas.

2 — O engenheiro deve prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros, nunca abandonando, sem justificação, os trabalhos que lhe forem confiados ou os cargos que desempenhar.

3 — O engenheiro não deve divulgar nem utilizar segredos profissionais ou informações, em especial as científicas e técnicas obtidas confidencialmente no exercício das suas funções, salvo se, em consciência, considerar poderem estar em sério risco exigências de bem comum.

4 — O engenheiro só deve pagar-se pelos serviços que tenha efetivamente prestado e tendo em atenção o seu justo valor.

5 — O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos cujo pagamento esteja subordinado à confirmação de uma conclusão predeterminada, embora esta circunstância possa influir na fixação da remuneração.

6 — O engenheiro deve recusar compensações de mais de um interessado no seu trabalho, quando possa haver conflitos de interesses ou não haja o consentimento de qualquer das partes.

Artigo 143.º

Deveres do engenheiro no exercício da profissão

1 — O engenheiro, na sua atividade associativa profissional, deve pugnar pelo prestígio da profissão e impor-se pelo valor da sua colaboração e por uma conduta irrepre-

ensível, usando sempre de boa-fé, lealdade e isenção, quer atuando individualmente, quer coletivamente.

2 — O engenheiro deve opor-se a qualquer concorrência desleal.

3 — O engenheiro deve usar da maior sobriedade nos anúncios profissionais que fizer ou autorizar.

4 — O engenheiro não deve aceitar trabalhos ou exercer funções que ultrapassem a sua competência ou exijam mais tempo do que aquele de que disponha.

5 — O engenheiro só deve assinar pareceres, projetos ou outros trabalhos profissionais de que seja autor ou colaborador.

6 — O engenheiro deve emitir os seus pareceres profissionais com objetividade e isenção.

7 — O engenheiro deve, no exercício de funções públicas, na empresa e nos trabalhos ou serviços em que desempenhar a sua atividade, atuar com a maior correção e de forma a obstar a discriminações ou desconsiderações.

8 — O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos sobre os quais tenha de se pronunciar no exercício de diferentes funções ou que impliquem situações ambíguas.

Artigo 144.º

Deveres recíprocos dos engenheiros

1 — O engenheiro deve avaliar com objetividade o trabalho dos seus colaboradores, contribuindo para a sua valorização e promoção profissionais.

2 — O engenheiro apenas deve reivindicar o direito de autor quando a originalidade e a importância relativas da sua contribuição o justifiquem, exercendo esse direito com respeito pela propriedade intelectual de outrem e com as limitações impostas pelo bem comum.

3 — O engenheiro deve prestar aos colegas, quando solicitada, toda a colaboração possível.

4 — O engenheiro não deve prejudicar a reputação profissional ou as atividades profissionais de colegas, nem deixar que sejam menosprezados os seus trabalhos, devendo, quando necessário, apreciá-los com elevação e sempre com salvaguarda da dignidade da classe.

5 — O engenheiro deve recusar substituir outro engenheiro, só o fazendo quando as razões dessa substituição forem corretas e dando ao colega a necessária satisfação.

TÍTULO III

Disposições finais

Artigo 145.º

Controlo jurisdicional

1 — A atividade da Ordem no âmbito das suas atribuições e do exercício dos poderes públicos que lhe são conferidos fica sujeita à jurisdição administrativa, nos termos da respetiva legislação.

2 — Das sanções disciplinares aplicadas pela Ordem cabe recurso para os tribunais administrativos competentes.

Artigo 146.º

Balcão único

1 — Todos os pedidos, comunicações e notificações previstos no presente Estatuto entre a Ordem e profissionais,

sociedades de engenheiros ou outras organizações associativas de profissionais para o exercício de engenharia, com exceção dos relativos a procedimentos disciplinares, são realizados por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico dos serviços, referido nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, acessível através do sítio na Internet da associação pública profissional em causa.

2 — Quando, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto no número anterior, a transmissão da informação em apreço pode ser feita por entrega nos serviços da associação pública profissional em causa, por remessa pelo correio sob registo, por telecópia ou por correio eletrónico.

3 — A apresentação de documentos em forma simples nos termos dos números anteriores dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto na alínea *a)* do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

4 — São ainda aplicáveis aos procedimentos referidos no presente artigo o disposto nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Artigo 147.º

Informação na Internet

Para além das informações referidas no artigo 23.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e no n.º 4 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, a Ordem deve disponibilizar ao público em geral, através do seu sítio eletrónico na Internet, as seguintes informações:

- a)* Regime de acesso e exercício da profissão;
- b)* Princípios e regras deontológicas e normas técnicas aplicáveis aos seus membros;
- c)* Procedimento de apresentação de queixa ou reclamações pelos destinatários relativamente aos serviços prestados pelos profissionais no âmbito da sua atividade;
- d)* Ofertas de emprego na Ordem;
- e)* Registo atualizado dos membros com:

i) O nome, o domicílio profissional e o número de carteira ou cédula profissionais;

ii) A designação do título e das especialidades profissionais;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

f) Registo atualizado dos profissionais em livre prestação de serviços no território nacional, que se consideram inscritos nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, que contemple:

i) O nome e o domicílio profissionais e, caso exista, a designação do título profissional de origem e das respetivas especialidades;

ii) A identificação da associação pública profissional no Estado membro de origem, na qual o profissional se encontre inscrito;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

iv) A informação relativa às sociedades de profissionais ou outras formas de organização associativa de profissionais para que prestem serviços no Estado membro de origem, caso aqui prestem serviços nessa qualidade;

g) Registo atualizado de sociedades de engenheiros e de outras formas de organização associativa inscritas com a respetiva designação, sede, número de inscrição e número de identificação;

h) Tabela das correspondências dos cursos de engenharia professados em escolas nacionais e as especialidades e colégios estruturados na Ordem.

Artigo 148.º

Cooperação administrativa

A Ordem presta e solicita às autoridades administrativas dos outros Estados membros ou do Espaço Económico Europeu e à Comissão Europeia assistência mútua e toma as medidas necessárias para cooperar eficazmente, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos noutro Estado membro, nos termos do Capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico.

ANEXO

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros]

1 — Projeto

Elaboração ou coordenação de pelo menos cinco projetos de obras, dos quais pelo menos dois de categoria II.

2 — Projeto e direção de obra e ou direção de fiscalização de obra:

a) Elaboração de, pelo menos, três projetos de obras, dos quais, pelo menos, um da categoria II; e

b) Direção de obra ou direção de fiscalização de obra em três edifícios até à classe 5 de alvará, dos quais, pelo menos, um de classe 3 ou superior, ou, em alternativa, noutras obras das categorias I e II, das quais, pelo menos, uma desta última categoria.

3 — Direção de obra e ou direção de fiscalização de obra:

a) Direção de obra ou direção de fiscalização em sete diferentes obras, das quais, pelo menos, três de classe superior a 2 ou categoria superior a I; ou

b) Direção de obra ou direção de fiscalização de obra em, pelo menos, dez obras de qualquer classe ou categoria.

Notas:

a) As categorias de obras e as classes de alvará a que se referem os números anteriores são as previstas, respetivamente, na Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, e na Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril.

Para efeitos do disposto no presente anexo, são também elegíveis os trabalhos de idêntica relevância realizados nas outras áreas referidas no n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto.

Lei n.º 124/2015

de 2 de setembro

Terceira alteração ao Estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à terceira alteração ao Estatuto dos Médicos Dentistas, aprovado pela Lei n.º 110/91, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 82/98, de 10 de dezembro, e 44/2003, de 22 de agosto, no sentido de o adequar, à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Artigo 2.º

Alteração ao Estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas

O Estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas, aprovado em anexo à Lei n.º 110/91, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 82/98, de 10 de dezembro, e 44/2003, de 22 de agosto, passa a ter a redação constante do anexo I à presente lei e da qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Disposição transitória

1 — No prazo de 60 dias a contar da publicação da presente lei, a assembleia geral aprova o regulamento eleitoral em conformidade com o Estatuto constante do anexo I à presente lei.

2 — Até à realização de eleições a assembleia geral assume todas as competências previstas para o conselho geral, com as devidas adaptações.

3 — No prazo de 120 dias a contar da publicação da presente lei, devem estar concluídas, de acordo com as normas estatutárias, o regulamento eleitoral e as eleições para os órgãos da Ordem dos Médicos Dentistas, que se realizam extraordinariamente nesse prazo.

4 — O mandato dos atuais dirigentes cessa com a posse dos titulares eleitos, de acordo com o disposto no número anterior.

5 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 a Ordem dos Médicos Dentistas aprova, no prazo de 180 dias a contar da de entrada em vigor da presente lei, os regulamentos previstos no seu Estatuto.

Artigo 4.º

Norma revogatória

São revogados os artigos 2.º, 3.º e 4.º da Lei n.º 110/91, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 82/98, de 10 de dezembro, e 44/2003, de 22 de agosto.

de 22 de maio de 2015, referente aos autos de Processo Disciplinar n.º 393/2012-C/D, com trânsito em julgado, foi aplicada à Senhora Dra. Paula Teresa de Freitas Rodrigues, com o nome abreviado de Dra. Paula Teresa Freitas, Advogado(a), com domicílio profissional na Rua Vasco da Gama, 25, Sala 4, na Figueira da Foz, portador(a) da cédula profissional 2899-C, a pena disciplinar de três meses de suspensão do exercício da profissão, por violação dos deveres consignados no artigo 104 do Estatuto da Ordem dos Advogados.

O cumprimento desta pena teve o seu início no dia 18 de junho de 2015, que foi o dia seguinte àquele em que a decisão se tornou definitiva (artigo 168/1 do EOA).

Para constar se passou o presente edital, que vai ser afixado e publicado de harmonia com as disposições legais aplicáveis.

9 de julho de 2015. — O Presidente do Conselho de Deontologia, Rui Magalhães.

208785564

ORDEN DOS ENGENHEIROS

Regulamento n.º 420/2015

Atos de Engenharia por Especialidade da Ordem dos Engenheiros

Aprovado em Conselho Diretivo Nacional de 16.06.2015

Preâmbulo

Embora anteriormente tivessem sido organizadas diversas comissões ou grupos de trabalho com vista à elaboração dos atos profissionais dos engenheiros e se tivessem registado iniciativas próprias de alguns Colégios, os trabalhos de elaboração dos atos de engenharia abrangendo os 12 Colégios de Especialidade, organizados de uma forma estruturada, sistematizada e coordenada e com exercício de contraditório entre Colégios, iniciaram-se no âmbito do Conselho Coordenador dos Colégios a partir de 2004, sendo que a dimensão dos trabalhos obrigou a que, para o efeito, no seio de diversos colégios, tivessem sido criados grupos de trabalho próprios.

Por outro lado, a complexa e democrática estrutura da Ordem dos Engenheiros obrigou sempre à necessidade de serem realizadas revisões sucessivas no âmbito de cada Colégio de Especialidade (Conselhos Regionais de Colégio e Conselhos Nacionais de Colégio), sendo que, após a sua aprovação no seio do Conselho Nacional do Colégio, antecedida de muito trabalho e debate, as propostas eram levadas ao Conselho Coordenador de Colégios para efeitos de exercício de contraditório com cruzamento de atos com os restantes Colégios, metodologia que, por diversas ocasiões, levou a que as propostas tivessem de voltar ao respetivo Colégio de Especialidade, para reavaliação e introdução de alterações ou aditamentos.

Entretanto, com a adoção em Portugal do chamado “Processo de Bolonha” através, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 74/2006, sucessivamente alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro, e 115/2013, de 7 de agosto, que o republicou, houve que ter em conta os novos currículos dos cursos superiores de engenharia (licenciaturas e mestrados).

Por outro lado, a acreditação de cursos que a Ordem dos Engenheiros vinha fazendo desde 1995, e que tinha levado à existência de um conjunto de dados de grande utilidade para a elaboração dos atos de engenharia, passou a ser vedada à Ordem dos Engenheiros pelo Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 novembro de 2007.

A implementação do Processo de Bolonha, principalmente a partir de 2008, fez com que os trabalhos de elaboração dos atos de engenharia tivessem de ser novamente revistos, com vista à sua adequação.

Também a publicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro, contribuíram para que a elaboração dos atos de engenharia fosse objeto de nova revisão à luz destes instrumentos legislativos e regulamentares.

Também as mudanças periódicas (2007, 2010 e 2013) dos membros eleitos dos órgãos da Ordem, nomeadamente dos membros dos Conselhos Regionais e Nacionais dos Colégios de Especialidade, levou a que novas e sucessivas revisões fossem efetuadas quer no seio dos próprios Colégios de Especialidade, quer do Conselho Coordenador dos Colégios.

Entretanto, já no decorrer de 2014, procedeu-se a um levantamento (o último datava de 2006) dos atos regulamentados (previstos na legislação e regulamentação estadual) passíveis de abrangerem as diversas Especialidades, tendo-se concluído que, apesar de existirem cerca de duas centenas de diplomas (objeto de sucessivas alterações, revisões e

aditamentos) que direta ou indiretamente tratam de matéria relativa a atos que os Engenheiros podem praticar, existiam Especialidades que, praticamente, não eram abrangidas e outras em que apenas poucos atos estavam previstos.

Por outro lado, mesmo nas Especialidades com grande parte dos atos considerados e contemplados em lei, decreto-lei, decreto regulamentar, portaria ou despacho normativo, verificava-se que não tinham sido considerados muitos dos seus atos, pelo que, se justificava, plenamente, proceder à aprovação e publicação dos atos de engenharia por especialidade dos membros da Ordem dos Engenheiros, de modo a que cada membro da Ordem dos Engenheiros (destinatários dos mesmos) possa conhecê-los na sua extensão e limites, bem como a sociedade em geral.

Aliás, julga-se tratar-se de matéria de indiscutível interesse público que virá corresponder a um anseio de diversas entidades e do público em geral, sobre o que faz ou pode fazer um Engenheiro consoante a sua especialidade.

Face ao exposto, o Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros (OE) após sucessivas reuniões em que apreciou as diversas propostas que foram sendo apresentadas pelo Conselho Coordenador dos Colégios deliberou, em reunião de 16 de junho de 2015, tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º e na alínea z) do n.º 3 do artigo 24.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, e obtido o assentimento da maioria dos membros da Assembleia de Representantes, aprovar e mandar publicar o Regulamento de Atos de Engenharia por Especialidade, dos membros da Ordem dos Engenheiros, com o seguinte articulado:

Artigo 1.º

Atos de engenharia

Sem prejuízo do disposto na legislação europeia aplicável e nos diplomas legais e regulamentares dimanados da Assembleia da República ou do Governo, que tratem da mesma matéria, os atos de engenharia, por especialidade, passíveis de serem exercidos por membros da Ordem dos Engenheiros, são os que constam do anexo ao presente Regulamento e dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento abrange os membros efetivos e estagiários da Ordem dos Engenheiros.

Artigo 3.º

Habilitação

1 — A habilitação para a prática de atos de engenharia é validada pela Ordem dos Engenheiros através da emissão de declarações próprias emitidas a pedido dos membros que as requeiram e para as quais a Ordem dos Engenheiros lhes reconheça as respetivas qualificações.

2 — No requerimento para emissão das declarações devem os membros da Ordem dos Engenheiros mencionar o destino e objeto das mesmas e, sendo caso disso, indicar a categoria e classe de obra.

Artigo 4.º

Registo profissional

A emissão das declarações referidas no artigo anterior constarão do registo profissional individual próprio do membro da Ordem dos Engenheiros.

Artigo 5.º

Revisão

O presente regulamento será revisto e atualizado, pelo menos, de dois em dois anos, ou em prazo inferior se o Conselho Diretivo Nacional o entender necessário e oportuno, ouvido o Conselho Coordenador dos Colégios, ou sempre que sejam estruturadas na Ordem dos Engenheiros novas especialidades.

Artigo 6.º

Casos omissos

Os casos omissos, os diferendos, as dúvidas e demais questões que surjam na aplicação do presente regulamento, serão decididos pelo Conselho Diretivo Nacional, ouvido o Conselho Coordenador dos Colégios.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor cinco dias após a sua publicação.

ANEXO

(segue a listagem por especialidades)

Engenharia Civil

- 1 — Conceção
 - 1.1 — Elaboração de projeto
 - 1.1.1 — Edifícios
 - 1.1.1.1 — Estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica
 - 1.1.1.2 — Instalações, equipamento e sistemas de águas e esgotos
 - 1.1.1.3 — Instalações, equipamento e sistemas de gás
 - 1.1.1.4 — Térmica
 - 1.1.1.5 — Acústica
 - 1.1.1.6 — Segurança contra incêndio
 - 1.1.2 — Obras de Engenharia Civil
 - 1.1.2.1 — Pontes, viadutos e passadiços
 - 1.1.2.2 — Vias de comunicação (rodovia)
 - 1.1.2.3 — Vias de comunicação (ferrovia)
 - 1.1.2.4 — Aeródromos
 - 1.1.2.5 — Aeroportos
 - 1.1.2.6 — Obras Hidráulicas
 - 1.1.2.7 — Túneis
 - 1.1.2.8 — Sistemas de abastecimento e tratamento de água
 - 1.1.2.9 — Drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais
 - 1.1.2.10 — Sistemas de resíduos urbanos e industriais
 - 1.1.2.11 — Instalações, equipamentos e sistemas de gás
 - 1.1.2.12 — Obras portuárias e de engenharia costeira, canais e vias navegáveis
 - 1.1.2.13 — Tratamento ou recuperação de espaços exteriores
 - 1.1.2.14 — Torres (de telecomunicações, de vigia, eólicas, etc.), mastros e chaminés
 - 1.1.2.15 — Silos, postes e chaminés
 - 1.1.2.16 — Demolições
 - 1.1.2.17 — Andaimos, cimbres, escoramento e cofragens
 - 1.1.2.18 — Plataformas, passadiços e escadas de acesso
 - 1.1.2.19 — Fundações isoladas não integradas nos projetos de estabilidade dos edifícios
 - 1.1.3 — Estudos e serviços complementares
 - 1.1.3.1 — Projeto de Estaleiro
 - 1.1.3.2 — Coordenação de Segurança e Saúde na fase de projeto
 - 1.1.3.3 — Avaliação Ambiental e sustentabilidade em projetos (inclui Plano de gestão Ambiental de Obra)
 - 1.1.3.4 — Plano de resíduos de construção e demolição
 - 1.1.3.5 — Plano de acessibilidades (edifícios e via pública)
 - 1.2 — Coordenação de projeto
 - 1.2.1 — Edifícios
 - (1.2.1.1. a 1.2.1.6. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 - 1.2.2 — Obras de Engenharia Civil
 - (1.2.2.1. a 1.2.2.19. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.2.)
 - 1.3 — Revisão de projeto
 - 1.3.1 — Edifícios
 - (1.3.1.1. a 1.3.1.6. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 - 1.3.2 — Obras de Engenharia Civil
 - (1.3.2.1. a 1.3.2.19. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.2.)
 - 2 — Produção
 - 2.1 — Execução
 - 2.1.1 — Direção Técnica da Obra
 - 2.1.1.1 — Edifícios
 - 2.1.1.2 — Pontes, viadutos e passadiços
 - 2.1.1.3 — Vias de comunicação rodoviária
 - 2.1.1.4 — Vias de comunicação ferroviária
 - 2.1.1.5 — Aeródromos
 - 2.1.1.6 — Aeroportos
 - 2.1.1.7 — Obras hidráulicas
 - 2.1.1.8 — Túneis
 - 2.1.1.9 — Sistemas de abastecimento e tratamento de água
 - 2.1.1.10 — Drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais
 - 2.1.1.11 — Sistemas de resíduos urbanos e industriais
 - 2.1.1.12 — Instalações, equipamentos e sistemas de Gás
 - 2.1.1.13 — Obras portuárias e de engenharia costeira, canais e vias navegáveis
 - 2.1.1.14 — Tratamento ou recuperação de espaços exteriores
 - 2.1.1.15 — Estruturas Especiais
 - 2.1.1.16 — Demolições
 - 2.1.2 — Apoio à Direção Técnica da Obra
 - (2.1.2.1. a 2.1.2.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.1.3 — Gestão de Qualidade da Obra
 - (2.1.3.1. a 2.1.3.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.1.4 — Preparação dos Locais da Construção, Perfurações e Sondagens
 - 2.1.4.1 — Reconhecimento geológico e geotécnico
 - 2.1.4.2 — Sondagens
 - 2.1.4.3 — Levantamentos Topográficos
 - 2.2 — Controlo de Execução
 - 2.2.1 — Direção de Fiscalização da Obra
 - (2.2.2.1. a 2.2.2.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.2.2 — Fiscalização da Obra
 - (2.2.2.1. a 2.2.2.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.2.3 — Controlo da Qualidade da Obra
 - 2.2.3.1 — Edifícios
 - 2.2.3.2 — Pontes, viadutos e passadiços
 - 2.2.3.3 — Vias de comunicação rodoviária
 - 2.2.3.4 — Vias de comunicação ferroviária
 - 2.2.3.5 — Aeródromos
 - 2.2.3.6 — Aeroportos
 - 2.2.3.7 — Obras hidráulicas
 - 2.2.3.8 — Túneis
 - 2.2.3.9 — Sistemas de abastecimento e tratamento de água
 - 2.2.3.10 — Drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais
 - 2.2.3.11 — Sistemas de resíduos urbanos e industriais
 - 2.2.3.12 — Instalações, equipamentos e sistemas de Gás
 - 2.2.3.13 — Obras portuárias e de engenharia costeira, canais e vias navegáveis
 - 2.2.3.14 — Tratamento ou recuperação de espaços exteriores
 - 2.2.3.15 — Estruturas Especiais
 - 2.3 — Segurança e Saúde
 - 2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde
 - (2.3.1.1. a 2.3.1.15. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.2.3.)
 - 2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde
 - (2.3.2.1. a 2.3.2.15. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.2.3.)
 - 2.4 — Direção Técnica de Empresas
 - 2.4.1 — Direção Técnica de Alvarás
 - 2.4.2 — Elaboração de estudos e orçamentos
 - 2.4.3 — Coordenação de estudos e orçamentos
- 3 — Gestão e Manutenção
 - 3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 3.1.1 — Estudos e avaliações de viabilidade técnico-económica
 - 3.1.2 — Gestão e coordenação de projetos
 - 3.1.3 — Apoio à gestão e coordenação de projetos
 - 3.2 — Manutenção e Exploração
 - 3.2.1 — Gestão e coordenação da manutenção e exploração
 - (3.2.1.1. a 3.2.1.15. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.2.3.)
 - 3.2.2 — Apoio à gestão e coordenação da manutenção e exploração
 - (3.2.2.1. a 3.2.2.15. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.2.3.)
 - 3.2.3 — Monitorização da manutenção
 - (3.2.3.1. a 3.2.3.15. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.2.3.)
 - 4 — Estudos e consultoria em engenharia civil
 - 4.1 — Perícias
 - 4.1.1 — Elaboração
 - 4.1.1.1 — Estruturas
 - 4.1.1.2 — Geotecnia
 - 4.1.1.3 — Hidráulica, recursos hídricos e pluviais
 - 4.1.1.4 — Transportes e vias de comunicação
 - 4.1.1.5 — Planeamento e ordenamento do território
 - 4.1.1.6 — Física e tecnologia das construções
 - 4.1.1.7 — Materiais de construção
 - 4.1.1.8 — Gestão da construção (segurança e saúde, qualidade, custos, prazos, ambiente)
 - 4.1.2 — Coordenação
 - (4.1.2.1. a 4.1.2.8. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)
 - 4.2 — Sistemas de gestão da qualidade, segurança e saúde e ambiente
 - 4.2.1 — Implementação e gestão de sistemas
 - 4.2.1.1 — Gestão da qualidade
 - 4.2.1.2 — Gestão ambiental
 - 4.2.1.3 — Gestão de segurança e saúde
 - 4.2.2 — Auditorias a sistemas
 - 4.2.3 — Coordenação de ensaios
 - 4.2.3.1 — Ensaaios laboratoriais
 - 4.2.3.2 — Ensaaios em obra ou estaleiro
 - 4.2.4 — Elaboração de ensaios
 - 4.2.4.1 — Ensaaios laboratoriais
 - 4.2.4.2 — Ensaaios em obra ou estaleiro
 - 4.3 — Consultoria técnica
 - (4.3.1. a 4.3.8. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)
 - 4.4 — Implementação e coordenação de ensaios laboratoriais e em obra ou estaleiro
 - (4.4.1. a 4.4.8. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)
 - 4.5 — Avaliações
 - 4.5.1 — Avaliação de imóveis
 - 4.5.2 — Avaliação de projetos de investimentos

5 — Produção de Materiais
 5.1 — Gestão Industrial
 5.1.1 — Direção
 5.1.1.1 — Industrial
 5.1.1.2 — Técnica
 5.1.1.3 — Comercial
 5.2 — Sistemas de Gestão da Qualidade Segurança e Ambiente
 5.2.1 — Implementação e gestão
 5.2.1.1 — Sistema de gestão da qualidade
 5.2.1.2 — Sistema de gestão ambiental
 5.2.1.3 — Sistema de gestão de segurança e saúde
 5.2.2 — Controlo de qualidade
 5.2.2.1 — Qualidade de Produtos e Ensaio
 6 — Planeamento e Ordenamento do Território
 6.1 — Planeamento de projetos e investimentos
 6.1.1 — Elaboração e coordenação
 6.1.1.1 — Instrumentos de política sectorial
 6.1.1.2 — Instrumentos de planeamento estratégico
 6.1.1.3 — Estudos e avaliações de viabilidade técnico-económica
 6.1.1.4 — Instrumentos de análise e regulação estratégica
 6.1.2 — Coordenação
 6.1.2.1 — Instrumentos de desenvolvimento territorial nacionais
 6.1.2.2 — Planos regionais de ordenamento do território
 6.1.2.3 — Planos intermunicipais de ordenamento do território
 6.1.2.4 — Planos diretores municipais
 6.1.2.5 — Planos de urbanização
 6.1.2.6 — Planos de pormenor
 6.1.2.7 — Planos especiais de ordenamento do território
 6.1.2.8 — Planos estratégicos de políticas sectoriais
 6.1.2.9 — Estudos de Impacte ambiental
 6.1.2.10 — Projetos de loteamento
 6.1.3 — Elaboração
 6.1.3.1 — Instrumentos de desenvolvimento territorial nacionais
 6.1.3.2 — Planos regionais de ordenamento do território
 6.1.3.3 — Planos intermunicipais de ordenamento do território
 6.1.3.4 — Planos diretores municipais
 6.1.3.5 — Planos de urbanização
 6.1.3.6 — Planos de pormenor
 6.1.3.7 — Planos especiais de ordenamento do território
 6.1.3.8 — Planos estratégicos de políticas sectoriais
 6.1.3.9 — Projetos de loteamento
 6.1.3.10 — Planeamento e conceção na área dos transportes
 6.1.3.11 — Estudos de engenharia de tráfego
 6.1.3.12 — Estudos e planos sectoriais e parciais na área dos transportes
 6.1.3.13 — Modelação e análise de sistemas de transportes
 6.1.3.14 — Estudo de transporte coletivo
 6.1.3.15 — Estudos de estacionamento
 6.1.3.16 — Estudos de logística
 6.1.3.17 — Estudos de segurança na área dos transportes
 6.1.3.18 — Estudos de procura de transportes
 6.1.3.19 — Estudos de análise económica de sistemas de transportes
 6.1.3.20 — Estudos de avaliação de qualidade
 6.1.4 — Execução, gestão e controlo de sistemas
 6.1.4.1 — Planeamento e gestão operacional (horários, rotas centros de tráfego)
 6.1.4.2 — Exploração de transportes
 6.1.4.3 — Gestão de transportes
 6.1.4.4 — Segurança de transportes
 6.1.4.5 — Auditoria e fiscalização (segurança rodoviária, ferroviária, marítima e aérea)
 6.1.4.6 — Regulação técnica e económica
 7 — Investigação, ensino e normalização
 7.1 — Investigação
 7.1.1 — Coordenação
 7.1.1.1 — Estruturas
 7.1.1.2 — Geotecnia
 7.1.1.3 — Hidráulica, recursos hídricos e ambientais
 7.1.1.4 — Vias de comunicação
 7.1.1.5 — Planeamento e ordenamento do território
 7.1.1.6 — Física e tecnologia das construções
 7.1.1.7 — Materiais de construção
 7.1.1.8 — Gestão da construção (segurança e saúde, qualidade, custos, prazos, ambiente).
 7.1.2 — Desenvolvimento
 7.1.2.1 — Estruturas
 7.1.2.2 — Geotecnia
 7.1.2.3 — Hidráulica, recursos hídricos e ambientais
 7.1.2.4 — Vias de comunicação
 7.1.2.5 — Planeamento e ordenamento do território
 7.1.2.6 — Física e tecnologia das construções
 7.1.2.7 — Materiais de construção

7.1.2.8 — Gestão da construção (segurança e saúde, qualidade, custos, prazos, ambiente).
 7.2 — Ensino Científico e profissionalizante
 7.3 — Normalização
 7.3.1 — Coordenação
 7.3.1.1 — Normas
 7.3.1.2 — Legislação
 7.3.1.3 — Documentos técnicos
 7.3.2 — Desenvolvimento
 (7.3.2.1 a 7.3.2.3. — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.3.1.)
 7.3.3 — Revisão e Apreciação
 (7.3.3.1 a 7.3.3.3. — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.3.1.)
 8 — Administração Pública e Concessões
 8.1 — Engenharia municipal
 8.1.1 — Apreciação
 8.1.1.1 — Apreciação de projetos
 8.1.1.2 — Apreciação de estudos de tráfego
 8.1.1.3 — Apreciação de planos de mobilidade e transportes
 8.1.1.4 — Apreciação de instrumentos de planeamento municipal
 8.2 — Administração central e regional
 8.2.1 — Apreciação
 (8.2.1.1 a 8.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1.)
 9 — Gestão e Manutenção de Ativos
 9.1 — Gestão e manutenção de ativos

Engenharia Eletrotécnica

1 — Instalações, equipamentos e sistemas elétricos
 1.1 — Conceção
 1.1.1 — Elaboração de Projeto
 1.1.1.1 — Instalações elétricas (públicas e particulares) de produção, transporte, transformação, distribuição e utilização de energia elétrica
 1.1.1.2 — Equipamentos elétricos
 1.1.1.3 — Instalações de equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas (equipamentos eletromecânicos, ascensores, escadas e tapetes rolantes)
 1.1.1.4 — Luminotecnica de espaços interiores e exteriores.
 1.1.2 — Coordenação de Projeto
 (1.1.2.1 a 1.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.1.3 — Revisão de Projeto
 (1.1.3.1 a 1.1.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2 — Produção
 1.2.1 — Execução
 (1.2.1.1 a 1.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.2 — Controlo de Execução
 (1.2.2.1 a 1.2.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 (1.2.3.1 a 1.2.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.3 — Gestão, Manutenção e Exploração
 1.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 (1.3.1.1 a 1.3.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4 — Estudos e Consultoria
 1.4.1 — Perícias, inspeções e certificações
 (1.4.1.1 a 1.4.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.2 — Coordenação e elaboração
 (1.4.2.1 a 1.4.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.3 — Consultoria técnica
 (1.4.3.1 a 1.4.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 (1.5.1.1 a 1.5.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.6 — Administração Pública e Concessões
 1.6.1 — Apreciação de projetos
 (1.6.1.1 a 1.6.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.6.2 — Realização de vistorias
 (1.6.1.1 a 1.6.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 2 — Sistemas de telecomunicações
 2.1 — Conceção
 2.1.1 — Elaboração de Projeto
 2.1.1.1 — Sistemas e redes de comunicações móveis
 2.1.1.2 — Sistemas e redes de transmissão e de comutação
 2.1.1.3 — Sistemas de radiocomunicações e radiodifusão
 2.1.1.4 — Sistemas de comunicação ótica
 2.1.1.5 — Redes de comunicação de dados
 2.1.1.6 — Equipamentos de telecomunicações
 2.1.1.7 — Instalações de telecomunicações (ITED-Edifícios, ITUR-Loteamentos, Urbanizações e conjuntos de edifícios)
 2.1.1.8 — Sistemas eletrónicos de telecomunicações (analógicos, digitais)
 2.1.1.9 — Sistemas de controlo e gestão de redes de Telecomunicações
 2.1.1.10 — Sistemas biomédicos baseado em sistemas Telecomunicações

2.1.1.11 — Sistemas de informações e comunicações (sinalização, intercomunicação, som, vídeo relógios e outros)

2.1.2 — Coordenação de Projeto

(2.1.2.1. a 2.1.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.1.3 — Revisão de Projeto

(2.1.3.1. a 2.1.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.2 — Produção

2.2.1 — Execução

(2.2.1.1. a 2.2.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.2.2 — Controlo de Execução

(2.2.2.1. a 2.2.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.2.3 — Direção Técnica de Empresas

(2.2.3.1. a 2.2.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.3 — Gestão, Manutenção e Exploração

2.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos

(2.3.1.1. a 2.3.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.4 — Estudos e Consultoria

2.4.1 — Perícias, inspeções e certificações

(2.4.1.1. a 2.4.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.4.2 — Coordenação e elaboração

(2.4.2.1. a 2.4.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.4.3 — Consultoria técnica

(2.4.3.1. a 2.4.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.5 — Investigação, Ensino e Normalização

(2.5.1. a 2.5.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.6 — Administração Pública e Concessões

2.6.1 — Apreciação de projetos

(2.6.1.1. a 2.6.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

2.6.2 — Realização de vistorias

(2.6.1.1. a 2.6.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)

3 — Sistemas de eletrónica e computadores

3.1 — Conceção

3.1.1 — Elaboração de Projeto

3.1.1.1 — Sistemas eletrónicos (analógicos, digitais)

3.1.1.2 — Computadores, redes e sistemas

3.1.1.3 — Informática industrial

3.1.1.4 — Equipamentos eletrónicos

3.1.2 — Coordenação de Projeto

(3.1.2.1. a 3.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.1.3 — Revisão de Projeto

(3.1.3.1. a 3.1.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.2 — Produção

3.2.1 — Execução

(3.2.1.1. a 3.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.2.2 — Controlo de Execução

(3.2.2.1. a 3.2.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.2.3 — Direção Técnica de Empresas

(3.2.3.1. a 3.2.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.3 — Gestão, Manutenção e Exploração

3.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos

(3.3.1.1. a 3.3.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.4 — Estudos e Consultoria

3.4.1 — Perícias, inspeções e certificações

(3.4.1.1. a 3.4.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.4.2 — Coordenação e elaboração

(3.4.2.1. a 3.4.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.4.3 — Consultoria técnica

(3.4.3.1. a 3.4.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.5 — Investigação, Ensino e Normalização

(3.5.1. a 3.5.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.6 — Administração Pública e Concessões

3.6.1 — Apreciação de projetos

(3.6.1.1. a 3.6.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

3.6.2 — Realização de vistorias

(3.6.2.1. a 3.6.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

4 — Sistemas de automação, controlo e robótica

4.1 — Conceção

4.1.1 — Elaboração de Projeto

4.1.1.1 — Sistemas de automação industrial

4.1.1.2 — Sistemas de controlo

4.1.1.3 — Sistemas de instrumentação

4.1.1.4 — Sistemas de acionamento e movimentação

4.1.1.5 — Sistemas robóticos

4.1.1.6 — Mecatrónica

4.1.1.7 — Sistemas de domótica

4.1.1.8 — Sistemas elétricos e eletrónicos de controlo e de segurança (elétrica, intrusão, acessos, vigilância, incêndios e outros)

4.1.1.9 — Sinalização rodoviária e ferroviária

4.1.1.10 — Certificação Energética

4.1.1.11 — Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

4.1.2 — Coordenação de Projeto

(4.1.2.1. a 4.1.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.1.3 — Revisão de Projeto

(4.1.3.1. a 4.1.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2 — Produção

4.2.1 — Execução

(4.2.1.1. a 4.2.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.2 — Controlo de Execução

(4.2.2.1. a 4.2.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.3 — Direção Técnica de Empresas

(4.2.3.1. a 4.2.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.3 — Gestão, Manutenção e Exploração

4.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos

(4.3.1.1. a 4.3.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.3.2 — Manutenção e Exploração

(4.3.2.1. a 4.3.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4 — Estudos e Consultoria

4.4.1 — Perícias, inspeções e certificações

(4.4.1.1. a 4.4.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.2 — Coordenação e elaboração

(4.4.2.1. a 4.4.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.4.1.)

4.4.3 — Consultoria técnica

(4.4.3.1. a 4.4.3.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.4.1.)

4.5 — Investigação, Ensino e Normalização

(4.5.1. a 4.5.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.4.1.)

4.6 — Administração Pública e Concessões

4.6.1 — Apreciação de projetos

(4.6.1.1. a 4.6.1.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.6.2 — Realização de vistorias

(4.6.2.1. a 4.6.2.11. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

5 — Outros Projetos da Especialidade

5.1 — Conceção

5.1.1 — Elaboração de Projeto

5.1.1.1 — Instalações, Equipamentos e Sistemas de Gás

5.1.1.2 — Segurança contra Incêndio em Edifícios

6 — Gestão e Manutenção de Ativos

6.1 — Gestão e manutenção de ativos

Engenharia Mecânica

1 — Máquinas e Equipamentos

1.1 — Conceção

1.1.1 — Elaboração de projeto

1.1.1.1 — Agrícolas

1.1.1.2 — Pecuários

1.1.1.3 — Florestais

1.1.1.4 — Piscatórios

1.1.1.5 — Mineiros

1.1.1.6 — Alimentares

1.1.1.7 — Hospitalares e de Saúde

1.1.1.8 — Têxteis e peles

1.1.1.9 — Madeira e derivados

1.1.1.10 — Pasta de papel e derivados

1.1.1.11 — Combustíveis, produtos químicos e fibras artificiais

1.1.1.12 — Borracha e plástico ou polímeros, elastómeros, compósitos e cerâmicos

1.1.1.13 — Metais de base e produtos metálicos

1.1.1.14 — Outros produtos minerais não metálicos

1.1.1.15 — Para geração e utilização de energia

1.1.1.16 — Para fabrico de rolamentos, engrenagens e outros elementos de transmissão

1.1.1.17 — Transporte e elevação

1.1.1.18 — Máquinas-ferramentas

1.1.1.19 — Máquinas de Aquecimento, Ventilação, Ar Condicionado e Refrigeração

1.1.1.20 — Máquinas e equipamentos de combustíveis

1.1.1.21 — Equipamentos sob pressão

1.1.1.22 — Máquinas e equipamentos de segurança contra incêndios

1.1.1.23 — Fabrico de armamento e munições

1.1.1.24 — Sistemas rodoviários

1.1.1.25 — Sistemas ferroviários

1.1.1.26 — Sistemas aeronáuticos e aeroespaciais

1.1.1.27 — Sistemas marítimos

1.1.2 — Coordenação de projeto

(1.1.2.1. a 1.1.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)

1.1.3 — Revisão de projeto

(1.1.3.1. a 1.1.3.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)

1.2 — Produção

1.2.1 — Execução (Obras ou Montagem)

1.2.1.1 — Direção Técnica da Obra ou Montagem

(1.2.1.1.1. a 1.2.1.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)

1.2.1.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente

(1.2.1.2.1. a 1.2.1.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.2 — Controlo de Execução
 1.2.2.1 — Direção da Fiscalização da Obra ou Montagem
 (1.2.2.1.1. a 1.2.2.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.2.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente
 (1.2.2.2.1. a 1.2.2.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.3 — Segurança e Saúde
 1.2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde
 (1.2.3.1.1. a 1.2.3.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde
 (1.2.3.2.1. a 1.2.3.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.2.4 — Direção Técnica de Alvarás
 1.2.4.1 — Responsabilidade e Avaliações e Gestão de Alvará
 1.2.4.2 — Elaboração e Coordenação de Orçamentos
 1.3 — Gestão e Manutenção
 1.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 1.3.1.1 — Estudos e Avaliações de Viabilidade Técnica e Económica
 (1.3.1.1.1. a 1.3.1.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.3.1.2 — Gestão e Coordenação de Projetos
 (1.3.1.2.1. a 1.3.1.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.3.2 — Manutenção e Exploração
 1.3.2.1 — Direção, Gestão e Coordenação da Manutenção e Exploração
 (1.3.2.1.1. a 1.3.2.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.3.2.2 — Monitorização da Manutenção
 (1.3.2.2.1. a 1.3.2.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4 — Estudos e Consultoria
 1.4.1 — Perícias
 1.4.1.1 — Elaboração
 (1.4.1.1.1. a 1.4.1.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.1.2 — Coordenação
 (1.4.1.2.1. a 1.4.1.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente
 1.4.2.1 — Implementação e Gestão de Sistemas
 (1.4.2.1.1. a 1.4.2.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.2.2 — Auditorias e Sistemas
 (1.4.2.2.1. a 1.4.2.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.2.3 — Coordenação de Ensaios
 1.4.2.4 — Elaboração de Ensaios
 1.4.3 — Consultoria Técnica
 (1.4.3.1. a 1.4.3.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.4 — Implementação e Coordenação de Ensaios Laboratoriais
 (1.4.4.1. a 1.4.4.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.4.5 — Avaliações
 1.4.5.1 — Avaliação de Projetos de Investimento
 1.4.6 — Regulamentação
 1.4.6.1 — Aplicação e verificação do REH e do RECS no âmbito do SCE
 1.4.6.2 — Aplicação e verificação do SGCIÉ
 1.4.6.3 — Aplicação e verificação da SCIE
 1.4.6.4 — Aplicação e verificação de Instalações de Combustíveis
 1.5 — Produção de Sistemas de Construção e Fabrico
 1.5.1 — Gestão Industrial
 1.5.1.1 — Direção
 1.5.1.1.1 — Industrial
 1.5.1.1.2 — Técnica
 1.5.1.1.3 — Comercial
 1.5.1.1.4 — Qualidade, Ambiente e Segurança
 1.5.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde e Ambiente
 1.5.2.1 — Implementação e Gestão
 1.5.2.1.1 — Sistema de Gestão da Qualidade
 1.5.2.1.2 — Sistema de Gestão Ambiental
 1.5.2.1.3 — Sistema de Gestão de Segurança e Saúde
 1.5.2.2 — Controlo de Qualidade
 1.5.2.2.1 — Processos
 1.5.2.2.2 — Produtos
 1.5.2.2.3 — Ensaios
 1.6 — Planeamento das Atividades
 1.6.1 — Elaboração
 (1.6.1.1. a 1.6.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.6.2 — Coordenação
 (1.6.2.1. a 1.6.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.7 — Investigação, Ensino e Normalização
 1.7.1 — Investigação e Desenvolvimento
 1.7.1.1 — Elaboração
 (1.7.1.1.1. a 1.7.1.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.7.1.2 — Coordenação
 (1.7.1.2.1. a 1.7.1.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.7.2 — Ensino
 (1.7.2.1. a 1.7.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.8 — Normalização
 1.8.1 — Desenvolvimento de Normas, Legislação e Documentos Técnicos

(1.8.1.1. a 1.8.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.8.2 — Implementação de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 (1.8.2.1. a 1.8.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.8.3 — Revisão de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 (1.8.3.1. a 1.8.3.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.9 — Administração Pública, Concessões e Atividade Técnico-económica
 1.9.1 — Apreciação de projetos
 (1.9.1.1. a 1.9.1.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 1.9.2 — Realização de vistorias
 (1.9.2.1. a 1.9.2.27. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 2 — Sistemas de Transportes
 2.1 — Conceção
 2.1.1 — Elaboração de projeto
 2.1.1.1 — Rodoviário
 2.1.1.2 — Ferroviário
 2.1.1.3 — Aeronáutico e aeroespacial
 2.1.1.4 — Marítimo
 2.1.2 — Coordenação de projeto
 (2.1.2.1. a 2.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.1.3 — Revisão de projeto
 (2.1.3.1. a 2.1.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2 — Produção
 2.2.1 — Execução (Obras ou Montagem)
 2.2.1.1 — Direção Técnica da Obra ou Montagem
 (2.2.1.1.1. a 2.2.1.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.1.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente
 (2.2.1.2.1. a 2.2.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.2 — Controlo de Execução
 2.2.2.1 — Direção da Fiscalização da Obra ou Montagem
 (2.2.2.1.1. a 2.2.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.2.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente
 (2.2.2.2.1. a 2.2.2.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.3 — Segurança e Saúde
 2.2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde
 (2.2.3.1.1. a 2.2.3.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde
 (2.2.3.2.1. a 2.2.3.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.2.4 — Direção Técnica de Alvarás
 2.2.4.1 — Responsabilidade e Avaliações e Gestão de Alvará
 2.2.4.2 — Elaboração e Coordenação de Orçamentos
 2.3 — Gestão e Manutenção
 2.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 2.3.1.1 — Estudos e Avaliações de Viabilidade Técnica e Económica
 (2.3.1.1.1. a 2.3.1.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.3.1.2 — Gestão e Coordenação de Projetos
 (2.3.1.2.1. a 2.3.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.3.2 — Manutenção e Exploração
 2.3.2.1 — Direção, Gestão e Coordenação da Manutenção e Exploração
 (2.3.2.1.1. a 2.3.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.3.2.2 — Monitorização da Manutenção
 (2.3.2.2.1. a 2.3.2.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4 — Estudos e Consultoria
 2.4.1 — Perícias
 2.4.1.1 — Elaboração
 (2.4.1.1.1. a 2.4.1.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.1.2 — Coordenação
 (2.4.1.2.1. a 2.4.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente
 2.4.2.1 — Implementação e Gestão de Sistemas
 (2.4.2.1.1. a 2.4.2.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.2.2 — Auditorias e Sistemas
 (2.4.2.2.1. a 2.4.2.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.2.3 — Coordenação de Ensaios
 2.4.2.4 — Elaboração de Ensaios
 2.4.3 — Consultoria Técnica
 (2.4.3.1. a 2.4.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.4 — Implementação e Coordenação de Ensaios Laboratoriais
 (2.4.4.1. a 2.4.4.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 2.4.5 — Avaliações
 2.4.5.1 — Avaliação de Projetos de Investimento
 2.4.6 — Regulamentação
 2.4.6.1 — Aplicação e verificação do REH e do RECS no âmbito do SCE
 2.4.6.2 — Aplicação e verificação do SGCIÉ
 2.4.6.3 — Aplicação e verificação da SCIE
 2.4.6.4 — Aplicação e verificação de Instalações de Combustíveis
 2.5 — Produção de Sistemas de Construção e Fabrico
 2.5.1 — Gestão Industrial
 2.5.1.1 — Direção
 2.5.1.1.1 — Industrial

- 2.5.1.1.2 — Técnica
- 2.5.1.1.3 — Comercial
- 2.5.1.1.4 — Qualidade, Ambiente e Segurança
- 2.5.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde e Ambiente
 - 2.5.2.1 — Implementação e Gestão
 - 2.5.2.1.1 — Sistema de Gestão da Qualidade
 - 2.5.2.1.2 — Sistema de Gestão Ambiental
 - 2.5.2.1.3 — Sistema de Gestão de Segurança e Saúde
 - 2.5.2.2 — Controlo de Qualidade
 - 2.5.2.2.1 — Processos
 - 2.5.2.2.2 — Produtos
 - 2.5.2.2.3 — Ensaios
- 2.6 — Planeamento das Atividades
 - 2.6.1 — Elaboração
 - (2.6.1.1. a 2.6.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.6.2 — Coordenação
 - (2.6.2.1. a 2.6.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
- 2.7 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 2.7.1 — Investigação e Desenvolvimento
 - 2.7.1.1 — Elaboração
 - (2.7.1.1.1. a 2.7.1.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.7.1.2 — Coordenação
 - (2.7.1.2.1. a 2.7.1.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.7.2 — Ensino
 - (2.7.2.1. a 2.7.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
- 2.8 — Normalização
- 2.8.1 — Desenvolvimento de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (2.8.1.1. a 2.8.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.8.2 — Implementação de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (2.8.2.1. a 2.8.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.8.3 — Revisão de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (2.8.3.1. a 2.8.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
- 2.9 — Administração Pública, Concessões e Atividade Técnico-económica
 - 2.9.1 — Apreciação de projetos
 - (2.9.1.1. a 2.9.1.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
 - 2.9.2 — Realização de vistorias
 - (2.9.2.1. a 2.9.2.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1.)
- 3 — Instalações mecânicas especiais
 - 3.1 — Conceção
 - 3.1.1 — Elaboração de projeto
 - 3.1.1.1 — Interior de Edifícios
 - 3.1.1.2 — Exterior de Edifícios
 - 3.1.1.3 — Acústica e vibrações
 - 3.1.1.4 — Instalações e redes de combustíveis
 - 3.1.1.5 — Instalações industriais
 - 3.1.1.6 — Instalações comerciais
 - 3.1.1.7 — Instalações agrícolas
 - 3.1.1.8 — Instalações pecuárias
 - 3.1.1.9 — Instalações hospitalares e de saúde
 - 3.1.1.10 — Andaimos, cimbres, escoramentos e passadiços
 - 3.1.1.11 — Coberturas Metálicas
 - 3.1.1.12 — Revestimentos Metálicos
 - 3.1.2 — Coordenação de projeto
 - (3.1.2.1. a 3.1.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.1.3 — Revisão de projeto
 - (3.1.3.1. a 3.1.3.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2 — Produção
 - 3.2.1 — Execução (Obras ou Montagem)
 - 3.2.1.1 — Direção Técnica da Obra ou Montagem
 - (3.2.1.1.1. a 3.2.1.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.1.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente
 - (3.2.1.2.1. a 3.2.1.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.2 — Controlo de Execução
 - 3.2.2.1 — Direção da Fiscalização da Obra ou Montagem
 - (3.2.2.1.1. a 3.2.2.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.2.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente
 - (3.2.2.2.1. a 3.2.2.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.3 — Segurança e Saúde
 - 3.2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde
 - (3.2.3.1.1. a 3.2.3.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde
 - (3.2.3.2.1. a 3.2.3.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.2.4 — Direção Técnica de Alvarás
 - 3.2.4.1 — Responsabilidade e Avaliações e Gestão de Alvará
 - 3.2.4.2 — Elaboração e Coordenação de Orçamentos
 - 3.3 — Gestão e Manutenção
 - 3.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 3.3.1.1 — Estudos e Avaliações de Viabilidade Técnica e Económica
 - (3.3.1.1.1. a 3.3.1.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.3.1.2 — Gestão e Coordenação de Projetos
 - (3.3.1.2.1. a 3.3.1.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.3.2 — Manutenção e Exploração
 - 3.3.2.1 — Direção, Gestão e Coordenação da Manutenção e Exploração
 - (3.3.2.1.1. a 3.3.2.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.3.2.2 — Monitorização da Manutenção
 - (3.3.2.2.1. a 3.3.2.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4 — Estudos e Consultoria
 - 3.4.1 — Perícias
 - 3.4.1.1 — Elaboração
 - (3.4.1.1.1. a 3.4.1.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.1.2 — Coordenação
 - (3.4.1.2.1. a 3.4.1.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente
 - 3.4.2.1 — Implementação e Gestão de Sistemas
 - (3.4.2.1.1. a 3.4.2.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.2.2 — Auditorias e Sistemas
 - (3.4.2.2.1. a 3.4.2.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.2.3 — Coordenação de Ensaios
 - 3.4.2.4 — Elaboração de Ensaios
 - 3.4.3 — Consultoria Técnica
 - (3.4.3.1. a 3.4.3.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.4 — Implementação e Coordenação de Ensaios Laboratoriais
 - (3.4.4.1. a 3.4.4.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.4.5 — Avaliações
 - 3.4.5.1 — Avaliação de Projetos de Investimento
 - 3.4.6 — Regulamentação
 - 3.4.6.1 — Aplicação e verificação do REH e do RECS no âmbito do SCE
 - 3.4.6.2 — Aplicação e verificação do SGCIE
 - 3.4.6.3 — Aplicação e verificação da SCIE
 - 3.4.6.4 — Aplicação e verificação de Instalações de Combustíveis
 - 3.5 — Produção de Sistemas de Construção e Fabrico
 - 3.5.1 — Gestão Industrial
 - 3.5.1.1 — Direção
 - 3.5.1.1.1 — Industrial
 - 3.5.1.1.2 — Técnica
 - 3.5.1.1.3 — Comercial
 - 3.5.1.1.4 — Qualidade, Ambiente e Segurança
 - 3.5.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde e Ambiente
 - 3.5.2.1 — Implementação e Gestão
 - 3.5.2.1.1 — Sistema de Gestão da Qualidade
 - 3.5.2.1.2 — Sistema de Gestão Ambiental
 - 3.5.2.1.3 — Sistema de Gestão de Segurança e Saúde
 - 3.5.2.2 — Controlo de Qualidade
 - 3.5.2.2.1 — Processos
 - 3.5.2.2.2 — Produtos
 - 3.5.2.2.3 — Ensaios
 - 3.6 — Planeamento das Atividades
 - 3.6.1 — Elaboração
 - (3.6.1.1. a 3.6.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.6.2 — Coordenação
 - (3.6.2.1. a 3.6.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.7 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 3.7.1 — Investigação e Desenvolvimento
 - 3.7.1.1 — Elaboração
 - (3.7.1.1.1. a 3.7.1.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.7.1.2 — Coordenação
 - (3.7.1.2.1. a 3.7.1.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.7.2 — Ensino
 - (3.7.2.1. a 3.7.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.8 — Normalização
 - 3.8.1 — Desenvolvimento de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (3.8.1.1. a 3.8.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.8.2 — Implementação de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (3.8.2.1. a 3.8.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.8.3 — Revisão de Normas, Legislação e Documentos Técnicos
 - (3.8.3.1. a 3.8.3.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.9 — Administração Pública, Concessões e Atividade Técnico-económica
 - 3.9.1 — Apreciação de projetos
 - (3.9.1.1. a 3.9.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)
 - 3.9.2 — Realização de vistorias
 - (3.9.2.1. a 3.9.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1.)

4 — Estruturas metálicas e Equipamentos Mecânicos que não integrem projetos de estabilidade dos edifícios

4.1 — Conceção

4.1.1 — Elaboração de projeto da especialidade

4.1.1.1 — Por soldadura e outros processos de ligação

4.1.1.2 — Edifícios

4.1.1.3 — Instalações industriais

4.1.1.4 — Instalações comerciais

4.1.1.5 — Instalações agrícolas

4.1.1.6 — Instalações pecuárias

4.1.1.7 — Redes de transporte de energia

4.1.2 — Coordenação de projeto da especialidade

(4.1.2.1. a 4.1.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.1.3 — Revisão de projeto da especialidade

(4.1.3.1. a 4.1.3.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2 — Produção

4.2.1 — Execução (Obras ou Montagem)

4.2.1.1 — Direção Técnica da Obra ou Montagem

(4.2.1.1.1. a 4.2.1.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.1.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente

(4.2.1.2.1. a 4.2.1.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.2 — Controlo de Execução

4.2.2.1 — Direção da Fiscalização da Obra ou Montagem

(4.2.2.1.1. a 4.2.2.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.2.2 — Gestão da Qualidade e Ambiente

(4.2.2.2.1. a 4.2.2.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.3 — Segurança e Saúde

4.2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde

(4.2.3.1.1. a 4.2.3.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde

(4.2.3.2.1. a 4.2.3.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.2.4 — Direção Técnica de Alvarás

4.2.4.1 — Responsabilidade e Avaliações e Gestão de Alvará

4.2.4.2 — Elaboração e Coordenação de Orçamentos

4.3 — Gestão e Manutenção

4.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos

4.3.1.1 — Estudos e Avaliações de Viabilidade Técnica e Económica

(4.3.1.1.1. a 4.3.1.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.3.1.2 — Gestão e Coordenação de Projetos

(4.3.1.2.1. a 4.3.1.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.3.2 — Manutenção e Exploração

4.3.2.1 — Direção, Gestão e Coordenação da Manutenção e Exploração

(4.3.2.1.1. a 4.3.2.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.3.2.2 — Monitorização da Manutenção

(4.3.2.2.1. a 4.3.2.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4 — Estudos e Consultoria

4.4.1 — Perícias

4.4.1.1 — Elaboração

(4.4.1.1.1. a 4.4.1.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.1.2 — Coordenação

(4.4.1.2.1. a 4.4.1.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente

4.4.2.1 — Implementação e Gestão de Sistemas

(4.4.2.1.1. a 4.4.2.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.2.2 — Auditorias e Sistemas

(4.4.2.2.1. a 4.4.2.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.2.3 — Coordenação de Ensaaios

4.4.2.4 — Elaboração de Ensaaios

4.4.3 — Consultoria Técnica

(4.4.3.1. a 4.4.3.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.4 — Implementação e Coordenação de Ensaaios Laboratoriais

(4.4.4.2. a 4.4.4.4. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.4.5 — Avaliações

4.4.5.1 — Avaliação de Projetos de Investimento

4.4.6 — Regulamentação

4.4.6.1 — Aplicação e verificação do REH e do RECS no âmbito do SCE

4.4.6.2 — Aplicação e verificação do SGCIE

4.4.6.3 — Aplicação e verificação do SCIE

4.4.6.4 — Aplicação e verificação de Instalações de Combustíveis

4.5 — Produção de Sistemas de Construção e Fabrico

4.5.1 — Gestão Industrial

4.5.1.1 — Direção

4.5.1.1.1 — Industrial

4.5.1.1.2 — Técnica

4.5.1.1.3 — Comercial

4.5.1.1.4 — Qualidade, Ambiente e Segurança

4.5.2 — Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde e Ambiente

4.5.2.1 — Implementação e Gestão

4.5.2.1.1 — Sistema de Gestão da Qualidade

4.5.2.1.2 — Sistema de Gestão Ambiental

4.5.2.1.3 — Sistema de Gestão de Segurança e Saúde

4.5.2.2 — Controlo de Qualidade

4.5.2.2.1 — Processos

4.5.2.2.2 — Produtos

4.5.2.2.3 — Ensaaios

4.6 — Planeamento das Atividades

4.6.1 — Elaboração

(4.6.1.1. a 4.6.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.6.2 — Coordenação

(4.6.2.1. a 4.6.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.7 — Investigação, Ensino e Normalização

4.7.1 — Investigação e Desenvolvimento

4.7.1.1 — Elaboração

(4.7.1.1.1. a 4.7.1.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.7.1.2 — Coordenação

(4.7.1.2.1. a 4.7.1.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.7.2 — Ensino

(4.7.2.1. a 4.7.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.8 — Normalização

4.8.1 — Desenvolvimento de Normas, Legislação e Documentos

Técnicos

(4.8.1.1. a 4.8.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.8.2 — Implementação de Normas, Legislação e Documentos Técnicos

(4.8.2.1. a 4.8.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.8.3 — Revisão de Normas, Legislação e Documentos Técnicos

(4.8.3.1. a 4.8.3.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.9 — Administração Pública, Concessões e Atividade Técnico-económica

4.9.1 — Apreciação de projetos

(4.9.1.1. a 4.9.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

4.9.2 — Realização de vistorias

(4.9.2.1. a 4.9.2.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1.)

5 — Manutenção e Gestão de Ativos

5.1 — Manutenção e gestão de ativos

Geológica e de Minas

1 — Águas Subterrâneas e Recursos Hidrominerais

1.1 — Conceção

1.1.1 — Projeto de prospeção e captação de águas subterrâneas e recursos hidrominerais

1.1.2 — Projeto de cálculo de reservas e capacidades de extração

1.1.3 — Projeto de definição de perímetros de proteção

1.1.4 — Estudo de impactes ambientais na exploração de aquíferos

1.1.5 — Projetos de recarga natural e artificial de aquíferos, de rebaixamento de níveis freáticos e de drenagem de formações geológicas

1.1.6 — Estudos de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social

1.2 — Produção

1.2.1 — Direção de trabalhos de exploração de aquíferos e recurso hidrotermais;

1.2.2 — Direção de trabalhos de implementação de estudo de impactes ambientais na exploração de aquíferos

1.2.3 — Direção técnica de exploração de recursos hídricos subterrâneos

1.2.4 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social

1.3 — Gestão e Manutenção

1.3.1 — Coordenação e gestão de exploração de recursos hídricos subterrâneos e hidrotermais

1.3.2 — Gestão da exploração de aquíferos

1.3.3 — Gestão e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social

1.3.4 — Gestão da manutenção de equipamentos

1.4 — Estudos e Consultoria

1.4.1 — Estudos hidrologicos

1.4.2 — Estudos de parâmetros hidrodinâmicos dos aquíferos e hidroquímicos da água

1.4.3 — Análise de projeto de prospeção, captação, sua execução e manutenção

1.4.4 — Análise de Projeto de determinação de reservas e capacidades de extração

1.4.5 — Planeamento e gestão da exploração de aquíferos

1.4.6 — Análise de definição de perímetros de proteção

1.4.7 — Estudo de recargas naturais e artificiais de aquíferos, de rebaixamento de níveis freáticos e de drenagem de formações geológicas

1.4.8 — Estudo de impactes ambientais na exploração de aquíferos

1.4.9 — Direção técnica e gestão de exploração de recursos hídricos subterrâneos

1.4.10 — Estudos de viabilidade económica da exploração

- 1.4.11 — Auditoria de Aquisição
- 1.4.12 — Análise de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
- 2 — Extração e Beneficiação de Recursos Minerais
 - 2.1 — Conceção
 - 2.1.1 — Plano de lava e plano de pedreira, na exploração de recursos minerais
 - 2.1.2 — Projeto de prospeção, pesquisa e de aproveitamento económico de ocorrências minerais
 - 2.1.3 — Estudos de impacto ambiental e planos ambientais de recuperação paisagística
 - 2.1.4 — Planos de encerramento
 - 2.1.5 — Estudos de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 2.2 — Produção
 - 2.2.1 — Direção e execução de pesquisa, lava e tratamento de recursos minerais metálicos, não metálicos, minerais energéticos, rochas industriais e ornamentais
 - 2.2.2 — Direção e execução de prospeção, pesquisa e aproveitamento económico de ocorrências minerais
 - 2.2.3 — Direção técnica na exploração de quaisquer recursos minerais
 - 2.2.4 — Direção e execução de trabalhos de exploração subterrânea, a céu aberto, em meios hídrico e marinho, de recursos minerais, o seu tratamento e valorização
 - 2.2.5 — Direção de trabalhos, obra de implementação de estudos de impacto ambiental e planos ambientais de recuperação paisagística
 - 2.2.6 — Direção técnica de exploração de recursos minerais
 - 2.2.7 — Direção técnica de implementação de planos de encerramento
 - 2.2.8 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 2.3 — Gestão e Manutenção
 - 2.3.1 — Coordenação de estudos de prospeção, pesquisa e de aproveitamento económico de ocorrências minerais
 - 2.3.2 — Coordenação da elaboração do plano de lava e plano de pedreira, na exploração de recursos minerais
 - 2.3.3 — Coordenação e gestão da exploração subterrânea, a céu aberto, em meios hídrico e marinho, de recursos minerais, o seu tratamento e valorização
 - 2.3.4 — Coordenação da elaboração de planos de encerramento
 - 2.3.5 — Coordenação e gestão da implementação de planos de encerramento
 - 2.3.6 — Gestão da manutenção de equipamentos
 - 2.3.7 — Gestão e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 2.4 — Estudos e Consultoria
 - 2.4.1 — Pesquisa, lava e tratamento de recursos minerais metálicos, não metálicos, minerais energéticos, rochas industriais e ornamentais
 - 2.4.2 — Estudos de prospeção, pesquisa e de aproveitamento económico de ocorrências minerais
 - 2.4.3 — Plano de lava e plano de pedreira, na exploração de recursos minerais
 - 2.4.4 — Exploração subterrânea, a céu aberto, em meios hídrico e marinho, de recursos minerais, o seu tratamento e valorização
 - 2.4.5 — Estudos de impacto ambiental e planos ambientais de recuperação paisagística
 - 2.4.6 — Análise de direção técnica de exploração de recursos minerais
 - 2.4.7 — Análise e atualização de planos de encerramento
 - 2.4.8 — Auditoria de Aquisição
 - 2.4.9 — Análise de sistemas de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
- 3 — Sondagens e Prospeção Geofísica
 - 3.1 — Conceção
 - 3.1.1 — Projeto, planificação e realização de sondagens por meios mecânicos e de prospeção geofísica
 - 3.1.2 — Projeto aplicado a fundações, vias de comunicação, escavações, aterros, dragagens, barragens, túneis e outras obras subterrâneas
 - 3.1.3 — Projeto de investigação geológica de superfície, subsuperfície com caracterização geológica, geoquímica, geotécnica e geoambiental
 - 3.1.4 — Cálculo de reservas e avaliação de recursos minerais
 - 3.1.5 — Estudo de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 3.2 — Produção
 - 3.2.1 — Direção de obra de sondagens por meios mecânicos e de prospeção geofísica
 - 3.2.2 — Responsabilidade técnica em atividades de sondagens por meios mecânicos e de prospeção geofísica;
 - 3.2.3 — Direção e execução de trabalhos de Investigação geológica de superfície, subsuperfície com caracterização geológica, geoquímica, geotécnica e geoambiental
 - 3.2.4 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 3.3 — Gestão e Manutenção
 - 3.3.1 — Coordenação, gestão e acompanhamento de trabalhos de sondagens por meios mecânicos e de prospeção geofísica
 - 3.3.2 — Coordenação de trabalhos de investigação geológica de superfície, subsuperfície com caracterização geológica, geoquímica, geotécnica e geoambiental
 - 3.3.3 — Coordenação de estudos de cálculo de reservas e avaliação de recursos minerais;
 - 3.3.4 — Gestão da manutenção do equipamento
 - 3.3.5 — Gestão e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 3.4 — Estudos e Consultoria
 - 3.4.1 — Estudo de planificação e realização de sondagens por meios mecânicos
 - 3.4.2 — Análise de cálculo de reservas e avaliação de recursos minerais
 - 3.4.3 — Análise de estudo de fundações, vias de comunicação, escavações, aterros, dragagens, barragens, túneis e outras obras subterrâneas
 - 3.4.4 — Análise de investigação geológica de superfície, subsuperfície com caracterização geológica, geoquímica, geotécnica e geoambiental
 - 3.4.5 — Responsabilidade técnica em atividades de sondagens e prospeção geofísica
 - 3.4.6 — Análise de sistemas de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 4 — Obras Geotécnicas
 - 4.1 — Conceção
 - 4.1.1 — Projeto e estudo geotécnico e geológico em obras de engenharia
 - 4.1.2 — Projeto de contenções, fundações, contenções, barragens, vias de comunicação, movimentação de terras, dragagens, aterros, túneis e outras escavações subterrâneas
 - 4.1.3 — Projeto geotécnico
 - 4.1.4 — Estudo de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 4.2 — Produção
 - 4.2.1 — Direção técnica e execução de trabalhos em obras de fundações, contenções, barragens, vias de comunicação, movimentação de terras, dragagens, aterros, túneis e outras escavações subterrâneas
 - 4.2.2 — Acompanhamento geotécnico e geológico em obras de engenharia
 - 4.2.3 — Direção e execução de trabalhos de cartografia geológico-geotécnica
 - 4.2.4 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 4.3 — Estudos e Consultoria
 - 4.3.1 — Coordenação e análise de projeto e estudo e acompanhamento geotécnico e geológico em obras de engenharia
 - 4.3.2 — Coordenação, análise de projeto e acompanhamento de trabalhos de fundações, contenções, barragens, vias de comunicação, movimentação de terras, dragagens, aterros, túneis e outras escavações subterrâneas
 - 4.3.3 — Análise de formulação de materiais de construção, compostos predominantemente por solos e agregados
 - 4.3.4 — Cartografia geológico-geotécnica
 - 4.3.5 — Coordenação e acompanhamento de projeto geotécnico
 - 4.3.6 — Análise de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 5 — Emprego de Substâncias Explosivas em Escavações e Demolições
 - 5.1 — Conceção
 - 5.1.1 — Projeto de planos de fogo em desmonte, escavações e demolições
 - 5.1.2 — Estudo, avaliação e controlo de impactes ambientais resultantes da utilização de substâncias explosivas
 - 5.1.3 — Estudos de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 5.2 — Produção
 - 5.2.1 — Execução do desmonte de formações geológicas, escavações e demolições com uso de substâncias explosivas
 - 5.2.2 — Responsabilidade técnica no armazenamento, manuseio e utilização de substâncias explosivas
 - 5.2.3 — Coordenação de estudo, avaliação e controlo de impactes ambientais resultantes da utilização de substâncias explosivas
 - 5.2.4 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 - 5.3 — Gestão e Manutenção
 - 5.3.1 — Coordenação de estudo, avaliação e controlo de impactes ambientais resultantes da utilização de substâncias explosivas
 - 5.3.2 — Coordenação de trabalhos com recurso a utilização de substâncias explosivas
 - 5.3.3 — Gestão e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social

5.4 — Estudos e Consultoria
 5.4.1 — Análise de planos de fogo em escavações e demolições
 5.4.2 — Análise do método de desmonte de formações geológicas, escavações e demolições com uso de substâncias explosivas
 5.4.3 — Responsabilidade técnica no armazenamento, manuseio e utilização de substâncias explosivas
 5.4.4 — Estudo, avaliação e controlo de impactes ambientais resultantes da utilização de substâncias explosivas
 5.4.5 — Análise de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 6 — Petróleo, Gás Natural e Geotermia
 6.1 — Conceção
 6.1.1 — Projetos e execução de prospeção e extração de petróleo, gás natural e geotermia
 6.1.2 — Engenharia de reservatório
 6.1.3 — Estudos de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 6.2 — Produção
 6.2.1 — Direção e execução de trabalhos de prospeção e extração de petróleo, gás natural e geotermia
 6.2.2 — Direção e execução de trabalhos de sondagens petrolíferas, de gás natural e de geotermia
 6.2.3 — Direção e execução de trabalhos de engenharia de reservatório
 6.2.4 — Direção e execução de trabalhos de intervenção em instalações de extração
 6.2.5 — Direção e execução de trabalhos de intervenção em instalações de armazenagem subterrânea e transporte
 6.2.6 — Responsabilidade técnica na exploração de petróleo, gás natural e geotermia
 6.2.7 — Implementação e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 6.3 — Estudos e Consultoria
 6.3.1 — Coordenação de projetos e execução de prospeção e extração de petróleo, gás natural e geotermia
 6.3.2 — Coordenação de sondagens petrolíferas, de gás natural e de geotermia
 6.3.3 — Coordenação de engenharia de reservatório
 6.3.4 — Coordenação da intervenção em instalações de extração
 6.3.5 — Coordenação da intervenção em instalações de armazenagem subterrânea e transporte
 6.3.6 — Coordenação técnica na exploração de petróleo, gás natural e geotermia
 6.3.7 — Análise de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade
 7 — Outras Atividades Técnicas Relacionadas com o Meio Geológico
 7.1 — Conceção
 7.1.1 — Projeto de conservação, valorização e proteção dos recursos minerais, de recursos hídricos e de uso do solo, num quadro de desenvolvimento sustentado e sua interação com planos de ordenamento do território, a nível local, regional e nacional
 7.1.2 — Avaliação de perigos e de riscos geológicos e respetivas medidas de minimização e remediação, no âmbito de planos de proteção civil
 7.1.3 — Avaliação de riscos tecnológicos e antropogénicos e respetivas medidas de minimização, controlo e remediação
 7.1.4 — Estudos de impacto ambiental e medidas de minimização e controlo, para áreas de exploração e beneficiação de recursos minerais e para obras geotécnicas e subterrâneas
 7.1.5 — Projeto de recuperação de áreas mineiras e industriais degradadas
 7.1.6 — Projeto e planos de segurança de obras que envolvam uma componente de interação com o meio geológico (túneis, escavações, movimentação de terras, dragagens, aterros, desmontes com substâncias explosivas, obras de contenção)
 7.1.7 — Coordenação de segurança em fase de Projeto de obras que envolvam uma componente de interação com o meio geológico (túneis, escavações, movimentação de terras, dragagens, aterros, desmontes com substâncias explosivas, obras de contenção)
 7.1.8 — Definição de critérios de aceitação para materiais geológicos
 7.1.9 — Estudos de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 7.2 — Produção
 7.2.1 — Direção de trabalhos em obras de implementação de estudos de impacto ambiental e medidas de minimização e controlo, para áreas de exploração e beneficiação de recursos minerais e para obras geotécnicas e subterrâneas
 7.2.2 — Coordenação de segurança em obras que envolvam uma componente de interação com o meio geológico (túneis, escavações, movimentação de terras, dragagens, aterros, desmontes com substâncias explosivas, obras de contenção)

7.2.3 — Controlo da qualidade de materiais geológicos
 7.2.4 — Implementação de implementação de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 7.3 — Gestão e Manutenção
 7.3.1 — Coordenação e análise de estudo da conservação, valorização e proteção dos recursos minerais, de recursos hídricos e de uso do solo, num quadro de desenvolvimento sustentado e sua interação com planos de ordenamento do território, a nível local, regional e nacional
 7.3.2 — Coordenação e análise de estudo de perigos e de riscos geológicos e respetivas medidas de minimização e remediação, no âmbito de planos de proteção civil
 7.3.3 — Coordenação e análise de estudo de riscos tecnológicos e antropogénicos e respetivas medidas de minimização, controlo e remediação
 7.3.4 — Coordenação e análise de estudos de impacto ambiental e medidas de minimização e controlo, para áreas de exploração e beneficiação de recursos minerais e para obras geotécnicas e subterrâneas
 7.3.5 — Gestão e manutenção de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 7.4 — Estudos e Consultoria
 7.4.1 — Análise de avaliação de perigos e de riscos geológicos e respetivas medidas de minimização e remediação, no âmbito de planos de proteção civil
 7.4.2 — Análise de avaliação de riscos tecnológicos e antropogénicos e respetivas medidas de minimização, controlo e remediação
 7.4.3 — Análise de estudos de impacto ambiental e medidas de minimização e controlo, para áreas de exploração e beneficiação de recursos minerais e para obras geotécnicas e subterrâneas
 7.4.4 — Análise de projeto de recuperação de áreas mineiras e industriais degradadas
 7.4.5 — Análise de Projetos e planos de segurança de obras que envolvam uma componente de interação com o meio geológico (túneis, escavações, movimentação de terras, dragagens, aterros, desmontes com substâncias explosivas, obras de contenção)
 7.4.6 — Análise do controlo da qualidade de materiais geológicos
 7.4.7 — Análise e estudo da conservação, valorização e proteção dos recursos minerais, de recursos hídricos e de uso do solo, num quadro de desenvolvimento sustentado e sua interação com planos de ordenamento do território, a nível local, regional e nacional
 7.4.8 — Análise de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social
 8 — Investigação, Ensino e Normalização
 8.1 — Áreas de Engenharia Geológica e Minas
 8.1.1 — Atividades de ensino e I&D em áreas de Engenharia Geológica e Minas
 9 — Manutenção e Gestão de Ativos
 9.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Química e Biológica

Setores de atividade abrangidos:

As principais áreas de atividade económica onde a importância das transformações químicas, físicas e biológicas exigem a intervenção de engenheiros químicos e biológicos são:

Química Inorgânica de base;
 Química Orgânica de base;
 Refinação de petróleo;
 Petroquímica;
 Polímeros;
 Adubos;
 Celulose e pasta de papel;
 Cimentos;
 Vidro e cerâmica;
 Têxtil;
 Curtumes;
 Especialidades químicas e farmacêuticas;
 Tensioativos;
 Cosméticos;
 Tintas e vernizes;
 Resinas;
 Agroquímicos;
 Explosivos;
 Nano partículas;
 Alimentares e Bebidas;
 Bioindústrias;
 Biomédica;
 Outras indústrias afins;
 Comercialização de produtos equipamentos e serviços das indústrias acima referenciadas;
 Investigação científica e tecnológica.

Operações abrangidas:

Listam-se operações e processos frequentemente utilizados nas indústrias atrás referidas que exigem a intervenção de Engenheiros Químicos e Biológicos:

Conversão, reação química e bioquímica;
Destilação;
Centrifugação;
Cromatografia (purificação, separação);
Adsorção;
Absorção;
Secagem;
Granulação;
Sedimentação (decantação, espessamento, clarificação, flutuação);
Extração;
Mudança de fase (condensação, liquefação, evaporação, cristalização);
Mistura e homogeneização;
Redução de tamanho;
Transferência de calor;
Transferência de massa;
Formulação;
Extrusão;
Moldagem;
Transporte de sólidos e fluidos.

Outras atividades:

Os Engenheiros Químicos e Biológicos podem atuar ainda noutras classes de indústrias e serviços, onde processos específicos exigem, pela sua natureza, a presença de técnicos com a sua formação específica (exemplos: tratamento e valorização de resíduos, instalações de combustão, redes de gases, combate à corrosão, produção e gestão de energia, serviços clínicos, dispositivos e tecnologias biomédicas).

Atos de Engenharia

- 1 — Engenharia de Processo
 - 1.1 — Conceção
 - 1.1.1 — Projeto de novas instalações
 - 1.1.1.1 — Elaboração de projeto de complexidade tecnológica
 - 1.1.1.2 — Elaboração de projeto de complexidade tecnológica restrita
 - 1.1.1.3 — Avaliação Económica de Projetos
 - 1.1.2 — Projeto de melhoria
 - 1.1.2.1 — Implementação de melhorias em processo existente
 - 1.2 — Operação
 - 1.2.1 — Direção de produção de instalação processual de complexidade tecnológica ou de grande dimensão envolvendo unidades diversas
 - 1.2.2 — Direção de produção de instalação processual de complexidade tecnológica
 - 1.2.3 — Direção de produção de instalação processual de complexidade restrita ou de pequena dimensão
 - 1.2.4 — Coordenação da planificação de produção em empresa de média ou grande dimensão
 - 1.3 — Estudos, Consultoria e Auditoria
 - 1.3.1 — Coordenação de processos de licenciamento em indústrias de complexidade tecnológica ou de grande dimensão
 - 1.3.2 — Promoção de processos de licenciamento de instalações de complexidade e dimensão limitadas
- 2 — Engenharia de Produto
 - 2.1 — Conceção
 - 2.1.1 — Desenvolvimento de novos produtos
 - 2.1.2 — Desenvolvimento de novas aplicações de produtos conhecidos
 - 2.2 — Operação
 - 2.2.1 — Acompanhamento da produção e comercialização de produtos conhecidos com vista a garantir a sua permanente adequação ao mercado
 - 2.2.2 — Controlo e validação da qualidade e segurança dos produtos
- 3 — Prevenção e Controlo da Poluição
 - 3.1 — Conceção
 - 3.1.1 — Desenvolvimento e projeto de processos de prevenção e controlo da poluição
 - 3.1.2 — Projeto de instalações de prevenção e controlo da poluição com base em processos consolidados
 - 3.1.2.1 — Abastecimento e tratamento de água
 - 3.1.2.2 — Drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais
 - 3.1.2.3 — Solos contaminados
 - 3.1.2.4 — Gestão de resíduos
 - 3.1.2.5 — Efluentes gasosos
 - 3.1.2.6 — Ar ambiente
 - 3.1.2.7 — Ar interior
 - 3.1.3 — Projeto de sistema de gestão ambiental, utilizando as diversas ferramentas

- (3.1.3.1. a 3.1.3.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.2.)
- 3.2 — Operação
 - 3.2.1 — Direção de funcionamento de instalação de prevenção e controlo da poluição
 - (3.2.1.1. a 3.2.1.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.2.)
 - 3.2.2 — Responsabilidade pelas atividades relacionadas com a prevenção e controlo da poluição, em empresa abrangida pela Diretiva Seveso
 - 3.2.3 — Responsabilidade pelas atividades relacionadas com a prevenção e controlo da poluição, em empresa não abrangida pela Diretiva Seveso
 - 3.2.4 — Responsabilidade pela aplicação do Regulamento das Emissões Industriais
 - 3.2.5 — Responsabilidade pelo cumprimento dos regulamentos, como o REACH e o CLP, de modo a assegurar a proteção à saúde humana e ao ambiente
 - 3.2.6 — Análise do impacto ambiental resultante de processos industriais
 - 3.3 — Estudos, Consultoria e Auditoria
 - 3.3.1 — Estudo e implementação de sistemas e processos de prevenção e controlo da poluição
 - (3.3.3.1. a 3.3.3.7. — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.2.)
 - 3.3.2 — Prestação de serviços de consultadoria de desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão ambiental
 - 3.3.3 — Avaliação, caracterização e gestão de riscos ambientais
 - 3.3.4 — Realização de auditorias ambientais
- 4 — Qualidade
 - 4.1 — Conceção
 - 4.1.1 — Projeto e implementação de sistema de gestão da qualidade
 - 4.2 — Operação
 - 4.2.1 — Responsabilidade pela gestão da qualidade numa empresa de grande dimensão, envolvendo diversos tipos de atividades produtivas
 - 4.2.2 — Responsabilidade pela gestão da qualidade numa empresa de pequena ou média dimensão
 - 4.2.3 — Direção de laboratório de controlo da qualidade
 - 4.2.4 — Execução de análises complexas em laboratórios de controlo da qualidade
 - 4.2.5 — Direção do controlo da qualidade em empresa de grandes dimensões, envolvendo atividades produtivas diversificadas
 - 4.2.6 — Responsabilidade pelo controlo da qualidade de géneros alimentícios transformados, importados ou embalados
 - 4.3 — Estudos, Consultoria e Auditoria
 - 4.3.1 — Implantação de sistemas de gestão da qualidade
 - 4.3.2 — Auditorias de qualidade
- 5 — Segurança e Saúde do Trabalho na indústria com componente na área química ou biológica
 - 5.1 — Conceção
 - 5.1.1 — Projeto e implementação de sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho
 - 5.2 — Operação
 - 5.2.1 — Responsabilidade pela segurança em empresa abrangida pela Diretiva Seveso
 - 5.2.2 — Responsabilidade pela segurança em empresa não abrangida pela Diretiva Seveso
 - 5.2.3 — Supervisão de atividades parcelares de segurança em empresa abrangida pela Diretiva Seveso
 - 5.2.4 — Responsabilidade pelo cumprimento dos regulamentos, como o REACH e o CLP, de modo a assegurar a proteção da saúde humana e do ambiente
 - 6 — Logística de Produtos Químicos e Combustíveis
 - 6.1 — Conceção
 - 6.1.1 — Projeto de instalações de armazenamento de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis
 - 6.2 — Operação
 - 6.2.1 — Coordenação geral da atividade de logística numa empresa de grande dimensão, com produções diversificadas
 - 6.2.2 — Responsabilidade pela logística de uma empresa de pequena ou média dimensão
 - 6.2.3 — Responsabilidade pela exploração de instalações de armazenamento de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis
 - 7 — Produção e Gestão de Energia
 - 7.1 — Operação
 - 7.1.1 — Direção de instalação de produção e distribuição de energia, baseada em sistemas de combustão ou de recuperação de calor
 - 7.2 — Estudos e Consultoria
 - 7.2.1 — Estudos de gestão e otimização de energia
 - 7.2.2 — Realização de Auditorias de Energia

- 8 — Manutenção de Instalações Industriais
 - 8.1 — Gestão e Manutenção
 - 8.1.1 — Direção da manutenção de instalações industriais no que se refere a aspetos de natureza química, designadamente proteção anticorrosiva
 - 8.2 — Estudos e consultoria
 - 8.2.1 — Desenvolvimento de estudos e seleção de equipamentos e materiais utilizados em instalações industriais
- 9 — Atividade Técnico-Comercial
 - 9.1 — Operação
 - 9.1.1 — Comercialização de produtos, equipamentos e serviços
 - 9.1.2 — Aprovisionamento de produtos, equipamentos e serviços
- 10 — Regulação
 - 10.1 — Estudos e Consultoria
 - 10.1.1 — Participação na elaboração de legislação comunitária ou nacional que pelo seu grau de tecnicidade exija a intervenção de técnicos com formação adequada na área da engenharia química e biológica
 - 10.1.2 — Desenvolvimento de atividades de aplicação e fiscalização de legislação que pelo seu grau de tecnicidade exijam a intervenção de técnicos com formação adequada na área da engenharia química e biológica
 - 10.1.3 — Consultoria nos âmbitos da interpretação e da aplicação de legislação com elevado grau de tecnicidade
 - 10.1.4 — Realização de perícias, vistorias e auditorias técnicas
 - 10.1.5 — Elaboração e revisão de normas
 - 10.1.6 — Atividades de administração pública em áreas da engenharia química e biológica
 - 11 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 11.1 — Áreas de Engenharia Química e Biológica
 - 11.1.1 — Atividades de ensino e I&D em áreas de engenharia química e biológica
 - 12 — Manutenção e Gestão de Ativos
 - 12.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Naval

- 1 — Conceção de Navios, Embarcações e Outras Estruturas Flutuantes
 - 1.1 — Elaboração do Projeto de Navios
 - 1.1.1 — Projeto de Navios — Áreas Técnicas, Especialidades e Sistemas
 - 1.1.1.1 — Projeto de Arquitetura Naval (desenvolvimento do Arranjo Geral)
 - 1.1.1.2 — Cálculos de Estática e Estabilidade
 - 1.1.1.3 — Cálculos de Dimensionamento Estrutural
 - 1.1.1.4 — Cálculos de Resistência ao Avanço e Propulsão
 - 1.1.1.5 — Previsão de Comportamento no Mar
 - 1.1.1.6 — Previsão de Manobrabilidade
 - 1.1.1.7 — Previsão de Vibração e Ruído
 - 1.1.1.8 — Projeto do Sistema de Propulsão
 - 1.1.1.9 — Projeto do Sistema de Governo
 - 1.1.1.10 — Projeto dos Sistemas Auxiliares da Propulsão
 - 1.1.1.11 — Projeto dos Sistemas Auxiliares de Casco
 - 1.1.1.12 — Projeto dos Sistemas de Prevenção da Poluição
 - 1.1.1.13 — Projeto dos Sistemas de Convés
 - 1.1.1.14 — Projeto dos Sistemas de Produção e Distribuição de Energia
 - 1.1.1.15 — Projeto dos Sistemas de Navegação e Comunicações
 - 1.1.1.16 — Projeto dos Sistemas de Segurança
 - 1.1.2 — Projeto de Navios, Embarcações e Outras Estruturas Flutuantes
 - 1.1.2.1 — Navios e embarcações de comércio
 - 1.1.2.2 — Navios e embarcações de pesca
 - 1.1.2.3 — Embarcações de recreio
 - 1.1.2.4 — Rebocadores
 - 1.1.2.5 — Embarcações auxiliares
 - 1.1.2.6 — Navios e embarcações militares
 - 1.1.2.7 — Navios e embarcações marítimo-turísticas
 - 1.1.2.8 — Navios de investigação científica
 - 1.1.2.9 — Veículos anfíbios
 - 1.1.2.10 — Navios e veículos submersíveis
 - 1.1.2.11 — Plataformas offshore
 - 1.1.2.12 — Plataformas para produção de energias renováveis no mar
 - 1.2 — Coordenação do Projeto de Navios
 - 1.2.1 — Projeto de Navios — Áreas Técnicas, Especialidades e Sistemas
 - 1.2.1.1 a 1.2.1.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
 - 1.2.2 — Projeto de Navios, Embarcações e Outras Estruturas Flutuantes
 - 1.2.2.1 a 1.2.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.2.)
 - 1.3 — Revisão do Projeto de Navios
 - 1.3.1 — Projeto de Navios — Áreas Técnicas, Especialidades e Sistemas

- 1.3.1.1 a 1.3.1.16. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1.)
- 1.3.2 — Projeto de Navios, Embarcações e Outras Estruturas Flutuantes
 - 1.3.2.1 a 1.3.2.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.2.)
- 2 — Construção e Reparação de Navios, Embarcações e Outras Estruturas Flutuantes
 - 2.1 — Execução
 - 2.1.1 — Direção Técnica da Obra
 - 2.1.1.1 — Construção, modificação, conversão, reparação e desmantelamento de navios, embarcações e outras estruturas flutuantes
 - 2.1.1.2 — Construção, modificação, conversão, reparação e instalação de sistemas do navio
 - 2.1.1.3 — Planeamento de obra, incluindo a sequência e calendário dos trabalhos
 - 2.1.1.4 — Desenvolvimento e direção de provas ao cais, de mar e prova de estabilidade
 - 2.1.2 — Apoio à Direção Técnica da Obra
 - 2.1.2.1 — Projeto de Arquitetura Naval (desenvolvimento do Arranjo Geral)
 - 2.1.2.2 — Cálculos de Estática e Estabilidade
 - 2.1.2.3 — Cálculos de Dimensionamento Estrutural
 - 2.1.2.4 — Cálculos de Resistência ao Avanço e Propulsão
 - 2.1.2.5 — Previsão de Comportamento no Mar
 - 2.1.2.6 — Previsão de Manobrabilidade
 - 2.1.2.7 — Previsão de Vibração e Ruído
 - 2.1.2.8 — Projeto do Sistema de Propulsão
 - 2.1.2.9 — Projeto do Sistema de Governo
 - 2.1.2.10 — Projeto dos Sistemas Auxiliares da Propulsão
 - 2.1.2.11 — Projeto dos Sistemas Auxiliares de Casco
 - 2.1.2.12 — Projeto dos Sistemas de Prevenção da Poluição
 - 2.1.2.13 — Projeto dos Sistemas de Convés
 - 2.1.2.14 — Projeto dos Sistemas de Produção e Distribuição de Energia
 - 2.1.2.15 — Projeto dos Sistemas de Navegação e Comunicações
 - 2.1.2.16 — Projeto dos Sistemas de Segurança
 - 2.1.2.17 — Navios e embarcações de comércio
 - 2.1.2.18 — Navios e embarcações de pesca
 - 2.1.2.19 — Embarcações de recreio
 - 2.1.2.20 — Rebocadores
 - 2.1.2.21 — Embarcações auxiliares
 - 2.1.2.22 — Navios e embarcações militares
 - 2.1.2.23 — Navios e embarcações marítimo-turísticas
 - 2.1.2.24 — Navios de investigação científica
 - 2.1.2.25 — Veículos anfíbios
 - 2.1.2.26 — Navios e veículos submersíveis
 - 2.1.2.27 — Plataformas offshore
 - 2.1.2.28 — Plataformas para produção de energias renováveis no mar
 - 2.2 — Controlo de Execução
 - 2.2.1 — Fiscalização da Obra realizada pelo estaleiro ou armador do navio
 - 2.2.2 — Fiscalização da Obra
 - 2.2.2.1 a 2.2.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 2.2.3 — Controlo da Qualidade da Obra pelo estaleiro ou armador do navio
 - 2.2.4 — Controlo da Qualidade da Obra
 - 2.2.4.1 a 2.2.4.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 2.3 — Segurança e Saúde
 - 2.3.1 — Coordenação de Segurança e Saúde
 - 2.3.1.1 a 2.3.1.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 2.3.2 — Implementação e Controlo de Segurança e Saúde
 - 2.3.2.1 a 2.3.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 2.4 — Planeamento e Gestão de Estaleiros Navais
 - 2.4.1 — Projeto de Estaleiros Navais
 - 2.4.1.1 — Projeto de arranjo geral das infraestruturas e dotação de equipamentos necessários.
 - 2.4.1.2 — Projeto da organização fabril do estaleiro naval
 - 3 — Gestão e Manutenção
 - 3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 3.1.1 — Implementação do planeamento e organização de estaleiros navais
 - 3.1.2 — Gestão e operação de estaleiros navais
 - 3.1.3 — Estudos de viabilidade de navios e frotas
 - 3.1.4 — Estudos e Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica
 - 3.1.4.1 a 3.1.4.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 3.1.5 — Coordenação de estudos de viabilidade de navios e frotas
 - 3.1.6 — Coordenação de projetos e investimentos
 - 3.1.6.1 a 3.1.6.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 3.2 — Manutenção e Exploração
 - 3.2.1 — Gestão técnica comercial e da manutenção (superintendência)
 - 3.2.2 — Coordenação
 - 3.2.2.1 a 3.2.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
 - 3.2.3 — Monitorização da Manutenção

- (3.2.3.1. a 3.2.3.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 3.3 — Planeamento e gestão de portos e terminais portuários
- 3.3.1 — Planeamento, gestão e operação de portos e terminais portuários
- 4 — Estudos e Consultoria em Engenharia Naval
- 4.1 — Perícias
- 4.1.1 — Peritagem, auditoria, mediação, arbitragem, no seguimento de acidentes ou incidentes e no âmbito de atividades de seguradoras, P&I (*protection and indemnity*) e similares
- 4.1.2 — Elaboração
- (4.1.2.1. a 4.1.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 4.1.3 — Coordenação
- (4.1.3.1. a 4.1.3.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 4.2 — Sistemas de Gestão da Qualidade
- 4.2.1 — Implementação e Gestão
- 4.2.1.1 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, segurança, saúde, ambiente e energia em estaleiros navais, armadores, gestores de navios, gabinetes de projeto, organismos públicos, portos e terminais portuários
- 4.2.2 — Auditorias
- 4.2.2.1 — Implementação de sistemas de gestão da qualidade, segurança, saúde, ambiente e energia em estaleiros navais, armadores, gestores de navios, gabinetes de projeto, organismos públicos, portos e terminais portuários
- 4.3 — Consultoria Técnica
- 4.3.1 — Consultadoria, assistência técnica e assessoria.
- 4.3.2 — Desenvolvimento e avaliação técnica de memórias descritivas, contratos de construção e elementos de projeto conexos, ao serviço de armadores. Assistência ao armador no processo de aquisição de navios (novos ou em 2.ª mão).
- 4.3.3 — Estudos e assistência técnica na implementação a bordo de sistemas e equipamentos de prevenção da poluição atmosférica e por águas de lastro.
- 4.4 — Avaliações
- 4.4.1 — Avaliações de Navios
- (4.4.1.1. a 4.4.1.12. — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.2.)
- 4.4.2 — Avaliações de Projetos de Investimento
- (4.4.2.1. a 4.4.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5 — Investigação, Ensino e Normalização
- 5.1 — Investigação
- 5.1.1 — Coordenação
- (5.1.1.1. a 5.1.1.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5.1.2 — Desenvolvimento
- (5.1.2.1. a 5.1.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5.2 — Ensino
- 5.2.1 — Científico
- (5.2.1.1. a 5.2.1.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5.3 — Normalização
- 5.3.1 — Coordenação
- (5.3.1.1. a 5.3.1.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5.3.2 — Desenvolvimento
- (5.3.2.1. a 5.3.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 5.3.3 — Revisão e Apreciação
- (5.3.3.1. a 5.3.3.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 6 — Administração Pública e Concessões
- 6.1 — Administração Central e Regional
- 6.1.1 — Investigação de incidentes e acidentes marítimos e fluviais
- (6.1.1.1. a 6.1.1.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 6.1.2 — Inspeções efetuadas a navios estrangeiros em portos nacionais
- (6.1.2.1. a 6.1.2.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 6.1.3 — Certificação no âmbito das diretivas comunitárias de embarcações de recreio e de equipamentos marítimos
- (6.1.3.1. a 6.1.3.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 6.1.4 — Inspeções e vistorias no âmbito da certificação estatutária de navios
- (6.1.4.1. a 6.1.4.28. — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.2.)
- 7 — Manutenção e Gestão de Ativos
- 7.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Geográfica

- 1 — Topografia
- 1.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
- 1.1.1 — Georreferenciação para a realização de levantamentos topográficos nivelamentos de precisão, implantação, e monitorização
- 1.1.2 — Informação geoespacial de suporte ao projeto e implantação de obras
- 1.1.3 — Sistemas de medição e posicionamento de alta precisão com equipamento topográfico
- 1.1.4 — Calibração de equipamentos topográficos de medição

- 1.2 — Execução
- 1.2.1 — Levantamentos topográficos de precisão
- 1.2.2 — Nivelamentos topográficos de precisão
- 1.2.3 — Materialização e observação de redes planimétricas, altimétricas e tridimensionais de georreferenciação topográfica
- 1.2.4 — Produção de informação geoespacial de suporte ao projeto e implantação de obras
- 1.2.5 — Medição e cálculo de perfis, áreas e volumes
- 1.2.6 — Processamento dos dados de observação de redes de georreferenciação topográfica
- 1.2.7 — Medição e posicionamento de alta precisão com equipamento topográfico
- 1.2.8 — Calibração de equipamentos topográficos
- 1.3 — Fiscalização
- 1.3.1 — Materialização e observação de redes planimétricas, altimétricas e tridimensionais de georreferenciação topográfica
- 1.3.2 — Informação geoespacial de suporte ao projeto e implantação de obras
- 1.3.3 — Processamento dos dados de observação de redes de georreferenciação topográfica
- 1.3.4 — Implementação de sistemas metrológicos de equipamentos topográficos
- 1.3.5 — Medição e cálculo de perfis, áreas e volumes
- 1.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
- 1.4.1 — Gestão de sistemas de georreferenciação para a realização de levantamentos topográficos nivelamentos de precisão, implantação, e monitorização
- 1.4.2 — Gestão de sistemas de qualidade metrológica de equipamentos topográficos
- 1.4.3 — Direção técnica de empresas de Topografia
- 1.5 — Avaliação
- 1.6 — Perícia
- 1.6.1 — Consultoria sobre equipamentos a utilizar
- 1.6.2 — Consultoria sobre níveis de precisão e fiabilidade a exigir
- 2 — Geodesia
- 2.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
- 2.1.1 — Sistemas de Georreferência nacionais, regionais e locais
- 2.1.2 — Redes gravimétricas e de nivelamento geodésico de alta precisão
- 2.1.3 — Redes de monitorização e controlo geodésico
- 2.2 — Execução
- 2.2.1 — Materialização, manutenção e observação de redes planimétricas, altimétricas e tridimensionais para georreferenciação geodésica
- 2.2.2 — Materialização, manutenção e observação de redes gravimétricas
- 2.2.3 — Processamento, integração e automação de dados de gravimetria terrestre, aérea, marítima e orbital
- 2.2.4 — Implementação, manutenção, observação de Sistemas de Georreferência Geodésicos nacionais e transnacionais
- 2.2.5 — Calibração de equipamentos de Geodesia
- 2.3 — Fiscalização
- 2.3.1 — Materialização e observação de redes planimétricas, altimétricas e tridimensionais para georreferenciação geodésica
- 2.3.2 — Materialização, manutenção e observação de redes gravimétricas
- 2.3.3 — Processamento de dados de gravimetria terrestre, aérea, marítima e orbital
- 2.3.4 — Implementação, manutenção, observação de Sistemas de Georreferência Geodésicos nacionais e transnacionais
- 2.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
- 2.4.1 — Gestão de sistemas de georreferência geodésicos nacionais e transnacionais, seu processamento;
- 2.4.2 — Gestão de sistemas gravimétricos locais, nacionais e transnacionais, orbitais, aéreos e terrestres, seu processamento.
- 3 — Hidrografia
- 3.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
- 3.1.1 — Levantamentos hidrográficos
- 3.1.2 — Referenciação hidrográfica
- 3.1.3 — Cartografia náutica
- 3.1.4 — Controlo hidrográfico de dragagens
- 3.1.5 — Infraestruturas de dados hidrográficos
- 3.2 — Execução
- 3.2.1 — Levantamentos hidrográficos de ordem especial, ordem 1b, ordem 1b e ordem 2
- 3.2.2 — Instalação, manutenção e observação de marégrafos
- 3.2.3 — Processamento e análise de dados mareográficos
- 3.2.4 — Determinação dos limites do Domínio Público Marítimo visando publicação oficial
- 3.2.5 — Controlo hidrográfico de dragagens
- 3.2.6 — Materialização e observação de redes de georreferenciação hidrográfica

- 3.2.7 — Edição, completagem e produção de cartografia náutica
- 3.2.8 — Produção e manutenção de bases de dados hidrográficas
- 3.3 — Fiscalização
 - 3.3.1 — Levantamentos hidrográficos
 - 3.3.2 — Cartografia náutica
 - 3.3.3 — Processamento e análise de dados maregráficos
 - 3.3.4 — Determinação dos limites do Domínio Público Marítimo
- visando publicação oficial
 - 3.3.5 — Controlo hidrográfico de dragagens
 - 3.3.6 — Produção e manutenção de bases de dados hidrográficas
- 3.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 3.4.1 — Gestão de sistemas de produção de cartografia hidrográfica
 - 3.4.2 — Direção técnica de empresas de Hidrografia
- 3.5 — Perícia
 - 3.5.1 — Consultoria sobre equipamentos a utilizar
 - 3.5.2 — Consultoria sobre níveis de precisão e fiabilidade a exigir
- 4 — Cartografia
 - 4.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
 - 4.1.1 — Representação Cartográfica incluindo Séries Cartográficas
 - 4.1.2 — Plantas de base cartográfica para Planos Diretores Municipais e outros planos de gestão do território.
 - 4.1.3 — Bases de dados cartográficas
 - 4.1.4 — Controlo de qualidade de cartografia de base
 - 4.2 — Execução
 - 4.2.1 — Produção e atualização de cartografia de base
 - 4.2.2 — Produção de plantas de base cartográfica para planos diretores e planos de gestão do território.
 - 4.2.3 — Completagem cartográfica
 - 4.2.4 — Produção e manutenção de bases de dados cartográficos
 - 4.3 — Fiscalização
 - 4.3.1 — Produção de cartografia de base
 - 4.3.2 — Produção de plantas de base cartográfica para planos diretores e planos de gestão do território.
 - 4.3.3 — Completagem cartográfica
 - 4.3.4 — Bases de dados cartográficos
 - 4.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 4.4.1 — Gestão de sistemas de produção e atualização de séries cartográficas
 - 4.4.2 — Direção técnica de empresas de Cartografia
- 4.5 — Perícia
 - 4.5.1 — Consultoria sobre tipo de cartografia a executar para aplicações específicas: fontes de dados, especificações, metodologias, controlo de qualidade
 - 4.5.2 — Consultoria para análise de propostas para aquisição de cartografia em concursos públicos
- 5 — Fotogrametria, Detecção Remota, Laser Scanning, LiDAR e novas tecnologias de aquisição com precisão de dados de posicionamento
 - 5.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
 - 5.1.1 — Levantamentos aéreos
 - 5.1.2 — Levantamentos terrestres
 - 5.1.3 — Levantamentos por satélite
 - 5.1.4 — Sistemas de navegação e controlo de tráfego com recurso a técnicas espaciais e terrestres
 - 5.2 — Execução
 - 5.2.1 — Execução de planos de voos fotogramétricos para a produção de cartografia
 - 5.2.2 — Restituição fotogramétrica de fotografia terrestre, aérea e orbital
 - 5.2.3 — Processamento digital de imagens aéreas, orbitais e terrestres, para geração de informação cartográfica e geoespacial
 - 5.2.4 — Aerotriangulação aérea e orbital
 - 5.2.5 — Processamento e modelação de dados de levantamentos
 - 5.2.6 — Calibração de equipamentos e sensores
 - 5.3 — Fiscalização
 - 5.3.1 — Levantamentos
 - 5.3.2 — Restituição fotogramétrica de fotografia terrestre, aérea e orbital
 - 5.3.3 — Processamento digital de imagens aéreas, orbitais e terrestres, para geração de informação cartográfica e geoespacial
 - 5.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 5.4.1 — Gestão de sistemas de produção de séries ortofotocartográficas
 - 5.4.2 — Direção técnica de empresas de Fotogrametria, Detecção remota, Laser Scanning, LiDAR e novas tecnologias de aquisição de precisão de dados de posicionamento
- 5 — Perícia
 - 5.5.1 — Consultoria sobre a adequação da metodologia de aquisição de dados a utilizar e respetiva análise de resultados
 - 5.5.2 — Consultoria para análise de propostas para aquisição de fotografia aérea em concursos públicos
 - 5.5.3 — Consultoria sobre levantamentos e respetiva análise de resultados
- 6 — Sistemas de Informação Geográfica
 - 6.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
 - 6.1.1 — Sistemas de Informação Geográfica
 - 6.1.2 — Bases de Dados geoespaciais
 - 6.2 — Execução
 - 6.2.1 — Carregamento e integração de dados cartográficos em Sistemas de Informação Geográfica
 - 6.2.2 — Elaboração de modelos conceptuais de dados de informação geoespacial
 - 6.2.3 — Desenvolvimento e manutenção de aplicações de sistemas e serviços de informação geográfica e geoespacial na web
 - 6.3 — Fiscalização
 - 6.3.1 — Sistemas de Informação Geográfica
 - 6.3.2 — Bases de Dados geoespaciais
 - 6.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 6.4.1 — Gestão de SIG para apoio ao planeamento e ordenamento do território
- 6.5 — Perícia
 - 6.5.1 — Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica
- 7 — Cadastro
 - 7.1 — Elaboração, coordenação e revisão de projetos
 - 7.1.1 — Sistemas de Cadastro Predial
 - 7.1.2 — Bases de dados cadastrais
 - 7.2 — Execução
 - 7.2.1 — Reconhecimento Cadastral
 - 7.2.2 — Edição e organização de dados cadastrais
 - 7.2.3 — Avaliações e expropriação imobiliária
 - 7.2.4 — Produção da informação geográfica relativa a processos de transferências dominiais do Estado e Autarquias
 - 7.3 — Fiscalização
 - 7.3.1 — Levantamentos cadastrais
 - 7.3.2 — Avaliações e expropriação imobiliária
 - 7.3.3 — Produção da informação geográfica relativa a processos de transferências dominiais do Estado e Autarquias
 - 7.4 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 7.4.1 — Gestão de sistemas de cadastro nacional e municipal
 - 7.4.2 — Direção técnica de empresas de Cadastro
- 7.5 — Perícia
 - 7.5.1 — Consultoria em Cadastro
- 8 — Investigação e ensino
 - 8.1 — Investigação
 - 8.1.1 — Topografia
 - 8.1.2 — Geodesia
 - 8.1.3 — Hidrografia
 - 8.1.4 — Cartografia
 - 8.1.5 — Fotogrametria, Detecção Remota, Laser Scanning, LiDAR e novas tecnologias de aquisição com precisão de dados de posicionamento
 - 8.1.6 — Sistemas de Informação Geográfica
 - 8.1.7 — Cadastro
 - 8.2 — Ensino científico e profissionalizante
 - 8.2.1 — Topografia
 - 8.2.2 — Geodesia
 - 8.2.3 — Hidrografia
 - 8.2.4 — Cartografia
 - 8.2.5 — Fotogrametria, Detecção Remota, Laser Scanning, LiDAR e novas tecnologias de aquisição com precisão de dados de posicionamento
 - 8.2.6 — Sistemas de Informação Geográfica
 - 8.2.7 — Cadastro
- 9 — Manutenção e Gestão de Ativos
 - 9.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Agronómica

- 1 — Produção Agrícola e Animal
 - 1.1 — Elaboração e Coordenação de Projeto
 - 1.1.1 — Planos e Projetos de exploração agropecuária
 - 1.1.2 — Coordenação e Fiscalização de Projetos de investimento
 - 1.1.3 — Programas de melhoramento agropecuário
 - 1.1.4 — Projetos na área da química agrícola, dos fertilizantes e corretivos
 - 1.1.5 — Projetos na área da nutrição animal e das rações
 - 1.1.6 — Inventários agropecuários
 - 1.1.7 — Programas de investigação, experimentação, classificação, produção, embalagem, transporte, armazenamento e comercialização
 - 1.1.8 — Projetos de inspeção, fiscalização e aplicação de produtos e substâncias químicas ou outros para o combate de agentes nocivos à produção agropecuária

1.1.9 — Programas e projetos de prevenção, monitorização e controlo dos agentes nocivos aos ecossistemas agropecuários

1.1.10 — Programas conducentes ao bem-estar animal

1.1.11 — Planeamento de sistemas de identificação animal e de rastreabilidade de produtos e seres vivos

1.1.12 — Projetos de parques zoológicos

1.2 — Produção

1.2.1 — Responsabilidade técnica e executiva em organizações com objetivos de produção agrícola e agroindustrial

1.2.2 — Melhoramento agropecuário

1.2.3 — Aplicação dos fertilizantes e corretivos

1.2.4 — Nutrição animal e rações

1.2.5 — Execução de Inventários agropecuários

1.2.6 — Desenvolvimento de programas de investigação, experimentação, classificação, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização

1.2.7 — Inspeção, fiscalização e aplicação de produtos e substâncias químicas ou outros para o combate de agentes nocivos à produção agropecuária

1.2.8 — Execução de programas e projetos de prevenção, monitorização e controlo dos agentes nocivos aos ecossistemas agropecuários

1.2.9 — Execução de programas conducentes ao bem-estar animal

1.2.10 — Planeamento de sistemas de identificação animal e de rastreabilidade de produtos e seres vivos

1.2.11 — Projetos de parques zoológicos

1.3 — Gestão e Manutenção

1.3.1 — Gestão de organizações com objetivos de produção agrícola e agroindustrial

1.3.2 — Gestão de Programas de Investigação, experimentação, classificação, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização

1.3.3 — Gestão de Programas de inspeção, fiscalização e aplicação de produtos e substâncias químicas ou outras para o combate de agentes nocivos à produção agropecuária

1.3.4 — Gestão de Programas e projetos de prevenção, monitorização e controlo dos agentes nocivos aos ecossistemas agropecuários

1.3.5 — Gestão e Direção de parques zoológicos

1.4 — Estudos e Consultoria Técnica

1.4.1 — Perícias, Inspeções e Certificações de Planos e Projetos de exploração agropecuária

1.4.2 — Programas de melhoramento agropecuário

1.4.3 — Projetos na área da química agrícola, dos fertilizantes e corretivos

1.4.4 — Projetos na área da nutrição animal e das rações

1.4.5 — Inventários agropecuários

1.4.6 — Programas de investigação, experimentação, classificação, produção, embalagem, transporte, armazenamento e comercialização

1.4.7 — Projetos de inspeção, fiscalização e aplicação de produtos e substâncias químicas ou outros para o combate de agentes nocivos à produção agropecuária

1.4.8 — Programas e projetos de prevenção, monitorização e controlo dos agentes nocivos aos ecossistemas agropecuários

1.4.9 — Programas conducentes ao bem-estar animal

1.4.10 — Planeamento de sistemas de identificação animal e de rastreabilidade de produtos e seres vivos

1.4.11 — Projetos de parques zoológicos

1.4.12 — Estudos de Viabilidade Técnico-Económica e Avaliações de Património Rústico

1.5 — Sistemas de gestão da qualidade

2 — Engenharia Rural

2.1 — Elaboração de Projetos e Produção

2.1.1 — Execução de medições, divisões e demarcações de terras

2.1.2 — Elaboração de planos e projetos que envolvam práticas e obras de defesa e conservação de determinadas áreas, incluindo o solo e a água

2.1.3 — Elaboração de projetos de pequenas contenções de terra e de drenagem para fins agrícolas, de pontos de água e aquedutos

2.1.4 — Elaboração de projetos de rega agrícola

2.1.5 — Elaboração de projetos referentes às infraestruturas hidroagrícolas, incluindo as respetivas redes de distribuição e aplicação de água

2.1.6 — Elaboração de planos e projetos de outras infraestruturas, tais como caminhos rurais

2.1.7 — Elaboração de projetos de mecanização agrícola e pecuária

2.1.8 — Elaboração de projetos de construções rurais

2.1.9 — Planeamento, conceção e orientação de projetos de construção usados para albergar animais e para transformar os produtos de origem animal, assegurando o bem-estar animal e a funcionalidade dos sistemas produtivos

2.1.10 — Elaboração de projetos de manejo de efluentes agropecuários e proteção ambiental

2.2 — Gestão e Manutenção

2.2.1 — Gestão de planos e projetos que envolvam práticas e obras de defesa e conservação de determinadas áreas, incluindo o solo e a água

2.2.2 — Gestão de projetos de pequenas contenções de terra e de drenagem para fins agrícolas, de pontos de água, aquedutos

2.2.3 — Gestão de projetos de rega agrícola

2.2.4 — Gestão de projetos referentes às infraestruturas hidroagrícolas, incluindo as respetivas redes de distribuição e aplicação de água

2.2.5 — Gestão de planos e projetos de outras infraestruturas, tais como caminhos rurais

2.2.6 — Gestão de projetos de mecanização agrícola e pecuária

2.2.7 — Gestão de projetos de construções rurais

2.2.8 — Planeamento, conceção e orientação de projetos de construção usados para albergar animais e para transformar os produtos de origem animal, assegurando o bem-estar animal e a funcionalidade dos sistemas produtivos

2.2.9 — Gestão de projetos de manejo de efluentes agropecuários e proteção ambiental

2.3 — Estudos e Consultoria Técnica

2.3.1 — Execução de vistorias e arbitragens relativas à agrimensura

2.3.2 — Perícias na execução de medições, divisões e demarcações de terras

2.3.3 — Elaboração e gestão de planos e projetos referentes às infraestruturas hidroagrícolas, incluindo as respetivas redes de distribuição e aplicação de água

2.3.4 — Elaboração e gestão de planos e projetos de outras infraestruturas, tais como caminhos rurais

2.3.5 — Elaboração e gestão de projetos de mecanização agrícola e pecuária

2.3.6 — Gestão de projetos de construções rurais

2.3.7 — Elaboração e gestão de projetos de manejo de efluentes agropecuários e proteção ambiental

2.3.8 — Elaboração e gestão de planos e projetos que envolvam práticas e obras de defesa e conservação de determinadas áreas, incluindo o solo e a água

2.3.9 — Planeamento, conceção e orientação de projetos de construção usados para albergar animais e para transformar os produtos de origem animal, assegurando o bem-estar animal e a funcionalidade dos sistemas produtivos

3 — Engenharia Alimentar

3.1 — Projeto

3.1.1 — Conceção e planeamento de projetos no domínio alimentar

3.1.2 — Análise do impacto ambiental resultante de processos industriais

3.1.3 — Conceção, planeamento e gestão de sistemas de Qualidade e Segurança Alimentar

3.1.4 — Desenvolvimento e otimização de processos e produtos alimentares

3.1.5 — Procedimentos conducentes ao licenciamento de unidades agroindustriais

3.2 — Produção

3.2.1 — Desenvolvimento e otimização de processos e produtos alimentares

3.2.2 — Gestão operacional do processo produtivo, do aprovisionamento à distribuição

3.2.3 — Controlo e validação da qualidade e segurança dos alimentos

3.3 — Gestão e Manutenção

3.3.1 — Desenvolvimento e otimização de processos e produtos alimentares

3.3.2 — Gestão operacional do processo produtivo, do aprovisionamento à distribuição

3.3.3 — Gestão e controlo de serviços e instalações técnicas

3.3.4 — Gestão de laboratório de controlo da qualidade de produtos alimentares

3.3.5 — Sistema de Gestão da Qualidade em empresa agroindustrial

3.4 — Estudos e Consultoria Técnica

3.4.1 — Conceção, planeamento, execução e fiscalização de projetos no domínio alimentar

3.4.2 — Desenvolvimento e otimização de processos e produtos alimentares

3.4.3 — Conceção, planeamento e gestão de sistemas de qualidade e segurança alimentar

3.4.4 — Gestão operacional do processo produtivo, do aprovisionamento à distribuição

3.4.5 — Gestão e controlo de serviços e instalações técnicas

3.4.6 — Procedimentos conducentes ao licenciamento de unidades industriais

3.4.7 — Realização de auditorias, peritagens e pareceres periciais

3.4.8 — Controlo e validação da qualidade e segurança dos alimentos

3.4.9 — Análise do impacto ambiental resultante de processos industriais

3.4.10 — Elaboração e gestão de programas de defesa da higiene e segurança alimentar

3.4.11 — Conção e procedimentos conducentes ao registo de propriedade industrial

3.4.12 — Certificação de produtos agrícolas e alimentares, incluindo definição de normas de certificação

4 — Proteção das Plantas

4.1 — Produção

4.1.1 — Execução de atividades, nos sectores oficial e privado, nas áreas da inspeção fitossanitária: prospeção e zonagem fitossanitárias, produção e comércio de material de multiplicação de plantas, certificação de sementes, do material de multiplicação de plantas e de batata semente, análise de risco fitossanitário

4.1.2 — Desenvolvimento e execução dos métodos de deteção, diagnóstico e identificação dos inimigos das culturas

4.1.3 — Desenvolvimento e execução dos métodos de estudo da eficácia e da toxicidade dos pesticidas para o homem e outros componentes do ambiente, dos seus resíduos no ambiente, na água e no solo e do seu material de aplicação

4.1.4 — Prescrição do uso dos pesticidas para combater os inimigos das culturas

4.1.5 — Responsabilidade técnica pela colocação, no mercado nacional, de produtos fitofarmacêuticos, para assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de abril

4.1.6 — Responsabilidade técnica para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 173/2005, que regula as atividades de distribuição, venda, prestação de serviços da aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais

4.2 — Gestão e Manutenção

4.2.1 — Elaboração e gestão de programas de investigação, de experimentação, de ensino, de formação profissional e de desenvolvimento nas áreas da certificação, inspeção, divulgação, marketing e regulamentação das técnicas de proteção das plantas, dos meios de luta e dos pesticidas

4.3 — Estudos e Consultoria

4.3.1 — Elaboração e gestão de programas de investigação, de experimentação, de ensino, de formação profissional e de desenvolvimento nas áreas da certificação, inspeção, divulgação, marketing e regulamentação das técnicas de proteção das plantas, dos meios de luta e dos pesticidas

4.3.2 — Elaboração e gestão de programas relativos à componente da proteção integrada Elaboração e gestão de programas relativos ao Modo de Produção Biológico, e outros regimes de Qualidade

4.3.3 — Execução de atividades, nos sectores oficial e privado, nas áreas da inspeção fitossanitária: prospeção e zonagem fitossanitárias, produção e comércio de material de multiplicação de plantas, certificação de sementes, do material de multiplicação de plantas e de batata semente, análise de risco fitossanitário

4.3.4 — Desenvolvimento e execução dos métodos de deteção, diagnóstico e identificação dos inimigos das culturas

4.3.5 — Desenvolvimento e execução dos métodos de estudo da eficácia e da toxicidade dos pesticidas para o homem e outros componentes do ambiente, dos seus resíduos no ambiente, na água e no solo e do seu material de aplicação

4.3.6 — Prescrição do uso dos pesticidas para combater os inimigos das culturas

5 — Economia, Gestão e Sociologia Rural

5.1 — Projeto

5.1.1 — Conção e operacionalização de políticas e instrumentos de política agrícola

5.2 — Gestão e Manutenção

5.2.1 — Avaliação de programas e projetos em meio rural

5.2.2 — Realização de avaliações patrimoniais de âmbito agrorural

5.2.3 — Gestão de empresas agropecuárias de dimensão superior a 40 UDE

5.3 — Estudos e Consultoria

5.3.1 — Conção e gestão de programas de desenvolvimento rural

5.3.2 — Realização de estudos de diagnóstico e prospetivos do meio rural

5.3.3 — Elaboração e gestão de programas e projetos associados às atividades de recreio e turismo rural e de natureza

5.3.4 — Elaboração e controlo de sistemas de contabilidade de gestão para organizações agrícolas e agroindustriais

5.3.5 — Elaboração e gestão de programas e projetos de crédito agrícola e rural

5.3.6 — Avaliação de programas e projetos em meio rural

5.3.7 — Organização e execução de trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro rurais

5.4 — Realização de avaliações patrimoniais de âmbitos agrícola e rural

5.4.1 — Auditorias de sistemas de qualidade na área agrícola

5.4.2 — Gestão de empresas agropecuárias de dimensão superior a 40 UDE

5.4.3 — Conção e operacionalização de políticas e instrumentos de política agrícola

6 — Recursos Naturais, Ambiente e Ordenamento do Território

6.1 — Projeto

6.1.1 — Elaboração de estudos de impacte ambiental em espaços rurais

6.2 — Estudos e Consultoria

6.2.1 — Elaboração e acompanhamento de planos de gestão de bacias hidrográficas

6.2.2 — Elaboração e gestão de planos e projetos na área da ecologia e da agrometeorologia, projetos de intervenção em sistemas ecológicos e sistemas de uso com técnicas de baixo impacte ambiental

6.2.3 — Elaboração de estudos de impacte ambiental em espaços rurais

6.2.4 — Elaboração e gestão de programas de investigação, de experimentação, de ensino, de formação profissional e de desenvolvimento nas áreas da gestão de sistemas naturais para a proteção ecológica e valorização dos espaços e sistemas de uso

6.2.5 — Gestão de áreas classificadas em que predominam espaços agrícola e rural

6.2.6 — Elaboração e acompanhamento de planos inerentes à aplicação de instrumentos de ordenamento do território, incluindo medidas de combate à desertificação

7 — Investigação, Ensino e Normalização

7.1 — Áreas de Engenharia Agronómica

7.1.1 — Atividades de ensino e I&D em áreas de Engenharia Agronómica

8 — Manutenção e Gestão de Ativos

8.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Florestal

1 — Espaços florestais

1.1 — Planeamento

1.1.1 — Planeamento e ordenamento do território (PROT, PDM)

1.1.2 — Planeamento e ordenamento florestal (PROF)

1.2 — Estudos e Consultoria

1.2.1 — Planeamento e ordenamento do território (PROT, PDM)

1.2.2 — Planeamento e ordenamento florestal (PROF)

2 — Produção lenhosa e de cortiça

2.1 — Produção

2.1.1 — Auditorias e certificação da gestão florestal sustentável

2.1.2 — Instalação e gestão de espaços florestais (incluindo urbanos)

2.1.3 — Exploração e mecanização florestal

2.1.4 — Melhoramento florestal

2.2 — Gestão e Manutenção

2.2.1 — Inventários florestais

2.2.2 — Gestão florestal (PGF)

2.2.3 — Exploração e mecanização florestal

2.2.4 — Melhoramento florestal

2.3 — Estudos e Consultoria

2.3.1 — Inventários florestais

2.3.2 — Gestão florestal (PGF)

2.3.3 — Auditorias e certificação da gestão florestal sustentável

2.3.4 — Instalação e gestão de espaços florestais (incluindo urbanos)

2.3.5 — Exploração e mecanização florestal

2.3.6 — Melhoramento florestal

2.3.7 — Avaliações florestais periciais e inspeções de projetos florestais

3 — Área das Estruturas fundiárias e Infraestruturas florestais

3.1 — Projetos

3.1.1 — Obras de defesa e conservação do solo, ações de correção torrencial

3.2 — Produção

3.2.1 — Obras de defesa e conservação do solo, ações de correção torrencial

3.3 — Estudos e Consultoria

3.3.1 — Levantamentos da propriedade florestal

3.3.2 — Avaliações patrimoniais de âmbito florestal

3.3.3 — Infraestruturas e obras de arte florestais (caminhos, pequenas barragens)

3.3.4 — Obras de defesa e conservação do solo, ações de correção torrencial

3.3.5 — Construções e estruturas de apoio às atividades florestais

4 — Área do Transporte e transformação de produtos florestais

4.1 — Produção

4.1.1 — Planeamento do abastecimento às indústrias de produtos florestais

4.1.2 — Preparação, preservação e secagem de produtos florestais

4.1.3 — Transformação florestal primária de produtos florestais
 4.1.4 — Transformação energética de produtos lenhosos
 4.1.5 — Certificação da cadeia de responsabilidade
 4.2 — Gestão e Manutenção
 4.2.1 — Planeamento do abastecimento às indústrias de produtos florestais
 4.2.2 — Certificação da cadeia de responsabilidade
 4.3 — Estudos e Consultoria
 4.3.1 — Planeamento do abastecimento às indústrias de produtos florestais
 4.3.2 — Preparação, preservação e secagem de produtos florestais
 4.3.3 — Transformação florestal primária de produtos florestais
 4.3.4 — Transformação energética de produtos lenhosos
 4.3.5 — Certificação da cadeia de responsabilidade
 5 — Área da Cinegética
 5.1 — Gestão e Manutenção
 5.1.1 — Estudos e Consultoria
 5.1.1.1 — Ordenamento e exploração cinegética (POEC)
 5.1.1.2 — Gestão de zonas de caça
 6 — Área da Pesca em Águas Interiores
 6.1 — Projetos
 6.1.1 — Recursos aquícolas em muro seco
 6.2 — Produção
 6.2.1 — Recursos aquícolas em muro seco
 6.3 — Estudos e Consultoria
 6.3.1 — Planeamento e gestão da pesca nas águas interiores
 6.3.2 — Recursos aquícolas em muro seco
 7 — Área de Outras Produções Não-Lenhosas
 7.1 — Produção
 7.1.1 — Gestão da produção de frutos, pastagem, mel, cogumelos, aromáticas e outras produções não-lenhosas associadas aos espaços florestais
 7.2 — Gestão e Manutenção
 7.2.1 — Gestão da produção de frutos, pastagem, mel, cogumelos, aromáticas e outras produções não-lenhosas associadas aos espaços florestais
 8 — Área da Valorização Ambiental
 8.1 — Projetos
 8.1.1 — Estudos de impacto ambiental nos espaços florestais
 8.1.2 — Recuperação de áreas e espaços florestais degradados
 8.2 — Produção
 8.2.1 — Proteção e preservação da paisagem rural e da diversidade biológica em ecossistemas florestais
 8.2.2 — Gestão de bacias hidrográficas
 8.2.3 — Gestão de áreas classificadas com espaços florestais dominantes
 8.2.4 — Recuperação de áreas e espaços florestais degradados
 8.3 — Gestão e Manutenção
 8.3.1 — Gestão de bacias hidrográficas
 8.3.2 — Medidas de combate à desertificação
 8.3.3 — Gestão de áreas classificadas com espaços florestais dominantes
 8.3.4 — Recuperação de áreas e espaços florestais degradados
 8.4 — Estudos e Consultoria
 8.4.1 — Proteção e preservação da paisagem rural e da diversidade biológica em ecossistemas florestais
 8.4.2 — Gestão de bacias hidrográficas
 8.4.3 — Medidas de combate à desertificação
 8.4.4 — Gestão de áreas classificadas com espaços florestais dominantes
 8.4.5 — Recuperação de áreas e espaços florestais degradados
 8.4.6 — Estudos de impacto ambiental nos espaços florestais
 9 — Área do Risco de Incêndio
 9.1 — Projetos
 9.1.1 — Planos de defesa da floresta contra incêndios (Municipais e Distritais)
 9.1.2 — Planos de emergência de proteção civil (Municipais e Distritais)
 9.2 — Produção
 9.2.1 — Gestão e uso do fogo (Especialização)
 9.3 — Gestão e Manutenção
 9.3.1 — Avaliação de riscos, perdas e danos em seguros de incêndios florestais
 9.3.2 — Gestão e uso do fogo (Especialização)
 9.4 — Estudos e Consultoria
 9.4.1 — Planos de defesa da floresta contra incêndios (Municipais e Distritais)
 9.4.2 — Planos de emergência de proteção civil (Municipais e Distritais)
 9.4.3 — Avaliação de riscos, perdas e danos em seguros de incêndios florestais

9.4.4 — Gestão e uso do fogo (Especialização)
 9.5 — Planeamento
 9.5.1 — Planos de defesa da floresta contra incêndios (Municipais e Distritais)
 9.6 — Administração Pública e Concessões
 9.6.1 — Planos de defesa da floresta contra incêndios (Municipais e Distritais)
 9.6.2 — Planos de emergência de proteção civil (Municipais e Distritais)
 10 — Área do Risco de Pragas e Doenças
 10.1 — Produção
 10.1.1 — Planeamento e controlo de agentes bióticos nocivos às florestas
 10.1.2 — Inspeção fitossanitária (Especialização)
 10.2 — Estudos e Consultoria
 10.2.1 — Planeamento e controlo de agentes bióticos nocivos às florestas
 10.2.2 — Inspeção fitossanitária (Especialização)
 11 — Ensino e Formação profissional e científica na área florestal
 12 — Divulgação e comunicação florestal
 13 — Manutenção e Gestão de Ativos
 13.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia dos Materiais

1 — Conceção
 1.1 — Elaboração de Projeto
 1.1.1 — Especificação (Ciclo de Vida de Produtos)
 1.1.2 — Especificação e caracterização de materiais e produtos
 1.1.3 — Especificação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
 1.1.4 — Especificação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
 1.1.5 — Especificação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
 1.1.6 — Especificação em Tecnologias de Soldadura
 1.1.7 — Especificação em Tecnologias de transformação
 1.1.8 — Especificação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
 1.1.9 — Investigação e desenvolvimento de materiais e produtos
 1.1.10 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
 1.1.11 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
 1.1.12 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
 1.1.13 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Soldadura
 1.1.14 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de transformação
 1.1.15 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
 1.1.16 — Investigação e desenvolvimento no Ciclo de Vida de Produtos
 1.1.17 — Seleção de materiais (Ciclo de Vida de Produtos)
 1.1.18 — Seleção de materiais e produtos
 1.1.19 — Seleção de materiais em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
 1.1.20 — Seleção de materiais em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
 1.1.21 — Seleção de materiais em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
 1.1.22 — Seleção de materiais em Tecnologias de Soldadura
 1.1.23 — Seleção de materiais em Tecnologias de transformação
 1.1.24 — Seleção de materiais em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
 1.2 — Design
 1.2.1 — Limites das Ferramentas (materiais e produtos)
 1.2.2 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Ciclo de Vida de Produtos
 1.2.3 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
 1.2.4 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
 1.2.5 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
 1.2.6 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias de Soldadura
 1.2.7 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias de transformação
 1.2.8 — Limites das Ferramentas e respetivos materiais nas Tecnologias e nanotecnologias de processamento

- 1.2.9 — Previsão e Simulação de materiais e produtos
- 1.2.10 — Previsão e Simulação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.2.11 — Previsão e Simulação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.2.12 — Previsão e Simulação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.2.13 — Previsão e Simulação em Tecnologias de Soldadura
- 1.2.14 — Previsão e Simulação em Tecnologias de transformação
- 1.2.15 — Previsão e Simulação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.2.16 — Previsão e Simulação no Ciclo de Vida de Produtos
- 1.2.17 — Requisitos dos materiais componentes (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.2.18 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.2.19 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.2.20 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.2.21 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias de Soldadura
- 1.2.22 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias de transformação
- 1.2.23 — Requisitos dos materiais componentes em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.2.24 — Requisitos e caracterização dos materiais componentes e produtos
- 1.3 — Análise de fim de vida
- 1.3.1 — Reciclagem de materiais e produtos
- 1.3.2 — Reciclagem em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.3.3 — Reciclagem em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.3.4 — Reciclagem em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.3.5 — Reciclagem em Tecnologias de Soldadura
- 1.3.6 — Reciclagem em Tecnologias de transformação
- 1.3.7 — Reciclagem em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.3.8 — Reciclagem no Ciclo de Vida de Produtos
- 1.3.9 — Reutilização (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.3.10 — Reutilização de materiais e produtos
- 1.3.11 — Reutilização em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.3.12 — Reutilização em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.3.13 — Reutilização em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.3.14 — Reutilização em Tecnologias de Soldadura
- 1.3.15 — Reutilização em Tecnologias de transformação
- 1.3.16 — Reutilização em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.4 — Coordenação de Projeto
- 1.4.1 — Especificação (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.4.2 — Especificação e caracterização de materiais e produtos
- 1.4.3 — Especificação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.4.4 — Especificação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.4.5 — Especificação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.4.6 — Especificação em Tecnologias de Soldadura
- 1.4.7 — Especificação em Tecnologias de transformação
- 1.4.8 — Especificação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.4.9 — Investigação e desenvolvimento (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.4.10 — Investigação e desenvolvimento de materiais e produtos
- 1.4.11 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.4.12 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.4.13 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.4.14 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Soldadura
- 1.4.15 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de transformação
- 1.4.16 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.4.17 — Seleção de materiais (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.4.18 — Seleção de materiais e produtos
- 1.4.19 — Seleção de materiais em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.4.20 — Seleção de materiais em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.4.21 — Seleção de materiais em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.4.22 — Seleção de materiais em Tecnologias de Soldadura
- 1.4.23 — Seleção de materiais em Tecnologias de transformação
- 1.4.24 — Seleção de materiais em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.5 — Revisão de Projeto
- 1.5.1 — Especificação (Ciclo de Vida de Produtos)
- 1.5.2 — Especificação e caracterização de materiais e produtos
- 1.5.3 — Especificação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.5.4 — Especificação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.5.5 — Especificação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.5.6 — Especificação em Tecnologias de Soldadura
- 1.5.7 — Especificação em Tecnologias de transformação
- 1.5.8 — Especificação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.5.9 — Investigação e desenvolvimento de materiais e produtos
- 1.5.10 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.5.11 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.5.12 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.5.13 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de Soldadura
- 1.5.14 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias de transformação
- 1.5.15 — Investigação e desenvolvimento em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.5.16 — Investigação e desenvolvimento no Ciclo de Vida de Produtos
- 1.5.17 — Seleção de materiais e produtos
- 1.5.18 — Seleção de materiais em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 1.5.19 — Seleção de materiais em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 1.5.20 — Seleção de materiais em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 1.5.21 — Seleção de materiais em Tecnologias de Soldadura
- 1.5.22 — Seleção de materiais em Tecnologias de transformação
- 1.5.23 — Seleção de materiais em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 1.5.24 — Seleção de materiais no Ciclo de Vida de Produtos
- 2 — Produção
- 2.1 — Execução
- 2.1.1 — Apoio à Direção Técnica de materiais e produtos
- 2.1.2 — Apoio à Direção Técnica de materiais e produtos
- 2.1.3 — Direção Técnica em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.1.4 — Direção Técnica em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.1.5 — Direção Técnica em Tecnologias de transformação
- 2.1.6 — Direção Técnica em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.1.7 — Direção Técnica em Tecnologias de Soldadura
- 2.1.8 — Direção Técnica em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.1.9 — Direção Técnica no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.1.10 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.1.11 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.1.12 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias de transformação
- 2.1.13 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.1.14 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias de Soldadura
- 2.1.15 — Apoio à Direção Técnica em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.1.16 — Apoio à Direção Técnica no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.1.17 — Gestão da Qualidade em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.1.18 — Gestão da Qualidade em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.1.19 — Gestão da Qualidade em Tecnologias de transformação
- 2.1.20 — Gestão da Qualidade em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.1.21 — Gestão da Qualidade em Tecnologias de Soldadura

- 2.1.22 — Gestão da Qualidade em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.1.23 — Gestão da Qualidade no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.1.24 — Gestão da Qualidade de materiais e produtos
- 2.2 — Fim de vida
- 2.2.1 — Reutilização em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.2.2 — Reutilização em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.2.3 — Reutilização em Tecnologias de transformação
- 2.2.4 — Reutilização em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.2.5 — Reutilização em Tecnologias de Soldadura
- 2.2.6 — Reutilização em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.2.7 — Reutilização no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.2.8 — Reciclagem em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.2.9 — Reciclagem em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.2.10 — Reciclagem em Tecnologias de transformação
- 2.2.11 — Reciclagem em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.2.12 — Reciclagem em Tecnologias de Soldadura
- 2.2.13 — Reciclagem em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.2.14 — Reciclagem no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.2.15 — Reciclagem de materiais e produtos
- 2.2.16 — Reutilização de materiais e produtos
- 2.3 — Controlo da Execução
- 2.3.1 — Controlo da Qualidade de materiais e produtos
- 2.3.2 — Direção de Fiscalização em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.3.3 — Direção de Fiscalização em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.3.4 — Direção de Fiscalização em Tecnologias de transformação
- 2.3.5 — Direção de Fiscalização em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.3.6 — Direção de Fiscalização em Tecnologias de Soldadura
- 2.3.7 — Direção de Fiscalização em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.3.8 — Direção de Fiscalização no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.3.9 — Direção de Fiscalização de materiais e produtos
- 2.3.10 — Fiscalização em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.3.11 — Fiscalização em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.3.12 — Fiscalização em Tecnologias de transformação
- 2.3.13 — Fiscalização em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.3.14 — Fiscalização em Tecnologias de Soldadura
- 2.3.15 — Fiscalização em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.3.16 — Fiscalização (Ciclo de Vida de Produtos)
- 2.3.17 — Fiscalização de materiais e produtos
- 2.3.18 — Controlo da Qualidade em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 2.3.19 — Controlo da Qualidade em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 2.3.20 — Controlo da Qualidade em Tecnologias de transformação
- 2.3.21 — Controlo da Qualidade em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 2.3.22 — Controlo da Qualidade em Tecnologias de Soldadura
- 2.3.23 — Controlo da Qualidade em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 2.3.24 — Controlo da Qualidade no Ciclo de Vida de Produtos
- 2.4 — Direção Técnica de Empresas
- 2.4.1 — Elaboração em Estudos e Orçamentos
- 2.4.2 — Coordenação em Estudos e Orçamentos
- 3 — Gestão e Manutenção
- 3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
- 3.1.1 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos de materiais e produtos
- 3.1.2 — Coordenação e Gestão de Projetos de materiais e produtos
- 3.1.3 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica de materiais e produtos
- 3.1.4 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 3.1.5 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 3.1.6 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias de transformação
- 3.1.7 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 3.1.8 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias de Soldadura
- 3.1.9 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 3.1.10 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica (Ciclo de Vida de Produtos)
- 3.1.11 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Análise de Superfícies e Revestimentos
- 3.1.12 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva
- 3.1.13 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização
- 3.1.14 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Avaliação da integridade estrutural
- 3.1.15 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Estudo de durabilidade
- 3.1.16 — Estudos de Avaliações de Viabilidade Técnico-Económica em Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora
- 3.1.17 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 3.1.18 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 3.1.19 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de transformação
- 3.1.20 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 3.1.21 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Soldadura
- 3.1.22 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 3.1.23 — Coordenação e Gestão de Projetos (Ciclo de Vida de Produtos)
- 3.1.24 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de Superfícies e Revestimentos)
- 3.1.25 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise Corrosão e proteção anticorrosiva)
- 3.1.26 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização)
- 3.1.27 — Coordenação e Gestão de Projetos (Avaliação da integridade estrutural)
- 3.1.28 — Coordenação e Gestão de Projetos (Estudo de durabilidade)
- 3.1.29 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)
- 3.1.30 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 3.1.31 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 3.1.32 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de transformação
- 3.1.33 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos
- 3.1.34 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Soldadura
- 3.1.35 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização
- 3.1.36 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Ciclo de Vida de Produtos)
- 3.1.37 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de Superfícies e Revestimentos)
- 3.1.38 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Análise Corrosão e proteção anticorrosiva)
- 3.1.39 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização)
- 3.1.40 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Avaliação da integridade estrutural)
- 3.1.41 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Estudo de durabilidade)
- 3.1.42 — Apoio à Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)
- 3.2 — Manutenção e Exploração
- 3.2.1 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração de materiais e produtos
- 3.2.2 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração de materiais e produtos
- 3.2.3 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais
- 3.2.4 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias e nanotecnologias de processamento
- 3.2.5 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de transformação

3.2.6 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

3.2.7 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Soldadura

3.2.8 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

3.2.9 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Ciclo de Vida de Produtos

3.2.10 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Análise de Superfícies e Revestimentos

3.2.11 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

3.2.12 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

3.2.13 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Avaliação da integridade estrutural

3.2.14 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Estudo de durabilidade

3.2.15 — Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)

3.2.16 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

3.2.17 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

3.2.18 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de transformação

3.2.19 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

3.2.20 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Soldadura

3.2.21 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

3.2.22 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Ciclo de Vida de Produtos)

3.2.23 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) de materiais e produtos

3.2.24 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Análise de Superfícies e Revestimentos)

3.2.25 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Análise Corrosão e proteção anticorrosiva)

3.2.26 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização)

3.2.27 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Avaliação da integridade estrutural)

3.2.28 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Estudo de durabilidade)

3.2.29 — Apoio à Coordenação, Gestão da Manutenção e Exploração (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)

3.2.30 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

3.2.31 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

3.2.32 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias de transformação

3.2.33 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

3.2.34 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias de Soldadura

3.2.35 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

3.2.36 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) do Ciclo de Vida de Produtos

3.2.37 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Análise de Superfícies e Revestimentos

3.2.38 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

3.2.39 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

3.2.40 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Avaliação da integridade estrutural

3.2.41 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Estudo de durabilidade

3.2.42 — Monitorização (controlo) da Manutenção (inspeção e controlo) em Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

3.3 — Avaliações

3.3.1 — Coordenação (materiais e produtos)

3.3.2 — Coordenação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

3.3.3 — Coordenação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

3.3.4 — Coordenação em Tecnologias de transformação

3.3.5 — Coordenação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

3.3.6 — Coordenação em Tecnologias de Soldadura

3.3.7 — Coordenação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

3.3.8 — Coordenação (Ciclo de Vida de Produtos)

3.3.9 — Coordenação (Análise de Superfícies e Revestimentos)

3.3.10 — Coordenação (Análise Corrosão e proteção anticorrosiva)

3.3.11 — Coordenação (Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização)

3.3.12 — Coordenação (Avaliação da integridade estrutural)

3.3.13 — Coordenação (Estudo de durabilidade)

3.3.14 — Coordenação (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)

4 — Estudos e Consultoria

4.1 — Perícias

4.1.1 — Coordenação e Gestão de Projetos de materiais e produtos

4.1.2 — Elaboração de materiais e produtos

4.1.3 — Elaboração em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

4.1.4 — Elaboração em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

4.1.5 — Elaboração em Tecnologias de transformação

4.1.6 — Elaboração em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

4.1.7 — Elaboração em Tecnologias de Soldadura

4.1.8 — Elaboração em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

4.1.9 — Elaboração (Ciclo de Vida de Produtos)

4.1.10 — Elaboração em Análise de Superfícies e Revestimentos

4.1.11 — Elaboração em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

4.1.12 — Elaboração em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

4.1.13 — Elaboração em Avaliação da integridade estrutural

4.1.14 — Elaboração em Estudo de durabilidade

4.1.15 — Elaboração e Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

4.1.16 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

4.1.17 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

4.1.18 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de transformação

4.1.19 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

4.1.20 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Soldadura

4.1.21 — Coordenação e Gestão de Projetos em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

4.1.22 — Coordenação e Gestão de Projetos (Ciclo de Vida de Produtos)

4.1.23 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de Superfícies e Revestimentos)

4.1.24 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise Corrosão e proteção anticorrosiva)

4.1.25 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização)

4.1.26 — Coordenação e Gestão de Projetos (Avaliação da integridade estrutural)

4.1.27 — Coordenação e Gestão de Projetos (Estudo de durabilidade)

4.1.28 — Coordenação e Gestão de Projetos (Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora)

4.2 — Sistemas de Gestão da Qualidade

4.3 — Consultoria Técnica

4.3.1 — Elaboração de materiais e produtos

4.3.2 — Elaboração em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

4.3.3 — Elaboração em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

4.3.4 — Elaboração em Tecnologias de transformação

4.3.5 — Elaboração em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

4.3.6 — Elaboração em Tecnologias de Soldadura

4.3.7 — Elaboração em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

4.3.8 — Elaboração (Ciclo de Vida de Produtos)

4.3.9 — Elaboração em Análise de Superfícies e Revestimentos

4.3.10 — Elaboração em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

4.3.11 — Elaboração em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

4.3.12 — Elaboração em Avaliação da integridade estrutural

4.3.13 — Elaboração em Estudo de durabilidade

4.3.14 — Elaboração em Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

5 — Investigação, Ensino e Normalização

5.1 — Investigação

5.1.1 — Coordenação (materiais e produtos)

5.1.2 — Desenvolvimento de materiais e produtos

5.1.3 — Coordenação em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

5.1.4 — Coordenação em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

5.1.5 — Coordenação em Tecnologias de transformação

5.1.6 — Coordenação em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

5.1.7 — Coordenação em Tecnologias de Soldadura

5.1.8 — Coordenação em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

5.1.9 — Coordenação (Ciclo de Vida de Produtos)

5.1.10 — Coordenação em Análise de Superfícies e Revestimentos

5.1.11 — Coordenação em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

5.1.12 — Coordenação em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

5.1.13 — Coordenação em Avaliação da integridade estrutural

5.1.14 — Coordenação em Estudo de durabilidade

5.1.15 — Coordenação e Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

5.1.16 — Coordenação em Formação especializada

5.1.17 — Coordenação (Normalização)

5.1.18 — Desenvolvimento em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

5.1.19 — Desenvolvimento em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

5.1.20 — Desenvolvimento em Tecnologias de transformação

5.1.21 — Desenvolvimento em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

5.1.22 — Desenvolvimento em Tecnologias de Soldadura

5.1.23 — Desenvolvimento em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

5.1.24 — Desenvolvimento (Ciclo de Vida de Produtos)

5.1.25 — Desenvolvimento em Análise de Superfícies e Revestimentos

5.1.26 — Desenvolvimento em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

5.1.27 — Desenvolvimento em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

5.1.28 — Desenvolvimento em Avaliação da integridade estrutural

5.1.29 — Desenvolvimento em Estudo de durabilidade

5.1.30 — Desenvolvimento e Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

5.1.31 — Desenvolvimento em Formação especializada

5.1.32 — Desenvolvimento em Normalização

5.2 — Ensino

5.2.1 — Ensino Científico na área de materiais e produtos

5.2.2 — Científico em Tecnologias de Produção de Materiais e Nanomateriais

5.2.3 — Científico em Tecnologias e nanotecnologias de processamento

5.2.4 — Científico em Tecnologias de transformação

5.2.5 — Científico em Tecnologias de fusão, fundição e outros processos térmicos

5.2.6 — Científico em Tecnologias de Soldadura

5.2.7 — Científico em Tecnologias de Reciclagem e Reutilização

5.2.8 — Científico (Ciclo de Vida de Produtos)

5.2.9 — Científico em Análise de Superfícies e Revestimentos

5.2.10 — Científico em Análise Corrosão e proteção anticorrosiva

5.2.11 — Científico em Análise de falha, em tratamentos de superfície e metalização

5.2.12 — Científico em Avaliação da integridade estrutural

5.2.13 — Científico em Estudo de durabilidade

5.2.14 — Científico em Análise de ciclo de vida de produtos da indústria transformadora

5.2.15 — Científico em Formação especializada

5.2.16 — Científico em Normalização

5.3 — Normalização

5.3.1 — Coordenação (Normas)

5.3.2 — Coordenação (Legislação)

5.3.3 — Coordenação (Documentos Técnicos)

5.3.4 — Desenvolvimento em Normas

5.3.5 — Desenvolvimento em Legislação

5.3.6 — Desenvolvimento em Documentos Técnicos

5.3.7 — Revisão e Apreciação em Normas

5.3.8 — Revisão e Apreciação em Legislação

5.3.9 — Revisão e Apreciação em Documentos Técnicos

6 — Manutenção e Gestão de Ativos

6.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia Informática

1 — Análise de Domínio e Engenharia de Requisitos (ADER)

1.1 — Caracterização de domínios e levantamento de requisitos informacionais e informáticos

1.1.1 — Modelação de domínios aplicativos de sistemas de informação

1.1.2 — Identificação e caracterização de contextos organizacionais e requisitos de negócio

1.1.3 — Identificação e caracterização de requisitos funcionais de sistemas de informação

1.1.4 — Identificação e caracterização de requisitos não-funcionais de sistemas de informação

1.1.5 — Análise e validação de requisitos de sistemas de informação

1.2 — Especificação de requisitos de sistemas de informação

1.2.1 — Especificação de requisitos de informação na perspetiva do negócio

1.2.2 — Especificação de requisitos de interoperabilidade entre sistemas de informação

1.2.3 — Especificação de interações com pessoas em sistemas de informação

1.2.4 — Especificação de (outros) requisitos não-funcionais de sistemas de informação

1.3 — Conceção de sistemas de informação

1.3.1 — Definição e modelação de processos de aquisição, transformação e armazenamento de informação

1.3.2 — Definição e modelação de arquiteturas de sistemas de informação

1.3.3 — Análise de custo e benefício de sistemas de informação

1.3.4 — Avaliações de risco e impacto organizacional de sistemas de informação

1.4 — Especificação de requisitos de soluções informáticas

1.4.1 — Especificação de requisitos funcionais de soluções informáticas na perspetiva do utilizador

1.4.2 — Especificação de requisitos de interoperabilidade entre soluções informáticas

1.4.3 — Especificação de interfaces do utilizador em soluções informáticas

1.4.4 — Especificação de outros requisitos não-funcionais de soluções informáticas (por exemplo, desempenho ou segurança)

2 — Conceção e Construção de Soluções Informáticas (CCSI)

2.1 — Análise e estimativa de esforço dos requisitos de soluções informáticas

2.1.1 — Análise e validação de requisitos de soluções informáticas (inclui, por exemplo, identificação, caracterização e avaliação de do risco técnico associado aos requisitos)

2.1.2 — Estimativa de esforço associado aos requisitos de soluções informáticas (inclui, por exemplo, esforço de implementação de requisitos, de configuração de plataformas de suporte ao desenvolvimento e de aprendizagem de ferramentas)

2.2 — Conceção de soluções informáticas

2.2.1 — Especificação e modelação de requisitos de soluções informáticas na perspetiva do sistema

2.2.2 — Definição e modelação de arquiteturas de soluções informáticas

2.2.3 — Análise de custo e benefício de arquiteturas de soluções informáticas

2.2.4 — Especificação e modelação de mecanismos e procedimentos informáticos (inclui, por exemplo, conceção de módulos, componentes e algoritmos)

2.2.5 — Dimensionamento e definição de regras de construção de soluções informáticas

2.3 — Construção e manutenção de soluções informáticas

2.3.1 — Identificação e seleção de plataformas e ferramentas de suporte à construção e manutenção de soluções informáticas

2.3.2 — Programação de soluções informáticas (inclui, por exemplo, codificação de usando diversas linguagens e tecnologias de programação nos vários níveis de intervenção)

2.3.3 — Identificação, caracterização e avaliação do risco de alterações nas soluções informáticas (inclui, por exemplo, impactos no cumprimento dos requisitos e nas características técnicas)

2.3.4 — Execução de alterações nas soluções informáticas (inclui, por exemplo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva)

2.4 — Configuração, integração e entrega de soluções informáticas

2.4.1 — Configuração de soluções informáticas previamente construídas (inclui, por exemplo, parametrização de pacotes aplicativos)

2.4.2 — Integração de soluções informáticas (inclui, por exemplo, interoperação de soluções informáticas previamente construídas)

2.4.3 — Entrega de soluções informáticas (inclui, por exemplo, documentação de, treino de entidades de suporte e formação de utilizadores)
3 — Teste e Validação de Soluções Informáticas (TVSI)

3.1 — Planeamento de teste e validação de soluções informáticas
3.1.1 — Definição e documentação de âmbito e objetivos do teste e validação de soluções informáticas

3.1.2 — Definição e documentação de planos de teste e validação de soluções informáticas (inclui, por exemplo, níveis, critérios, plano de atividades e alocação de recursos, métricas de monitorização e controlo)

3.2 — Análise e conceção de testes de soluções informáticas

3.2.1 — Análise e validação de documentação de suporte à definição de casos de teste de soluções informáticas

3.2.2 — Definição, priorização e documentação de casos e dados de teste e validação de soluções informáticas

3.2.3 — Definição e documentação de ambientes de teste e validação de soluções informáticas (inclui, por exemplo, configurações, plataformas e ferramentas)

3.3 — Implementação e execução de testes de soluções informáticas

3.3.1 — Revisão e análise de código informático

3.3.2 — Definição e documentação de procedimentos de teste e validação de soluções informáticas

3.3.3 — Execução de testes e registo de defeitos de soluções informáticas

4 — Planeamento e Exploração de Infraestruturas de Tecnologias de Informação (PEITI)

4.1 — Análise e estimativa de esforço dos requisitos de infraestruturas de computação, comunicação e serviços

4.1.1 — Análise e validação de requisitos de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, identificação, caracterização e avaliação de do risco técnico associado aos requisitos)

4.1.2 — Estimativa de esforço associado aos requisitos de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, esforço de implementação de requisitos, de configuração de infraestruturas existentes e de aprendizagem de ferramentas)

4.1.3 — Especificação e modelação de requisitos de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, centros de processamento de dados, plataformas, topologias de redes informáticas, protocolos e zonas de segurança)

4.2 — Conceção de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.2.1 — Definição e modelação de arquiteturas de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, redes informáticas, armazenamento e processamento)

4.2.2 — Dimensionamento e definição da capacidade de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.2.3 — Análise de custo e benefício de soluções de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.2.4 — Definição e documentação de planos de contingência e de gestão de incidentes em infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.3 — Configuração, integração e entrega de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.3.1 — Configuração de componentes de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, equipamentos ativos, software infraestrutural e segurança lógica e software aplicacional)

4.3.2 — Integração de soluções de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.3.3 — Entrega de soluções de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, documentação, treino de entidades de suporte e formação de utilizadores)

4.4 — Gestão e manutenção de infraestruturas de computação, comunicações e serviços

4.4.1 — Monitorização e administração de infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, centros de processamento de dados, redes informáticas, equipamentos ativos, *software* infraestrutural, *software* aplicacional e segurança lógica)

4.4.2 — Identificação, caracterização e avaliação do risco de alterações nas infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui, por exemplo, impactos no cumprimento dos requisitos e nas características técnicas)

4.4.3 — Execução de alterações nas infraestruturas de computação, comunicações e serviços (inclui por exemplo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva)

5 — Gestão de Projetos de Sistemas de Informação (GPSI)

5.1 — Conceção de planos de gestão de projetos de sistemas de informação

5.1.1 — Revisão e aprovação de planos preliminares de projeto de sistemas de informação

5.1.2 — Definição e documentação de planos de gestão de projetos de sistemas de informação (inclui, por exemplo, âmbito, tempo, custos, qualidade, recursos, comunicação, risco, alterações e aquisições)

5.2 — Gestão de recursos e *stakeholders* em projetos de sistemas de informação

5.2.1 — Organização, controlo e gestão de recursos humanos, equipamentos e materiais afetos a projetos de sistemas de informação

5.2.2 — Implementação de planos de gestão dos *stakeholders* em projetos de sistemas de informação (inclui, por exemplo, plano de comunicação de associado e gestão de expectativas ao longo do projeto)

5.3 — Gestão de risco em projetos de sistemas de informação

5.3.1 — Definição e documentação de planos de gestão de risco em projetos de sistemas de informação

5.3.2 — Identificação, caracterização e avaliação de risco em projetos de sistemas de informação

5.3.3 — Monitorização e controlo do risco na gestão de projetos de sistemas de informação

5.3.4 — Implementação de mecanismos de resposta a riscos na gestão de projetos de sistemas de informação

5.4 — Monitorização, controlo e reporte na evolução de projetos de sistemas de informação

5.4.1 — Verificação e controlo de âmbito, cronogramas, custos e aquisições na gestão de projetos de sistemas de informação

5.4.2 — Reporte de estado dos entregáveis, medidas de desempenho de execuções e previsões de execuções futuras na gestão de projetos de sistemas de informação

5.4.3 — Implementação de planos de gestão da qualidade em projetos de sistemas de informação (inclui, por exemplo, mecanismos de controlo de qualidade)

5.4.4 — Implementação de planos de gestão da mudança em projetos de sistemas de informação (inclui, por exemplo, processamento das alterações, monitorização de e controlo)

5.5 — Encerramento de projetos de sistemas de informação

5.5.1 — Análise de sucesso e cumprimento dos objetivos de projetos de sistemas de informação

5.5.2 — Análise *post-mortem* de projetos de sistemas de informação e elaboração de documentação para definição de métricas e estimativas

6 — Planeamento e Auditoria de Sistemas de Informação (PASI)

6.1 — Conceção de estratégias de sistemas de informação

6.1.1 — Definição e documentação de arquiteturas de negócio

6.1.2 — Definição e documentação de estratégias aplicacionais de sistemas de informação

6.1.3 — Definição e documentação de estratégias tecnológicas de sistemas de informação

6.1.4 — Definição e documentação de planos de governação de sistemas de informação (inclui, por exemplo, políticas de gestão de níveis de serviços, qualidade, risco e segurança aquisição, desenvolvimento e atualização de tecnológica gestão de projetos e de recursos humanos e materiais)

6.2 — Implementação de planos de governação de sistemas de informação

6.2.1 — Implementação de planos de gestão e auditoria de níveis de serviços, qualidade, risco e segurança em sistemas de informação

6.2.2 — Implementação de planos de gestão e auditoria de aquisição, desenvolvimento e atualização tecnológica em sistemas de informação

6.2.3 — Implementação de planos de gestão e auditoria de gestão de projetos e de recursos humanos e materiais em sistemas de informação

7 — Investigação, Ensino e Normalização

7.1 — Áreas de Engenharia Informática

7.1.1 — Atividades de ensino e I&D em áreas de Engenharia Informática

8 — Manutenção e Gestão de Ativos

8.1 — Manutenção e gestão de ativos

Engenharia do Ambiente

1 — Avaliação Ambiental

1.1 — Conceção

1.1.1 — Elaboração de Projeto

1.1.1.1 — Avaliação de impacte ambiental

1.1.1.2 — Avaliação ambiental estratégica

1.1.1.3 — Avaliação de desempenho ambiental

1.1.1.4 — Arbitragem e peritagens ambientais

1.1.1.5 — Avaliação e gestão de riscos ambientais

1.1.2 — Coordenação de Projeto

(1.1.2.1 a 1.1.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)

1.1.3 — Revisão de Projeto

(1.1.3.1 a 1.1.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)

1.2 — Produção

1.2.1 — Execução

(1.2.1.1 a 1.2.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)

1.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização

(1.2.2.1 a 1.2.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)

1.2.3 — Direção Técnica de Empresas

- (1.2.3.1 a 1.2.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
- 1.3 — Gestão e Exploração
 - 1.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (1.3.1.1 a 1.3.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (1.3.2.1 a 1.3.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.4 — Estudos e Consultoria
 - 1.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (1.4.1.1 a 1.4.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.4.2 — Consultoria Técnica
 - (1.4.2.1 a 1.4.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (1.4.3.1 a 1.4.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (1.4.4.1 a 1.4.4.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 1.5.1 — Ensino
 - (1.5.1.1 a 1.5.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.5.2 — Investigação
 - (1.5.2.1 a 1.5.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.5.3 — Normalização e Legislação
 - (1.5.3.1 a 1.5.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.6 — Administração Pública e Concessões
 - 1.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (1.6.1.1 a 1.6.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
 - 1.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (1.6.2.1 a 1.6.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 1.1.1)
- 2 — Gestão Ambiental
 - 2.1 — Conceção
 - 2.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 2.1.1.1 — Estratégias, planos, programas e relatórios para a sustentabilidade
 - 2.1.1.2 — Licenciamento Ambiental
 - 2.1.1.3 — Sistemas de gestão ambiental
 - 2.1.1.4 — Rotulagem ambiental
 - 2.1.1.5 — Análise de ciclo de vida do produto
 - 2.1.1.6 — *Ecodesign*
 - 2.1.1.7 — Ecoeficiência de sistemas e processos
 - 2.1.1.8 — Requalificação ambiental
 - 2.1.1.9 — Economia ambiental e ecológica
 - 2.1.1.10 — Modelação de sistemas ambientais
 - 2.1.1.11 — Diagnóstico e avaliação de pressões ambientais (poluição atmosférica, sonora, hídrica, e outras formas de pressões ambientais)
 - 2.1.1.12 — Plano de gestão ambiental em obra
 - 2.1.1.13 — Acompanhamento ambiental de obra
 - 2.1.1.14 — Prevenção e controlo da poluição
 - 2.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (2.1.2.1 a 2.1.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.1.3 — Revisão de Projeto
 - (2.1.3.1 a 2.1.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.2 — Produção
 - 2.2.1 — Execução
 - (2.2.1.1 a 2.2.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (2.2.2.1 a 2.2.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (2.2.3.1 a 2.2.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 2.3 — Gestão e Exploração
 - 2.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (2.3.1.1 a 2.3.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (2.3.2.1 a 2.3.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 2.4 — Estudos e Consultoria
 - 2.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (2.4.1.1 a 2.4.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.4.2 — Consultoria Técnica
 - (2.4.2.1 a 2.4.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (2.4.3.1 a 2.4.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (2.4.4.1 a 2.4.4.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 2.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 2.5.1 — Ensino
 - (2.5.1.1 a 2.5.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.5.2 — Investigação
 - (2.5.2.1 a 2.5.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.5.3 — Normalização e Legislação
 - (2.5.3.1 a 2.5.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 2.6 — Administração Pública e Concessões
 - 2.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (2.6.1.1 a 2.6.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
 - 2.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (2.6.2.1 a 2.6.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 2.6.3 — Licenciamento de Projetos
 - (2.6.3.1 a 2.6.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 2.1.1)
- 3 — Abastecimento e Tratamento de Água
 - 3.1 — Conceção
 - 3.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 3.1.1.1 — Condutas adutoras de água (processo e equipamento eletromecânico)
 - 3.1.1.1.2 — Sistemas ou partes de sistemas de abastecimento de água
 - 3.1.1.1.3 — Instalações, equipamentos e sistemas de água e esgotos, exteriores a edifícios.
 - 3.1.1.1.4 — Estações de tratamento de água
 - 3.1.1.1.5 — Planos de monitorização e controlo da qualidade dos sistemas
 - 3.1.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (3.1.1.2.1 a 3.1.1.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.1.3 — Revisão de Projeto
 - (3.1.3.1 a 3.1.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.2 — Produção
 - 3.2.1 — Execução
 - (3.2.1.1 a 3.2.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (3.2.2.1 a 3.2.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
- 3.3 — Gestão e Exploração
 - 3.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (3.3.1.1 a 3.3.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (3.3.2.1 a 3.3.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
- 3.4 — Estudos e Consultoria
 - 3.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (3.4.1.1 a 3.4.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.4.2 — Consultoria Técnica
 - (3.4.2.1 a 3.4.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (3.4.3.1 a 3.4.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.4.4 — Sistemas e Gestão da Qualidade
 - (3.4.4.1 a 3.4.4.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
- 3.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 3.5.1 — Ensino
 - (3.5.1.1 a 3.5.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.5.2 — Investigação
 - (3.5.2.1 a 3.5.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.5.3 — Normalização e Legislação
 - (3.5.3.1 a 3.5.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
- 3.6 — Administração Pública e Concessões
 - 3.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (3.6.1.1 a 3.6.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
 - 3.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (3.6.2.1 a 3.6.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 3.1.1)
- 4 — Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e pluviais
 - 4.1 — Conceção
 - 4.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 4.1.1.1 — Estações de tratamento de águas residuais
 - 4.1.1.2 — Sistemas de reutilização de águas residuais
 - 4.1.1.3 — Planos de monitorização e controlo de qualidade dos sistemas
 - 4.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (4.1.2.1 a 4.1.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.1.3 — Revisão de Projeto
 - (4.1.3.1 a 4.1.3.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.2 — Produção
 - 4.2.1 — Execução
 - (4.2.1.1 a 4.2.1.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (4.2.2.1 a 4.2.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (4.2.3.1 a 4.2.3.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
- 4.3 — Gestão e Exploração
 - 4.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (4.3.1.1 a 4.3.1.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (4.3.2.1 a 4.3.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
- 4.4 — Estudos e Consultoria
 - 4.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (4.4.1.1 a 4.4.1.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.4.2 — Consultoria Técnica
 - (4.4.2.1 a 4.4.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (4.4.3.1 a 4.4.3.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)

- 4.4.4 — Sistemas e Gestão da Qualidade
 - (4.4.4.1 a 4.4.4.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
- 4.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 4.5.1 — Ensino
 - (4.5.1.1 a 4.5.1.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.5.2 — Investigação
 - (4.5.2.1 a 4.5.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.5.3 — Normalização e Legislação
 - (4.5.3.1 a 4.5.3.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
- 4.6 — Administração Pública e Concessões
 - 4.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (4.6.1.1 a 4.6.1.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
 - 4.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (4.6.2.1 a 4.6.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 4.1.1)
- 5 — Gestão de Resíduos
 - 5.1 — Conceção
 - 5.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 5.1.1.1 — Sistemas de gestão de resíduos
 - 5.1.1.2 — Sistemas de remoção de resíduos
 - 5.1.1.3 — Estações de tratamento de resíduos perigosos
 - 5.1.1.4 — Estações de tratamento de resíduos
 - 5.1.1.5 — Estações de eliminação de resíduos
 - 5.1.1.6 — Sistemas de recuperação de energia a partir de resíduos
 - 5.1.1.7 — Estações de tratamento de resíduos perigosos
 - 5.1.1.8 — Sistemas de reutilização e reciclagem de resíduos
 - 5.1.1.9 — Planos estratégicos e planos diretores de resíduos
 - 5.1.1.10 — Sistemas de gestão de lamas produzidas em sistemas de tratamento
 - 5.1.1.11 — Planos de monitorização e controlo de qualidade dos sistemas
 - 5.1.1.12 — Planos de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição
 - 5.1.1.13 — Planos de segurança
 - 5.1.1.14 — Sistemas de gestão de resíduos
 - 5.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (5.1.2.1 a 5.1.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.1.3 — Revisão de Projeto
 - (5.1.3.1 a 5.1.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.2 — Produção
 - 5.2.1 — Execução
 - (5.2.1.1 a 5.2.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (5.2.2.1 a 5.2.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (5.2.3.1 a 5.2.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
- 5.3 — Gestão e Exploração
 - 5.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (5.3.1.1 a 5.3.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (5.3.2.1 a 5.3.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
- 5.4 — Estudos e Consultoria
 - 5.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (5.4.1.1 a 5.4.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.4.2 — Consultoria Técnica
 - (5.4.2.1 a 5.4.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (5.4.3.1 a 5.4.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (5.4.4.1 a 5.4.4.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
- 5.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 5.5.1 — Ensino
 - (5.5.1.1 a 5.5.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.5.2 — Investigação
 - (5.5.2.1 a 5.5.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.5.3 — Normalização e Legislação
 - (5.5.3.1 a 5.5.3.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
- 5.6 — Administração Pública e Concessões
 - 5.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (5.6.1.1 a 5.6.1.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
 - 5.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (5.6.2.1 a 5.6.2.14 — Desagregação utilizada no grupo de atos 5.1.1)
- 6 — Gestão de Ecossistemas
 - 6.1 — Conceção
 - 6.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 6.1.1.1 — Reabilitação e restauro de ecossistemas degradados
 - 6.1.1.2 — Planos de monitorização e controlo de ecossistemas
 - 6.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (6.1.2.1 a 6.1.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.1.3 — Revisão de Projeto
 - (6.1.3.1 a 6.1.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.2 — Produção
 - 6.2.1 — Execução
 - (6.2.1.1 a 6.2.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (6.2.2.1 a 6.2.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (6.2.3.1 a 6.2.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.3 — Gestão e Exploração
 - 6.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (6.3.1.1 a 6.3.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (6.3.2.1 a 6.3.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.4 — Estudos e Consultoria
 - 6.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (6.4.1.1 a 6.4.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.4.2 — Consultoria Técnica
 - (6.4.2.1 a 6.4.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (6.4.3.1 a 6.4.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (6.4.4.1 a 6.4.4.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
- 6.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 6.5.1 — Ensino
 - (6.5.1.1 a 6.5.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.5.2 — Investigação
 - (6.5.2.1 a 6.5.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.5.3 — Normalização e Legislação
 - (6.5.3.1 a 6.5.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
- 6.6 — Administração Pública e Concessões
 - 6.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (6.6.1.1 a 6.6.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
 - 6.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (6.6.2.1 a 6.6.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 6.1.1)
- 7 — Gestão de Recursos Hídricos
 - 7.1 — Conceção
 - 7.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 7.1.1.1 — Planeamento de recursos hídricos
 - 7.1.1.2 — Intervenções em massas de água superficiais interiores e em águas subterrâneas, incluindo mitigação e adaptação a riscos ambientais e antropogénicos
 - 7.1.1.3 — Estudos hidrológicos
 - 7.1.1.4 — Proteção, reabilitação e restauro, conservação e requalificação da rede hidrográfica e ecossistemas aquáticos, incluindo valorização económica e social
 - 7.1.1.5 — Planos de monitorização e controlo da qualidade de águas superficiais e subterrâneas
 - 7.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (7.1.2.1 a 7.1.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.1.3 — Revisão de Projeto
 - (7.1.3.1 a 7.1.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.2 — Produção
 - 7.2.1 — Execução
 - (7.2.1.1 a 7.2.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (7.2.2.1 a 7.2.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (7.2.3.1 a 7.2.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.3 — Gestão e Exploração
 - 7.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (7.3.1.1 a 7.3.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (7.3.2.1 a 7.3.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
- 7.4 — Estudos e Consultoria
 - 7.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (7.4.1.1 a 7.4.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.4.2 — Consultoria Técnica
 - (7.4.2.1 a 7.4.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (7.4.3.1 a 7.4.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (7.4.4.1 a 7.4.4.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
- 7.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 7.5.1 — Ensino
 - (7.5.1.1 a 7.5.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.5.2 — Investigação
 - (7.5.2.1 a 7.5.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
 - 7.5.3 — Normalização e Legislação
 - (7.5.3.1 a 7.5.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
- 7.6 — Administração Pública e Concessões
 - 7.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (7.6.1.1 a 7.6.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)

- 7.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (7.6.2.1 a 7.6.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 7.1.1)
- 8 — Clima e Qualidade do Ar
 - 8.1 — Conceção
 - 8.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 8.1.1.1 — Planeamento e gestão da qualidade do ar ambiente, efluentes gasosos e ar interior
 - 8.1.1.2 — Avaliação climatológica
 - 8.1.1.3 — Políticas e medidas relativas à mitigação e adaptação às alterações climáticas
 - 8.1.1.4 — Sistemas, processos e tecnologias de tratamento de poluentes atmosféricos
 - 8.1.1.5 — Planos de monitorização e controlo da qualidade do ar ambiente e da qualidade do ar interior
 - 8.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (8.1.2.1 a 8.1.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.1.3 — Revisão de Projeto
 - (8.1.3.1 a 8.1.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.2 — Produção
 - 8.2.1 — Execução
 - (8.2.1.1 a 8.2.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (8.2.2.1 a 8.2.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (8.2.3.1 a 8.2.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.3 — Gestão e Exploração
 - 8.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (8.3.1.1 a 8.3.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (8.3.2.1 a 8.3.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.4 — Estudos e Consultoria
 - 8.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (8.4.1.1 a 8.4.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.4.2 — Consultoria Técnica
 - (8.4.2.1 a 8.4.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (8.4.3.1 a 8.4.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.4.4 — Sistema de Gestão da Qualidade
 - (8.4.4.1 a 8.4.4.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 8.5.1 — Ensino
 - (8.5.1.1 a 8.5.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.5.2 — Investigação
 - (8.5.2.1 a 8.5.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.5.3 — Normalização e Legislação
 - (8.5.3.1 a 8.5.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.6 — Administração Pública e Concessões
 - 8.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (8.6.1.1 a 8.6.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 8.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (8.6.2.1 a 8.6.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 8.1.1)
 - 9 — Acústica e Vibrações
 - 9.1 — Conceção
 - 9.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 9.1.1.1 — Controlo das emissões de ruído e vibrações
 - 9.1.1.2 — Acústica de edifícios
 - 9.1.1.3 — Planos de controlo de ruído e vibrações
 - 9.1.1.4 — Mapas estratégicos de ruído, mapas de ruído, planos de ação e planos municipais de redução de ruído
 - 9.1.2 — Coordenação de Projeto
 - (9.1.2.1 a 9.1.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.1.3 — Revisão de Projeto
 - (9.1.3.1 a 9.1.3.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.2 — Produção
 - 9.2.1 — Execução
 - (9.2.1.1 a 9.1.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - (9.2.2.1 a 9.2.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - (9.2.3.1 a 9.2.3.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.3 — Gestão e Exploração
 - 9.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - (9.3.1.1 a 9.3.1.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - (9.3.2.1 a 9.3.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.4 — Estudos e Consultoria
 - 9.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - (9.4.1.1 a 9.4.1.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.4.2 — Consultoria Técnica
 - (9.4.2.1 a 9.4.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (9.4.3.1 a 9.4.3.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.4.4 — Sistema de Gestão da Qualidade
 - (9.4.4.1 a 9.4.4.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 9.5.1 — Ensino
 - (9.5.1.1 a 9.5.1.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.5.2 — Investigação
 - (9.5.2.1 a 9.5.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.5.3 — Normalização e Legislação
 - (9.5.3.1 a 9.5.3.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.6 — Administração Pública e Concessões
 - 9.6.1 — Avaliação de Projetos
 - (9.6.1.1 a 9.6.1.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (9.6.2.1 a 9.6.2.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 9.6.3 — Licenciamento de Projetos
 - (9.6.3.1 a 9.6.3.4 — Desagregação utilizada no grupo de atos 9.1.1)
 - 10 — Planeamento e Ordenamento do Território
 - 10.1 — Estudos e Consultoria
 - 10.1.1 — Coordenação e Elaboração
 - 10.1.1.1 — Elaboração de instrumentos de desenvolvimento
 - 10.1.1.2 — Elaboração de instrumentos de planeamento e gestão territorial
 - 10.1.1.3 — Elaboração de instrumentos de política sectorial
 - 10.1.1.4 — Estudo sobre ordenamento do território e uso do solo
 - 10.1.1.5 — Desenvolvimento de sistemas de informação geográfica e de apoio à decisão
 - 10.1.2 — Consultoria Técnica
 - (10.1.2.1 a 10.1.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.1.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 - (10.1.3.1 a 10.1.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.1.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 - (10.1.4.1 a 10.1.4.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.2 — Investigação, Ensino e Normalização
 - 10.2.1 — Ensino
 - (10.2.1.1 a 10.2.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.2.2 — Investigação
 - (10.2.2.1 a 10.2.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.2.3 — Normalização e Legislação
 - (10.2.3.1 a 10.2.3.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.3 — Administração Pública e Concessões
 - 10.3.1 — Avaliação de Projetos
 - (10.3.1.1 a 10.3.1.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
 - 10.3.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 - (10.3.2.1 a 10.3.2.5 — Desagregação utilizada no grupo de atos 10.1.1)
- 11 — Energia
 - 11.1 — Conceção
 - 11.1.1 — Elaboração de Projeto
 - 11.1.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.1.2 — Coordenação de Projeto
 - 11.1.2.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.1.3 — Revisão de Projeto
 - 11.1.3.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.2 — Produção
 - 11.2.1 — Execução
 - 11.2.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 - 11.2.2.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 - 11.2.3.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.3 — Gestão e Exploração
 - 11.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 - 11.3.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 - 11.3.2.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.4 — Estudos e Consultoria
 - 11.4.1 — Coordenação e Elaboração
 - 11.4.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 - 11.4.2 — Auditorias Energéticas
 - 11.4.2.1 — Energias Renováveis

11.4.2 — Consultoria Técnica
 (11.4.2.1 a 11.4.2.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 11.4.1)
 11.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 (11.4.3.1 a 11.4.3.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 11.4.1)
 11.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 (11.4.4.1 a 11.4.4.3 — Desagregação utilizada no grupo de atos 11.4.1)
 11.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 11.5.1 — Ensino
 11.5.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 11.5.2 — Investigação
 11.5.2.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 11.5.3 — Normalização e Legislação
 11.5.3.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 11.6 — Administração Pública e Concessões
 11.6.1 — Avaliação de Projetos
 11.6.1.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 11.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 11.6.2.1 — Planos de racionalização do consumo de energia e eficiência energética
 12 — Saúde Ambiental e Segurança e Saúde no Trabalho
 12.1 — Conceção
 12.1.1 — Elaboração de Projeto
 12.1.1.1 — Avaliação da exposição a poluentes no ar de locais de trabalho
 12.1.1.2 — Avaliação de riscos ambientais em saúde ocupacional
 12.1.2 — Coordenação de Projeto
 (12.1.2.1 a 12.1.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.1.3 — Revisão de Projeto
 (12.1.3.1 a 12.1.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.2 — Produção
 12.2.1 — Execução
 (12.2.1.1 a 12.2.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 (12.2.2.1 a 12.2.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 (12.2.3.1 a 12.2.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.3 — Gestão e Exploração
 12.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 (12.3.1.1 a 12.3.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 (12.3.2.1 a 12.3.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.4 — Estudos e Consultoria
 12.4.1 — Coordenação e Elaboração
 (12.4.1.1 a 12.4.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.4.2 — Consultoria Técnica
 (12.4.2.1 a 12.4.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 (12.4.3.1 a 12.4.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.4.4 — Sistemas de Gestão de Qualidade
 (12.4.4.1 a 12.4.4.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 12.5.1 — Ensino
 (12.5.1.1 a 12.5.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.5.2 — Investigação
 (12.5.2.1 a 12.5.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.5.3 — Normalização e Legislação
 (12.5.3.1 a 12.5.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.6 — Administração Pública e Concessões
 12.6.1 — Avaliação de Projetos
 (12.6.1.1 a 12.6.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 12.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 (12.6.2.1 a 12.6.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 12.1.1)
 13 — Gestão de Solos e Subsolos
 13.1 — Conceção
 13.1.1 — Elaboração de Projeto
 13.1.1.1 — Avaliação do risco ambiental causado por contaminações do solo e subsolo
 13.1.1.2 — Planos de monitorização e controlo da qualidade do solo e subsolo
 13.1.2 — Coordenação de Projeto
 (13.1.2.1 a 13.1.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.1.3 — Revisão de Projeto
 (13.1.3.1 a 13.1.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.2 — Produção
 13.2.1 — Execução
 13.2.1.1 — Avaliação do risco ambiental causado por contaminações do solo e subsolo

(13.2.1.1 a 13.2.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.2.2 — Controlo da Execução e Fiscalização
 (13.2.2.1 a 13.2.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.2.3 — Direção Técnica de Empresas
 (13.2.3.1 a 13.2.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.3 — Gestão e Exploração
 13.3.1 — Gestão de Projetos e Investimentos
 (13.3.1.1 a 13.3.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.3.2 — Operação e Manutenção de Sistemas e Instalações
 (13.3.2.1 a 13.3.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.4 — Estudos e Consultoria
 13.4.1 — Coordenação e Elaboração
 13.4.1.1 — Avaliação do risco ambiental causado por contaminações do solo e subsolo
 13.4.2 — Levantamento do estado inicial de referência de contaminações do solo e subsolo
 13.4.3 — Análise quantitativa de risco ambiental originado por contaminação do solo e subsolo
 13.4.4 — Estudos de tratabilidade de solos e água subterrânea
 13.4.5 — Tratamento de água subterrânea *in-situ* ou *ex-situ*
 13.4.6 — Tratamento de contaminações do solo e subsolo *in-situ* ou *ex-situ*
 13.4.7 — Planos de monitorização e controlo da qualidade do solo e subsolo
 13.4.2 — Consultoria Técnica
 (13.4.2.1 a 13.4.2.7 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.4.1)
 13.4.3 — Perícias, Inspeções e Certificações
 (13.4.3.1 a 13.4.3.7 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.4.1)
 13.4.4 — Sistemas de Gestão da Qualidade
 (13.4.4.1 a 13.4.4.7 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.4.1)
 13.5 — Investigação, Ensino e Normalização
 13.5.1 — Ensino
 (13.5.1.1 a 13.5.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.5.2 — Investigação
 (13.5.2.1 a 13.5.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.5.3 — Normalização e Legislação
 (13.5.3.1 a 13.5.3.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.6 — Administração Pública e Concessões
 13.6.1 — Avaliação de Projetos
 (13.6.1.1 a 13.6.1.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 13.6.2 — Fiscalização, Vistorias, Inspeções e Auditorias
 (13.6.2.1 a 13.6.2.2 — Desagregação utilizada no grupo de atos 13.1.1)
 14 — Manutenção e Gestão de Ativos
 14.1 — Manutenção e gestão de ativos

07/07/2015. — O Bastonário, *Carlos Matias Ramos*.

208789614

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Reitoria

Despacho n.º 7966/2015

Regulamento do Serviço da Reitoria

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 104.º dos Estatutos da Universidade dos Açores, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 65-A/2008, de 10 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro, na redação dada pelo Anexo ao Despacho Normativo n.º 12/2014, de 25 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 2 de setembro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 10/2015, de 3 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 11 de junho, e tendo em conta o Despacho n.º 11786/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 22 de setembro, que cria o Serviço da Reitoria e o Despacho n.º 13313/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 3 de novembro, que procede à criação dos gabinetes de apoio à Reitoria, aprovo o Regulamento do Serviço da Reitoria da Universidade dos Açores, em anexo ao presente despacho de que faz parte integrante.

9 de julho de 2015. — O Reitor, *João Luís Roque Baptista Gaspar*.

Regulamento do Serviço da Reitoria

Artigo 1.º

Âmbito

O presente regulamento estabelece a orgânica, estrutura e funcionamento do Serviço da Reitoria, adiante abreviadamente designado por